

observatório

revista do **ober.com**
observatório da
comunicação

para a história da rádio em portugal

novembro 2001

4

para a
história da rádio
em Portugal

observatório

revista do **ober.com**
observatório da
comunicação

Um projeto de observação da comunicação em Portugal, desenvolvido pelo Observatório da Comunicação, em parceria com o Observatório da Comunicação da Universidade de Coimbra, e com o apoio do Observatório da Comunicação da Universidade de Lisboa.

observatório

revista do obercom
observatório da comunicação

Publicação semestral

Director: Francisco Rui Cádima

Secretariado de redacção: Maria João Taborda, Vanda Ferreira

Conselho técnico-científico: Aníbal Alves (Univ. Minho), António Fidalgo (Univ. Beira Interior), Gustavo Cardoso (ISCTE), Joel Frederico da Silveira (ESCS), José Bragança de Miranda (UNL/ULHT), José Rebelo (ISCTE), Pedro Behran da Costa (ICAM), Pedro Jorge Braumann (RTP/ESCS), Rogério Santos (CIMJ), Rui Marques (Terraviva), Teresa Ribeiro (ICS)

Colaboradores desta edição: Ana Paula Azevedo, Dina Cristo, Gustavo Cardoso, Nelson Ribeiro, Fernando Serejo, Virgílio Luis Silva

Endereço da redacção: Palácio Foz
Praça dos Restauradores
1250-187 Lisboa

E-mail: inform@obercom.pt

Endereço Internet: <http://www.obercom.pt>

Editor responsável: Obercom – Observatório da Comunicação

Sócios do Obercom: AID – Associação de Imprensa Diária, AIND – Associação Portuguesa de Imprensa, CENJOR – Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, IC – Instituto do Consumidor, ICAM – Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, ICP – Instituto das Comunicações de Portugal, ICS – Instituto da Comunicação Social, PT – Portugal Telecom, RDP – Radiodifusão Portuguesa, RR – Rádio Renascença, RTP – Radiotelevisão Portuguesa, SIC – Sociedade Independente de Comunicação.

Paginação e Fotolitos: Jacinto Macau

Impressão: Produção Principal

Depósito legal: 151297/00

ISSN: 0874-8810

Registo ICS: 123483/00

Preço desta edição: 2000\$00

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida sob qualquer forma ou por quaisquer meios, electrónicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravações, ou por qualquer armazenamento de informação e sistema de recuperação, sem autorização por escrito do editor.

índice

PARA A HISTÓRIA DA RÁDIO EM PORTUGAL

Dina Cristo

A Rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência

9

Virgílio Luis Silva

A Rádio nos anos 50

33

Fernando Serejo

Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990)

65

Nelson Ribeiro

Momentos marcantes na história da Rádio Renascença (1937-1987)

97

Ana Paula Azevedo

As rádios locais no pós-25 de Abril

113

A REGULAÇÃO DA INTERNET

Gustavo Cardoso

Internet gatekeeping: reguladores e guardiões.

Contributos para uma regulação da Internet

123

Editorial

Este quarto número da revista do Obercom incide quase exclusivamente sobre a História da Rádio em Portugal. Trata-se de um dossier que assume particular importância devido ao facto de termos entrado no último quartel da radiodifusão antes das comemorações do seu centenário, sem que, de facto, a história da Rádio em Portugal esteja devidamente estudada.

No nosso número 3 já havíamos publicado as «histórias de pioneiros» da radiodifusão, num texto de Rogério Santos e agora prosseguimos com novas colaborações surgidas após a criação de um grupo de trabalho, no âmbito de projectos de investigação a que também está ligado o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa.

Neste dossier, Dina Cristo trabalha o declínio do salazarismo e do marcelismo estudando as diferentes estratégias políticas e propagandísticas no meio Rádio, umas naturalmente centradas nos objectivos do regime, outras direccionadas para a luta de resistência ao regime, outras ainda focalizadas em torno dos movimentos de libertação das ex-colónias.

Virgílio Luis Silva, numa narrativa diacrónica bem documentada, faz uma panorâmica sobre os casos, as pessoas, os programas da rádio portuguesa dos anos 50, numa fase em que o teatro radiofónico

mantinha as audiências em «suspensão». Uma primeira abordagem de uma década que antecipa um período mais complexo, sobretudo após o início da Guerra Colonial, já nos anos 60.

Fernando Serejo, um homem da Rádio, analisa detalhadamente o quadro genealógico da estação de serviço público ao longo do período da chamada primavera marcelista, para depois se debruçar numa visão muito pessoal sobre os aspectos particulares do período do pós-25 de Abril. Um texto que é também um verdadeiro testemunho.

Pertencem à Igreja alguns dos primeiros pioneiros da história da Rádio em Portugal, sendo também por isso fundadores de uma presença estratégica dos mass media católicos na sociedade portuguesa. É a análise de Nelson Ribeiro, que nos descreve a evolução da emissora católica praticamente até aos nossos dias.

No contexto da evolução da Rádio em Portugal no pós-25 de Abril, designadamente no que concerne à emergência das chamadas «rádios livres» ou «rádios-pirata», Ana Paula Azevedo faz uma primeira síntese do fenómeno, enquadrando-o face à legislação da época.

Finalmente e já fora do dossier «Rádio», *Observatório* publica um texto de Gustavo Cardoso sobre a regulação da Internet, num momento precisamente em que está criado pelo governo um

grupo de trabalho para estudar exclusivamente as questões da regulação da convergência. Perante o novo sistema dos media que despontou a nível global durante a última década do século xx, as alterações que se verificaram ao nível cultural, tecnológico e económico não podem deixar de nos levantar algumas interrogações sobre se o actual sistema de regulação se encontra capaz de lidar com estas mudanças. Colocam-se interrogações sobre se os agentes reguladores devem continuar a ser os mesmos, ou se devem continuar a existir.

Se a regulação é ainda necessária num espaço de convergência de tecnologias e se é aplicável ao actual sistema tecnológico. Este texto de Gustavo Cardoso procura constituir um ponto de partida para um debate sobre a regulação da Internet. Partindo do pressuposto que existem diferentes dimensões da regulação numa tecnologia que é de informação, comunicação e que possibilita o desencadear de acções não puramente comunicativas como a aquisição de bens ou a guerra electrónica. Utilizando a análise de Peppino Ortoleva sobre o sistema dos media e a história da regulação daquele e os contributos de James Slevin, sobre a importância dada pelo Estado à regulação do sistema dos media, procura-se igualmente demonstrar a importância do auscultar das opiniões dos utilizadores da Internet. Por último, partindo-se do princípio de que a regulação de conteúdos actua sobre os guardiões do sistema dos media (televisão, rádio e imprensa escrita), questiona-se quem são hoje os guardiões da Internet e qual a sua importância para a estruturação do novo sistema dos media.

A rádio ao tempo de Salazar e Caetano – censura, propaganda e resistência

Dina Cristo*

Resumo

Ao longo do declínio do salazarismo e também no marcelismo a Rádio assumiu diferentes estratégias políticas e propagandísticas, umas centradas nos objectivos do regime, outras direccionadas para a luta de resistência ao regime, outras ainda focalizadas em torno dos movimentos de libertação das ex-colónias.

Abstract

Through the decline of Salazarism and also Marcelism, portuguese radio took different political and propagandistic strategies. This were either established upon the regimen goals, or were set upon the regimen resistance or focused around the liberation movements of the ex-colonies.

As relações entre a rádio e o poder político no do antigo regime estão tão pouco estudadas, e por isso tão incompreendidas, quanto afinal se revelam extraordinariamente importantes para a compreensão do poder por vezes subtilmente manipulador da consciência das massas, realizado através de um meio sonoro, tão intensamente utilizado como forma de defesa de uma opinião pública favorável aos valores de «Deus, pátria e família».

O regime serviu-se da rádio assim como a rádio se serviu do regime, como forma garantida de crescer e se expandir. Maioritariamente oficial e/ou oficiosa, a rádio portuguesa, constituída pela ondas hertzianas de aquém e de além mar, nascida e criada no contexto do Salazarismo, estava também inserida nos condicionalismos sócio-político e económicos do regime. Aprendeu a gerir as condições adversas, a ultrapassar as dificuldades e a superar obstáculos. E será assim que, dando continuidade a uma rádio tradicional, nascerá neste período uma nova rádio, mais crítica e mais moderna. Esta opor-se-á à anterior, da qual contestará o discurso, os temas, as posturas. Apresentará uma inovação, essencialmente estética, durante o final do salazarismo, forçando cada vez mais os seus conteúdos no marcelismo.

* Docente da Escola Superior de Educação de Coimbra. Mestre em Ciências da Comunicação (FCSH-UNL).

As novidades que propõe vão beliscando cada vez mais intensamente o regime, que se incomoda. Habitado a uma rádio-espectáculo, à base de emissões directas, anteriormente, e depois de passagem de discos, antes entremeados com uma conversa que nada diz e depois sem quase nada dizer, fechada na cabina, o regime assusta-se com tamanha audácia. Aos poucos, as rádios privadas, Renascença e Rádio Clube, concorrendo entre si e com a emissora oficial, vão arriscando sucessivos elementos de contraste com a «maçadora nacional». Além de uma aprendizagem sobre a sua especificidade, centrada sobretudo na rapidez e no imediato, explorada sobretudo pela informação, a rádio vai assumindo protagonismo e aos poucos vai-se desinibindo e ganhando auto-confiança. Internamente mantinha-se a censura, exercida também pelos próprios responsáveis das estações, havendo pontualmente a possibilidade de ser utilizado o directo como contraponto ao controlo oficial. A rádio acaba por atingir um estatuto particular, dá algumas «ferradelas» ao regime, sofre também algumas perseguições, mas em geral convive bem com o poder. Limitadamente, a rádio resiste.

Censura

O facto é que o poder de então mantinha a informação devidamente controlada, através da censura radiofónica. A rádio era na generalidade formalmente limitada às prerrogativas da censura e exame prévio, nomeadamente nas três principais estações.

No RCP existia, desde os anos 50, um departamento específico, que analisava os programas antes destes serem emitidos: «Há um serviço de fiscalização em Rádio Clube Português. Criou-se, já lá vão 15 anos e, a princípio, apenas com um carácter técnico. Depois alargou-se o seu âmbito já que foi acertadamente considerado ser um

benefício para o ouvinte poder dispor de programas «limpos» (...). Bem vê, portanto, qual a conveniência que não existe em manter este serviço de vigilância que é, afinal, um modo de salvaguardar o ouvinte e defender a própria estação. Há sempre uma pessoa responsável de serviço nas 24 horas do dia. Logo, bobina chegada é bobina ouvida, e de seguida transmitida. Não há atrasos...»¹. Na mesma entrevista, Júlio Botelho Moniz, que se justificava com a clássica bobina das asneiras, perguntava ainda: «Mas se num jornal o texto de qualquer repórter nunca é impresso sem passar, primeiro, pelas mãos do chefe de Redacção ou de outro responsável, porque razão na rádio as coisas hão-de passar-se de forma diferente?»². «Nós», explica Jorge Botelho Moniz, «como responsáveis pela estação, tínhamos muitas vezes que fazer ver às pessoas que, quer se gostasse ou não, havia certas coisas que não se podiam dizer e portanto tínhamos os programas gravados»³.

Rui de Andrade, dos Parodiantes de Lisboa, testemunhou o ciclo: «Tínhamos de ter os programas prontos com 48 horas de antecedência, portanto nunca podíamos ter programas actuais. Eu mandava os programas para a estação para irem para o ar e a estação ouvia-os primeiro e depois se achava lá alguma coisa que não estivesse bem, cortava, iam à tesoura, mas davam-me conhecimento»⁴. Era contando com esta rotina que o humorista preparava dois programas, um com «os atrevimentos, as tacadas, as censuras ao Governo»⁵ e o outro, mais limpo desse tipo de críticas para, no caso do primeiro vir cortado, já ter um segundo preparado.

Em 1967, Manuel Seleiro em entrevista à Rádio & Televisão critica o controlo a que os profissionais no RCP estão sujeitos: «São as limitações da própria estação. Por lá, mesmo que se pretenda fazer

¹ Rádio & Televisão 13/05/67, p. 40.

² Rádio & Televisão, 13/05/67 p. 41.

³ Jorge Botelho Moniz, em entrevista, 02/03/99.

⁴ Rui de Andrade, em entrevista, 22/01/99.

⁵ Idem.

qualquer coisa, digamos arejada ou mais ou menos diferente, não se consegue. Por lá só é possível, actualmente, fazer rádio “com visto”»⁶. Uma afirmação que lhe valeu a obrigação, por determinação do Tribunal da Comarca de Lisboa, de publicar uma nota declarando que tais referências «(...) absolutamente em nada podiam, ou podem, atingir a honra do Presidente da Direcção do Rádio Clube Português, Sr. Alberto Lima Basto (...)»⁷, não sem antes sublinhar na introdução que «(...) em nada altera a entrevista concedida a «Rádio & Televisão» a qual considera «correcta e fundamentada com o seu pensamento»⁸.

Na Rádio Renascença, os constrangimentos agravam-se sobretudo no marcelismo. Mesmo assim fará vítimas no final do Salazarismo. No dia 28 de Fevereiro, João Martins, produtor do 23ª Hora, apresenta a demissão: no programa «(...) estrangulou-se a ousadia em benefício da prudência, só prudência, sempre prudência.. A 23ª Hora enfeudou-se na qualidade de organismo burocrático sem excepções»⁹. A Rádio & Televisão levantou o véu: «o incidente dera-se de facto. Um funcionário superior de RR e um Jornal da Madrugada que ficou por transmitir sem maiores explicações constituíram – ao que parece – os pontos-base do processo»¹⁰. Nos anos 70, ao mesmo tempo que a programação se arejava, salientava-se o controlo. Assim, o folhetim *Simplesmente Maria* teve “cenas menos próprias” que foram suprimidas. De acordo com Coelho Fernandes, director comercial e chefe de serviço de programas da RR, o apostolado era preservado «(...) visto os programas serem rigorosamente censurados»¹¹. Em relação à música, de acordo com Monsenhor Lopes da Cruz, a Rádio Renascença «(...) tem um cuidado enorme em não

lançar para o ar música que favoreça o sensualismo e deforme a vontade e a mentalidade»¹².

A vigilância aperta-se sobre programas: «Não procuraremos autocensurar-nos, mas também sabemos perfeitamente da inutilidade de fazermos certos trabalhos. Também temos de contar com a estação onde o programa é transmitido e as limitações que se oferecem aos seus responsáveis. Todos os textos elaborados previamente só vão para o ar com o visto da direcção de Rádio Renascença»¹³, confidenciavam os produtores de *Limite*, à Rádio & Televisão. Um deles, Leite de Vasconcelos, relatou posteriormente: «Três dias antes do 25 de Abril, tinha entrado para a Rádio Renascença uma comissão de censura oficial que, até aí não tinha existido (...). Nesses dois primeiros dias tinham-se limitado a andar por ali a ver, a ouvir e a conversar com a direcção. Ora no dia 24, essa comissão tinha decidido mandar gravar o programa *Limite*... para análise»¹⁴. A equipa do *Página Um*, por seu lado, falava em «excessos retocados»: «Mas, e a experiência o demonstra, a vida de programas de participação ou de carácter intervencionista está à partida sujeito às regras complicadas do jogo. A publicidade tem naturalmente de ser o único sustentáculo económico e os «excessos» têm de ser medidos e pesados, ou melhor os «excessos» são-nos apurados, retocados ou suprimidos», expunha à mesma revista José Manuel Nunes¹⁵. Já em Abril de 1972, a equipa do programa se tinha referido aos cortes: «No sector Rádio, porém, e repito que o problema não é sobretudo das estações, não há nenhuma abertura como se poderia pensar. Pelo contrário, há sim uma tentativa de cerceamento dos nossos trabalhos. Cerca de cinquenta por cento das reportagens não chegam a ir para o ar»¹⁶.

⁶ Rádio & Televisão 04/03/67, p. 40.

⁷ Rádio & Televisão, 13/05/67, p. 16.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ Rádio & Televisão, 24/02/68, p. 7.

¹⁰ Rádio & Televisão 24/02/68, p. 6.

¹¹ Rádio & Televisão, 23/04/60, p. 5.

¹² Rádio & Televisão, 09/06/62, p. 11.

¹³ Rádio & Televisão 23/06/73, p. 11.

¹⁴ MAIA, Matos – *Aqui Emissora da liberdade*, RCP, Lisboa, 1975, p. 26.

¹⁵ Rádio & Televisão, 14/07/73, p. 14.

¹⁶ Rádio & Televisão 27/04/72, p. 25.

O discurso na Assembleia Nacional entre Casal Ribeiro e Miller Guerra, em que este defendia a legitimidade da vigília na Capela do Rato (concentração de católicos a favor da paz e da admissibilidade da discussão acerca da presença de Portugal em África) e o acompanhamento em Paris de um disco de José Afonso são exemplos de trabalhos que não passaram. As redacções, depuradas, eram amputadas de alguns excertos mais arrojados, como o seguinte: «Quando a Phillips sofreu a contestação operária no Norte da Itália pôde fechar pura e simplesmente uma parte de suas fábricas colocando os operários despedidos perante o dilema: desemprego ou trabalho, sem direitos sindicais nem antiguidade, nas fábricas Phillips de outros países da Europa»¹⁷. Em alguns casos eram mesmo eliminados alguns extractos, publicados no jornal República (uma das fontes do programa), caso do texto em que se notava o nível humilde dos serviços sociais dos 326 sindicatos existentes. Em outro texto (também fiscalizado por Azevedo Oliveira, em 1972), abordando o uso excessivo de psicofármacos, é suprimido o exemplo chinês de combate à droga: «Em 1949, a China desembaraçou-se definitivamente dos imperialistas estrangeiros e simultaneamente resolveu o problema do ópio. Foi, até agora, o único país que conseguiu vencer o flagelo da droga (...)»¹⁸, controlando as redes e submetendo as vítimas (como então eram consideradas) a desintoxicações. Desta forma, eram limadas ou retiradas as palavras, expressões ou frases que fossem susceptíveis de colocar em causa alguns dos princípios básicos do Estado Novo.

Na Emissora Nacional, o controlo não apenas existia como era rigorosamente assegurado pelos órgãos consultivos da Direcção dos Serviços de Programas: o Gabinete de Estudos de Programas (GEP), que planeava a programação, o Conselho de Planeamento de Programas (CPP), que a apreciava,

e o Conselho de Programas (CP), que a sancionava de acordo com a política determinada pelo Governo. Além deste apertado sistema, a emissora oficial dispunha ainda de uma larga estrutura de controlo «a posteriori», da qual faziam parte os informadores, os analistas, os fiscais de programas (dez em 1957 e em 1965), os inspectores, os regentes de estúdio ou o gravador contínuo. Este conhecimento posterior «(...) deve ter como objectivo dissecar a programação, vendo-a por dentro, tal como ela é: em rádio o programa só existe como tal depois de ser emitido e o plano inscrito no papel não é mais do que um esquema mais ou menos pormenorizado, no qual falta a vida e o dinamismo que só se obtém, repito, quando os emissores o transmitem»¹⁹. Inseridos nessa análise sistemática àquilo que, de facto, se transmitiu, estão ainda o Gabinete de Análise e a Inspeção, que produziram observações como esta: «O locutor (...) pareceu-nos quase desinteressado da leitura que estava a fazer. Seria oportuno lembrar-lhe que – como princípio – o locutor não deverá nunca olhar para os textos com sobrançeria ou autoridade desdenhosa. Mesmo que os textos sejam desinteressantes, o Locutor deverá dedicar-lhe a seriedade e a autenticidade do seu interesse. Salve-se, ao menos, o agrado do invólucro»²⁰.

Em 1972, com a criação dos Emissores Regionais Ultramarinos (ERU) e a publicação da respectiva autorização publicitária comercial, a Emissora Nacional, passou a exigir a sua prévia apresentação, para análise. De acordo com o Regulamento da publicidade comercial nos ERU: «todo o material de publicidade a emitir, incluindo textos e registos magnéticos, bem como o roteiro com a relação de títulos, autores e intérpretes das obras utilizadas, devem dar entrada no respectivo emissor regional com a antecedência de cinco dias

¹⁷ GOMES, Adelino – «A Europa dos Franco-Atiradores», Página Um, 25/05/72 (arquivo particular).

¹⁸ GOMES, Adelino (arquivo pessoal). Fiscalizado em 08/06/72.

¹⁹ PRÍNCIPE, Mário dos Reis – Aspectos sociológicos da informação no estado moderno – (o papel da rádio), 1971, p. 41.

²⁰ Inspeção EN/Análise de programas, Diário Sonoro – 20h, 19/05/71.

úteis, em relação à sua transmissão»²¹. Sempre que a publicidade a emitir fosse constituída por programas com sequência, «a totalidade dos textos da respectiva série, salvo cláusula contratual em contrário, deverá dar entrada na E.N., para efeitos de análise e aprovação, com a antecedência, em relação à primeira transmissão, de quinze dias se a entrega for efectuada directamente no respectivo emissor, ou de trinta dias se a entrega se verificar em Lisboa»²².

O artigo número 52 do mesmo regulamento determinava: «Quem intercalar ou introduzir publicidade radiofónica durante a transmissão de qualquer programa sem que essa publicidade esteja previamente autorizada e paga fica responsável não só pelo pagamento dos valores que lhe corresponderiam mas também pela indemnização cível a que houver lugar, além da responsabilidade disciplinar e penal exigível»²³. A todos estes requisitos juntava-se a necessidade de aprovação pela Comissão de Exame, na sede da EN ou nos emissores regionais, cujas competências se estendiam, para além da análise do conteúdo literário, musical, comercial e técnico, ao político: «verificar se os textos têm sentidos dúbios, que se prestem a interpretações prejudiciais, ou palavras ou frases que, mesmo sem intenção, possam vir a servir para enaltecer ou ridicularizar figuras ou ideias políticas; verificar se os trechos musicais cantados contêm frases ou ideias com implicações políticas, para o que será de exigir a necessária tradução dos dialectos regionais ou de línguas estrangeiras»²⁴. Anteriormente, de acordo com as «Instruções para o exercício da publicidade comercial radiofónica», cabia ao SNI a fiscalização dos textos e acompanhamentos musicais para o que era necessário o envio antecipado, no mínimo de cinco dias; esta análise, realizada através do «Diário do

Serviço de Escutas» dos Serviços Radioelétricos da Administração Geral dos CTT, podia ser delegada nos fiscais do Governo junto dos postos particulares.

Em «Apontamentos de um repórter de guerra», Magalhães Monteiro, enviado especial do RCM a Angola, evoca uma experiência particular durante a sua passagem pela Quarta Companhia de Caçadores Especiais, aquando do «ininterrupto e trágico diálogo da metralhadora que duraria três longas horas e meia»²⁵: «Os repórteres não falavam porque não conseguiam falar. «A explicação aqui está, honesta e sincera: porque não conseguíamos falar! Medo? Nervosismo? Choque emocional? Talvez uma amálgama, de que só nos conseguíramos libertar no momento em que um valente soldado negro expirou a nosso lado. Falámos então para o microfone do gravador, que tínhamos esmagado entre o peito e a terra vermelha de Quibaba: – «senhores ouvintes, acaba de tombar um herói! Morreu agora, junto de nós, um soldado indígena do pelotão do Regimento de Infantaria de Luanda. Tem o crânio esfacelado por uma rajada de metralhadora do inimigo». E porque não ouviram os que escutaram a reportagem de Quibaba as únicas palavras proferidas pelo repórter durante todo o combate? Porque de mistura, em primeiro plano, há uma outra frase, proferida por um soldado branco, companheiro do que tombara: «... mataram mais um português...». A transcrição pelos adjectivos atribuídos aos terroristas, não está completa. E na gravação, não foi possível efectuar-se o «corte», tal como se impunha, para Radiodifusão. Aqui fica explicado, porque falou tão pouco o repórter, no momento em que uma chuva de balas escrevia, no terreno e nos corpos de soldados nossos, a mais terrível página das operações militares contra os terroristas em Angola»²⁶.

O «polimento» da informação alargava-se, assim, às «rádios ultramarinas»; contudo, com facilidades bem mais significativas, nomeadamente ao nível da

²¹ ENR – Regulamento da publicidade comercial nos Emissores Regionais Ultramarinos, 1972, p. 6.

²² Idem, ibidem.

²³ Idem, p. 15.

²⁴ Idem, p. 34.

²⁵ Rádio Clube de Angola, Julho, 1961, p. 1.

²⁶ Rádio Moçambique, Agosto, 1961, pp. 2-3.

discografia. Os discos estavam censurados, «só que, da mesma maneira que o grande público em Luanda, não conhecia essa música (canções de intervenção), os homens da censura também não. Ao fim de andar cinco meses a passar «Venham mais cinco», aparecia um papel colado na parede a dizer: «É proibido passar «Venham mais Cinco», mas o disco já tinha esgotado. Isto é, só muito «a posteriori» é que a censura tomava consciência ou recebia informações de Lisboa de que aquela música não devia ser passada»²⁷.

Em Portugal, as decisões eram mais vigorosas e, por vezes, o corte impunha-se, mesmo em directo: «De tal maneira esta intervenção [de Mário Castrim, criticando, em directo a RTP, na emissão «Eléctrico chamado PBX»] causou impacto, que do eléctrico da frente, onde seguia o presidente do Rádio Clube, veio ordem para cortar. E cortou-se... Entrou a publicidade»²⁸. Em 1965, quando José do Nascimento relatava no RCP a sua experiência em Vila Nueva Del Fresno, para onde seguira, logo que foi noticiado que haviam aparecido, próximo do local, dois cadáveres, supostamente de Humberto Delgado e da sua secretária, é «surpreendido» por um telefonema de António Caetano Carvalho, funcionário superior do SNI: «Vocês deram há pouco uma notícia relativa ao facto de terem enviado um enviado especial a Espanha. Há instruções superiores no sentido de as notícias relativas a este acontecimento desde que não sejam das agências autorizadas, carecerem de autorização da censura»²⁹. «Paradoxalmente, eu», declarou o repórter, «que não havia conseguido uma palavra dos espanhóis e só poderia descrever o que tinha visto, fui proibido pelo antigo SNI de continuar o meu relato ao microfone (...)»³⁰.

Como última solução, havia ainda a hipótese de suspensão, aplicada a programas como o Diário do Ar, no dia 16 de Junho de 1961 ou o Página Um,

onde após vários problemas resultantes de crónicas sobre questões nacionais – como a emigração, a habitação, cooperativas e sindicatos – um texto de carácter internacional, no dia 16 de Setembro de 1972, foi a última gota: «Um comando palestino assalta a aldeia olímpica de Munique. Estão a decorrer os jogos olímpicos. Os palestinos vão aos apartamentos onde estão atletas israelitas e matam alguns. Durante umas horas há tiroteio. Há uma grande emoção»³¹. Adelino Gomes escreve um texto condenando a violência, mas expondo o problema palestino que estaria na origem das suas motivações agressivas; oculta-o, até à última hora da censura, que apelava para a contenção. É o escândalo: «A suspensão foi instantânea. A Renascença teve instruções de que ou fechava as emissões ou fechava o Página Um. Por isso decidiu fechar o programa»³² (que, no entanto, recomeçaria no dia 18 de Outubro de 1972, devido à persistente influência da sua equipa).

Apesar desta observação atenta à voz da rádio, as suas características específicas, como a emissão em directo e em continuidade, terão contribuído para a consolidação de uma censura de características específicas, muito particulares. Assim, e apesar da nomeação de um delegado do Governo (investido pelo SNI) junto das estações emissoras, António das Neves Martinha, este raramente estava presente (embora às vezes telefonasse). Humanamente impedido de proceder à escuta das várias emissoras, durante as 24 horas diárias, acabava por delegar nos responsáveis pelas várias estações que, em colaboração com os próprios funcionários, exerciam uma «censura doméstica». Muito longe, portanto dos serviços de censura exercida pelos coronéis no âmbito da imprensa, na rádio eram os «homens da casa» que assim tomavam conta do discurso dos seus profissionais. Em resultado, a censura radiofónica exercia-se num ambiente de proximidade: «As guerras internas

²⁷ LUCAS, Carlos Brandão, em entrevista, 15/08/97.

²⁸ Rádio & Televisão, 18/04/70, p. 8.

²⁹ Arquivo Histórico da RDP, AHD 10 584, Faixa 1, extracto 4.

³⁰ Arquivo Histórico da RDP, AHD 10 584, Faixa 1, extracto 3.

³¹ GOMES, Adelino, em entrevista, 01/04/99.

³² NUNES, José Manuel, em entrevista, 14/09/98.

quase que não existiam; isto era de tal maneira de colaboração que os próprios, que queriam dizer as coisas, e nós, que muitas vezes limávamos ou dizíamos “é pá não diga isto porque só vai criar problemas a si e a nós”...»³³. Estabelecia-se uma argumentação, e suscitava-se uma certa negociação, no sentido de apurar o limite até onde os «homens da rádio» podiam e deviam arriscar. Por vezes, brandamente, acendia-se o debate: «Era ali, a pessoa lia, «não, não vejo objecção nenhuma» ou então dizia «porque que não mudas aqui esta palavra, olha esta frase»... Havia um carimbo, até, «livre», «fiscalizado», mas não era burocratizado, nem colocavam lá aquele timbre do «cortado», o que significava que se estabelecia muitas vezes diálogo (...); era “vamos lá ver como é que nós podemos fazer... se tu aqui pudesses fazer uma pequena alteração para isto passar”... »³⁴.

Por outro lado, a especificidade do directo permitia a realização de verdadeiras fugas ao sistema. Ao nível da programação, a técnica foi apurada por Carlos Cruz que, no «Magazine CDC», usava a actualidade como pretexto para não apresentar previamente os seus apontamentos, e também pela equipa «Página Um», que assim conseguiu divulgar alguns nomes e músicas da «canção livre». Ao nível da informação, esta faculdade era aproveitada pelos serviços de noticiários do Rádio Clube Português: «As notícias do estrangeiro eram filtradas por eles, as nacionais se eram dadas pelo SNI já estavam censuradas por natureza. Agora as notícias imprevisíveis (um senhor que se atirou de um quinto andar) nós dávamos sem interferências, não mandávamos à censura. Era a grande prerrogativa que o Rádio Clube Português tinha eram as notícias nacionais que não fossem filtradas pelo SNI, pela ANI ou pela Lusitânia, e que nós podíamos dar sem ir à censura, ao contrário dos jornais, que tinham que mandar tudo»³⁵.

Na emissora oficial, também as possibilidades do directo eram exploradas, embora de forma mais discreta, através de omissões: «De vez em quando (na altura em que fazia transcrições com destino à Emissora Oficial de Angola, onde trabalhava), havia certas notícias que vinham dos noticiários da Emissora Nacional, que aquilo era tão propaganda, tão propaganda, que eu «esquecia-me» de as escrever. Então arranjava forma de, na altura da leitura dos papéis, passar duas e três páginas à frente para não ler uma notícia que lá estava no meio (...). Normalmente «esquecia-me» das notícias que metiam o Presidente da República, o reverendo chefe do Estado», afirmou António Jorge Branco³⁶.

Os profissionais, experientes na linguagem radiofónica e no relacionamento com a censura, guardavam um último trunfo na sua tentativa de driblar as restrições impostas: a exploração da sonoridade e especificidade da sua linguagem peculiar, imperceptível num texto escrito, para quem não estava devidamente sensibilizado. Assim, a equipa de «A Voz dos Ridículos» utilizava as conotações das palavras homófonas como um contínuo exercício que lhes permitia dizer uma mensagem, sem os fiscais, agarrados aos documentos escritos, a detectarem. Num constante exercício de fazer «esquivar palavras e intenções ao censor»³⁷, e sem nunca falar em Salazar, em Marcelo ou em Pides, os autores dos textos optavam por histórias em que «estava o sol a dar», «era só azar», ou havia melancias por causa das pevides: «Nós brincávamos muito ... não falávamos nunca, nem se falava na rádio do Dr. Oliveira Salazar; falava-se que estava o sol a dar..., que era só azar..., as coisas mais incríveis que se possam imaginar!»³⁸ explicou Júlio Couto, acrescentando: «O osso daquele formato levava ferradelas, se o osso tivesse outro formato se calhar não levava a ferradela. E a nossa especialidade era fazer ossos com outro formato»³⁹.

³³ MONIZ, Jorge Botelho, em entrevista, 02/03/99.

³⁴ GOMES, Adelino, em entrevista, 01/04/99.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ COUTO, Júlio, em entrevista, 21/07/97.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

Por sua vez, os ouvintes dispunham (embora com algum risco) de outros quadrantes nos seus receptores, através dos quais era possível escutarem mensagens diferentes. Entre as rádios mais independentes (e com larga penetração nas casas portuguesas, pelo hábito que ficou dos relatos da II Guerra Mundial) estava a BBC, que recomeçou as suas emissões em português no dia 28 de Abril de 1963, após seis anos de interregno, com dois períodos de 15 minutos diários, às 22h.15 e às 23h.15, transmitindo, em 1965, 45 minutos por dia, de manhã, entre as 7h.30 e as 7h.45 e à noite, entre as 22h e as 22h.30. Em Angola, a sua congénere era a Rádio Brazzaville: «Muita gente estava informada, tanto quanto podia estar, em Angola, sobre o próprio percurso dos vários acontecimentos que faziam a guerra, através de um noticiário que ouvíamos, até com emoção, porque era um noticiário em língua portuguesa, onde nós tínhamos o privilégio de, não apenas saber as notícias, como ouvir expressões que nem na rua se utilizava: a guerra colonial. Era como se fosse um refúgio para quem era do contra... estar informado»⁴⁰. Embora de uma forma mais parcial e comprometida, de nível propagandístico mesmo, os ouvintes portugueses tinham ao seu dispor, com a facilidade que representava mudar um botão, outras vozes discordantes, contando inclusivamente as notícias que a censura em Portugal havia cortado (caso da Rádio Voz da Liberdade) e histórias de um ponto de vista praticamente oposto ao que se lhes oferecia ouvir pelas rádios instaladas em território português – eram as rádios clandestinas.

Uma vez mais, também ao nível da superação da censura, se verifica que a fuga é concretizada por emissores ímpares e acedida por um número restrito de receptores, num contexto de habitual sujeição às orientações gerais que alimentavam a auto-censura (pressupostos dos mesmos gestos que os censores fariam se tivessem ouvido as emissões), ao respeito

pela tabela de discos proibidos ou à espera do resultado das decisões dos seus serviços, quanto à libertação dos telex emitidos pelas agências de informação internacionais.

Propaganda

Em 1961 o panorama altera-se. Estala a guerra em Angola, o mundo radiofónico nacional agita-se. De um lado e do outro do poder político nacional, lançam-se as primeiras cartadas no âmbito das ondas hertzianas, na conquista da opinião pública. A oposição democrática inicia a ofensiva criando duas rádios clandestinas e o regime reage aos acontecimentos, intensificando a sua propaganda para Portugal, para o Ultramar de então, para os estrangeiros e para os portugueses emigrantes.

O controlo feito através de departamentos de escuta em vários organismos governamentais era habitual. Além da Pide e da Legião Portuguesa, que produziam relatórios pormenorizados de estações como a Rádio Conakry e a Emissora da Guiné Portuguesa, também as Forças Armadas, através do seu serviço de «intelligence» e a própria Emissora Nacional procediam exaustivamente à actividade de escuta de rádios hostis ao regime: «Nós tínhamos um serviço de escuta, um serviço próprio da Emissora, que funcionava na Cruz Quebrada, onde eram gravadas a Rádio Moscovo, a Rádio Conakry... os boletins de escuta eram distribuídos e depois era feito um comentário...»⁴¹. Mas também as rádios clandestinas estavam com os ouvidos atentos à emissora oficial do regime: «Fazíamos escuta, fundamentalmente da EN, dos noticiários principais, que apanhávamos em OC, eram gravados e estudados para podermos fazer esse papel de estar actuais e em cima do acontecimento»⁴². O país andava à escuta, espiava-se mutuamente através das ondas hertzianas, as forças do regime para

⁴⁰ BRANCO, António Jorge, em entrevista, 14/07/97.

⁴¹ ROGEIRO, Clemente, em entrevista, 02/03/99.

⁴² COELHO, Severino – Rádios Clandestinas, Grândola, 31/03/99.

analisarem a actividade subversiva, as forças da oposição para poderem saber as actividades do Governo. A audição da rádio permitia a vigilância política e, por outro lado, a recolha de informações era uma plataforma para a réplica ao «opressor» – no caso das forças da oposição, ou aos «inimigos da pátria» –, das forças da situação. A presidência do Conselho, tal como alguns ministérios (entre os quais o Ultramar, Interior, Defesa Nacional, Exército e Negócios Estrangeiros, consoante o interesse respectivo), era posta ao corrente do conteúdo das emissões subversivas através dos relato que a PIDE e o serviço de escuta da Legião Portuguesa efectuavam, como por exemplo sobre esta «crónica da semana», sobre o deputado da Guiné comandante Teixeira da Mota: «Depois pergunta o locutor: mas que deputado? Um deputado que devia ser escolhido pelo povo nativo. Mas não. Foi imposto à força pelo fascista Salazar e seus sequazes. Acrescentou o locutor que um deputado devia residir na sua terra; mas não, este não é nativo nem reside na terra que representa, mas vive no seu palácio em Lisboa»⁴³.

A rádio foi usada como autêntica máquina de propaganda, pelo regime e pela oposição no exílio, em Portugal e em África, numa autêntica guerra da informação, explorando a sua propensão para a plena resistência às diferentes barreiras (físicas). No mesmo país pelo qual entrava propaganda pró soviética, através da Rádio Moscovo, saía propaganda pró americana para os países satélites da União Soviética, através de um dos quatro retransmissores da Rádio Europa Livre, da CIA, gerida pela S.A., instalados em Glória do Ribatejo (apesar de Salazar ter escrito não ser intenção do Governo «(...) tolerar no seu território estações pertencentes a governos estrangeiros ou a entidades internacionais»⁴⁴, por forma a evitar que se criem «(...) servidões e restrições de soberania de carácter definitivo»⁴⁵).

⁴³ Idem, p. 255, 08/05/60.

⁴⁴ VIEIRA, Joaquim – Expresso Revista, s/d, p. 64.

⁴⁵ Idem.

Propaganda «subversiva»

As emissões ditas subversivas fizeram-se ouvir, desde o final dos anos 50 (ao nível africano) e início da década de 60 (ao nível nacional). Uma das principais pioneiras na condução de propaganda anti-portuguesa em África fora a Rádio Conakry, Emissora Oficial da República da Guiné. Instalada num país recém-independente (a Guiné) esta emissora cedia algumas horas da sua programação à transmissão de informação de carácter resistente. Os seus locutores, exilados ou emigrados, motivados pelo exemplo da independência guineense, apelavam esforçadamente à luta e revolta dos seus irmãos na Guiné-Bissau.

O exemplo da Rádio Conakry e da Guiné era apresentado como um dos principais estímulos à contestação: «Em todos os ramos da actividade social se vê que aqui tudo caminha bem, mas é tudo dirigido por pretos e são os pretos que mandam. Entra-se em qualquer repartição e só se vê pretos, digo, cabeças pretas. Os pretos podem perfeitamente mandar e governar as suas terras. Entra-se aqui na Rádio Emissora Nacional e não se vê um único branco. Só existem pretos, técnicos pretos e engenheiros pretos. Vocês aí, devem unir-se para correrem com os brancos, porque eles têm de sair daí, de qualquer maneira. Temos de acabar com isso»⁴⁶. Aproveitando o exemplo da Guiné, explicava-se a justeza de serem os naturais a governarem a sua própria terra: «Estamos aqui bem porque temos tudo e temos liberdade. Aqui só os pretos é que mandam. Eles é que são os senhores das suas terras»⁴⁷. Vão no mesmo sentido as palavras ditas na emissão de Agosto: «Se aqui governam os pretos, porque é que nós não podemos governar a nossa terra? Podemos fazê-lo muito bem. O preto é que governa a sua terra da República da Guiné, e nada falta, há de tudo, e muito mais do que quando era governada pelos

⁴⁶ Arquivo Oliveira Salazar/CO, p. 70 (02/08/59).

⁴⁷ Idem, p. 33, (14/06/59).

brancos»⁴⁸. Os incentivos à luta pela independência da Guiné-Bissau passavam igualmente pela desmistificação do alegado poderio branco: «A ideia do branco é deitar o preto abaixo, para explorarem e chuparem, e cairmos até morrermos (...) mas isto Deus não permitirá, pois Deus fez-nos todos iguais, temos a mesma alma temos tudo igual, só temos a diferença na cor, mas isso não é nada, isso é do clima (...)»⁴⁹. A mensagem de orgulho pela luta travada era da mesma forma considerada: «Todo aquele que for preso deve ficar contente, mesmo que vos mandem para Angola, por quererem a vossa liberdade. Se eles vos apanharem, gritem na rua: “Fomos presos porque queremos a nossa liberdade”»⁵⁰.

O conteúdo das emissões era sobretudo preenchido com a consciencialização da necessidade de liberdade dos naturais da Guiné-Bissau: «Vocês não sentem vergonha ao verificarem que a República da Guiné, com 70 anos de colonização, conseguiu a sua independência e vocês já com cinco séculos e tal de colonização ainda não estão independentes. É uma vergonha para vós e ainda por cima vocês andam a fazer o serviço de polícia secreta a favor dos portugueses»⁵¹. Abordava-se também o facto de os ouvintes estarem no seu país e serem obrigados a obedecer a forasteiros: «(...) devem procurar a vossa liberdade, porque não é bonito que outros estejam a dar-vos ordens dentro da vossa própria terra»⁵². Belarmino Gomes, o locutor, perguntava: «Porque é que o preto não pode ter liberdade? Vieram encontrar-nos na nossa terra, tomaram-nos para nos civilizar. Hoje achamos que já é altura de saírem e darem-nos a nossa liberdade. Não é preciso barulhos nem guerra. Devem sair sem mais conversa, mas continuam a abusar da nossa fraqueza porque não temos meios materiais»⁵³.

⁴⁸ Idem/CO, p. 70, (02/08/59).

⁴⁹ Idem, p. 13, (10/05/59).

⁵⁰ Idem, p. 33, (14/06/59).

⁵¹ Idem, p. 31, (14/06/59).

⁵² Idem, p. 71, (02/08/59).

⁵³ Idem, p. 69, (02/08/59).

As mensagens, ditas em estilo coloquial e improvisado, continham implícitas duas perguntas: «não vêem tudo quanto vos estão a fazer?» e «Que estão à espera para se revoltarem?». Por vezes, eram salpicadas de alguma pedagogia, contendo explicação de expressões, de siglas, como PDG, Partido Democrático da Guiné. Transmitiam a necessidade de união para afastar os «tugas», o mais tardar até 1963, que os exploravam e discriminavam, a nível racial, social e laboral: «Este Liceu que criaram já deu uns 10 ou mais alunos nativos com o 5º ano, fizeram este concurso no Banco eles mesmo sabem que passaram nesse concurso, mas como são africanos, pretos, não têm direito de serem empregados no Banco, e é esse Banco que está dentro da nossa terra a explorar-nos, e são eles que mandam vir pessoas das outras terras para virem trabalhar, acham que isto está certo?»⁵⁴.

A Rádio Conakry acusava o homem branco de dividir artificialmente os negros, entre civilizados e indígenas: «O Português é que dividiu, pega e entrega-te um bilhete de identidade e diz-te: tu és civilizado e aquele é gentio, e tu vais logo tratá-lo por tal, mas ele é teu irmão, é como tu, é preto como tu, e ainda vais fazê-lo sofrer, e acham que isto é bonito? Irmãos da Guiné Portuguesa vocês precisam abrir os olhos, precisam ver o que estão fazendo, nós somos todos a mesma coisa, todos os outros são vossos irmãos, não acredites na colonização portuguesa, pois ela só nos divide, para poderem reinar mais (...)»⁵⁵.

Estas emissões chamavam a atenção para a verdadeira obra dos brancos, como a censura, a falta de liberdade e de educação: «Vejam que eles ali estão há cinco séculos e tal, e há quantos anos é que há liceu na Guiné? Vejam quantos homens nativos é que nós temos instruídos na Guiné»⁵⁶. Eram focados os abusos: «Segundo as notícias do nosso correspondente em Bissau, os polícias vão à

⁵⁴ Idem, (28/06/59).

⁵⁵ Idem, (07/06/59).

⁵⁶ Idem, pp. 33-34, (14/06/59).

casa de cada um e tiram o aparelho [de rádio] e levam. Tudo isto para não ouvirem as notícias. Alguns deles tomaram os aparelhos para pagarem a prestações e a polícia agora toma-lhes os aparelhos e esses coitados têm de os pagar aos comerciantes de qualquer maneira. Achem que isto pode ser? Estorvar-vos de ouvirem as notícias daquilo que se passa pelo Mundo»⁵⁷. Relatava injustiças: «Disse depois que muitos brancos quando chegam à Guiné vêm descalços e são os parentes que lhes levam roupas e calçado a bordo para poderem desembarcar, e que eles depois de amarrarem uma gravata ao pescoço chamam-nos preto e negro. A mim chamaram-me saco de carvão... põe-te fora...»⁵⁸. Também era relatada a situação dos movimentos de libertação, na «África portuguesa»; havia um acompanhamento dos actos e discursos de Sekou Touré, presidente da Guiné, e de N'Krumah, primeiro ministro do Ghana, além das reuniões pró-independentistas da Guiné-Bissau, como a que, em comunicado, lido na emissão do dia 15 de Maio de 1960, convocava «(...) todos os militantes interessados na libertação dos territórios sob a dominação portuguesa, para uma reunião a efectuar hoje pelas 16 horas»⁵⁹.

Até a Rádio Senegal, que também emitia em português, transmitiu em 1960 uma carta não identificada na qual se afirma desejar um regime federalista e não colonialista para a Guiné-Bissau: «O sistema de Administração deve ser racialmente substituído, conseqüentemente, temos a subida honra de pedir a V. Ex. [general Carvalho Viegas] que se digne transmitir ao Governo da República Portuguesa o nosso pedido de o sistema de integração preconizado ser substituído pela solução federalista, passando a Guiné a constituir um Estado em tudo semelhante ao Estado da República Brasileira com a mesma organização político-administrativa»⁶⁰.

⁵⁷ Idem, p. 422, (12/07/59).

⁵⁸ Idem, p. 4, (22/05/60).

⁵⁹ Idem, p. 261, (15/05/60).

⁶⁰ Arquivo Oliveira Salazar/CO/UL-35, pasta 3, p. 490, (09/03/60).

Nos anos 60 é a vez da criação de rádios clandestinas portuguesas em território estrangeiro. Em Março de 1962 nasce a Rádio Portugal Livre (RPL): «Fala Rádio Portugal Livre. Aqui Rádio Portugal Livre, a emissora portuguesa ao serviço do povo, da democracia e da independência nacional»⁶¹. Criada e orientada pelo Partido Comunista Português (PCP), será mantida pelas suas estruturas e por funcionários clandestinos destacados para a acção radiofónica, entre os quais Aurélio Santos (director), Fernanda Silva, Margarida Tengarrinha, Pedro Soares, Rui Perdigão e Severino Coelho. Na sua emissão inaugural dirá aos microfones: «(...) Rádio Portugal Livre vem juntar a sua voz ao duro combate das situações democráticas contra a ditadura fascista. Rádio Portugal Livre será a voz de milhares de patriotas, que nas fábricas e nos campos, nas universidades e nos grandes centros, lutam para derrubar o Governo de Salazar e conquistar a liberdade e a democracia. Rádio Portugal Livre trabalhará sem descanso para reportar a unidade das forças democráticas, que é um factor fundamental para a instauração da democracia, para a liquidação definitiva do regime fascista»⁶².

A RPL emitia quatro vezes por dia, em emissões de meia hora, repletas de informações recolhidas através da rede clandestina do PCP (nos campos, nas fábricas, nas escolas, nas forças armadas) em alguns casos com rubricas específicas, irregulares – como os apontamentos sobre os cuidados conspirativos, em que a rádio, dirigindo-se ao povo, o informava sobre a identificação de agentes da polícia – e regulares, destinadas aos camponeses, ao Domingo à tarde, e aos militares, como «A voz das Forças Armadas», ao Sábado. Num destes apontamentos foram transmitidos, sob o título «Diário da primeira (companhia) de Comandos», excertos de registos quotidianos de um soldado, com as suas impressões de guerra, inscritas no seu

⁶¹ Idem.

⁶² RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

diário (enviado para a RPL anonimamente) que fora interrompido e manchado de sangue nas suas últimas folhas. Noutra emissão de 3 de Julho de 1965 esta rubrica afirma haver uma facção nas forças armadas, dividida entre os altos comandos militares (apoiantes) e os soldados (descrentes no regime): «Salazar fala assim porque tem os fascistas, o exército é apenas um corpo de altos comandos fascistas. Esses sim, estão vendidos de alma e coração ao fascismo. Mas os outros, os soldados, os sargentos e os oficiais? Sobre a posição dos soldados ninguém hoje tem dúvidas, nem mesmo os comandantes das unidades. O descontentamento com a brutalidade da disciplina fascista, contra os maus tratos e principalmente contra a guerra colonial, têm desencadeado uma série de acções que mostram como os soldados são hoje um dos sectores mais activos do movimento antifascista»⁶³.

Não pretendendo ser uma rádio de actualidade (as outras fontes, com excepção dos telexes e de outras rádios, entre as quais a própria Emissora Nacional, eram demoradas e chegavam com algum atraso) no sentido de imediaticidade na transmissão dos factos, tornava-se de facto noticiosa, uma vez que informava sobre acontecimentos desconhecidos em Portugal. A RPL pretendia sobretudo ser oportuna na análise e comentário sobre os acontecimentos, ocupando-se com especial dedicação às lutas populares que não apenas apoiava mas incrementava, através da transmissão de entrevistas aos dirigentes do partido, como Otávio Pato, Sérgio Vilarigues, António Gervásio, além do secretário-geral, e de apelos de incentivo à luta, às manifestações, às reivindicações: «Não pretendíamos nunca ser uma rádio de notícias, a nossa era mais de comentário, uma rádio de opinião. Tirando as notícias sobre as lutas, as outras eram mais a formação duma opinião sobre um determinado acontecimento; a este chamo-lhe o noticiário comentado, já com carácter mais

orientador, para a mobilização, para a acção»⁶⁴. Os exemplos de incentivo à luta podiam vir ainda de mais longe: «Há mais de 20 anos que o povo vietnamita conduziu e conduz ainda uma luta irreduzível contra os agressores; 160 mil pessoas massacradas, estropiadas ou enterradas vivas; 800 mil pessoas torturadas ou presas, milhares de aldeias incendiadas, milhares de camponeses amontoados em campos de concentração, camuflados em aldeias estratégicas. O inimigo não recuou perante nenhum acto (...), o mais selvagem para submeter o nosso povo e fazer do nosso país uma colónia de novo tipo e uma base americana. Mas fortalecido com as suas tradições de luta pela independência que datam dos tempos mais antigos, o povo sul vietnamita não recuou perante nenhum sacrifício para preservar os seus direitos legítimos à vida e à liberdade»⁶⁵.

Ao mesmo tempo, a RPL tentava relatar alguns dos acontecimentos mais significativos, na perspectiva comunista, como o 50º aniversário da Revolução de Outubro, no Kremlin: «Uma onda vermelha alarga-se agora em frente do mausoléu de Lénin, são milhares de jovens soviéticos, com bandeiras vermelhas que iniciam o desfile popular. A voz do locutor que se ouve na praça vermelha anuncia ao mundo a grande festa da revolução (...). E de súbito, na imensa praça, rompe a canção dos trabalhadores de todo o mundo, a Internacional. Enquanto o desfile continua vou procurar algumas declarações para o povo português entre as pessoas que se encontram aqui na praça vermelha nesta comemoração inesquecível, do triunfo da primeira revolução proletária»⁶⁶. A estação procurava igualmente congregar esforços no sentido de obter a solidariedade de alguns dos principais líderes internacionais, nomeadamente da «África portuguesa», como Amílcar Cabral ou Agostinho Neto, para a causa dos democratas: «Oficialmente

⁶³ PIDE – Proc. n.º 1686/65, 03/07/65.

⁶⁴ SANTOS, Aurélio, em entrevista, 11/03/99.

⁶⁵ RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

⁶⁶ RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

naquela altura, estes eram os terroristas, era assim que eram classificados. O facto de eles através da rádio do PCP poderem falar directamente para o povo português para lhe dizer: “nós não somos inimigos do povo, somos inimigos dos colonialistas e dos fascistas”», isto tinha um papel extremamente importante»⁶⁷.

Com um enorme volume de informação, que atingiria as cerca de 140 páginas de A4, por semana, era não raras vezes a fonte dos jornais clandestinos do partido (com menor quantidade de informações e maior morosidade) onde eram publicadas notícias e entrevistas, como as de Álvaro Cunhal: «Metido num beco sem saída da guerra colonial, insistindo para receber uma ajuda mais directa dos parceiros da OTAN, o governo está interessado na manutenção da tensão na Europa, num reacender da guerra fria, numa política externa dos países imperialistas da Europa baseada na ideia da «ameaça soviética». Esse seria o clima ideal para que os fascistas e colonialistas portugueses, invocando como invocam que a «URSS procura cercar a Europa através da África» e que o exército colonialista português está a defender a Europa contra o comunismo, recebessem finalmente auxílio militar directo, uma maior ajuda financeira e um mais firme apoio diplomático»⁶⁸.

Nos mais de 12 anos que a emissora existiu, foram transmitidas cerca de 4500 emissões, num total de mais de 10 mil horas. E o tempo era escasso, preenchido com editoriais, informações e/ou notícias comentadas, e uns excertos de músicas revolucionárias, algumas delas compostas propositadamente para a estação, como o «Avante», encomendado a Luís Cília e interpretado por Luísa Basto. Completamente clandestina, a emitir sem comprimento de onda legal, a RPL tinha a sua redacção instalada em Bucareste, capital da Roménia, e as suas antenas numa província afastada, situada junto da fronteira soviética.

As suas emissões terminariam em Outubro de 1974, com o seguinte balanço: «A RPL foi «uma das mais valiosas contribuições do PCP à luta do nosso povo contra o fascismo e pela democracia. Através da RPL o país inteiro nos negros anos da noite fascista era informado de milhares de pequenas e grandes lutas dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos militares, informação que constituiu um poderoso incentivo à organização e preparação do assalto final contra o fascismo. Directamente pela sua acção, RPL deu uma contribuição de primeiro plano para grandes acções de massa, para grandes jornadas de luta antifascista, como as do primeiro de Maio. Através de RPL, pôde o povo português tomar conhecimento dos grandes acontecimentos mundiais que o fascismo lhes escondia e que assinalavam a marcha irresistível da humanidade para o progresso, a liberdade, a paz, a independência nacional e o socialismo»⁶⁹.

Ouvida em Portugal, com alguma dificuldade, agravada pelas interferências provocadas pelas forças do regime, através do «jamming», numa obstrução intencional à audição, a sua audiência pouco se terá alargado para além dos membros ou simpatizantes do partido; segundo Rui Perdigão «só pessoas cheias de boa vontade terão sido (...) auditores regulares da RPL»⁷⁰. Contudo, teve um papel fundamental no rompimento da «mordada da censura»; era uma voz que, sem ser livre (pois estava sob a alçada da direcção do PCP) era uma expressão de pensamento discordante do tom unísono em que se vivia e, embora com algumas deficiências, ia quebrando todas as barreiras coercivas e penetrando em Portugal: «Ouvia-se mal, mas ouvia-se com atenção»⁷¹. Com uma capacidade de comunicar, colocar à disposição de todos a informação que era apenas pertença de um grupo, de um sector ou de uma determinada área, possuía

⁶⁹ RPL – Fala Rádio Portugal Livre!, 1977.

⁷⁰ PERDIGÃO, Rui – *O PCP visto por dentro e por fora*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, p.58.

⁷¹ SANTOS, Aurélio – Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

⁶⁷ SANTOS, Aurélio, Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

⁶⁸ RPL – *Entrevista de Álvaro Cunhal*, Janeiro, 1972, p. 15.

uma capacidade mobilizadora na luta contra o regime: «Estas divulgações de uma para outra região podiam passar com muito mais celeridade e dando muito mais ânimo às lutas noutras regiões. As manifestações reivindicativas e políticas numa dada localidade passavam, assim, a ser conhecidas em todo o país, incitando às lutas noutras zonas»⁷². A transmissão de lutas, como manifestações ou mesmo greves, através da rádio «dava a ideia “temos força, somos muitos, não estamos sozinhos, não estamos isolados”»⁷³, permitindo estar informado acerca da amplitude da acção e do protesto.

Depois do nascimento da RPL, e após a constituição da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), organização política antigovernamental, com a participação de exilados de vários quadrantes da oposição, em Dezembro de 1962, em Roma, nasce no primeiro semestre de 1963, a Rádio Voz da Liberdade (RVL). Emitindo a partir da Rádio da Argélia, país que concedia as instalações da sua rádio nacional, sem interferir, questionar ou exigir, garantindo uma liberdade de trabalho, a RVL começou por emitir duas vezes por semana, passando mais tarde a transmitir trisemanalmente, às segundas, quartas e sábados, às 23h.15, 1h.15 e 8h00, em OM e OC. Orientada para a consciencialização e dinamização dos ouvintes («Amigos, Companheiros e Camaradas»), aos quais a RVL pede para divulgarem o horário das emissões, incutirá nas suas mensagens um permanente incitamento à união do povo e à resistência, num «movimento das massas» a favor da luta pelos direitos dos trabalhadores, das famílias dos presos políticos ou dos estudantes, numa mobilização «antifascista». Nas vozes de Manuel Alegre, Stella e Fernando Piteira Santos, a RPL, acreditava fortemente na vitória do movimento popular, fé que era reforçada nos momentos mais críticos; assim, depois de Mário Soares ter sido

deportado para S.Tomé, a RVL emitiu: «Mas, apoiado pela acção dos democratas do Mundo inteiro, o povo português tem força suficiente para fazer recuar a repressão política e o Governo de Salazar, para impor a libertação dos presos políticos, o fim das torturas e maus tratos policiais, a cessação das medidas arbitrarias de deportação, e o regresso a Portugal do advogado Mário Soares. O que precisamos é de levantar, organizar, unir, coordenar por todo o País, um amplo movimento que faça frente à prática de medidas terroristas por parte do Governo»⁷⁴. No dia 28 de Março de 1966, exortava: «Da Voz da Liberdade, nós chamamos todos os democratas a tomarem consciência das suas responsabilidades. A unirem-se numa autêntica frente nacional, contra a violência fascista»⁷⁵.

Incluindo editorial e notícias cortadas pela censura, as emissões primavam por uma contextualização dos factos, explicitando o seu significado e importância, numa atitude pedagógica, reforçada pela sua clareza e sentido estético, como o excerto do relato da greve da Carris, intensificado com um tom poético: «E foi contra estes 7 mil trabalhadores da nossa terra, que o Governo mandou a sua polícia. Vieram de capacete de aço e metralhadora em punho. Vieram como para a guerra. Vieram de facto para a guerra, a guerra de Salazar contra o povo. A guerra de capital estrangeiro contra os trabalhadores portugueses. Assaltaram pela força depósitos e eléctricos, e pela força expulsaram os trabalhadores que os pretendiam ocupar. Assaltaram pela força os carros eléctricos, e pela força, pretenderam obrigar os condutores a cobrar os bilhetes aos passageiros. E viu-se então Lisboa neste estranho espectáculo: Os eléctricos circularem ocupados por dois agentes da polícia, que de arma em punho, vigiavam os condutores»⁷⁶. «(...) Bem gravada na memória de muitos portugueses pelo tom vibrante e entusiástico

⁷² TENGARRINHA, Margarida – Rádios clandestinas, Grândola, 31/03/99.

⁷³ SANTOS, Aurélio, em entrevista, 11/03/99.

⁷⁴ Idem, p. 391, 28/03/68.

⁷⁵ Idem, p. 388, 28/03/66.

⁷⁶ Idem, p. 397, 11/07/68.

das suas emissões (...)»⁷⁷, a RVL que, segundo Franco Nogueira, «(...) ataca com virulência o governo de Lisboa»⁷⁸, disse aquando da morte de Salazar: «Que os sinos toquem a rebate! Que rebentem foguetes e morteiros por toda a parte. Que o povo saia para as ruas e manifeste a sua alegria pelo desaparecimento do tirano!»⁷⁹.

A RPL e a RVL, esta última ouvida em condições bem mais favoráveis e com acesso mais rápido às informações, captando ouvintes de uma faixa ideológica mais alargada, contribuíam, assim, para a multiplicação de vozes no Portugal fechado sobre si próprio. Permitiam unir os portugueses, já não pela aproximação geográfica mas pela comunhão ideológica. Em relação aos seus efeitos, Aurélio Santos defende que a RPL, ao informar sobre as acções de luta contribuiu para o crescendo de mobilizações então ocorridas, pela maior confiança que inspirava, alargando o âmbito da resistência ao regime. Por outro lado, crê, a rádio do PCP colaborou na «educação política», favorecendo não só o banho de multidão, no dia 25 de Abril de 1974, como a determinação do povo em ir para a rua, ao contrário do que apelavam os comunicados do Movimento das Forças Armadas, e exigir algumas das liberdades há anos reivindicadas, como a livre expressão.

Quando a EN cria o apontamento «A verdade é só uma, Rádio Moscovo não fala verdade» realizado por um colaborador externo da Emissora, estaria, na verdade, a dar sobretudo resposta à RPL e à RVL, mais do que à Rádio Moscovo, preenchida com notícias internacionais e algumas relacionadas com Portugal. Em 1970 Luiz da Câmara Pina, director do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, solicita ao Director Geral da Segurança informações sobre as rádios inimigas a emitir para Portugal,

como as suas condições de trabalho, o seu número e localização (na Europa e em África). Destinadas «(...) a vários encontros com entidades estrangeiras, militares e diplomáticas dos países do mundo ocidental», com estas informações, cuja utilidade era sublinhada, poder-se-ia, «(...) assim demonstrar que o mundo comunista nos ataca declaradamente e que muitas das nossas dificuldades provêm de uma acção subversiva de origem comunista»⁸⁰.

Propaganda de «integração»

Em Portugal, especialmente após o bloqueio que a União Indiana impôs a Goa, no final de 1953, a EN desenvolveu para aquele território um esforço de propaganda, observado na apressada inauguração do Centro Emissor Ultramarino (CEU), em 1954, ano em que se registaram ainda o início do serviço em língua inglesa para a Ásia, bem como a intensificação do intercâmbio da programação de e para Goa, de que foi exemplo «A Voz de Goa – uma voz de Portugal no Oriente». De forma semelhante, o regime actuará, após a escalada do(s) conflito(s) em África, intensificando a sua propaganda de integração e desenvolvendo a contrapropaganda, nos anos 60.

A propaganda de integração existente à data do início da guerra não é negligente. Estando em execução o Plano de Radiodifusão Nacional, que ao longo de vários anos, havia contribuído para o objectivo da EN cobrir os territórios portugueses, sob administração portuguesa ou onde residam fortes núcleos de portugueses emigrantes, Portugal vinha alargando a sua voz aos vários continentes. Da programação global da emissora oficial faziam parte programas como «A Voz do Império», a cargo da Agência Geral do Ultramar, «(...) capaz de interessar todos os ouvintes, doutrinando-os e ensinando-os sem os enfadar (...)»⁸¹ (coordenado

⁷⁷ PERDIGÃO, Rui – *O PCP visto por dentro e por fora*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1988, p. 49.

⁷⁸ NOGUEIRA, Franco – *Salazar – A resistência*, Civilização, Porto, 1984, vol. V, p. 564.

⁷⁹ ANTUNES, José Freire, *Nixon e Caetano promessas e abandono*, 1992, p. 90, citando a CIA SM 9-64.

⁸⁰ PIDE – Proc. n.º 11045, p. 46.

⁸¹ Rádio & Televisão, 21/03/59, p. 13.

por Costa Garcês e apresentado por Moreira da Câmara e Raul Feio), transmitindo semanalmente, aos domingos, a «África portuguesa», na sua vida política, numa primeira parte, e no seu folclore e literatura, numa segunda; a «Hora da Saudade», de carácter afectivo, transmitido para a África e América portuguesa; a «Nota do dia», que se manterá ao longo do período; o «Comentário político», programa da União Nacional, com Ramiro Valadão; emissões de entretenimento para soldados e trabalhadores. Também a «Rádio Mocidade», transmitido semanalmente na EN e produzido pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa, criada no Outono de 1941 integrava este núcleo propagandístico. Incluídos nesta propaganda de integração estavam igualmente os documentos radiofónicos que o SNI fornecia aos EAL, cujo conteúdo assentava na doutrina do Estado Novo.

Por sua vez, a «Rádio Escolar» chegaria no dia 25 de Novembro de 1960 para ficar praticamente até ao fim do regime. A emissão inaugural foi constituída por «(...) um episódio dos descobrimentos em que o Infante D. Henrique instrui Gil Eanes para dobrar o Cabo Bojador e o arrojado navegador alcança a meta que lhe havia sido marcada. O segundo dos programas de cada semana é essencialmente de formação musical, com vista a ensinar aos ouvintes trovas do cancioneiro nacional e a corrigir nessa aprendizagem erros de dicção»⁸². Oficialmente inaugurada com o apoio de 200 professores que cederam os seus receptores particulares, a rádio escolar transmitia história e música nacionais, à terça e quinta-feira, ambas com retransmissão, para um auditório estimado em 10 mil crianças, com a colaboração da direcção-geral do Ensino Primário do Ministério da Educação. Em conformidade, o relatório apresentado pelo Conselho de Programas da EN concluía que «o gosto [das crianças a partir dos 7 ou 8 anos] pelos episódios históricos, de sabor heróico (...) satisfazem-lhe a sua admiração

pelos feitos de bravura, o seu apreço pela força e pela coragem, ao mesmo tempo que permitem desenvolver-lhe a noção dos seus deveres para com Deus, a Pátria e a Família, iniciá-lo no culto da Honra e formar-lhe um carácter viril. Do mesmo passo, integra-a na história pátria»⁸³.

Multifacetada, a propaganda de integração, passava igualmente pela forma informativa, cuja linguagem não verbal era susceptível de constituir uma das formas de distorção: «(...) na Rádio é possível transmitir informações falsas, ou julgadas verdadeiras, mas com verdade aparente: isto é, na ordem de transmissão das notícias, na sua integração, sequência, na entoação, com que o locutor lê, nas pausas, nos silêncios que a antecedem ou sucedem, na sua repetição, etc.»⁸⁴. Beckert D'Assunção continua: «O mesmo acontece com uma palestra, um trecho dialogado... na insistência de palavras-força e, por último, a opinião procurada (...). Transmitir mentiras não é tão perigoso como desvirtuar verdades conhecendo as motivações das massas, criando-lhes um clima de recepção para a consequente opinião»⁸⁵. Esta forma de comunicação persuasiva desenvolvia-se ao nível da emissão: «Mas entendia-se, e bem, que guerras deste tipo se ganham fundamentalmente numa terceira frente, a do desenvolvimento social, com profundas transformações que levam ao aumento do bem estar das populações. E esse aspecto era igualmente focado nas reportagens dos locutores da Emissora Nacional»⁸⁶.

Mas se o agravamento da situação interna e externa levava à movimentação das hostes oposicionistas, na procura de meios mais eficazes na transmissão de uma mensagem antiregime, também este acelerou o processo de desenvolvimento da sua propaganda de integração já iniciado. Assim, em 1961 é renovada a «Rádio Mocidade», programa

⁸³ Rádio & Televisão, 14/03/59, p. 10

⁸⁴ D'ASSUNÇÃO, Beckert – *Para uma axiologia da rádio*, SEIT, Lisboa, 1970, p. 40.

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ RDP – *60 anos de rádio em Portugal*, Editora Veja, Lisboa, p. 171.

⁸² Rádio Moçambique, Abril, 1961, p. 22.

transmitido semanalmente na EN: «Longe está o tempo em que o programa era todo preenchido com uma palestra sobre tema variável (...). Assim, a fase em curso compreende normalmente uma nota sobre os ideais da Organização; um episódio radiofónico, narrando um facto histórico ou apresentando a biografia de uma personagem de relevo; uma dramatização de um incidente havido num acampamento ou em outra actividade de rapazes; um serviço noticioso sobre o sucedido a dentro da Organização; finalmente, um comentário sobre qualquer facto relacionado com os anteriores ou pertinente aos motivos que levaram a criar a Organização e a manter-lhe as suas características»⁸⁷.

Aos poucos, a rádio passa a ser encarada como uma excelente arma psicológica, na luta pela conquista do apoio das populações ou, pelo menos, evitando a sua adesão aos valores nacionalistas. Intensifica-se o investimento nas «emissões nativas»: «Nas emissões locais começaram a realizar-se programas de acordo com a formação intelectual das populações africanas, utilizando uma linguagem directa, de terminologia simples, procurando neutralizar os efeitos pretendidos pelas rádios contrárias (...)»⁸⁸; era a organização de programas em dialectos africanos que «(...) reconhecia a necessidade de espalhar a propaganda através de uma língua que os africanos compreendessem»⁸⁹. Eugénio Ferreira de Almeida considerou a rádio o meio «óptimo à concretização da sua estratégia, um meio (...) cuja versatilidade lhe confere papel de relevo na tarefa de suggestionar e orientar as populações nos campos educacional e cívico»; foi ele o autor da ideia de expansão do serviço dedicado aos moçambicanos. Criado desde 1958, o programa «Hora Nativa», transmitido em dialectos africanos, destinado a neutralizar a propaganda nacionalista africana, será em 1962, substituído pela

«Voz de Moçambique», então órgão de radiodifusão oficial naquele território, também transmitida na sede do Rádio Clube de Moçambique e nos seus três emissores (Quelimane, Nampula e Porto Amélia), mas agora diariamente e em nove dialectos, os mais falados. As suas emissões iniciavam-se do modo seguinte: «Aqui, Portugal Moçambique! Fala-vos a Voz de Moçambique a transmitir nas bandas dos 60 e 90 metros onda curta, e em 245 metros, onda média. O locutor ..., ao iniciar o seu trabalho de hoje, cumprimenta os seus estimados ouvintes, desejando-lhes uma boa audição para o programa que vai apresentar»⁹⁰.

A produção, agora mais complexa, era confiada pelo Governo da Província à terceira Divisão dos Serviços de Acção Psico-Social, a Divisão de Acção Educativa e Cultural, que preparava e elaborava as emissões, com locutores africanos, apresentando rubricas «educativas», como «Os nossos campos e os nossos animais» ou «Português minha língua». Os ouvintes escutavam a diferença e agradeciam, numa «chuva de cartas»; em 1963, só dos dialectos ronga e changana, chegavam ao programa, durante um mês, uma média de 1700 cartas, como a que escreveu o ouvinte Eário Matos Muchelze, na qual dizia: «Na nossa casa já sabemos fazer bolos, e esperamos que nos ensinem outras coisas»⁹¹. Em 1972, quando já transmitia perto de 16 mil horas de programação, os locutores exprimiam-se em onze dialectos (Xichangana, Xirronga, Xixhuabo, Emacua, Emacua do Medo, Xinianja, Kiswaili, Kiay (Ajaua), Kimaconde, Xissena e Xihungue). Para os autores do programa, esta era uma forma eficaz de afastar o perigo da audição de outras rádios, com mensagens a favor da sua liberdade: «Ela está em todas as casas. Ensina e orienta em massa, todos os dias, em toda a parte, saltando fronteiras, fazendo progredir, interessando, ensinando, fazendo-se amar, conquistando corações, como é próprio deste povo amorável e compreensivo que é o povo

⁸⁷ Rádio Moçambique, Julho, 1962, p. 17.

⁸⁸ FERREIRA, Eduardo de Sousa, *O fim de uma era: o colonialismo português em África*, p. 171.

⁸⁹ Idem, p.199.

⁹⁰ Rádio Moçambique, Setembro, 1963, p. 22.

⁹¹ Rádio Moçambique, Julho, 1963, p. 6.

Português. E, enquanto os ouvintes da VM tiverem oportunidade de escutar esta Voz, não escutarão outras...»⁹².

De acordo com os responsáveis pela «Voz de Moçambique», para que esta fosse bem sucedida nos seus propósitos, havia que evitar emissões demasiado formais, intelectuais e sentenciosas: «(...) o remédio é ir educando e distraindo ao mesmo tempo (...)»⁹³. Uma ideia também defendida por João Carlos Beckert D'Assunção, chefe da divisão de programação da EN, em 1972: «A E.N. tem como finalidade imediata a informação, como finalidade permanente a cultura e como elo destas duas o recreio. Este deve aliciar o ouvinte, ser a moldura onde cabem a informação e a cultura»⁹⁴. O mesmo autor assinalava os interesses opostos dos interlocutores: «O ouvinte e a EN constituem como que duas posições antagónicas, pois enquanto o ouvinte procura algo que o distraia a E.N. procura dar-lhe informação e cultura»⁹⁵. Eduardo Rebelo, para quem a rádio cumpria três funções principais, ao desempenhar o seu papel informativo, social e político, esclarece que «(...) a formação da opinião pública, quando visa aspectos negativos, chamar-se-á "propaganda". Caso contrário utilizar-se-á o termo "educação"»⁹⁶.

Verdadeira animadora sociocultural, a EN divertia os seus ouvintes «da canseira das preocupações diárias»⁹⁷, usando a diversão como trampolim para lhes fornecer a formação e informação que pretendia. Entreter foi também o objectivo das emissões dedicadas aos militares: «Distrair durante cerca de uma hora os soldados, marinheiros e aviadores, que em serviço de soberania se encontram na nossa Província, não é tarefa fácil. Ao longo destes quatro

anos [desde o dia sete de Março de 1963], o «Jornal das Forças Armadas» tem divulgado dezenas de biografias de Heróis Nacionais, verídicos acontecimentos da gesta, que Portugal está a escrever nesta luta sem quartel, contra o terrorismo, nas suas Províncias Ultramarinas, poemas inéditos escritos pelos militares no intervalo entre dois combates, cartas repassadas de ternura e patriotismo e todo um caudal de correspondência que diariamente chega à nossa estação (...)»⁹⁸. Também para entreter e elevar a força moral dos soldados portugueses, foram enviadas, a pedido do Exército português, algumas retransmissões dos Parodiantes de Lisboa para território africano; durante «(...) a guerra colonial, mandávamos para as Forças Armadas Portuguesas um programa de uma hora para entretenimento das tropas. Portanto, [para] Angola, Moçambique, Huambo ... todas aquelas principais cidades de Angola onde estavam estacionados os nossos soldados»⁹⁹.

Contrapropaganda

Para realizar a contrapropaganda o Governo dispunha de alguns trunfos. O Centro Emissor Ultramarino (CEU) de S. Gabriel detinha em 1960 cinco emissores de Onda Curta (OC), três de 100kw, um de 50kw e outro de 10kw, emitindo «(...) para Portugal Ultramarino a voz de Portugal Metropolitano»¹⁰⁰, como referia Jaime Ferreira (em 1960, quando ali recebeu os representantes da rádio angolana). Dali eram transmitidas emissões, desde 1958, para os EUA (costas do Atlântico e do Pacífico), Canadá, Timor, Macau, União Indiana, Paquistão, Golfo Pérsico (em inglês e concani), Índia portuguesa, Quénia, Tanganica, Uganda, Zanzibar, União Sul-Africana, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Frota baçalhoeira, Guiné, Cabo Verde

⁹² Rádio Moçambique, Março, 1964, p. 5.

⁹³ Rádio Moçambique, Março, 1963, p. 4.

⁹⁴ D'ASSUNÇÃO, Beckert – Teoria da Informação I, 1971/72, p. 137.

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ REBELO, Eduardo – «Informação – III Alguns aspectos de comunicação de massa – a Rádio» cit. In «Rádio Moçambique», Dezembro, 1968, p. 55

⁹⁷ CASTANHEIRA e D'ASSUNÇÃO – Estudo da Divisão de Emissores da ENR, 16/05/72, p. 31.

⁹⁸ Rádio Moçambique, Julho, 1967, p. 8.

⁹⁹ ANDRADE, Rui de, em entrevista, 22/01/99.

¹⁰⁰ Rádio & Televisão, 16/04/60, p. 3.

e Brasil. Assim, aparece após o deflagrar da guerra em Angola «A Voz do Ocidente», programa transmitido até à década de 70, ao longo de duas horas diárias cujo objectivo era atingir os países estrangeiros. O programa, que incluía editoriais e revista de imprensa, em francês e inglês, efectuava «(...) a defesa diária dos grandes valores ocidentais e da necessidade da sua afirmação no Mundo, e encontra ouvintes um pouco por toda a Europa Ocidental»¹⁰¹; com ele colaborou Ploncard D'Assac (discípulo de Drumont e de Maurras, exilado em Portugal desde 1944). As limitações técnicas da rede de OC bem como as interferências na audição, foram ultrapassadas pela instalação do intercâmbio, dividido entre a secção de coordenação e a de transcrição e distribuição, através do qual os programas começaram a ser gravados e enviados para as 29 estações de rádio «ultramarinas».

Em 1961, foi inaugurado o novo serviço de notícias da «Sala de Ultramar»; os novos noticiários, emitidos para Angola, Moçambique, S.Tomé, Macau, Timor, Índia, Guiné, Cabo Verde, frota bacalhoeira, EUA e Canadá, e preenchidos com informação do país, do estrangeiro e do desporto, totalizavam cinco horas diárias, distribuídas por dez edições, cada uma com cerca de meia hora, sob a organização de Domingos de Mascarenhas e Amândio César e com três equipas de locutores, dactilógrafos e redactores, que «"fabricavam" horas seguidas de informação, as mais das vezes obsoleta, sem o mínimo de condições de redacção áudio, na sua maioria alienantes e com uma componente futebolística máxima no pressuposto de que toneladas deste tipo de matéria iria massificar as Massas, satisfazê-las e mantê-las calmas e aderentes»¹⁰². No mesmo ano, foi constituída a Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão de Angola, através da portaria n.º 18357 de 27 de Março de 1961 com o objectivo

de coordenar e amplificar os serviços informativos, através da utilização das infra-estruturas das estações particulares. De acordo com o projecto, foram adquiridos 12 emissores de 1 KW de OM, «(...) cedidos aos Rádio-Clubes, com a obrigação de reservarem uma ou duas horas diárias para retransmissão de programas oficiais (...)»¹⁰³ e quatro de 10 KW, instalados no Centro Emissor de Mulenvos, inaugurado, em 1964, pelo Chefe do Estado. Apesar da cobertura radiofónica não ter começado antes de 1963, no final de 1970, o território angolano detinha mais 23 emissores e cerca de 1800 horas de emissão que em 1960; Angola, onde em 1966 importava estudar «(...) a montagem de um sistema adequado de interferência às emissões inimigas, a organização em moldes eficientes da contra-propaganda, tanto no interior como além fronteiras, etc.»¹⁰⁴. Começava a guerra da informação nos territórios africanos, onde o Governo restringiu o acesso aos receptores de OC, que transmitiam as emissões subversivas estrangeiras e dos movimentos de libertação, através da taxa de um imposto mínimo dez vezes superior ao estabelecido para os radioreceptores de OM. A luta torna-se mais intensa quando o conflito armado se impõe: «(...) depois do início das lutas armadas, o governo colonial português compreendeu o valor da rádio para fins de propaganda e como contrapeso para as emissões dos movimentos de libertação»¹⁰⁵, uma «guerra informativa», na qual se envolveram «(...) de forma notável as estações oficiais e os radioclubes de Angola e mais tarde de Moçambique e da Guiné quando a guerra se estendeu a esses territórios»¹⁰⁶.

O regime investe na contrapropaganda, justificada, doravante, como arma de guerra (psicológica) de legítima defesa: «E nós temos que

¹⁰¹ NOGUEIRA, Franco – *Salazar o último combate*, Civilização, Porto, p. 244.

¹⁰² CRUZ, Olga – *Rádio Anos 60*, Universidade Nova, Polícopiado, Lisboa, 1986, p. 12.

¹⁰³ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-26. Radiodifusão para o Império Português. 1966, pasta 2, p. 6.

¹⁰⁴ Idem, p. 14

¹⁰⁵ FERREIRA, Eduardo de Sousa – *O fim de uma era: o colonialismo português em África*, 1977, p. 187.

¹⁰⁶ ENR – 60 anos de rádio em Portugal 1925-1985, 1986, p. 170.

acompanhar esta rádio, temos que modificar conceitos e preconceitos, temos que empunhar armas para refutar e ferir, para proclamar a nossa verdade, defender os nossos princípios e anular as investidas traiçoeiras e as arremetidas perversas de que somos vítimas (...). A nossa rádio tem que se adaptar a esta nova missão para que a citam, entrar decisivamente na luta com todo o peso das suas razões e das suas verdades, rebatendo e impedindo o avanço perverso dos inimigos que nos rondam e que devassando as nossas fronteiras sem que possamos impedi-lo, procuram desagregar-nos e sumir-nos no bolor inodoro da história que hoje se escreve vertiginosamente (...)»¹⁰⁷. Vão no mesmo sentido as palavras de Costa Garcez: «Também à radiodifusão portuguesa cabe, na hora que passa, a obrigação de levar a efeito, em relação às emissoras estrangeiras que nos atacam com ferozes emissões de propaganda, uma ofensiva de contra-propaganda, que é indispensável e que tem de ser eficaz, pronta e válida, sob todos os aspectos (...). Impõe-se, portanto, estudar cada vez com mais validade, a nossa defesa contra os ataques vindos do exterior, o que, aliás, se está a fazer já, de forma a, se não destruir, pelo menos, a desmascarar os embustes dos nossos inimigos»¹⁰⁸.

A necessidade de contrapropaganda fazia-se sentir e era cada vez mais abordada pelos mais altos responsáveis da emissora oficial, como Jaime Ferreira (durante a cerimónia da sua própria tomada de posse): «A radiodifusão, pelos favores da sua instantaneidade, da sua permeabilidade, do forte impressionismo que exerce, constitui hoje em dia – porque não dizê-lo? – uma poderosa arma de infiltração e propaganda política, especialmente propícia à fácil aglutinação da opinião geral. E para constatar que assim é bastará atentar na frequência com que ela é utilizada para ataques à vida e à

política dos países e veículos de paixões desenfreadas que se desenvolvem no espaço e por cima das fronteiras. Se é arma que serve para ataque muitas vezes tão desleal, é a própria legítima defesa que aconselha que ela seja utilizada como resposta»¹⁰⁹. Também Manuel Bivar louvou, na cerimónia de tomada de posse de Sollari Allegro, a utilização da rádio como arma psicológica de contrapropaganda: «Numa situação de guerra subversiva em África, cuja arma mais virulenta é, sem dúvida, a guerra psicológica, que de vários sectores nos é movida, nós sabemos que temos de reagir sem perda de tempo e com a máxima eficácia. E no campo psicológico nenhuma arma é mais apropriada tanto para a ofensiva como para a defensiva do que a Radiodifusão. Para isso, precisamos mais do que nunca de mobilidade e iniciativa»¹¹⁰.

Em relatório destinado ao presidente do Conselho, Sollari Allegro definia a situação da «cobertura radiofónica do ultramar», como «(...) manifestamente deficiente, não só quanto à cobertura radiofónica a cargo das Províncias Ultramarinas, como também sob o ponto de vista da contra-propaganda e da interferência às emissões do inimigo»¹¹¹. No mesmo documento, o presidente da EN defenderá a necessidade urgente de disponibilizar verbas para dotar a Guiné de um centro emissor e respectivo material técnico (emissores e antenas), cujo plano para sua instalação estava elaborado: «(...) ficou mesmo esquematizado o programa das emissões de contra-propaganda, a realizar em português, em francês e nas principais línguas nativas de dentro e de fora da fronteira, indicando-se as várias matérias a focar, o tempo de duração dessas emissões, a sua frequência»¹¹². Nesta «informação para sua excelência o presidente do Conselho, sobre a cobertura radiofónica do Ultramar», Sollari Allegro introduzirá a

¹⁰⁷ AZEVEDO, Elísio de – «O Rádio Clube de Moçambique», «Notícias», 17/03/61, *cit. in* Rádio Moçambique, Abril 1961, p. 20.

¹⁰⁸ GARCEZ, Costa – «Problemática da Radiodifusão Portuguesa», *Diário Popular*, *cit. in* Rádio Moçambique, Maio, 1963, p. 20.

¹⁰⁹ Rádio & Televisão, 05/12/59, p. 4.

¹¹⁰ Rádio & Televisão, 31/10/64, pp. 5-6.

¹¹¹ Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-81B, pasta 21, p. 1.

¹¹² Arquivo Oliveira Salazar/CO/PC-26, p. 12.

pergunta-chave: «(...) se não seria de encarar a hipótese de abreviar a solução do problema pela utilização de outras verbas, atendendo a que, na guerra psicológica e subversiva que nos é movida, talvez seja mais vantajoso ter menos um avião de combate mas possuir uma boa cobertura radiofónica, a trabalhar de acordo com a acção das forças armadas»¹¹³.

A contrapropaganda recrudescerá. Chegados a 1963, a EN conjugava na sua programação doméstica emissões como as crónicas de Angola, de a «Voz do Ocidente», de «A verdade é só uma (Rádio Moscovo não fala verdade)», programa diário de 15 minutos, de resposta às rádios clandestinas. A estas emissões junta-se a programação ultramarina: «A voz de Portugal», de monsenhor Moreira das Neves, «A verdade está com os portugueses em África», os comentários seguidos à informação da qual fazia parte a retransmissão do «Jornal Sonoro», a «Ronda desportiva», da responsabilidade de Artur Agostinho, o programa de discos pedidos «Que quer ouvir», além das emissões preenchidas com fados e guitarradas. Sobretudo em Moçambique, a estratégia de implementação de emissores regionais será dinamizada nos anos 70. Além dos Emissores Regionais existentes antes de 1961 (o do Norte, em Nampula, que existia desde 1953, o da Zambézia, em Quelimane, inaugurado em 1958, e o de Cabo Delgado, em Porto Amélia, fundado em 1960) foram criados, em 1972, o de Tete e o de Niassa, em Vila Cabral, tendo sido inaugurado o de Inhambane, em 1973. Através do Rádio Clube de Moçambique, eram transmitidos, em 1963, programas como «Terras de Portugal», «Programa da Mocidade Portuguesa», Programa de Intercâmbio da EN, matinés teatrais ou crónicas internacionais. E assim, a contrapropaganda ia-se apurando: «A preocupação da Emissora Nacional tem sido, portanto tripla: melhorar as condições de audição, nas Províncias Ultramarinas, dos seus

programas de ondas curtas; elaborar esses programas de forma a dar aos radiouvintes ultramarinos uma programação apropriada, com relevo especial para os serviços de noticiários e reportagens; abastecer as emissoras locais pelo envio constante de bobines de música, peças teatrais e outros programas de interesse cultural e político, em gravações de boa qualidade»¹¹⁴.

Entretanto, já se havia oposto às emissões da Rádio Conakry, a Emissora da Guiné Portuguesa: «Vós, régulos, não receeis nada. Ninguém vos espancará. Ninguém vos esmagará. Em território português só reina paz e o respeito. O nosso Governador é bom (...). Viva Portugal! Viva o nosso Governador. Viva a Guiné Portuguesa!»¹¹⁵. Uma ideia reforçada, em 1960, quando Cherno, da mesquita de Cambor, depois de aconselhar toda a população muçulmana «(...) a seguir os caminhos rectos de Deus e a acatar e respeitar as autoridades portuguesas a dedicarem-se ao trabalho, a viverem em boa harmonia uns com os outros»¹¹⁶, convida «todos os filhos da Guiné a manifestarem *una voce* a Sua Excelência o Governador a sua gratidão pelo carinho e assistência que tem dispensado à população da Província, sobretudo pelos melhoramentos (...)»¹¹⁷. Esta emissora portuguesa era preenchida por informações oficiais, visitas de Estado, efemérides políticas, e recepções: «O Senhor Governador inaugurou uma residência para o Delegado de Saúde e uma enfermaria em Farim. Depois foi a Olossato inaugurou um celeiro de cem toneladas de sementes de mancarra. Depois foi a Cuntima inaugurar outro celeiro de cem toneladas. Depois foi a Bintam inaugurar um celeiro de 50 toneladas. Depois seguiu para Begene onde inaugurou um celeiro de cem toneladas e outro de 50 toneladas»¹¹⁸. A estação incentivava o trabalho (agrícola): «O Senhor Governador volta a

¹¹⁴ Idem, pp. 2-3.

¹¹⁵ Idem, p. 7, (02/08/59).

¹¹⁶ Idem, (03/01/60).

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Arquivo Oliveira Salazar/CO, 07/06/59.

¹¹³ Idem, p. 13.

recomendar a todos os indígenas para lavrarem muito na próxima campanha agrícola (...). É preciso que a população da Província tenha comida em abundância e fartura, pois que só assim poderá haver alegria, paz e sossego na terra»¹¹⁹.

As emissões portuguesas também valorizavam a paz e apelavam à ordem: «[Preocupem-se] com o seu trabalho e não pensem em coisas que os seus conhecimentos e a sua aptidão não podem alcançar; Rezem e peçam a Deus a Paz do Mundo que se acha hoje ameaçada e não contribuam para a sua desgraça (...). Terminadas as perguntas, o simpático Cherno pede a todos os seus colegas que sigam à risca os preceitos do Corão e aconselhem os povos a abdicar de qualquer ideia subversiva»¹²⁰, dizia a mensagem.

Uma das suas principais características era o combate próximo às ideias transmitidas pela Rádio Conakry e o desempenho da estação: «Muitos não têm compreendido esse sentimento [de se sentirem portugueses], e procuram dividir os filhos da Guiné Portuguesa, criando inimizades entre eles, ódio entre as suas diversas raças a fim de estabelecer a desordem, espalhando mentiras e instigando a nossa pacífica gente que vive e trabalha em paz, a revoltar-se contra as autoridades e contra o Governo. Ainda bem, filhos da Guiné, que não dais ouvidos aos maus conselhos que vos assopram de fora!»¹²¹. De acordo com esta perspectiva não havia divisão: «Dizem que os portugueses vieram aqui para nos dividir. Mas, dividir quem, se não há divisão entre nós? Antes de os portugueses aqui chegarem é que nós estávamos divididos. Noutros pontos da África, as tribos não se entendem umas com as outras. Aqui na Guiné Portuguesa há milhentas tribos e todos se entendem umas com as outras, não há guerra entre elas, todos vivem e trabalham em paz»¹²². Alguns dias depois, a mesma questão é

justificada: «(...) Quando falamos em indígenas e civilizados queremos dizer apenas que há uns que sabem mais e outros que sabem menos. Não queremos fazer distinção de raça ou de cor, porque todos são Portugueses. O Governo o que quer é fazer Portugueses. Um Fula, um Mandinga, um Balanta português tem que aprender a viver como Português (...)»¹²³. No entender da Emissora da Guiné Portuguesa, prevalecia a união entre os naturais da Guiné-Bissau: «Na lei dos brancos, tanto os pretos como os brancos são portugueses, são a mesma coisa, preto ou branco aquele que se distinguir pela sua inteligência e pela sua cultura pode chegar a chefe de posto, administrador, e até a governador. Honório Barreto foi governador da Guiné»¹²⁴. (...) «Dizem essas Emissoras estrangeiras que nós temos política racial. Onde é que está a nossa política racial se nós todos, brancos, pretos, mestiços vivemos irmamente, sem zaragatas, nem discussões, trabalhamos em paz, ajudamo-nos uns aos outros, cada um é dono do que lhe pertence»¹²⁵. Sem lutas tribais e sem exploração, ali vivia-se... sob protecção: «Portugal guiado sempre pela Cruz de Cristo nunca tiranizou, nem tiraniza e não pode admitir a tirania sob nenhum aspecto. Tem, sim, educado, disciplinado, civilizado e protegido povos em toda a latitude da palavra protecção»¹²⁶. «(...) O português é bom, o português é amigo, o português é justo, o português respeita o seu semelhante, seja branco ou preto (...). É que nós, os portugueses somos muito diferentes na maneira de tratar com os nossos irmãos africanos. Nós procuramos amigos e não inimigos. Nós procuramos ajudar e não explorar»¹²⁷. Quem afirmava o contrário, é porque era um traidor ou, no mínimo, um invejoso: «E a Emissora da Guiné sabe que algumas Emissoras estrangeiras falam mal de nós portugueses, dizem coisas que não são

¹¹⁹ Idem, p. 3, (10/01/60).

¹²⁰ Idem, (07/06/59).

¹²¹ Idem, p. 8, (18/10/59).

¹²² Idem, p. 295, (14/06/59).

¹²³ Idem, (26/06/59).

¹²⁴ Idem, (07/06/59).

¹²⁵ Idem, p. 295, 14/06/59.

¹²⁶ Idem, p. 4, (02/08/59).

¹²⁷ Idem, (12/07/59).

verdadeiras a nosso respeito. A Emissora sabe que há alguns maus portugueses, alguns filhos da nossa Guiné que estão no estrangeiro e que são pagos para dizerem mal da sua própria terra. Este procedimento é uma traição. Mas porque é que dizem mal de nós se nós nunca fizemos mal a ninguém? É só por inveja»¹²⁸.

Estes programas deixavam entretanto no ar uma certeza, a de que o regime estava disposto a manter inequivocamente as colónias: «Nós não queremos a desordem, não queremos a guerra, não queremos aquilo que não é nosso. Mas não consentimos que venham tomar aquilo que é nosso (...). Temos as nossas tropas, as nossas armas, mas, é para nos defendermos se os de fora vierem atacar-nos para tomarem o que é nosso»¹²⁹. E Augusto de Barros, numa emissão em 1959, dizia: «O povo da Guiné é na verdade preto, mas a sua alma é branca (...). Será quase impossível (...) transpor-se o baluarte da civilização lusa, consubstanciada por cinco vigorosos séculos de ocupação»¹³⁰. A nacionalidade era um dos temas mais insistentes na emissora portuguesa: «A União faz a força e o trabalho cria riqueza. Se todos nos unirmos e cumprirmos o nosso dever, a Guiné Portuguesa será cada vez mais rica e farta, os nossos filhos viverão em paz e serão fortes e saudáveis e Portugal será uma Nação próspera e feliz. Não esqueçamos: Portugal é a nossa Pátria, a Guiné a nossa terra. Nós somos e continuaremos a ser sempre portugueses!»¹³¹.

Além da defesa, a Emissora da Guiné Portuguesa lança-se no contra-ataque; entre as várias acusações, divulga a de que a fome existe, mas na Guiné: «É de estranhar (...) o arrojo inaudito que [“algumas nações recém-nascidas”] têm em dar publicidade pela rádio ao facto da sua descabida pretensão de proteger o humilde e laborioso povo da Guiné Portuguesa que lhes tem servido (...) de

fonte inesgotável (...) para lhes matar a fome (...). Todavia apregoam-se farturas pela rádio [sobre a Guiné], mas essas farturas com que determinado locutor «ad hoc» para não dizer inconsciente ou traidor vem engodando a nossa gente, parece que não são de extensibilidade geral. Milhares de desgraçados têm vindo a esta bendita terra onde a soberania portuguesa desde há 500 anos se vem exercendo de forma disciplinada, suave e ininterruptamente, à procura do pão de cada dia»¹³². Fazem parte da lista de acusações, as afirmações de que se ouvem falsidades vindas do exterior: «A Guiné Portuguesa é uma terra de trabalho, terra farta (...). Todas essas palavras que de território estrangeiro se ouvem pela rádio, são mentiras, puras mentiras»¹³³.

A total divergência de pontos de vista entre os vários temas são habituais; também a Rádio Conakry acusava a emissora portuguesa de não dizer a verdade: «Toda a mentira que os Portugueses contam dizendo que aqui tomou a sua independência e que sofre as consequências dela, e que nada há, não deveis acreditar nela. Tudo é mentira»¹³⁴; a Emissora da Guiné Portuguesa explica o seu ponto de vista: «Portugal na sua política ultramarina nunca procurou, nem pensou mesmo eliminar ou “segregar” os nativos, mas sim fazer deles portugueses à sua imagem e semelhança (...). [A finalidade da colonização era] a natural civilização ou aproximação do «preto» ao “branco”»¹³⁵. Entre as diversas acusações mutuamente partilhadas entre as duas rádios, mas em sentidos profundamente opostos, está a escravatura: «O português acabou com tudo isso, respeitou os nossos usos e costumes e, principalmente a nossa religião, aboliu a escravatura, acabou com a servidão, isto é, com os forros e cativos, criando apenas portugueses, homens

¹²⁸ Idem, p. 294, (14/06/59).

¹²⁹ Idem, ibidem.

¹³⁰ Idem, p. 4, (02/08/59).

¹³¹ Idem, (07/06/59).

¹³² Idem, pp. 3-4, (02/08/59).

¹³³ Idem, p. 7, (02/08/59).

¹³⁴ Idem, p. 4, (02/08/59).

¹³⁵ Idem, p. 2, (18/10/59).

irmãos uns dos outros, vivendo lado a lado, ajudando-se mutuamente e trabalhando para o bem comum»¹³⁶. Esta emissão terminaria com um agradecimento ao Governo por «(...) todas as protecções dispensadas ao povo da Guiné, desejando prosperidades a todos os Membros do Governo da Gloriosa Nação Portuguesa»¹³⁷. Uma semana depois, sobre o mesmo assunto, a Rádio Conakry transmitia um relatório de Henrique Galvão: «Hoje já não há escravatura, mas o negro é alugado pelo Estado e o patrão já não se interessa em tratá-lo bem, porque se ele morrer ou ficar atrofiado será substituído por outro»¹³⁸.

A Guiné-Bissau será o caso mais paradigmático da intensiva utilização da rádio como arma de propaganda, quer através dos nacionalistas quer do regime. Na Guiné Bissau, «é normal ver-se, algures numa tabanca situada nas regiões libertadas da Guiné-Bissau, um grupo de militantes e combatentes do PAIGC a escutar atentamente um rádio (...). Rádio Bissau poucas vezes é ouvida, pois os patriotas não suportam as injeções de propaganda colonialista. E quando a escutam é sobretudo porque os colonialistas difundem muita música (música cubana, imagine-se!) entremeando aqui e ali notícias sobre a tão apregoada «Guiné-melhor» do demagogo e criminoso general Spínola. Notícias que por mentirosas, despropositadas ou ridículas, nas poucas vezes que são escutadas, são geralmente motivo de chacota e riso para os patriotas. Mas o que os militantes do PAIGC realmente escutam é a sua rádio («Rádio Libertação») assim como os programas difundidos pelo PAIGC na emissora «A voz da Revolução», da vizinha República da Guiné»¹³⁹.

O PAIGC havia distribuído centenas de transístores entre os seus militantes e combatentes; alguns, que falavam o francês, traduziam para os

seus companheiros as emissões de países africanos em língua francesa. Pelo lado português, além da integração do Emissor Oficial da Guiné na EN e dos serviços de Acção Psico-Social ali desenvolvidos, Portugal também distribuiu transístores entre a população: «O general Spínola até distribui rádios por aquela gente toda, para ouvirem programas; era enviado para lá o programa e depois era radiodifundido lá, porque directamente eles não tinham capacidade de captar, portanto eram retransmitidos; para além disso havia o envio de discos e coisas várias que se mandavam para lá, por exemplo funcionários»¹⁴⁰.

Era uma luta «taco a taco» pela conquista da adesão aos seus princípios de um grupo social o mais amplo possível. De um lado, o regime, tentando defender a opinião pública, do outro, a oposição, que a procurava enfraquecer, como reconhecia Marcelo Caetano: «(...) propaganda capciosa que, primeiro, abale os espíritos nas certezas adquiridas, depois aproveite as dúvidas para criar a instabilidade e o descontentamento até, finalmente, conquistar larga audiência e apoio que destrua os reflexos da defesa e a vontade de combater, conduzindo pela renúncia, à capitulação»¹⁴¹.

Deste modo, nos anos 60, a propaganda de integração que já vinha sendo feita é reforçada, sendo a contrapropaganda (criada nos anos 50) desenvolvida, em resposta à luta de carácter independentista e antiregime. As palavras ditas através da rádio tornaram-se assim uma verdadeira arma indispensável à perenidade do dogma colonial do regime salazar-marcelista.

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ Idem, ibidem.

¹³⁸ Idem, p. 159 (25/10/59).

¹³⁹ RPL – Um comunista na Guiné-Libertada, p. 13.

¹⁴⁰ ROGEIRO, Clemente, em entrevista, 02/03/99.

¹⁴¹ SEIT – Problemática Nacional da Informação, 1971.

A Rádio nos anos 50

Virgílio Luis Silva*

Resumo

Trata-se de uma narrativa diacrónica, uma panorâmica sobre os casos, as pessoas, os programas da rádio portuguesa dos anos 50, numa fase em que o teatro radiofónico mantinha as audiências em «suspensão». Uma primeira abordagem de uma década que antecipa um período mais complexo, sobretudo após o início da Guerra Colonial, já nos anos 60.

Abstract

The author presents a diachronical narrative, an overview on cases, people and radio portuguese programs in the 50's, in a period when radio drama kept audiences in suspense. This essay is first approach to a decade that anticipates a more complex period, in particular after the beginning of the Colonial War, in the 60's.

O lugar hoje ocupado pelas televisões nas nossas salas de estar era, nos anos da inocência da rádio em Portugal, preenchido pelos aparelhos de telefonia que «jorravam música» nas palavras, imortalizadas pelo cinema de 40, de António Silva.

Na «fase de irreprimível expansão, a telefonia torna-se um fascínio, porventura maior que a TV hoje».¹ São os anos de apogeu do Estado Novo com Salazar na roda do leme. «Os jornais de actualidades cinematográficas substituíam com ênfase as TV's ainda inexistentes, dando grande popularidade aos eventos em curso. Os documentários de António Lopes Ribeiro eram, por exemplo, notáveis nisso».² A Rádio de cinquenta ganha maturidade, e também, em boa verdade, encontra a expectativa do público. É preciso acompanhar o progresso que se vai desafiando diante dos olhos. A televisão é falada nas páginas dos jornais como a grande invenção, insípida ainda, no estrangeiro, mas que inevitavelmente haveria de chegar a Portugal. E enquanto não chega a imagem, o imaginário colectivo português de cinquenta prende-se à telefonia e à telenovela da época, ao teatro radiofónico primeiro, ao folhetim radiofónico

* Jornalista. Responsável pelo Núcleo de Estudos de Audiência da RDP

¹ DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, Setembro 1997, p. 140.

² Idem, *op. cit.*, p. 128.

depois. É o sucesso dos anos da rádio. O país chega inclusivamente a parar para seguir a intriga da radionovela.

Logo no primeiro ano da década, a Emissora Nacional faz anunciar na publicação Rádio Nacional, então órgão oficial da emissora do Estado, que vai começar a ter uma folhetim radiofónico diário. «As Pupilas do Sr. Reitor», de Júlio Dinis «sobem à cena» em vinte e quatro capítulos com um suplementar de prólogo, numa encenação produzida para a rádio por Adolfo Simões Müller e com a direcção musical do maestro Belo Marques.³ A Rádio Nacional destacou a notícia e titulava «Um grande acontecimento na rádio portuguesa – Emissora Nacional vai ter um folhetim radiofónico diário».⁴ A notícia destacava ainda que o folhetim seria «transmitido à hora do almoço e do jantar (repetição)»⁵. Outros se seguiram. O Teatro das Comédias era o preferido na categoria – assim o demonstrou o Inquérito Radiofónico levado a cabo pela Emissora em finais de 1953.

O final da idade da adolescência

A rádio portuguesa começava então a ganhar alguma maturidade no início da década. O crítico de rádio do Diário Popular (F. de C.F), escrevia em 1954: «de uma maneira geral, começando na programação da Emissora Nacional e acabando nos programas publicitários da rádio comercial, 1953 foi

o ano em que atingimos maior desenvolvimento e uma maior compreensão da essência da própria rádio e também – não será exagero afirmá-lo – o ano em que, na realidade, começamos a abandonar a adolescência radiofónica e a saber aproveitar a experiência e trabalho de muitos anos para produzir um «todo radiofónico» que o público ouvinte já nos mostrou compreender e apreciar.»⁶

A maturidade aliás foi sendo ganha pela evolução da tecnologia ligada à emissão dos programas, pelos sistemas de produção e planeamento e sobretudo pelos próprios programas atrás dos quais estavam, invariavelmente, muitos profissionais dedicados.

Ao sucesso da rádio, cada vez mais notório, foram surgindo as vozes críticas – não necessariamente negativas –, onde as conjecturas se sucediam numa tentativa de compreender o fenómeno e de o estudar. Rodrigues Rocha escrevia que «quase se desconhece os limites e fronteiras, embora não possua a verdadeira linguagem universal que foi uma das grandes razões do triunfo do cinema mudo. Mas como dispõe de quatro elementos – a palavra, a música, o ruído e o silêncio – e apenas um não é universal, desde a sua vulgarização todos esperam vê-la contribuir para a verdadeira aproximação dos povos o que no passado só com excepção tem acontecido.»⁷ Rodrigues Rocha escrevia sobre a nova missão da rádio, de aproximação dos povos através do intercâmbio de programas; uma forma de dar a conhecer as sociedades e as culturas.

A rádio de 50 gira em torno da cultura popular, brejeira quanto baste, das manifestações culturais mais clássicas, dos eventos que promove e de que são prova disso os «Serões para Trabalhadores»⁸

³ Rádio Nacional, 18.Fev.1950, n.º 656, p. 5.

Este histórico folhetim radiofónico diário, o primeiro, tinha como actores: Samwel Dinis (Reitor); Adelina Campos (Margarida); Bárbara Virgínia (Clara); Estevão Amante (José Dias Dornas); José Amaro (Pedro); Álvaro Benamor (Daniel); Vasco Santana (João Semana); Rosina Rego (Joana a criada); Pestana de Amorim (João da Esquina); Luz Veloso (Srª Teresa de Jesus); Emília Duque (Francisquinha); Barroso Lopes (mestre barbeiro). A montagem era da responsabilidade de Jorge Alves, o argumento e direcção musical do Maestro Belo Marques que dirigia simultaneamente a Orquestra de Salão e o Coro Feminino da Emissora Nacional. A figura de Júlio Dinis era evocada pelo actor Assis Pacheco. *Idem*, op. cit. p. 5.

⁴ *Ibidem*, op. cit., p. 5.

⁵ *Ibidem*, op. cit., p. 5.

⁶ Rádio Nacional, 14 Mar. 1954, n.º 860, p. 8.

⁷ Rádio Nacional, 26 Fev. 1955, n.º 918, pp. 8-9.

⁸ Os «Serões para Trabalhadores» muito embora sejam um produto da Rádio dos anos 40 (tiveram início em Março de 1944), continuaram durante toda a década de cinquenta e parte da de sessenta. Além de «Ouvindo as Estrelas», da programação da Emissora Nacional fazia também parte

e o «Ouvindo as Estrelas», na rádio oficial, e «Companheiros da Alegria», na rádio privada, muito da preferência dos radiouvintes, dos eventos mais sociais que noticia, dos tabús de que não fala.

A revista à portuguesa atreve-se, a canção popular também, a censura proíbe umas, deixa passar outras. Os movimentos revolucionários estão activos na clandestinidade. A Rádio não fala nem aborda esses temas, nem tão pouco os jornais.

São alguns dos homens do regime, de 40 – António Ferro, Duarte Pacheco, entre outros –, que convencem Salazar a aceitar os novos meios de comunicação social e a conviver progressivamente com eles.

Os anos da técnica

Nos anos de cinquenta, quase vinte anos após o seu aparecimento, a rádio sai a pouco e pouco da idade da adolescência. A Emissora Nacional reequipa-se ao abrigo do Plano de Radiodifusão Nacional que teve início em 1940, por altura das comemorações dos centenários,⁹ aumentando a sua rede nacional de emissores e lançando-se na construção do Centro Emissor Ultramarino (C.E.U.).

Os postos privados não ficam indiferentes e acompanham, também eles o progresso, ao mesmo tempo que a Emissora se equipa com as inovações técnicas – motivo de espanto na época –, adquire

«Uma Hora de Fantasia», que alcançou um êxito quase idêntico, e «O Gosto pela Música», um verdadeiro marco nos programas dedicados à chamada música erudita, e que esteve «no ar» durante mais de 25 anos, até ao início dos anos 80, quando terminou por expressa vontade do seu autor, João de Freitas Branco.

⁹ «A 2 de junho de 1940, no Castelo de Guimarães, o Estado Novo assinalava o início solene das comemorações do Duplo Centenário da Formação da Nacionalidade e da Restauração. Salazar fazia o seu discurso 800 Anos de Independência. Em Belém, na Praça do Império, inaugurava-se com pompa e circunstância a Exposição do Mundo Português.» Maia, Eduardo Leão, Documento *Timorenses: um povo martirizado pela História – Salazar ignorou o massacre dos Inocentes*, Revista Nova Gente, n.º 1171, 24 de Fevereiro de 1999.

terrenos para instalação de novos emissores e reorganiza-se internamente para dar resposta às solicitações quotidianas.

Manuel Bivar, director técnico da Emissora Nacional, escrevia em Agosto de 1952 na Rádio Nacional, que a instalação das antenas do novo Centro Emissor Ultramarino estava em fase de conclusão, tendo-se iniciado a construção dos edifícios¹⁰. Bivar refere ainda a conclusão das obras do edifício do Emissor Regional de Coimbra, do início das emissões do Emissor de Faro e a aquisição de terreno para a instalação definitiva do Emissor Regional do Norte,¹¹ que ficaria implantado em Azurara. Ao abrigo, ainda, do Plano de Radiodifusão Nacional, regulamentado por um Decreto-Lei do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de 14 de Setembro de 1940, cuja segunda fase vai desenvolver-se durante os anos 50, e que «compreende, essencialmente o desenvolvimento da sede de emissores regionais e a construção da nova sede, em substituição do actual edifício da Rua do Quelhas»¹², tenta-se cobrir eficazmente o território nacional. Aprovado por Costa Leite, então Ministro da Presidência, o Plano «procura conseguir melhores condições de audição para os ouvintes das zonas montanhosas do País, pois não é económica a solução de um emissor central potente. Prevê-se, pois, instalar em Vila Real, Viseu, Covilhã e Guarda emissores regionais de 1 Kw; e em Castelo Branco, Portalegre e Elvas, retransmissores locais de 100Kw¹³; quanto a Angra do Heroísmo e Funchal terão dois emissores regionais de 1 Kw, sendo o primeiro como complemento do emissor ali

¹⁰ Rádio Nacional, n.º 713, 24 de Março de 1952, p. 1.

¹¹ Idem, *op. cit.*, p. 1.

¹² Rádio Nacional, 18 de Setembro de 1954, n.º 895, p. 1.

¹³ Apesar do artigo citado referir, tal como se pode ler na publicação Rádio Nacional, 18 de Setembro de 1954, n.º 895, que a potência «prevista» dos retransmissores, em causa, é de 100 Kw, afigura-se-nos demasiado comparada com a potência do emissor de Azurara destinado a servir a região norte de apenas 10 Kw, ou seja 10 000 Wats. Não foram, no entanto encontrados outros documentos que permitam esclarecer esta dúvida. Estes emissores nunca chegaram a ser instalados.

existente.»¹⁴ De modo a ajudar a Emissora Nacional «as Autarquias Locais colaboram nesta iniciativa, pois estas realizações interessam imenso as respectivas populações.»¹⁵ É o então dito «período do progresso da rádio portuguesa que se harmoniza e se conjuga com a era de ressurgimento operado no nosso País».¹⁶ São introduzidos os novos gravadores de fita magnética, onde «não se consegue distinguir entre um programa gravado e um programa em directo»,¹⁷ verdadeira revolução, permitindo na fase de pós-produção, a montagem das diferentes peças radiofónicas.

A Casa da Rádio está no papel, justificando-se que os «estúdios da Rua do Quelhas são absolutamente insuficientes, mas o problema é apenas financeiro. Parece, porém, que esta grande aspiração de todos os que trabalham na E. N. vai finalmente ser uma realidade.»¹⁸ As palavras de Manuel Bivar reflectem a preocupação, mas o projecto não passa disso mesmo.

O que fica também escrito no Diário do Governo, é a autorização para a Emissora Nacional celebrar com a «casa Siemens Companhia de Electricidade (...) o fornecimento de uma instalação horária e de frequência normal do tipo BN 7002, contando um relógio de quartzo, pela importância de 250.000\$00».¹⁹ A autorização governamental justifica a aquisição por considerar «que a Emissora Nacional necessita emitir sinais horários com rigor de 0,01 segundos; e que os sinais horários rigorosos são de utilidade pública e servem grande número de entidades tais como Caminhos de Ferro, Correios, Serviços Meteorológicos, Geodésicos, etc».²⁰

Onde não consegue instalar emissores a curto prazo, a Emissora Nacional estabelece contratos. A integração do Rádio Clube de Angra no Plano de

Radiodifusão Nacional, em 1954, «passando a trabalhar em regime de contrato com a E.N.»²¹ é disso prova cabal. As negociações que se arrastaram durante algum tempo, culminaram com uma proposta da Emissora Nacional decidida favoravelmente numa Assembleia Geral do Rádio Clube.

As emissoras privadas aproveitam a conjuntura e a concorrência e reequipam-se. Os Emissores Associados de Lisboa que se tinham constituído em sociedade comercial em 1950, fruto da parceria da «Rádio Peninsular e as suas incorporadas Voz de Lisboa, Rádio Acordeon, Rádio Graça e o Clube Radiofónico»,²² planeiam «a montagem e exploração dum novo emissor de 1Kw que segundo as possibilidades virá aumentando até atingir a potência julgada necessária»²³ e cinco anos mais tarde põem em funcionamento uma Central de Programas que servirá de agente regulador do tráfego de programas entre os estúdios das várias estações integrantes da sociedade e os emissores ao seu serviço.

A Rádio Renascença aproveita a maré de renovação e instala no Porto, em Junho de 1949, um emissor de 1,100 vátios que inicia o seu funcionamento regular em 6 de Janeiro de 1950.²⁴ Mais tarde, a meio da década, formula o «primeiro pedido de instalação duma rede potente de onda média».²⁵ Entretanto aumenta a sua emissão diária e cria um novo espaço «entre as 08.30 e as 10.30 horas»²⁶ que é o resultado da inauguração, pela Rádio Press Office, de «um moderno estúdio de gravação. Graças a ele todos os comunicados, «spots» ou programas publicitários, difundidos por Rádio Renascença, são previamente gravados nas melhores condições possíveis.»²⁷

²¹ Rádio Nacional, 11 de Dezembro de 1954, n.º 907, p. 1.

²² Rádio Nacional, 4 de Novembro de 1950, n.º 693, p. 3.

²³ Idem, op. cit., p. 3.

²⁴ NEVES, Moreira das, *Para a História da Rádio Renascença Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa*, Ed. Rádio Renascença, Maio de 1980, p.133.

²⁵ Idem, op. cit., p. 133.

²⁶ Rádio Nacional, 12 de Fevereiro de 1955, n.º 916, p. 1.

²⁷ Idem, op. cit., p. 1.

¹⁴ Idem, op. cit., p.1.

¹⁵ Ibidem, op. cit., p.1.

¹⁶ Ib Ibidem, op. cit., p.1.

¹⁷ Rádio Nacional, 02 de Agosto de 1952, n.º 784, p. 3.

¹⁸ Idem, op. cit., p.3.

¹⁹ Rádio Nacional, 12 de Setembro de 1953, n.º 842, p. 1.

²⁰ Idem, op. cit., p. 1.

A Rádio Press Office (R.P.O.) foi, em França, uma das pioneiras da rádio particular e chamava-se «Radio Information». Corria o ano de 1927. «Até 1939, esta organização criou várias estações conhecidas tanto em França como no estrangeiro. (...) Esta rede desenvolveu-se fora de França. Primeiro em 1938, com a criação da popular Rádio Andorra, depois em Espanha graças à companhia Rádio Intercontinental, com os seus trinta emissores e, finalmente, depois de 1949, com a Rádio África Tânger e Rádio África Maghreb. Criaram-se por toda a Europa agências da Rádio Press Office – Madrid, Barcelona, Paris, Turim, Estocolmo, Estugarda e em Marrocos, Tânger e Casablanca – para dar a esta organização uma expansão internacional e permitir um trabalho mais eficiente.

Em 1951, a Rádio Renascença deu a concessão exclusiva da sua publicidade à R.P.O. A pouco e pouco a R.P.O. desenvolveu-se, reforçando os seus serviços em Lisboa e criando uma delegação permanente no Porto. «Desde Dezembro de 1954 que funciona nos escritórios da R.P.O. em Lisboa um estúdio de gravação de som ultra-moderno que permite assegurar, há já vários meses, todos os programas publicitários difundidos pela Rádio Renascença. Todos os dias são previamente gravadas cerca de 3 horas de emissão pelos dois locutores²⁸ ao serviço da R.P.O.»²⁹

O «pai» da Rádio Renascença e seu director, Monsenhor Lopes da Cruz, afirmava em Janeiro de 1951 à Rádio Nacional que «na Rádio Renascença considera-se muito importante conseguir-se que a estação seja ouvida com a mais perfeita regularidade»³⁰. Na altura os recursos são «acanhados e incertos e por isso os planos que fazem só podem ser de realização demorada»³¹. No entanto instala novos estúdios e «estuda melhorias mais importantes»³². E enquanto as suas instalações de

alta e baixa frequência são instaladas, trabalha com o que tem: dois emissores em Lisboa, Ondas Médias e Ondas Curtas, um no Porto de Ondas Médias.

A indústria electrónica também não pára. Avança-se em passos largos para a miniaturização. Anuncia-se em Portugal, em Setembro de 1951, o tródo de germânio que «pode revolucionar a indústria electrónica no prazo dos próximos 10 anos»³³. Os «Receptores de rádio que durarão toda a vida»³⁴ anuncia a Rádio Nacional na primeira página.

Passos de gigante dá o Rádio Clube Português ao ser a pioneira portuguesa na instalação de um emissor de frequência modulada. O processo vem de 1953, numa altura em que a televisão é assunto quase permanente nas páginas das publicações nacionais. A revista Rádio Nacional destaca com honras de página frontal e fotografia do eng^o Lima Basto e esposa à partida de Lisboa «para os principais centros europeus, onde adquirirá a primeira emissora para o Rádio Clube Português, a instalar em Lisboa, e possivelmente no Porto, nos primeiros meses de 1954»³⁵. No artigo que se segue, transcreve as palavras do locutor José do Nascimento que «anunciou, emocionado: (...) A ausência da televisão em Portugal compreende-se, aceita-se, em princípio pelas dificuldades de aquisição dos receptores, cujos preços até há pouco eram quase proibitivos. Presentemente, a situação modificou-se e pode admitir-se a possibilidade da sua instalação em Portugal, ainda que os encargos da compra dum emissor, sua manutenção e respectiva produção sejam onerosas para a entidade, ou entidades, que tomem a iniciativa de lançar no nosso País tão moderna e deslumbrante ciência, – e que não fica dúvidas é que se torna quase imperioso instalá-la, para não ficarmos na rectaguarda do progresso e dos outros países»³⁶.

²⁸ Os locutores eram a Dora Maria e o Henrique Mendes.

²⁹ Rádio Nacional, 28 de Maio de 1955, n.º 931, pp. 1 e 9.

³⁰ Rádio Nacional, 13 de Janeiro de 1951, n.º 703, pp. 1 e 16.

³¹ Idem, *op. cit.*, pp. 1 e 16.

³² Rádio Nacional, 28 de Maio de 1955, n.º 931, pp. 1 e 9.

³³ Rádio Nacional, 08 de Setembro de 1951, n.º 737, p. 1.

³⁴ Idem, *op. cit.*, p. 1.

³⁵ Rádio Nacional, 7 de Março de 1953, n.º 815, p. 1.

³⁶ Rádio Nacional, 7 de Março de 1953, n.º 815, p. 1.

A televisão, de tão falada, começa a tornar-se uma obsessão. Quando a Rainha Isabel II é coroada em Inglaterra a Rádio Nacional escreve a enaltecer as possibilidades da televisão e a descrever pormenorizadamente a reportagem televisiva da BBC. O título do artigo é sugestivo «Milhões de pessoas «viram» as cerimónias da coroação da Rainha Isabel II».³⁷

A pressão pública advinda do fascínio pelo novo média, vai-se sucedendo. O Grémio Concelhio dos Comerciantes de Artigos de TSF e Musicais de Lisboa, lança um folheto, transcrito para as páginas da Rádio Nacional, a descrever o que é a televisão e a contar um pouca da sua história.³⁸ No ano seguinte a mesma publicação titula: «Já funciona a televisão em Portugal»³⁹. E depois explica que «no último domingo, dia 17 – uma data que vai ficar na história da televisão no nosso País – começou a funcionar no destacamento americano do aeródromo das Lages, a televisão. O emissor tem um raio de acção de três milhas e meia»⁴⁰.

Entretanto a revista Rádio Nacional anunciava que o Rádio Clube Português «estava a instalar a sua estação de frequência modulada – a primeira deste género que funcionará no nosso País. Deste modo espera-se – e consegue-se certamente – obter uma recepção completamente isenta de todos os ruídos e interferências, na área de Lisboa».⁴¹ Por seu lado, a Emissora Nacional, que não podia perder a corrida do FM, ao fazer um balanço do andamento do seu Plano de Radiodifusão Nacional, nas páginas da imprensa especializada, equaciona «o recurso às possibilidades das ondas muito curtas (...) como solução para o problema do congestionamento das faixas de radiodifusão e da interferência que inutilizam actualmente a maior parte das emissões nocturnas em ondas médias»⁴², uma solução

encontrada em «alguns países da Europa».⁴³ A Emissora Nacional, diz o artigo, «está a realizar emissões experimentais em ondas de 31,8m (94,3Mc/s), utilizando o novo sistema de frequência modulada»⁴⁴. Perdeu, no entanto, a corrida pela primazia da instalação do FM para o Rádio Clube Português.

Nos Estados Unidos «uma válvula de rádio muito mais pequena que uma ervilha e de duração quase ilimitada»⁴⁵ estava nas primeiras fases de produção. O professor G.A. Woonton, director do laboratório de investigação electrónica da Universidade de Mcgil, em Montreal, que falava em Sidney na Assembleia Geral da União Científica Internacional, declarou «que essa nova válvula, chamada «transistor», ainda não podia ser adquirida e poderia permitir a produção futura de aparelhos de Rádio com o tamanho de algumas polegadas apenas.»⁴⁶

A rádio e o nascimento da televisão

Não era possível esperar mais, tanto política como socialmente, para instalar a televisão em Portugal. Os anos cinquenta são, no nosso País, os anos do «abandono», ainda que lento, da Rádio, trocados pelo fascínio e novidade da televisão. «A televisão é uma filha gloriosa da Rádio Sonora e a ela tão intimamente ligada, que para fazer a sua biografia, teremos necessariamente de nos referir a certas fases da rádio.»⁴⁷

A televisão portuguesa nasceu na Emissora Nacional em 1946, quando, no âmbito de um concurso de promoção a engenheiros de primeira classe, o então jovem engenheiro Francisco Maria Bordalo Machado, apresentou um trabalho para o

³⁷ Rádio Nacional, 13 de Junho de 1953, n.º 829, p. 1.

³⁸ Rádio Nacional, 3 de Outubro de 1953, n.º 845, pp.1 e 2, e 10 de Outubro de 1953, n.º 846, p. 2.

³⁹ Rádio Nacional, 23 de Outubro de 1954, n.º 900, p. 1.

⁴⁰ Idem, *op. cit.*, p. 1.

⁴¹ Rádio Nacional, 9 de Outubro de 1954, n.º 898, p. 1.

⁴² Rádio Nacional, 11 de Dezembro de 1954, n.º 907, p. 1.

⁴³ Idem, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁴ Ibidem, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁵ Rádio Nacional, 30 de Agosto de 1952, n.º 788, p. 2.

⁴⁶ Idem, *op. cit.*, p. 2.

⁴⁷ Bivar, Eng.º Manuel, *A Televisão em Portugal, A fase Inicial, Reflexos sobre o Futuro*, Ed. Casa do Pessoal da R.T.P., Lisboa, S.D., p. 6.

seu concurso de promoção com o título «Televisão – Estado Actual e Possibilidades de Instalação em Portugal».

Emergente, o novo média prendia a atenção de todos e mais particularmente a quem de alguma forma a ele estava ligado. A rádio não seria irmã mas sim mãe, sendo esse seu papel mais estreito pela inerência social que ocupa. «Desde então, não mais se deixou, na Emissora, de pensar no assunto.»⁴⁸ «No Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora, sob a chefia de Bordalo Machado, começou-se a reunir documentação; livros e artigos de revistas, que eram sempre recebidos com ansiedade e devidamente catalogados. Admitiu-se o engenheiro Lopes da Silva que ficou especialmente encarregue da recolha de informações.»⁴⁹

Se na Emissora Nacional se pensava seriamente na instalação da televisão em Portugal, a verdade é que o Rádio Clube Português também equacionava o problema. A já mencionada viagem aos «principais centros europeus de televisão», em 1953 de Lima Basto, prendeu-se com essa aspiração do Rádio Clube Português. Há quem diga que de facto, nessa altura, a estação de Botelho Moniz adquiriu um emissor de televisão, mas as informações não são precisas. Desde a primeira hora interessado, o major Botelho Moniz diria numa entrevista ao semanário Rádio Nacional, em Novembro de 1955, ter cedido, em favor da iniciativa do governo, a «primazia que tinha num pedido para instalar em Portugal a televisão.»⁵⁰

Na Emissora Nacional é criado em 1953 o Grupo de Estudos de Televisão, no seio do Gabinete de Estudos e Projectos, contando então com um orçamento de 500 contos destinado «a imprimir aos estudos uma maior amplidão»⁵¹ e em Novembro desse mesmo ano o Ministro da Presidência,

Costa Leite, tomava medidas e despachava sobre o assunto nos seguintes termos: «O Governo continua a considerar prematuro tomar posição quanto ao problema, pelo que a atitude da Emissora não deve por enquanto, desviar-se da linha até agora adoptada; isto é, não deve ir além do estudo do problema, acompanhando a sua evolução e sem ter como perspectiva a instalação e exploração do serviço visto que nada está ainda definido a tal respeito e o Governo não dispõe dos elementos necessários para marcar desde já uma orientação definida.»⁵²

A restrição imposta pelo governo durou até Janeiro do ano seguinte, pouco menos de dois meses. No novo despacho, as portas abriam-se moderadamente: «Não deverá ultrapassar-se a fase de estudos a que se refere o despacho de 9 de Novembro. Deverá estudar-se a hipótese de uma concessão única utilizável por várias entidades, como forma a conciliar a vantagem de aproveitar a iniciativa privada com a unidade que parece imposta pelo custo e natureza do empreendimento.»⁵³ O resultado apareceria em Julho de 1954, com a Direcção da Emissora Nacional a concluir o seu relatório, fruto da investigação entretanto levada a cabo pelo seu Grupo de Estudos de Televisão, que se intitulava «A Televisão em Portugal» e que «abordava os seguintes pontos, segundo o respectivo sumário:

- 1 – O estado actual da TV e a oportunidade da sua introdução em Portugal;
- 2 – O sistema de exploração a adoptar;
- 3 – A solução que parece possível;
- 4 – Esboço de um plano inicial e respectivos encargos;
- 5 – Estudo económico.

Apêndice – Relação dos trabalhos já feitos pela E. N.»⁵⁴

⁴⁸ Idem, *op. cit.*, p. 12.

⁴⁹ Ibidem, *op. cit.*, p. 14.

⁵⁰ Rádio Nacional, 19 de Novembro de 1955, n.º 956, pp. 1 e 9.

⁵¹ Bivar, Eng.º Manuel, *A Televisão em Portugal, A fase Inicial, Reflexos sobre o Futuro*, Ed. Casa do Pessoal da R.T.P., Lisboa, S.D., p. 15.

⁵² Idem, *op. cit.*, pp. 15 e 16.

⁵³ Ibidem, *op. cit.*, p. 16.

⁵⁴ Ibidem, *op. cit.*, p. 18.

A apresentação deste relatório levou à nomeação pelo Governo, sensivelmente um ano depois, a 27 de Janeiro de 1955, da Comissão para a Instalação da Televisão em Portugal da qual faziam parte «os srs. brigadeiro Luis da Câmara Pina, antigo adido militar às embaixadas de Washington e Londres, que também preside à Comissão de Radiodifusão;⁵⁵ Eng^o Carlos Ribeiro e Dr. Fernando Eloy, pela Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones; António Eça de Queirós, Eng^o Manuel Bivar e Dr. Armando Stichini Vilela, pela Emissora Nacional; e Major Botelho Moniz pelos Emissores Particulares»⁵⁶. Em Setembro desse mesmo ano o Governo decretava que a «instalação de aparelhos de televisão só será autorizada pela Emissora Nacional e ficará sujeita ao pagamento de taxa a fixar pela Presidência do Conselho⁵⁷» numa tentativa de evitar a instalação de receptores de televisão inadequados às futuras emissões de televisão. O Decreto do Governo imputava à Emissora Nacional a fiscalização e autorização para a instalação dos receptores assim como a cobrança de uma taxa, fixada pela Presidência do Conselho.

Em 15 de Dezembro de 1955 é constituída a sociedade Radiotelevisão Portuguesa, concessionária da televisão em Portugal e nomeado um Conselho Administrativo. «No edifício da Emissora Nacional realizou-se a cerimónia da constituição da Sociedade Anónima Radiotelevisão Portuguesa á qual competirá a exploração da

⁵⁵ A Comissão de Radiodifusão que havia sido nomeada pela Presidência do Conselho em Fevereiro de 1955, tinha como objectivo «propor ao Governo as bases para a promulgação do Estatuto da Radiodifusão Nacional, tendo em vista a sua eventual melhoria para o interesse público. Deverá especialmente analisar os problemas relativos à coordenação entre a rádio oficial e particulares, o melhor aproveitamento e distribuição dos emissores existentes, as normas para eventual licenciamento de novos emissores; a forma de assegurar uma eficaz coordenação entre a rádio da Metrópole e a do Ultramar; a publicidade radiofónica» (Rádio Nacional, 26 de Fevereiro 1955, n.º 918, p. 1). À Comissão foi dado o prazo de noventa dias para apresentar o seu relatório ao Governo.

⁵⁶ Rádio Nacional, 16 de Julho de 1955, n.º 938, p. 1.

⁵⁷ Rádio Nacional, 17 de Setembro de 1955, n.º 947, p. 1.

Televisão em Portugal. Esta Sociedade concessionária tem o capital, previsto na Lei, de 60 000 contos, divididos em terços que cabem ao Estado, às emissoras de rádio e ao público, esta parte a subscrever em acções de mil escudos pelas quais se tornam desde já responsáveis vários estabelecimentos bancários.»⁵⁸ Ao mesmo tempo é definido o terço de participação (20 000 contos) de capital das emissoras de rádio na nova sociedade, ficando distribuídas do seguinte modo: «Rádio Clube Português, 9200 contos; Rádio Renascença, 4630 contos; Emissores do Norte Reunidos, 2310 contos; R.C. de Moçambique, 2310; Emissores Associados de Lisboa, 1400; Rádio Ribatejo 30; Rádio Polo Norte, 30; Posto Emissor de Radiodifusão do Funchal, 20; e R.C. de Angra do Heroísmo, 20.»⁵⁹ «O conselho administrativo da Radiotelevisão Portuguesa é constituído por três membros, os srs. eng^o Camilo Mendonça, como presidente, designado pelo Estado; Major Botelho Moniz, presidente da direcção do Rádio Clube Português, em nome dos emissores particulares de radiodifusão; e dr. Stichini Vilela, director administrativo da E.N. como representante do público subscritor»⁶⁰.

Assinada a escritura, que incluía o estatuto da nova sociedade, foi desde logo marcada uma reunião para os primeiros dias de 1956 (12 de Janeiro), nas instalações da Associação Industrial Portuguesa, na altura situadas na Avenida da Liberdade⁶¹, para a eleição do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral. Sabia-se ainda que o presidente do Conselho Fiscal, nomeado pelo Estado, seria o Coronel Esmeraldo de Carvalhais. «Dias depois, a 16 de Janeiro, efectua-se na Presidência do Conselho o acto de outorga da concessão do serviço público de TV à RTP.

⁵⁸ Rádio Nacional, 24 de Dezembro de 1955, n.º 961, p. 1.

⁵⁹ Idem, *op. cit.*, p. 1.

⁶⁰ Ibidem, *op. cit.*, p. 1.

⁶¹ SILVA, Lopes da e Teves, Vasco Hogan, *Vamos Falar de Televisão*, Livros R.T.P., Biblioteca Básica Verbo n.º 29, Lisboa, 1971, p. 108.

Assinaram, por parte do Estado, o ministro da Presidência e interino das Comunicações, Prof. Dr. Marcelo Caetano, e, pela concessionária, os membros do respectivo conselho de administração, Eng^o Camilo Mendonça, major Jorge Botelho Moniz e Dr. Stichini Vilela. Encontrava-se presente o procurador-geral da República, interino, Dr. Saraiva de Albuquerque.»⁶²

Constituída a sociedade que se passaria a designar por Radiotevisão Portuguesa, S.A.R.L., os passos seguintes são dados com maior celeridade. Os Estudos haviam sido feitos pela Emissora Nacional, restava portanto lançar os concursos públicos necessários à compra dos equipamentos, adquirir terrenos para implantar os emissores e escolher o local para construir os estúdios necessários ao funcionamento. O primeiro grande acto da Radiotevisão Portuguesa foi dado, quando em 16 de Abril de 1956 são abertas as propostas para o fornecimento dos equipamentos de estúdios e emissores. «O acto revestiu-se de certa cerimónia e justificada expectativa. (...) Um ambiente de entusiasmo e mal contida alegria cercou a sala onde se realizou o referido acto, que foi largamente filmado pelo conhecido realizador cinematográfico Baptista Rosa, constituindo esta película um dos primeiros programas da Televisão Portuguesa.»⁶³ A bom ritmo e com os corpos directivos eleitos⁶⁴, seguia a televisão em Portugal. Restava agora adquirir e montar os equipamentos, fazer experiências e iniciar as emissões regulares. «Ainda antes do fim do ano de 1956, a 5 de Dezembro, celebrava-se o contrato de compra dos 5 emissores

a instalar na primeira fase da rede nacional de TV: na serra de Monsanto, em Lisboa; no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia; e nas serras da Lousã, Monchique e Montejunto.»⁶⁵

A primeira experiência registada pelo semanário Rádio Nacional decorreu em 03 de Julho de 1956, quando «as máquinas da tomada de vista da Radiotevisão Portuguesa entraram pela primeira vez em acção na terça-feira passada, durante uma experiência realizada no Castelo de S. Jorge. As imagens tomadas foram transmitidas a um receptor instalado na sede, que as reproduziu em condições satisfatórias, perante um grupo de entidades directamente responsáveis pelo desenvolvimento da televisão no nosso País.»⁶⁶. Este febril período culminou quando, em 4 de Setembro de 1956, na Feira Popular de Lisboa, então situada em Palhavã, se fizeram as primeiras emissões experimentais (de 4 a 30 de Setembro⁶⁷), onde havia sido montado um emissor e um estúdio. «Meia hora depois das nove da noite de 4 de Setembro de 1956. Uma Câmara assesta uma das suas objectivas sobre um locutor. Foca-o. E logo após ter sido retirada a mira técnica, a central mete-o «no ar». Imagem «ao vivo» pela primeira vez. Raul Feio⁶⁸ apresentou o programa da noite. (...) O primeiro «sorriso RTP» (...) pertenceu a Maria Armada Falcão⁶⁹.

A televisão foi, nas palavras de Etelvina Lopes de Almeida, uma das grandes vozes femininas da rádio,

⁶² Idem, *op. cit.*, p. 109.

⁶³ Rádio Nacional, 21 de Abril de 1956, n.º 978, pp. 1 e 9.

⁶⁴ Os primeiros corpos directivos da Radiotevisão Portuguesa foram «o sr. eng^o Camilo de Mendonça, Presidente do Conselho de Administração da RTP, (...) os srs. drs. António Alçada, Comissário do Governo; Monsenhor Lopes da Cruz, da Assembleia Geral; António Rodrigues e eng^o Carlos Barradas da Silva, do Conselho Fiscal; e Dr. Lusignan de Azevedo, Secretário Geral (...) os srs. Coronel Esmeraldo de Cravalhais, Presidente do Conselho Fiscal; dr. Stichini Vilela, Administrador, e sr. Fernando Eloi, Consultor Jurídico da empresa.» (Rádio Nacional, 21.Abr.1956, n.º 978, pp. 1 e 9).

⁶⁵ SILVA, Lopes da e Teves, Vasco Hogan, *Vamos Falar de Televisão*, Livros R.T.P., Biblioteca Básica Verbo n.º 29, Lisboa, 1971, p. 111.

⁶⁶ Rádio Nacional, 7 de Julho de 1956, n.º 989, p. 1. O artigo refere ainda que as entidades presentes nesta experiência, eram entre outros os «eng^{os}. Manuel Bivar, Carneiro Martins e Amaro Vieira da R. T. P.; William e Barrys da Marconi; Dubois, da Companhia Générale de Télégraphie sans fils, fornecedora do material de transmissão simultânea de imagem e som; drs. Stichini Vilela, Lusignan de Azevedo e Paulo Labrégère.»

⁶⁷ SILVA, Lopes da, e TEVES, Vasco Hogan, *Vamos Falar de Televisão*, Livros R.T.P., Biblioteca Básica Verbo n.º 29, Lisboa, 1971, p. 117.

⁶⁸ Raul Feio era na altura locutor da Emissora Nacional.

⁶⁹ Jornalista, escreve com o Pseudónimo de Vera Lagoa.

desta época «o que terá sido uma coisa nova que chega. As pessoas ficaram deslumbradas com aquilo tudo», e depois de «rodado o botão sobre o que ficou a ser, para a história, a primeira emissão de TV no nosso país, o público ficou com tema de conversa até altas horas da noite.»⁷⁰

Em simultâneo às emissões de televisão da Feira Popular, decorre uma auscultação do público, através de um folheto de distribuição gratuita editado pela RTP, que procura a resposta das pessoas às questões seguintes: «Agradou-lhe a pequena demonstração de TV a que acaba de assistir?; Tenciona adquirir um receptor de TV?»⁷¹ o que permitiu retirar algumas conclusões com vista à fase «efectiva da Radiotelevisão Portuguesa.»⁷² Suspensas, com o encerramento da Feira Popular, as emissões experimentais da TV tinham alcançado os seus objectivos, recomeçando em 7 de Março de 1957, com carácter regular, utilizando os Estúdios do Lumiar e difundidas pelo emissor de Monsanto.

O Centro Emissor Ultramarino

Herdeiro de uma «tradição de transmissão em Onda Curta iniciada em 1929 com a Rádio Colonial»⁷³, uma estação privada que emitiu para o Brasil e ex-colónias e continuada pelo Centro Emissor Imperial que a Emissora Nacional pôs a funcionar em 1934 em Barcarena»,⁷⁴ o Centro Emissor Ultramarino foi inaugurado em Março de 1954, «logo que se verificou o primeiro ataque a Dadrá»⁷⁵. Nessa altura, «a Emissora Nacional no

desejo de fazer chegar, o mais rapidamente possível, aos seus numerosos ouvintes da Índia Portuguesa, o conhecimento das providências e o eco da repercussão interna e externa dos acontecimentos, antecipou a entrada em funcionamento do «Centro Emissor Ultramarino de S. Gabriel», que estava em vias de conclusão.»⁷⁶

Começado a construir no início dos anos cinquenta, e parte importante do Plano de Radiodifusão da Emissora Nacional, o Centro Emissor Ultramarino, seria equipado com os emissores pertencentes ao CEI (Centro Emissor Imperial), sediado em Barcarena: dois novos emissores, entretanto adquiridos e um parque de 23 antenas dirigidas para 11 destinos.

Anos antes, nos discursos de homenagem a António Ferro (Secretário Nacional da Informação), quando da sua partida para a Suíça, Manuel Bivar dizia, depois de lhe enaltecer o espírito e, referindo-se particularmente às inovações técnicas então em curso: «A aquisição recente de dois potentes emissores de 100Kw para ondas curtas que vão trabalhar com um moderno sistema de antenas dirigidas, a par de 2 emissores já existentes e um em montagem»⁷⁷ (...) «teremos assim brevemente e finalmente, o verdadeiro Centro Emissor Imperial, donde poderá irradiar-se para o Mundo Português e para o Estrangeiro a expressão radiofónica da espiritualidade portuguesa.»⁷⁸

Nesse mesmo mês da inauguração apressada o «sr. engº José Frederico Ulrich, ministro das Obras Públicas, acompanhado pelos srs. engºs. Gomes da Silva e Ferreira da Cunha, e arquitecto Santos, visitou os trabalhos de construção do Centro Emissor Ultramarino, em Pegões».⁷⁹ Anunciava-se entretanto que «o novo emissor, que deve ser inaugurado brevemente, passa a ouvir-se por forma muito nítida nas nossas províncias ultramarinas e, de

⁷⁰ Idem, *op. cit.*, p. 124.

⁷¹ Ibidem, *op. cit.*, p. 128.

⁷² Ib Ibidem, *op. cit.*, p. 128.

⁷³ A Rádio Colonial, havia sido propriedade de Abílio dos Santos Jr., um dos pioneiros da Rádio em Portugal, que com carácter regular, iniciou as emissões de rádio, em 1925, com a estação CT1 AA.

⁷⁴ Ilídio Trindade in «Rádio – Jornal Informativo da RDP», Março 1994, n.º 37, pp. 6-7.

⁷⁵ Rádio Nacional, 21 de Agosto de 1954, n.º 891, p. 1. (Ver capítulo «A Índia Portuguesa»).

⁷⁶ Idem, *op. cit.*, p.1.

⁷⁷ Rádio Nacional, 14 de Janeiro de 1950, n.º 651, p. 1.

⁷⁸ Idem, *op. cit.*, p. 1.

⁷⁹ Rádio Nacional, 14 de Março de 1954, n.º 868, p. 1.

uma forma geral, em todo o Mundo».⁸⁰ Nada fazia prever o que se iria passar a seguir. Todavia, a imprensa e a rádio portuguesas enalteciam nas suas páginas Portugal e o seu regime, defendendo a posição portuguesa e supostamente dos portugueses, residentes tanto em território luso como nas «colónias». A justificação para a apressada entrada em serviço do Centro Emissor Ultramarino viria num tom patriótico, lembrando que com «tal melhoria técnica, e tendo em vista o inegável conforto espiritual que representa, nos dias sombrios que a nação está a travessar, a presença da Emissora Nacional em Goa, Damão e Dio, foi possível a este Organismo, sem prejuízo dos programas normais, criar novas rubricas e intensificar a frequência de outras, como é o caso dos «noticiários», a fim de manter os seus ouvintes da Índia prontamente informados.»⁸¹ Ainda em 1954 tem início o serviço em língua inglesa através das Ondas Curtas para a Ásia, depois da ocupação das localidades indianas de Dadra e Nagar Aveli pelas forças independentistas apoiadas por Nehru.

O esforço não estava, no entanto completo. As exíguas instalações da rua do Quelhas tornaram necessário adaptar os «2 pisos inferiores dum edifício recentemente construído na Rua de S. Marçal, 1-A.»⁸² O eng.º chefe António de Oliveira Correia, encarregado geral dos trabalhos da nova sede do Serviço Ultramarino, numa entrevista publicada pela Rádio & Televisão, explicava que «os serviços de radiodifusão da E.N., têm crescido de uma maneira notável, com grande aumento de número de obras de emissão, desdobramento de programas, ampliação dos serviços de gravação, composições radiofónicas, serviços de intercâmbio etc., etc. Com a entrada em funcionamento do Novo Centro Emissor Ultramarino, em S. Gabriel, as transmissões em Onda Curta, para as nossas Províncias Ultramarinas, para os núcleos de Portugueses

espalhados pelo Mundo, nomeadamente, Brasil, América do Norte, Canadá, etc., e ainda os programas especiais para as diferentes partes do Globo, originaram vastas perspectivas que só eram possíveis de solucionar com a criação de novas instalações para os Estúdios e para a programação do Serviço Ultramarino.»⁸³

O Centro Emissor Ultramarino havia tido uma inauguração antecipada, devido aos acontecimentos ocorridos na Índia em 1954, e a sede do Serviço Ultramarino teve igual sorte. A visita da Rainha Isabel II a Portugal, em Fevereiro de 1957, apressou os trabalhos, resolvendo-se «como gesto de emergência, apressar a conclusão do Centro de Ondas Curtas, em S. Marçal, para que este viesse a poder servir as necessidades da estação inglesa, na devida altura, enquanto a estação do Quelhas atenderia às necessidades do serviço nacional.»⁸⁴ Na altura, as instalações da EN na rua do Quelhas revelavam-se insuficientes «para poder desempenhar-se da função de prestar à BBC o apoio que esta desejava.»⁸⁵ Quando a Rainha Isabel II, desembarcou no Terreiro do Paço, a 18 de Fevereiro de 1957, os repórteres da BBC «encontraram um Posto montado no Terreiro do Paço, outro na Rua Augusta, outro nos Restauradores, outro a meio da Avenida da Liberdade, outro no Marquês de Pombal e outro no Parque Eduardo VII. Cada Posto estava equipado com dois técnicos e três linhas de circuito privativas. E o Centro de Ondas Curtas de S. Marçal estava concluído e foi posto, inteiramente à disposição da BBC, com três Centros de Referência, uma Central, uma Secção de Gravação e um Centro de Composições Radiofónicas. Quer dizer: a equipa da BBC integrou-se no conjunto da Emissora Nacional, como um novo Serviço, e teve ao seu dispor, praticamente, uma nova estação»⁸⁶.

⁸⁰ Idem, *op. cit.*, p. 1.

⁸¹ Rádio Nacional, 21 de Agosto de 1954, n.º 891, p. 1.

⁸² Rádio & Televisão, 2 de Março de 1957, n.º 26, pp. 3 e 5.

⁸³ Idem, *op. cit.*, pp. 3 e 5.

⁸⁴ Rádio & Televisão, 23 de Fevereiro de 1957, n.º 25, pp. 3 e 5.

⁸⁵ Idem, *op. cit.*, pp. 3 e 5.

⁸⁶ Ibidem, *op. cit.*, pp. 3 e 5.

Nessa altura a propaganda do regime dava a conhecer as suas obras de maior orgulho. O orgulho do momento era o Centro Emissor Ultramarino, cuja divulgação pela imprensa especializada mereceu uma enaltecida descrição da obra. «O público radiouvinte dificilmente se apercebe do esforço material e humano despendido pela Emissora Nacional e pelos seus funcionários na manutenção do Centro Emissor Ultramarino, que através das suas antenas, tem permitido um estreito intercâmbio, uma mais perfeita unidade espiritual com os portugueses espalhados pelo Mundo, particularmente com os habitantes da nossa Índia.

«Referindo-nos aos encargos materiais da E. N. podemos afirmar que se gastou até agora no C. E. U. de S. Gabriel a verba de 55 mil contos. E a sua manutenção representa um encargo de 16 000 contos, sem incluímos as despesas de programação, pessoal técnico e administrativo, pois esses roçam a quantia de 6500 contos, também anuais. A energia eléctrica devora, por ano 4000 contos representados no consumo de oito milhões de Kw. Para manter em funcionamento o Centro Emissor Ultramarino foi necessária a instalação de um novo Centro de Regência, em Lisboa, que representa uma despesa de 4700 contos⁸⁷. Este importante esforço orçamental da nossa estação oficial da rádio é largamente compensado, espiritualmente pela correspondência recebida dia a dia na Emissora Nacional, onde se patenteiam as boas condições técnicas de recepção dos nossos emissores e afirma-se também, com entusiasmo, um portuguesismo tantas vezes documentado nas horas difíceis e nas horas fáceis. Logo que sobre a Índia Portuguesa caiu a ameaça da sua integridade, a Emissora Nacional no cumprimento da sua missão, alargou o seu serviço de transmissões e gravações que o radiouvinte se apercebeu completamente, no programa «A Voz de Goa – Uma Voz de Portugal no Oriente», transmitido

⁸⁷ O artigo refere-se às instalações da Rua de S. Marçal, inauguradas no mesmo ano de 1954.

diariamente após o serviço de noticiário das 21.00 horas, em Ondas Médias. Entretanto para a Índia Portuguesa são transmitidos programas diários, em fraternal resposta à emissão enviada pela Emissora de Goa. Neste breve apanhado de elementos documenta-se quanta dedicação, quanto trabalho, quanta abnegação são despendidos pelos funcionários da Emissora Nacional, desde os técnicos, aos locutores, aos próprios funcionários administrativos, sob a orientação e vigilância da sua Direcção, que mais uma vez afirmaram a eficiência desses serviço público, cumprindo também uma notável acção patriótica.»⁸⁸

A rádio política e a informação

No início de 1950, António Ferro, um dos homens fortes de Salazar, é nomeado para desempenhar em Berna, as funções de Ministro de Portugal, deixando o lugar de Presidente da Direcção da Emissora Nacional vago. A fase de transição seria assegurada por Manuel Bivar, designado «por despacho do Sr. Presidente do Conselho, (...) nos termos do parágrafo 2º do art.º 14 do diploma legal da Emissora Nacional, para exercer temporariamente aquelas funções.»⁸⁹

António Ferro, mesmo longe não deixa de se manifestar um apaixonado pela rádio. Cinco anos mais tarde, em Genebra, num debate sobre actividades de radiodifusão denominado «Reencontres Internacionales», Ferro fala de improviso dizendo «ser necessário fazer uma distinção entre radiouvinte e público, pois o primeiro é uma personagem pirandelliana que se desdobra constantemente e nunca está de acordo com nenhum programa, nem com ninguém, nem com ela própria, pois o seu agrado ou desagrado depende quase sempre do humor ocasional.

⁸⁸ Rádio Nacional, 11 de Setembro de 1954, n.º 894, p. 1.

⁸⁹ Rádio Nacional, n.º 652, 21 de Janeiro de 1950, p. 1.

Todas as rádios do Mundo – acrescentou – que vão ou não ao encontro do gosto dos ouvintes são sempre atacadas e, portanto, como nada se ganha, subordinando-se ao gosto de cada um, o melhor é tratar de fazer obra educativa que, pouco a pouco, atingirá, não, individualmente, o radiouvinte, mas o público, que o ultrapassa, isto é, o povo não é tão insensível ao espírito e à beleza como se julga. O belo tem a sua música própria, que se desprende de todas as artes, seja da pintura, seja da escultura, seja da arquitectura, música, nem sempre compreendida, mas geralmente sentida e adivinhada.»⁹⁰

A sucessão de António Ferro na Emissora Nacional, é feita com alguns episódios. Em 11 de Agosto de 1949, Ferro assina uma das suas últimas Ordens de Serviço⁹¹ onde se estabelece a forma de hierarquia interna relativamente a substituições nos

⁹⁰ Rádio Nacional, nº 947, 17 de Setembro de 1955, p. 1.

⁹¹ Transcrição do Documento: «Serviços Internos da EMISSORA NACIONAL. Ordem de Serviço n.º 52. Matéria Regulamentar – Geral/11.

Para os devidos efeitos se determina que, conforme o deliberado em reunião da Direcção de 8 do corrente, sejam observadas as seguintes disposições em referência à hierarquia interna:

Artigo 1º – Na ausência ou impedimento do Presidente da Direcção, será este substituído nas suas funções pelo Director designado pelo Presidente do Conselho.

§ 1º – Os Directores Técnico e Administrativo substituem-se reciprocamente, nas suas ausências e impedimentos temporários.

§ 2º – Nenhum funcionário de outra categoria poderá substituir os Directores, salvo quando se reconheça absoluta necessidade de o fazer para boa marcha dos serviços e, neste caso, somente depois de designação em despacho ministerial.

Artigo 2º – Cada Director designará para assegurar o serviço interno da sua direcção e despachar com o Director substituto, o Chefe de Repartição mais antigo em serviço, ou o funcionário que estiver a desempenhar as suas funções.

§ único – Este funcionário poderá assistir às reuniões da Direcção, com carácter informativo.

Artigo 3º – A qualidade de interino só poderá ser usada pelos Directores substituídos quando previamente nomeados e a nomeação publicada no Diário do Governo.

Artigo 4º – Todo o expediente para o exterior deverá em regra ser assinado pelo Presidente da Direcção ou pelos outros Directores, de harmonia com as instruções do Presidente.

Lisboa, 11 de Agosto de 1949. O Presidente da Direcção – António Ferro.

impedimentos e ausências de Directores e do próprio Presidente da Direcção da Emissora nacional de então. Curiosamente a última Ordem de Serviço que Ferro assina, tem data de 8 de Novembro de 1949 dizendo respeito à colocação de Álvaro Artur da Silva, «4º Trompa – colocado no “Quadro Auxiliar da Orquestra Sinfónica Nacional”»⁹².

É Jorge Felner da Costa, já em 11 de Novembro desse mesmo ano quem assina a Ordem de Serviço seguinte, congratulando os funcionários que prestaram serviço aquando da visita do Generalíssimo Franco a Portugal. Felner da Costa assinaria também em 10 de Janeiro de 1950, a Ordem de Serviço n.º 3 onde é nomeado, temporariamente, Manuel Bivar, como Presidente da Direcção da E. N. e onde se lê «Tendo o Sr. António Ferro cessado o desempenho das suas funções de Presidente da Direcção deste Organismo, no passado dia 5, S. Ex.ª O Presidente do Conselho, por despacho de 6 do corrente, determinou, nos termos da parte final do § 2º. Do art.º 14 do Decreto-Lei n.º 30.752 de 14 de Setembro de 1940, que seja temporariamente, substituído pelo Director mais antigo, Eng.º Manuel Bivar.»⁹³

Praticamente um ano depois, a publicação Rádio Nacional titula «A superior orientação da Emissora Nacional foi confiada ao escritor e jornalista António Eça de Queirós». O artigo refere ainda que a nomeação é feita ao abrigo da Portaria de 30 de Janeiro de 1951, publicada no Diário do Governo de 09 de Fevereiro – 2ª Série do mesmo ano. Dos discursos de circunstância fica «no ar» a intenção de se renovar tecnicamente a Emissora Nacional, o que de facto acontece. Conta Mateus Boaventura, ex-quadro da E.N., que «foi o António Ferro que nomeou o António Eça de Queirós como presidente da Direcção da Emissora Nacional, a quem aliás

⁹² Emissora Nacional de Radiodifusão, Ordem de Serviço n.º 70, Assuntos diversos – Pessoal/42, Lisboa, 8 de Novembro de 1949.

⁹³ Emissora Nacional de Radiodifusão, Ordem de Serviço n.º 3, Matéria Regulamentar-Geral/2, Lisboa 10 de Janeiro de 1950.

chamavam o «Ferro Forjado», por ter sido inventado pelo António Ferro. Não era pelo seu valor, era por causa da família, porque ele era filho do Eça de Queirós, o escritor e porque também tinha um cargo decorativo no S. N. I.. Quando foi necessário arranjar um presidente para a Emissora, arranjou-se o «Ferro Forjado» que foi o António Eça de Queirós».

«A Emissora fazia o que o Estado queria. O ministro da presidência chamava à ordem a direcção da Emissora quando era necessário e até mesmo o Silva Dias que foi deputado», conta Mateus Boaventura, caracterizando a relação entre o Estado e a Emissora. Mateus Boaventura, conta a propósito da figura do eng^o Silva Dias, que chegou a ser deputado pela União Nacional, ficou, junto dos seus colegas da E.N., conhecido pelos «muitos» discursos proferidos durante o seu mandato como a «Fortaleza do Silêncio».

Os últimos anos de António Ferro na Emissora Nacional, ficam marcados pelo episódio da demissão de alguns grandes nomes da rádio de então. Etelvina Lopes de Almeida, «não esquece ter-se ele recusado a demitir os que haviam assinado as listas do MUD, em 1945: «foi Felner da Costa, director administrativo, presidente interino depois de o Ferro deixar o cargo, quem nos demitiu»»⁹⁴ Etelvina Lopes de Almeida, «Igrejas Caeiro, Curado Ribeiro, a locutora Joana Campinos e o jornalista David de Carvalho»⁹⁵ de entre oito elementos do quadro de pessoal da E. N. terão assinado «as listas de apoio às reivindicações apresentadas pelo MUD – Movimento de Unidade Democrática. Exigiam então, «para haver eleições efectivamente livres», o adiamento, por seis meses, do prazo que o Governo estipulava para o acto eleitoral, com a preparação de um novo recenseamento, a autorização para a formação de partidos políticos e a criação de novos jornais»⁹⁶ na sequência da candidatura à

presidência da República do general Norton de Matos em 1949.

«De forma perversa, a demissão só iria efectivar-se em 1948, depois de ter sido aberto concurso para locutores e de os apurados estarem em condições de ocupar os lugares deixados vagos pelos «prevaricadores». Curado Ribeiro, Etelvina e Igrejas Caeiro foram reintegrados em 1974.»⁹⁷ A Rádio Graça, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença ganharam o talento dos dispensados. O regime exercia o seu poder pelo medo, como conta Etelvina Lopes de Almeida, «O medo era o grande general do Estado Novo. Toda a gente tinha medo. Um medo abstracto, um medo físico, um medo mental. (...) As pessoas prezavam pouco a sua personalidade e havia um medo que abafava tudo.»

O génio dos criadores radiofónicos não deixou, no entanto, de ser revelado, nalguns dos grandes programas que moveram a paixão da sociedade que os escutava. O regime não deixava de estar atento à rádio e aos seus intervenientes. Em 11 de Agosto de 1951, estreia, na cidade do Porto e nas ondas do Rádio Clube Português, «Os Companheiros da Alegria». A ideia apareceu quando a direcção do jornal Diário do Norte, então o organizador da 16^a Volta a Portugal em Bicicleta, propôs a Igrejas Caeiro a organização de um espectáculo no final de cada etapa da Volta. O convite prende-se com o sucesso obtido com um programa do mesmo género, produzido também por Igrejas Caeiro, intitulado «O Comboio das Seis e Meia», criado no final dos anos 40 na sequência da pretensão de José Castelo, associado à empresa do Politeama de «melhorar a imagem das «Vozes de Portugal»⁹⁸, com a participação de outros profissionais.»⁹⁹ «Amália Rodrigues passou a actuar frequentemente no «Comboio das Seis e Meia», espectáculo que se

⁹⁴ Mauperrin, Maria José, «Aqui Lisboa Emissora Nacional», Expresso Revista, 5 de Agosto de 1995, p. 35.

⁹⁵ Idem, *op. cit.*, p. 33.

⁹⁶ Ibidem, *op. cit.*, p. 33.

⁹⁷ Ib Ibidem, *op. cit.*, p. 33.

⁹⁸ «As Vozes de Portugal» era um espectáculo criado para a rádio pelo produtor José Rocha.

⁹⁹ Notas pessoais escritas de Francisco Igrejas Caeiro, sobre o programa «Os Companheiros da Alegria».

apresentava às quintas feiras no Politeama e aos sábados no Capitólio.»¹⁰⁰

Depois de algumas recusas de Igrejas Caeiro, face aos compromissos que tinha com a produção do «Comboio das Seis e Meia» e com a sua actividade no Teatro Avenida, e ainda com o argumento, por parte dos organizadores da Volta de que seria apenas enquanto a prova ciclista durasse, anui e começa a trabalhar na produção dos espectáculos. Compra espaço no Rádio Clube Português para uma emissão diária, contrata técnicos, compra um autocarro, reúne um elenco de artistas, organiza um conjunto musical.¹⁰¹

«Os Companheiros da Alegria» esteiam-se no cinema Carlos Alberto, sendo transmitido pela onda média do RCP. O sucesso obtido dita a continuidade do programa e do espectáculo, e impõe aumentar o elenco inicial de apresentadores, técnicos, músicos, colaboradores literários. Em finais de 1953, Igrejas Caeiro, decide aproveitar o sucesso da sua produção e aluga o Teatro da Trindade com a finalidade de criar uma companhia de teatro.

«O poder de atracção de espectáculo rádio-publicitário ia ser o apoio ao espectáculo teatral. Contratou-se uma companhia e simultaneamente preparava-se uma grande surpresa: pela primeira vez o elenco artístico dos Companheiros da Alegria ia apresentar-se numa opereta cómica para o carnaval de 1954, escrita por Ferro Rodrigues e Santos Fernandes, com música

de Ferrer Trindade.»¹⁰² Já com as lotações da sala esgotadas, um despacho do Ministro da Presidência, determina que sejam recusadas a Igrejas Caeiro «todas as licenças de que legalmente dependam as actividades a que se dedica e cuja concessão constitua faculdade discricionária de administração, bem como retiradas as que estejam concedidas, e particularmente, que não seja permitido actuar em teatros ou recintos dependentes da Inspecção de Espectáculos.»¹⁰³ Igrejas Caeiro numa entrevista concedida a Rolo Duarte para o Jornal do Norte Desportivo que «termina com a afirmação seguinte: “Embora preocupado com a sorte dos pedaços da nossa terra espalhados pela Índia, considero Nheru o maior estadista da nossa geração.”» terá despoletado a acção restritiva do governo.

«Os Companheiros da Alegria» continuam como programa de cabine, no Rádio Clube Português, graças à acção e influência de Botelho Moniz. O programa terminará em Novembro de 1969 com a inauguração do Teatro Maria Matos.

A morte, em 18 de Abril de 1951, do Marechal Carmona, é anunciada, em primeira mão pela Emissora Nacional ao meio dia e repetida meia hora depois: «Conforme já foi anunciado S. Exa. o Presidente da República, Marechal Oscar Carmona, faleceu hoje às 11 e 43 horas. Todos os portugueses ouviram esta triste notícia com profunda desolação. Portugal está de luto. Com a morte do Marechal Carmona, a Nação perde um grande e nobre chefe do estado. O mundo perde um grande homem de bem.»¹⁰⁴ As estações de radiodifusão aproveitam os acontecimentos e tentam ganhar a corrida da notícia, mas é a Emissora Nacional que vence. O retrato dos acontecimentos é descrito em poucas

¹⁰⁰ Idem, *op. cit.*

¹⁰¹ Notas de Manuel Bravo, A História da Rádio em Datas, Museu da Rádio. «O popular locutor, deslocou-se a França onde adquiriu um autocarro para deslocação de toda a sua equipa, contratou dois operadores de som, Álvaro Espírito Santo e José Manuel Ribas Martins e concebeu o espectáculo. A estreia foi no Porto, no Teatro Carlos Alberto. Foi nesta volta que o mítico ciclista Alves Barbosa, obteve a sua primeira vitória. Os artistas fundadores foram: Belita, Guilherme Kjolner, Luís Horta, Luís Piçarra, Maria Amélia Marques, Maria Odete Coutinho, Maria de Lurdes Resende, Maria Pereira, Mimi Gaspar e um quinteto constituído pelo professor Arnaldo Silvério, Francisco Carvalhinho, João Aleixo, Luiz Vilar e Martinho da Assunção. Pode dizer-se que «Os Companheiros da Alegria» passaram a ter tanto ou mais interesse que a própria «Volta».

¹⁰² Ibidem, *op. cit.*

¹⁰³ Nota informativa do Secretariado Nacional da Informação Cultura Popular e Turismo, Inspeção dos Espectáculos, n.º 803 de 18 de Fevereiro de 1954, assinado pelo Inspector Chefe Oscar de Freitas. O despacho do Ministro da Presidência, Prof. Costa Leite «Lumbrals», terá sido transcrito no essencial nesta nota informativa enviada a Igrejas Caeiro.

¹⁰⁴ Rádio Nacional, n.º 717, 21 de Abril de 1951, p. 1.

palavras: «Todas as estações de Rádio limitaram o período das suas emissões ao noticiário e dados biográficos sobre o Sr. Presidente da República.»¹⁰⁵

O funeral de Estado é relatado nos mais pequenos pormenores:

«É nosso dever – que cumprimos gostosamente – registar a maneira digna e perfeita como a Emissora Nacional realizou a reportagem do funeral do Senhor Marechal Carmona, devendo aqui expressarmos a admiração dos nossos leitores pelo trabalho dos locutores, assistentes de produção e técnicos que levaram a todo o império da língua portuguesa os momentos mais emotivos do cortejo e das cerimónias fúnebres, através dos pontos de locução servidos no Palácio da Assembleia Nacional, por Artur Agostinho, em Alcântara, por Moreira da Câmara, na Avenida da Índia, por Raul Feio, na Praça do Império por Pedro Moutinho e nos Jerónimos por João da Câmara.

«Durante horas a Emissora Nacional conseguiu, na realidade, oferecer aos seus ouvintes, um relato bastante completo e impressionante pela fidelidade com que reproduziu a dor sentida pelo povo que enchia as ruas do percurso, focando a maneira como o povo, na sua simplicidade, no seu silêncio, ou nas suas lágrimas, amava o seu presidente. Todos aqueles que ouviram a rádio – e foram todos os que não puderam, em absoluto, deslocar-se para as ruas onde o cortejo fúnebre passou – sentiram e compreenderam a hora profundamente triste, realmente amarga, que invadiu e dominou a gente portuguesa.

«O Presidente da Direcção da E. N., Sr. António Eça de Queirós, percorreu todos os postos de locução, ao longo do trajecto, acompanhando as reportagens. Não foi Lisboa que fez ouvir, através da E. N., o luto dos seus habitantes. Também o Porto e Coimbra, por intermédio dos locutores Vitorino de Sousa e dr. Aurora, durante a reportagem do funeral, transmitiram as suas impressões da maneira como

os cidadãos daquelas cidades exteriorizavam o seu luto.

«No Sábado à noite, terminado o noticiário, foi irradiada uma composição evocativa da figura e da vida do falecido Chefe do Estado, aproveitando a E. N. gravações existentes nos seus arquivos. Essa composição evocativa foi coordenada pelo sr. dr. Frederico Alves, em locução de D. João da Câmara, Artur Agostinho e Pedro Moutinho e com montagem dirigida por Jorge Alves.

«O «Domingo Sonoro» de domingo último foi também totalmente preenchido com acontecimentos relacionados com a morte do Senhor Marechal Carmona num número especial (...)»¹⁰⁶.

Para o regime, é necessário com toda a urgência preencher o lugar deixado vago por Carmona. Se o Marechal foi quem «impôs Salazar e lhe confiou progressivamente toda a gestão do País»¹⁰⁷, quando teve a necessidade de formar um governo credível após a sua eleição, em 1928, «depois de Carmona, pelo contrário, o Presidente da República é escolhido por Salazar».¹⁰⁸ O Presidente do Conselho escolhe o General Craveiro Lopes. «Na 5ª feira passada, dia 9 de Agosto, foi investido solenemente na mais alta magistratura da Nação o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes. Apresentado como candidato nacional à eleição que ia realizar-se em 21 de Julho, o ilustre militar e cidadão designado para continuar a obra do Marechal Carmona tomou pela primeira vez contacto com o País naquela qualidade, em 25 de Julho, passado, através da Emissora Nacional. Foi pela radiodifusão, instrumento de cultura e convivência e também de sociabilidade política com a grande massa da opinião pública, que o Senhor General Craveiro Lopes dirigiu a sua primeira mensagem»¹⁰⁹ Por outro lado, «a cerimónia da investidura do Chefe

¹⁰⁵ Rádio Nacional, n.º 718, 28 de Abril de 1951, p. 1.

¹⁰⁶ Rádio Nacional, n.º 718, 28 de Abril de 1951, p. 1.

¹⁰⁷ GEORGEL, Jacques, *O Salazarismo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1985, p. 134.

¹⁰⁸ Idem, *op. cit.*, p. 134.

¹⁰⁹ Rádio Nacional, n.º 733, 11 de Agosto de 1951, p. 1.

do Estado, teve verdadeira expansão nacional graças à eficiente colaboração radiofónica».¹¹⁰

A política portuguesa do tempo segue a velocidade de cruzeiro. Craveiro Lopes vai a Espanha em visita oficial a convite do General Franco. A rádio não deixa de estar presente aproveitando para deslocar a Madrid todos os redactores para apoiar o locutor. A reportagem da visita presidencial foi preparada nos mais pequenos pormenores. Foram escritos textos de apoio, em trabalho de pesquisa antecipado. Hernâni Correia, funcionário administrativo da Emissora afirma mesmo: «Eu passei-os à máquina. E fez-se com o General Franco, porque tocando as relações históricas entre Portugal e a Espanha, o Müller foi verd o que é que se podia falar e preparou aqueles textos. Escreveu-os ele. Eram textos, que nem eram de apoio, feitos para os locutores intercalarem quando não acontecia nada, para que não houvesse pausas. Ficaram todos muito satisfeitos com isso e até afirmaram que deveria ser sempre assim...»

Antecipando a visita de Craveiro Lopes, o Presidente da Direcção da E. N., António Eça de Queirós e o Director Técnico, Manuel Bivar «acompanhados por Adolfo Simões Müller em representação dos Serviços de Produção»¹¹¹ visitam «as excelentes instalações da Rádio Nacional e o serviço experimental de televisão»¹¹² de Espanha. Um ano mais tarde António Eça de Queirós é condecorado pelo General Franco.¹¹³

A importância de manter unido o império, leva Craveiro Lopes às «Províncias Ultramarinas de S. Tomé e Angola (...). Acompanha-o uma brigada de exteriores da Emissora Nacional, composta pelo locutor Pedro Moutinho, o jornalista Frederico Alves e o técnico Raul Aguilar. Deste modo a Rádio oficial, atenta a todos os acontecimentos da vida portuguesa, revelará aos seus ouvintes dispersos

pelo mundo todo o portuguesismo arreigado e levantado daqueles nossos irmãos de sangue e de coração que mourejam naqueles pedaços de território nacional. Vai o Chefe do Estado receber a confirmação desses sentimentos; e vai a Emissora Nacional, através dos competentes profissionais que constituem a caravana da Rádio contribuir ainda mais para que a Metrópole, em especial, se acompanhe e se reafirme, o grande laço espiritual de solidariedade que liga indestrutivelmente, todos os portugueses comungando num grande ideal de solidariedade, exemplo a apontar – e para meditar – a outros povos. E a todos nós, ouvintes da estação oficial da Rádio, devemos felicitar a sua Direcção por nos ter querido proporcionar através dos seus microfones, a mesma emoção, o mesmo sentimento patriótico que acolherão Sua Excelência o Sr. Presidente da República, nos tão portugueses territórios de S. Tomé e Angola.»¹¹⁴

Cerca de um mês depois, Craveiro Lopes está de volta para ser recebido na capital com grandes manifestações populares. «A Emissora Nacional transmitiu, a partir das 18 horas e pelas estações Lisboa I e Lisboa II, uma desenvolvida reportagem da chegada do Chefe do Estado ao Aeroporto da Portela e das manifestações que lhe foram dispensadas pela população de Lisboa. Para esse efeito, foram estabelecidos postos de reportagem no Aeroporto, na Praça do Areeiro, na Praça Marquês de Pombal e junto ao Palácio de Belém. Os passos principais desta reportagem foram transmitidos posteriormente nos diversos períodos da Onda Curta da Emissora. No posto do Aeroporto estavam o locutor Artur Agostinho e o assistente Helder Soares; na Praça do Areeiro, o locutor Moreira da Câmara e o assistente Amadeu José de Freitas; na Praça Marquês de Pombal, o locutor Nuno Fradique e o assistente Belo Marques e no Palácio de Belém, o locutor Raul Feio e o assistente Pinto Coelho.»¹¹⁵

A publicação Rádio Nacional, ao anunciar a chegada

¹¹⁰ Rádio Nacional, n.º 734, 18 de Agosto de 1951, p. 1.

¹¹¹ Rádio Nacional, n.º 816, 14 de Março de 1953, p. 1.

¹¹² Idem, *op. cit.*, p. 1.

¹¹³ Rádio Nacional, n.º 886, 17 de Julho de 1954, p. 1.

¹¹⁴ Rádio Nacional, n.º 877, 15 de Maio de 1954, p. 1.

¹¹⁵ Rádio Nacional, n.º 885, 10 de Junho de 1954, p. 8.

a Lisboa de Craveiro Lopes, diz ainda que o Presidente da República «proferiu uma mensagem à Nação, que foi transmitida no dia seguinte às 13 horas, pela Emissora Nacional e pelas estações de Rádio particulares.»¹¹⁶

No mês de Maio de 1953, a Rainha Isabel II de Inglaterra é coroada. O facto fica na história dos Meios de Comunicação Social, por ser o primeiro «evento a ser transmitido internacionalmente, ao vivo, fascinando toda a gente.»¹¹⁷ «A Emissora Nacional mandou a Londres o Locutor Pedro Moutinho e o Produtor Adolfo Simões Müller para a reportagem da coroação.»¹¹⁸ A importância do evento, foi patenteada nas páginas da imprensa especializada portuguesa que escreveu: «A BBC levará a todo o Mundo em quase todas as línguas a reportagem da coroação e a voz da Rainha de Inglaterra.»¹¹⁹

«A rádio dava a notícia que o governo mandava.» Etelvina Lopes de Almeida, define assim a informação da rádio de cinquenta.

Tal como a conhecemos hoje, a rádio nos primeiros anos da sua vida, não se organizava internamente da mesma forma. Na Emissora nacional, ao longo da década de cinquenta, e mesmo depois do 25 de Abril de 1974, até 1979/80, já na RDP, não existia um serviço de informação distinto do Serviço de Programas. A Direcção de Serviços de Programas englobava os programas propriamente ditos e a informação. Os noticiários eram oriundos do Serviço de Noticiários, sendo os programas informativos da área das Reportagens que realizavam trabalhos sobre os principais acontecimentos. Os locutores davam voz e forma aos relatos sobre os eventos com o apoio dos

assistentes de programas e assistentes literários. São exemplo disso alguns dos acontecimentos já referidos, o funeral do Marechal Carmona, a eleição de Craveiro Lopes, as viagens deste último às ex-Colónias, a visita da Rainha Isabel II, a inauguração da barragem do castelo de Bode, etc.

O quotidiano informativo era feito do que se podia ou não dizer. Nas reportagens e nos directos os locutores eram instruídos na «obrigação de dar o mais pequeno pormenor das coisas que vê. Mas só se dava “o que via”» (...), conta ainda Etelvina Lopes de Almeida.

«Recebíamos o noticiário das agências em simultâneo com a censura e os órgãos do governo. Sensivelmente meia hora depois recebíamos a informação dos telegramas que estavam cortados ou parcialmente cortados. A censura informava o que se podia utilizar. Conclusão: o noticiário deixava de ter impacto.» As palavras de Mateus Boaventura, são suficientemente reveladoras da situação que se vivia nas redacções dos órgãos de comunicação social de cinquenta.

«Um órgão de comunicação, que é um alimento espiritual do povo, deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve por pressão e despotismo. Eu próprio já fui vítima da censura e confesso que me magoei, que me irritei, que cheguei a ter pensamentos revolucionários.»¹²⁰

O controlo do Estado, não se estendia, no entanto aos directos que a rádio fazia, na altura, trabalho que competia à Direcção de Serviços de Programas. A omnipresente Censura fazia-se, naturalmente, sentir. «Anos de ditadura, anos sob a autoridade do general MEDO!», como lembra Etelvina Lopes de Almeida, numa referência à auto-censura.

¹²⁰ SALAZAR, Oliveira, in DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar*, Editorial Notícias, Setembro 1997, p. 128.

¹¹⁶ Idem, *op. cit.*, p. 1.

¹¹⁷ In *Diffusion EBU, Special: The pioneering years. The EBU from 1950 to 1970, Getting ideas moving*, EBU – Génève, May 1997, pp. 3-4.

¹¹⁸ Rádio Nacional, n.º 827, 30 de Maio de 1953, p. 1. O artigo refere que Pedro Moutinho «foi o único locutor português a deslocar-se a Londres para fazer a reportagem da coroação.»

¹¹⁹ Idem, *op. cit.*, p. 1.

A rádio e os acontecimentos na ex-Índia portuguesa

«A 15 de Agosto de 1947, o Reino Unido retirava-se da Índia e nascia a União Indiana.»¹²¹ O movimento independentista com vista à recuperação dos territórios sob o domínio português, começa a tomar forma. No início de 1953 e «perante a recusa do governo de Oliveira Salazar em encetar negociações, a União Indiana solicitou à Assembleia Geral da ONU que integrasse directamente no seu território as possessões coloniais portuguesas na Índia»¹²².

«O modo como essa integração se verificou deveu-se ao embate de intransigências. Desde o dia 14 de Janeiro de 1953 que o Governo da União Indiana, presidido por Nehru, pretendeu a transferência dos territórios de Goa, Damão e Diu para a soberania da «Mãe Índia» conforme a Nota apresentada nessa data ao Governo Português, onde o Governo de Nova Deli declarou ser seu desejo «manter os direitos culturais e outros, incluindo a língua, as leis e os costumes dos habitantes dos territórios e nada alterar nestas e noutras matérias semelhantes senão com o consentimento destes. Pelo seu lado, Salazar só pretendia adiar esse problema.»¹²³

O silêncio de Salazar sobre o assunto, leva ao encerramento da missão diplomática indiana em Lisboa. O ministro indiano na capital portuguesa havia feito saber, meses antes, que a delegação de que era responsável, havia sido criada com a finalidade de «discutir o modo de levar a efeito a transferência de soberania da Índia sob a administração

portuguesa».¹²⁴ A ausência de diálogo diplomático entre os dois Estados, leva à tomada de medidas pelo Governo Indiano com vista à prossecução dos seus objectivos políticos. O governador de Damão é proibido, a menos que fosse portador de passaporte indiano, de transitar entre os enclaves portugueses de Nagar-Aveli e Dadrá, posteriormente são proibidas as exportações para as colónias portuguesas no território indiano. Salazar tenta internacionalizar o problema quando num discurso¹²⁵, em 12 de Abril de 1954, transmitido através da Emissora Nacional invoca «a Declaração Luso-Britânica 1899, para chamar a atenção de Londres sobre os seus deveres perante as ameaças à soberania portuguesa»¹²⁶ mas «por intermédio de Pedro Teotónio Pereira, então embaixador em Londres, a Grã-Bretanha informou o governo de Oliveira Salazar de que não apoiaria militarmente Portugal no caso de um conflito com a União Indiana.»¹²⁷ A situação de tensão que se vive leva a que «forças manifestantes pró-indianas»¹²⁸ ocupassem os territórios de Nagar-Aveli e Dadrá em Julho de 1954.

¹²⁴ Idem, *op. cit.*, p. 458.

¹²⁵ O discurso feito por Salazar encontra-se transcrito integralmente na publicação Rádio Nacional, n.º 873 de 17 de Abril de 1954, pp. 1 e centrais (8 e 9). Nele o chefe do governo tece algumas considerações à política e imprensa indianas, faz uma análise da balança comercial das províncias, explica as razões portuguesas de continuar nos territórios fazendo alguma história, apresenta as razões indianas na perspectiva e leitura circunstancial da política portuguesa evocando depois a Declaração Luso-Britânica de 14 de Outubro de 1899 assim como os Tratados Luso-Britânicos de 1642, de 23 de Junho de 1661 e o tratado sobre o Atlântico Norte de 4 de Abril de 1949. Salazar termina o seu discurso do seguinte modo: «O mundo está cheio de inquietações e de perigos e o Primeiro-Ministro da União Indiana notou-o bem explicitamente numa das suas últimas intervenções parlamentares, para que possa sem razão acrescentá-los ainda. Nós esperamos – e são as minhas últimas afirmações – nós confiamos em que os actos vão corresponder às palavras e cremos que também aos íntimos sentimentos do Pandit Nehru».

¹²⁶ Ibidem, *op. cit.*, p. 458.

¹²⁷ *História Comparada, Portugal Europa e o Mundo, o Pós-Guerra (1946-1955)*, Ed. Círculo de Leitores, Navarra-Espanha, Nov.1996, Vol. II, p. 423.

¹²⁸ ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Setembro de 1996, Vol.1, p. 458.

¹²¹ ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Setembro de 1996, Vol. 1, p. 457.

¹²² *História Comparada, Portugal Europa e o Mundo, o Pós-Guerra (1946-1955)*, Ed. Círculo de Leitores, Navarra-Espanha, Nov.1996, Vol. II, p.419.

¹²³ ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Setembro de 1996, Vol. 1, p. 457.

A versão portuguesa dos factos é radicalmente diferente. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Tenente-Coronel Salvação Barreto, vai a Belém à frente de uma delegação de «representantes das manifestações realizadas em Lisboa de protesto contra o atentado à soberania portuguesa na Índia»¹²⁹ expressar, em nome do povo de Lisboa, ao Presidente da República «a indignação e a sua veemente repulsa pela afronta de Dadrá.»¹³⁰ No discurso de resposta, Craveiro Lopes vincaria a versão portuguesa dos acontecimentos: «Uma horda de bandoleiros a soldo, chefiada por um traidor, assaltou, a coberto da noite e apoiada por tropas estrangeiras, o posto de guarda de polícia instalado naquela aldeia, e da luta desigual que se travou resultou a morte heróica do Subchefe Rosário e de um dos seus subordinados.»¹³¹

A Rádio tinha-se mantido praticamente indiferente aos acontecimentos, mas quando em Portugal o povo sai à rua considerando «a invasão dos territórios portugueses da Índia (...) como uma chicotada na dignidade dos direitos de Portugal»¹³² não pôde deixar de se referir ao tema: «A Emissora Nacional, porta-voz da Nação, foi mensageira de todas as manifestações realizadas no país não só fazendo o relato das que se efectuaram em Lisboa, Porto, Coimbra e Luanda, prolongando o seu período normal de Emissão, como alterando a ordem das suas rubricas ou anulando algumas, numa justa e patriótica atitude que tem jus à

gratidão de todos os portugueses principalmente daqueles que vivendo fora do Continente não puderam acompanhar a hora alta de vibração e fé nacionalista que caracterizaram aquelas manifestações.»¹³³

O papel da rádio nos acontecimentos não ficaria só pelo relato dos factos, e pela difusão dos discursos de circunstância. O patriotismo português na Rádio, em geral, e na Emissora Nacional, em particular, reflecte-se em algumas palestras, forma radiofónica muito em voga na altura, que servia para a divulgação das várias formas da cultura e da política. O Tenente-coronel Pereira da Conceição, a propósito da «Festa da Espiga em Taleigão»¹³⁴ aproveita para, depois de fazer uma prelecção histórica da Índia desde 1510, e de descrever com algum pormenor os festejos, objecto do seu trabalho, para finalizar enaltecendo a presença dos portugueses na Índia. «E nesta curiosa e tradicional festa, que há 444 anos se leva a cabo nas terras da Índia Portuguesa, sobrevive o lealismo incondicional e a fé inquebrantável dos portugueses de Goa, nos destinos da grande Pátria a que todos pertencemos, constituindo assim um simbólico testemunho da honra e glória de Portugal.»¹³⁵

Nos últimos dias de Outubro, a imprensa divulga outra manifestação de apoio à política portuguesa

¹²⁹ Rádio Nacional, n.º 888, 31 de Julho de 1954, p. 1.
Os representantes mencionados eram segundo o artigo da Rádio Nacional «a vereação da C. M. L., os dirigentes da Mocidade Portuguesa e muitos delegados que participaram na manifestação. (...) Da delegação dos manifestantes faziam parte individualidades de diversas categorias sociais das mais elevadas às mais modestas, e muitos indo-portugueses, entre os quais se encontravam os srs. conselheiro Piedade Rebelo, juiz do Supremo Tribunal de Justiça; dr. Gonçalves Pereira, Monsenhor Francisco Martins e dezenas de senhoras goenses».

¹³⁰ Idem, *op. cit.*, p. 9.

¹³¹ Idem, *op. cit.*, p. 1.

¹³² Ib. *Ibidem*, *op. cit.*, p. 8.

¹³³ Ib. *Ibidem*, *op. cit.*, p. 8.

¹³⁴ Rádio Nacional, n.º 900, 23 de Outubro de 1954, p. 2.

¹³⁵ CONCEIÇÃO, Tenente-coronel Pereira da, *Histórias da Índia A Festa da Espiga em Taleigão*, in *op. cit.*, p. 2. O referido autor faria ainda outras palestras, uma segunda intitulada «Tradições Portuguesas no Oriente», publicada pela Rádio Nacional n.º 907, de 11 de Dezembro de 1954, p. 2. O conteúdo debruça-se particularmente no relato de algumas das obras deixadas pelos portugueses no Oriente, assim como fragmentos de histórias a elas ligadas acrescentados com alguns relatos de viagens. A terceira com igual forma, tinha como título «As Jóias de Chaúl» (Rádio Nacional, n.º 909, 25 de Dezembro de 1954, p. 2), contando o expediente das dedicadas mulheres de Chaúl que terão enviado as suas jóias ao Vice-Rei da Índia, D. João de Castro, de modo a que este pudesse fazer face às despesas da guerra que se avizinhava com o cerco da fortaleza de Dio por um chefe indígena, Coje-Sofar, «o qual, auxiliado por turcos e mongóis, reunia ali 30 000 homens em volta das nossas muralhas».

na questão indiana. «Vai realizar-se brevemente em S. Carlos, com obras do maestro Rui Coelho, um recital de evocação dos portugueses na Índia, sendo dada em primeira audição, o poema sinfónico «História Trágico-Marítima», (Naufrágio de Sepulveda), quadro orquestral que descreve o naufrágio de um galeão português; «Sinfonia Camoniana n.º 1», que aquele maestro escreveu aos 20 anos, e foi editada em Berlim, inspirada no feito épico dos portugueses da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia; e a «Abertura Comemorativa da Chegada dos Portugueses à Índia». Colabora a Orquestra da Emissora Nacional, sob a direcção do autor.»¹³⁶

A epopeia continua durante alguns meses. Espaçadamente na Emissora Nacional é evocado o problema, numa tática que visa não deixar esquecer a questão. Em Novembro, o capitão Hermes de Araújo Oliveira, faz aos microfones da E. N. uma palestra sobre «A Grande Epopeia de Dio».¹³⁷ O conteúdo foca a história da construção da fortaleza de Dio e do posterior cerco à cidade pelos turcos, batalha que é descrita com requintados pormenores. O teor é eminentemente histórico. Entretanto Salazar vai à Assembleia Nacional em Dezembro de 1954, falar sobre a Índia aos deputados, discurso que «os microfones da Emissora Nacional levaram a todo o mundo (...) que foi nestas circunstâncias, como em nenhuma outra, a própria voz da Nação.»¹³⁸ O Presidente do Conselho fala de colonialismo, da ligação das populações a Portugal, conjectura a hipótese da União Indiana atacar os enclaves portugueses e lança no fim o aviso que «depois de afagar as pedras da fortaleza de Dio ou de Damão, orar na Igreja do Bom Jesus, abraçar os pés do Apóstolo das Índias, todo o português pode combater até ao último extremo, contra dez ou contra mil, com a consciência de cumprir apenas

um dever. Nem o caso seria novo nos anais da Índia».¹³⁹

Um ano mais tarde e perante o impasse, Portugal recorre ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia. «Logo no início das alegações, os advogados portugueses precisaram que Portugal pretendia apenas que a soberania da União Indiana não se exercesse de modo a impedir em absoluto a passagem entre Damão e os referidos territórios.»¹⁴⁰ A sentença do tribunal não altera nada de novo ao problema e um ano depois a União Indiana recorre à força. «Nehru terá ficado chocado com a resposta de Salazar em relação a Angola na Primavera de 1961.»¹⁴¹ Em 11 de Agosto de 1961 «o Parlamento da União Indiana declarava anexados os enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli, sonogados ao exercício de soberania portuguesa desde Julho de 1954 e objecto de decisão judicial internacional desde Abril de 1960.»¹⁴² Longe de ficar resolvido, o problema da Índia, conheceria ainda várias diligências diplomáticas e até mesmo episódios internos, culminando o processo já depois da revolução portuguesa, quando no último dia de 74 «assinou-se em Nova Deli o acordo diplomático que consagrou os factos pela parte portuguesa.»¹⁴³

Os programas radiofónicos

A partida de António Ferro para Berna fecha um ciclo na vida da Emissora Nacional.¹⁴⁴ Manuel Bivar,

¹³⁹ Idem, *op. cit.*, p. 2.

¹⁴⁰ ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Circulo de Leitores, Setembro de 1996, Vol. 1, p. 458.

¹⁴¹ Idem, *op. cit.*, p. 458.

¹⁴² Ibidem, *op. cit.*, p. 459.

¹⁴³ Ib Ibidem, *op. cit.*, p. 460.

¹⁴⁴ Muito embora, não seja uma afirmação totalmente correcta, já que António Ferro sai da E.N. em finais de 1949, a base para a mesma radica na sucessão e na obra deixada na Rádio do Estado Novo. Henrique Galvão (1933/35-1941) como primeiro Presidente da E.N. deixou para António Ferro (1941-1949) as infra-estruturas e o sucesso fácil dos primeiros programas que Ferro soube gerir e desenvolver. Interinamente Manuel Bivar (1950-1951) governaria os destinos da E.N. num

¹³⁶ Rádio Nacional, n.º 901, 30 de Outubro de 1954, p. 1.

¹³⁷ Rádio Nacional, n.º 905, 27 de Novembro de 1954, p. 2.

¹³⁸ Rádio Nacional, n.º 906, 4 de Dezembro de 1954, p. 1.

ao discursar na homenagem feita ao presidente cessante, recordou o carácter do homem, a obra feita, a continuidade por fazer e, alguns episódios da gestão dos programas: «Estou a vê-lo Sr. António Ferro, há 8 anos,¹⁴⁵ a explicar a sua ideia para o «Domingo Sonoro», uma das suas «descobertas» para a Emissora, hoje o programa mais ouvido em Portugal, que nos parece agora a coisa mais simples deste Mundo, verdadeiro ovo de colombo da rádio.»¹⁴⁶

Os ovos de colombo da rádio de quarenta esmoreceram-se na rádio de cinquenta. Verdadeiros acontecimentos, os programas continuaram a ser um dos principais motivos de escuta de populações que encontraram na rádio o meio de divertimento ideal. A diversidade, então, característica principal das programações, quer da rádio nacional, quer dos emissores particulares – que iam por arrastamento na mesma direcção – durante a década de cinquenta, apresenta escassas novidades. No fundo, pouco se cria, muito se transforma.

Aproveita-se para noticiar os grandes acontecimentos a par das cerimónias de ocasião que foram introduzindo melhorias técnicas trazendo um novo «ar» às narrativas radiofónicas. «Às zero horas do dia 1 de Janeiro, Lisboa e Portugal viveram pela primeira vez momentos entusiásticos da passagem do ano nos diferentes pontos do Império Português graças à oportuna iniciativa da Emissora Nacional em realizar a transmissão directa da passagem do ano em Lourenço Marques, Luanda, Funchal, S. Miguel, etc., – um programa que todos os radiouvintes acolheram de bom grado. Louvores merece também a Companhia Marconi através da qual se pôde efectuar um trabalho impecável sob o ponto de vista técnico.»¹⁴⁷

período de transição apático, a quem sucedeu António Eça de Queirós (1951-1959) cuja preocupação essencial foi de desenvolver o aspecto cultural da Rádio do Estado. Até 1974 estiveram à frente dos destinos da Emissora Nacional: Jaime Ferreira (1959-1963); José Sollari Allegro (1963-1969) e Clemente Rogeiro (1969-1974).

¹⁴⁵ N.A. 1942.

¹⁴⁶ Rádio Nacional, 14 de Janeiro de 1950, n.º 651, p. 1.

¹⁴⁷ Idem, *op. cit.*, p. 1.

A par dos programas, e no fundo para os programas, a rádio promovia os Concursos de Artistas Ligeiros de onde foram saindo nomes que enriqueciam o panorama artístico português, como foram Natália Viana, Júlia Barroso, Francisco José ou Eugénia Lima¹⁴⁸, ganhadores desse mesmo concurso, da Emissora Nacional em 1950. A popularidade radiofónica é também premiada, uma forma de promover os artistas, locutores e programas da rádio, e ao mesmo tempo de sondar o público radiouvinte sobre as suas preferências. No ano de 1950 são elevados à primeira categoria, pelo público, Artur Agostinho, Pedro Moutinho e Igrejas Caeiro, entre outros, como melhores locutores; José António, Maria da Graça e Maria de Lourdes, como artistas mais populares da rádio; «Poesia Música e Sonho» de Miguel Trigueiros, «Tempo de Poesia», «Presença do Passado» (de João Ameal e Domingos Mascarenhas) e «Teatro Radiofónico» de Maria João do Vale, como melhores programas literários e o «Domingo Sonoro», «Teatro Radiofónico», «Vozes do Mundo», «Pupilas do Sr. Reitor» e a «Voz do Campo», como melhores programas com a montagem radiofónica mais perfeita¹⁴⁹.

As estações particulares não passam despercebidas, nem ao público radiouvinte, nem às suas congéneres da concorrência. A Rádio Peninsular, no mesmo ano de 50, fazia anunciar alguns dos seus melhores programas nas páginas da publicação especializada, a Rádio Nacional. «A programação geral da Rádio Peninsular acusa a presença de inúmeros e variados programas que o público tem preferido. Dos de maior nomeada e categoria destacamos, por exemplo: aos domingos, «Rádio Bazar» de Ruy de S. Martin às 14 horas; «Intransigências do Senhor Caturra»; de João Vasco de Almeida Machado, aos domingos também, às 15 e às 20; «Serões Culturais e Recreativos da F. N. A. T., aos domingos e às sextas-feiras,

¹⁴⁸ Rádio Nacional, 28 de Janeiro de 1950, n.º 653, p. 1.

¹⁴⁹ Rádio Nacional, 5 de Agosto de 1959, n.º 680, p. 1.

respectivamente às 18 e 30 e 22 horas; «Expresso Popular» ao bater das 22 horas, às segundas-feiras; às terças-feiras, «Andam Cantigas no Ar», de Fabiana Eugénia, às 13 e 20; «Essa Desconhecida» de Mário Ferreira, às terças-feiras às 20 horas; «Lisboa Canta», transmitido do Chiado Terrasse, com Campanac e Diamantino Faria aos microfones, às quartas-feiras às 22 horas; «Seleccção Radiofónica» de Carlos Moutinho e Armando Ferreira, às quintas-feiras às 22 e 50.»¹⁵⁰

A propaganda do Estado Novo manifesta-se das mais variadas e continuadas formas, na rádio de cinquenta. As organizações a ele afectas, utilizam o media, promovendo a doutrina do regime. Com o programa «Rádio Mocidade», anuncia-se a «presença do Movimento Nacional da Juventude ao microfone da E.N.»,¹⁵¹ um espaço pensado para se ocupar «dos mais variados assuntos por que se interessa a juventude»¹⁵².

A par da técnica que marca os anos 50 na rádio portuguesa, os programas têm características de continuidade, que já vem aliás dos anos quarenta. É uma década de inaugurações de algumas grandes obras da engenharia civil portuguesa. Em Lisboa, logo em 1950, abre ao público o edifício do Cinema S. Jorge e em Coimbra, a Biblioteca Geral da Universidade, construído no local onde se erguera anteriormente a Faculdade de Letras. No ano seguinte, é a vez da ponte sobre o rio Tejo em Vila Franca de Xira denominada Marechal Carmona. Ainda no mesmo ano entra em funcionamento a Barragem do Castelo do Bode, no Rio Zezêre, um «elemento importante do plano de electrificação em curso desde o final de 1944».¹⁵³ E «na cidade universitária do Estado Novo»¹⁵⁴, era inaugurado o edifício da Faculdade de Letras que fora riscado por

Alberto José Pessoa e apresenta na sua frente quatro estátuas alegóricas (Eloquência, Filosofia, História e Poesia) de Barata Feyo.»¹⁵⁵ 1954 guarda o registo da inauguração do Hospital de Santa Maria e 1956 a inauguração da primeira linha do metropolitano de Lisboa. A Rádio esteve presente nestes momentos de glória da engenharia nacional, levando aos ouvintes a descrição dos acontecimentos. Veja-se, por exemplo, a descrição do momento radiofónico da Inauguração da Barragem do Castelo de Bode: «Deu a Emissora Nacional a sua preciosa colaboração fazendo uma reportagem que a dignificou e levou aos portugueses que não puderam assistir a tão significativo acontecimento, uma «realidade» mais viva da que obteria se presente estivesse.

A inauguração da Barragem do Castelo do Bode constituiu verdadeiro acontecimento nacional de que a imprensa e a rádio se fizeram eco, através dos seus instrumentos de informação: «Mas é justo assinalar o brilho da reportagem radiofónica realizada pela Emissora Nacional. Pode mesmo afirmar-se desconhecerem-se os meios que teriam tornado este trabalho mais meritório, tão completo e perfeito ele nos pareceu. Quem não teve a felicidade de assistir ao acto de inauguração pôde empreender com enorme facilidade as cerimónias realizadas. E só se a rádio podia oferecer ao ouvinte o desenrolar dos acontecimentos técnicos que trouxeram em minutos, a energia até à Central Tejo. Na barragem do Castelo do Bode, Artur Agostinho descreveu aos radiofilos portugueses as principais cerimónias ali efectuadas dando emoção e quase realismo aos momentos da benção da maquinaria pelo Senhor Cardeal Patriarca e início dos trabalhos da Barragem propriamente ditos, realizando simbolicamente, pelo Senhor Presidente da República. Na estação de Sacavém, Pedro Moutinho foi um perfeito rádio-reporter. O calor da sua voz, o trepidar das suas palavras, num fundo musical

¹⁵⁰ Rádio Nacional, 8 de Julho de 1950, n.º 676, p. 1.

¹⁵¹ Rádio Nacional, 10 de Junho de 1950, n.º 672, p. 1.

¹⁵² *Idem*, op. cit., p. 1.

¹⁵³ *História Comparada, Portugal Europa e o Mundo, o Pós-Guerra (1946-1955)*, Ed. Circulo de Leitores, Navarra-Espanha, Nov.1996, Vol. II, p. 413.

¹⁵⁴ Cidade de Coimbra.

¹⁵⁵ *Idem*, op. cit., p. 413.

verdadeiro das maquinarias que gemiam ao esforço novo, deram na realidade, a todos os que o escutaram a noção grave e entusiástica do momento que passava. Raúl Feio, na Central Tejo, aguardava que lá chegasse o novo fluído. E não foi menos feliz ao interpretar a satisfação dos engenheiros e pessoas daquela Central agora reforçada, graças ao trabalho e esforço de Portugueses.

E a reportagem findou no estúdio. O percurso fora completo. A gôta de água era agora energia. E a energia estava ao serviço da Civilização. Maria Teresa Caldeira fez na cabine, o elogio do recém-chegado. Talvez em poema que cada um de nós gostaria de fazer – ou de dizer.»¹⁵⁶

O poder político aproveita a rádio para dar continuidade à propaganda do regime, nos discursos das inaugurações, nos actos políticos, nas mensagens de Natal ou de Ano Novo. Deus, Pátria e Família, são as grandes linhas orientadoras. Nas palavras de Etelvina Lopes de Almeida, «a rádio tinha de fazer a reportagem daquilo que acontecia».

O acontecimento político é aproveitado para pôr à prova as novas tecnologias que vão sendo empregues ao serviço da rádio. «Registou-se no nosso País, na última terça-feira¹⁵⁷ um acontecimento radiofónico da maior importância. Não só pela quantidade de estações emissoras que o transmitiram como também pela natureza do próprio acontecimento. Estamos a referir-nos à radiodifusão da reunião que marcou a entrada em funções da nova Comissão Executiva da União Nacional, a que preside o antigo ministro eng^o Cancela de Abreu, efectuada na sala da biblioteca da Assembleia Nacional e presidida, na sua qualidade, de presidente da Comissão Central da U. N., pelo sr. dr. Oliveira Salazar, que discursou sobre política interna, definindo a orientação e traçando o programa a desenvolver na nova fase da actividade daquele organismo político. As importantes afirmações feitas pelo Sr. Presidente

do Concelho chegaram a todas as terras de Portugal, à grande maioria dos lares portugueses pois todas as nossas emissoras o radiodifundiram às 21.15 horas daquele dia. A Emissora Nacional transmitiu o notável discurso por todas as suas estações de Ondas Médias e Curtas, o mesmo fazendo Rádio Clube Português, Rádio Renascença e Rádio Peninsular. Provou-se, mais uma vez, que a rádio portuguesa pode cumprir uma das suas missões essenciais: levar ao País inteiro o eco dos grandes acontecimentos nacionais.»¹⁵⁸

As alturas festivas, como o Natal, são aproveitadas para se produzirem programas específicos relativos à quadra que se vive. Veja-se o exemplo do Natal de 1950 na programação de algumas das estações de rádio da altura. «Rádio Peninsular anuncia para a noite de Natal uma produção inédita em que irão participar Artur Agostinho, Etelvina Lopes de Almeida e Gilberto Cotta entre outros.

A Rádio Renascença faz saber que foram iniciados os ensaios duma peça radiofónica inédita da autoria do locutor João da Câmara, com o título “Contos de Natal”. Faz ainda saber que o mesmo autor está a escrever para a mesma emissora a história do Milagre de Fátima que será dividida em seis episódios.»¹⁵⁹ A «Mensagem do Império» «o mais antigo programa da Rádio Portuguesa (...) é simultaneamente, o primeiro jornal da rádio e o mais antigo consagrado à propaganda ultramarina, na Metrópole»¹⁶⁰ volta aos microfones da Renascença depois das férias do Verão. A Emissora da Igreja aproveita o mês de Maio de 51 para inovar e iniciar «as suas emissões diárias com o toque e convite às “Trindades”.»¹⁶¹ O comentário da publicação que anuncia a novidade não poderia ser melhor: «É uma iniciativa digna dos melhores elogios.»¹⁶²

O «Rádio Clube Português tem uma das mais equilibradas programações das emissoras

¹⁵⁶ Rádio Nacional, n.º 705, 27 de Janeiro de 1951, p. 1.

¹⁵⁷ Terça-feira 12 de Dezembro de 1950.

¹⁵⁸ Rádio Nacional, 16 de Dezembro de 1950, n.º 699, p. 1.

¹⁵⁹ Idem, *op. cit.*, p. 17.

¹⁶⁰ Rádio Nacional, 18 de Novembro de 1950, n.º 695, p. 1.

¹⁶¹ Rádio Nacional, 28 de Abril 1951, n.º 718, p. 5.

¹⁶² Idem, *op. cit.*, p. 5.

nacionais»,¹⁶³ escreve a Rádio Nacional aproveitando para fazer história e divulgar a forma como nasceu a estação de Botelho Moniz.

A concorrência pela primazia, disputa-se entre a Emissora e o Rádio Clube. «Os Companheiros da Alegria» acompanharia a sociedade de cinquenta, granjeando popularidade.

A 9 de Agosto de 1953, com a direcção de Jacinto Ramos iniciam-se as emissões regulares do «Diário no Ar», «pela onda do Rádio Clube Português das 18 às 18.45 horas. Pelo modernismo do programa e pela originalidade das suas variadas e sugestivas rubricas, o «Diário no Ar» procura realizar uma obra cultural digna de merecer o interesse público. Além do programa diário incluir o calendário, um capítulo de um notável rádio-romance, as últimas notícias do País e do estrangeiro, alguns minutos de humorismo, concursos originais, consultório, etc., apresentará reportagens, crónicas sobre artes, letras, teatro, cinema, música, assuntos femininos, um carrossel infantil, críticas e relatos sobre desportos, tauromaquia, etc. «Diário no Ar» conta entre o número dos seus colaboradores José Régio, António Pedro, Almerindo Lessa, Luis Francisco Rebelo, João de Freitas Branco, Joaquim Felipe Nogueira, Alberto de Freitas, Zé Sincero, Leite Rosa, etc. A locução dos programas está confiada a Fernando Frazão, Gina Esteves, Sara Vale e Jacinto Ramos.»¹⁶⁴

Na Emissora Nacional a «Hora da Saudade» comemora o seu décimo aniversário em 1952. O programa começou, no entanto a ser transmitido em 24 de Abril de 1937, «data em que foram transmitidas algumas «dezenas de mensagens» dando-se assim início à então chamada «Meia Hora de Saudade» (...). Inicialmente a «Meia Hora da Saudade» era transmitida para a África e para as Ilhas e anos mais tarde também para o Brasil e para a América do Norte e para a Índia. De uma emissão

mensal, passou-se pouco a pouco a três emissões semanais (...). Por sugestão do «Diário da Manhã» e com o acordo entusiástico do Grémio dos Armadores da Pesca do Bacalhau e, como é óbvio da Direcção da E.N., iniciaram-se no dia 31 de Maio de 1942 as emissões para os bacalhoeiros.»¹⁶⁵

Na Emissora Nacional os eventos sociais ou as manifestações populares têm voz, presente através de alguns programas ou de reportagens. A Festa dos Tabuleiros de Tomar, as Marchas Populares de Lisboa, o casamento da princesa Maria Pia de Sabóia, são disso exemplos traduzidos em produções radiofónicas. Quando a festa dos Tabuleiros comemora o 13º centenário de Santa Iria, padroeira de Tomar, materializada, segundo a tradição, no ano de 653, a rádio não pode deixar de estar presente. «A rádio oferece ao turismo imensas possibilidades de colaboração. (...) O poder de expansão e de persuasão que as ondas hertzianas dispõem ao serviço das ideias e das comunicações faladas ou musicais não foram convenientemente aproveitadas, ou mesmo estudadas entre nós (...). A Emissora Nacional atenta ao seu programa e à sua função eminentemente nacional transmite no próximo domingo, dia 22, às 21.30 horas a reportagem da Festa dos Tabuleiros em Tomar.»¹⁶⁶

As marchas populares são o ponto alto dos festejos na capital. «No último domingo, véspera de Santo António, Lisboa assistiu a um inolvidável cortejo de luz e cor animado pelo pitoresco e pela alegria. Desfilaram as marchas populares de Lisboa, valorizadas este ano com a evocação dos transportes de outras épocas. Passaram os trens com os toureiros, as tipóias dos pinocas na boleia, as segas e as traquinas, conduzindo os mais belos sorrisos do nosso teatro ligeiro. E as marchas com as suas canções, os seus arcos vistosos, a garridice dos trajes a assinalar uma época, arrastaram para os locais do percurso o lisboeta mais pacato que cedo procurou um lugar. Outros, mas sobretudo os

¹⁶³ Rádio Nacional, 10 de Fevereiro de 1951, n.º 707, p. 1.

¹⁶⁴ Rádio Nacional, 8 de Agosto de 1953, n.º 837, p. 1.

¹⁶⁵ Rádio Nacional, 2 de Agosto de 1952, n.º 784, p. 2.

¹⁶⁶ Rádio Nacional, 11 de Julho de 1953, n.º 833, p. 1.

portugueses espalhados pelos cinco continentes, sintonizaram a Emissora Nacional, que através da sua brigada de exteriores com o locutor Nuno Fradique, transmitiu uma reportagem do colorido e pitoresco do desfile.»¹⁶⁷

O acontecimento social, não escapava à rádio de cinquenta. Quando em Fevereiro desse mesmo ano a princesa Maria Pia de Sabóia, casa, «a Emissora Nacional reconhecendo quanto este acontecimento interessava aos seus ouvintes, tanto da Metrópole como do Ultramar, e mesmo aqueles povos onde se entende a língua portuguesa, enviou a Cascais uma brigada de exteriores que teve como locutores Pedro Moutinho e Raul Feio, ambos – como é hábito – estiveram bem à altura da responsabilidade do trabalho que lhes foi distribuído.»¹⁶⁸

Para a história da rádio ficará também o registo da primeira reportagem automobilística portuguesa, o «Grande Prémio do Jubileu do A. C. P.», realizado no Circuito Internacional do Monsanto, em Agosto de 53. «A Emissora Nacional reconhecendo o interesse que este acontecimento desportivo despertou em todo o País, montou um serviço especial de reportagem, oferecendo aos seus ouvintes um relato perfeito e emocionante desta grande prova. Os serviços dirigidos superiormente pelo sr. eng^o Manuel Bivar, coadjuvado pelos srs. engs. Leote Tavares e Galhardo, estiveram distribuídos por três postos de reportagem que estiveram a cargo dos locutores Pedro Moutinho, Amadeu José de Freitas e Nuno Fradique. Numa interligação perfeita, os três locutores conseguiram fazer uma reportagem de verdadeiro interesse, que justifica os aplausos e as citações do magnífico trabalho realizado pela E. N., que evidenciou a competência da direcção e a capacidade dos seus serviços técnicos, tanto mais de salientar por ter sido a primeira vez que entre nós se realizou uma reportagem de semelhante natureza.»¹⁶⁹

Para a história ficaram também as reportagens dos Jogos Olímpicos de 1952 e de 1956, dos Campeonatos de Hóquei em Patins, das Voltas a Portugal em Bicicleta...

Os programas de variedades são a grande moda dos anos cinquenta na Rádio. Produzido de propósito para a Rádio o «Ouvindo as Estrelas» era feito em estúdio com a presença de público. Por ele passaram grandes nomes do fado e da canção portuguesa e estrangeira. Amália Rodrigues colaborou, pela primeira vez, «num programa directo de variedades na Emissora Nacional»¹⁷⁰, no «Ouvindo as Estrelas» que tinha «produção de Luis Cajão e Nóbrega e Sousa. Autores: Santos Fernando e Ferro Rodrigues.»¹⁷¹ «Uma Hora de Fantasia» substitui «Ouvindo as Estrelas» na E. N.»¹⁷² no ano de 1954, muito embora os dois programas tenham chegado a coexistir.

Iniciada em 1939, a «Hora da Arte» seria convertida mais tarde nos «Serões para Trabalhadores». Tanto um como outro eram dedicados aos trabalhadores, com a diferença, no caso do segundo de «haver um acordo entre a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e a Emissora Nacional sobre os «Serões para Trabalhadores» que eram feitos de colaboração, mais ou menos semanais», como relembra Hernâni Correia; recorda ainda que «havia um pelo menos uma vez por mês, quando não havia serão para trabalhadores, serões para soldados, feitos nos auditórios dos quartéis. Portanto havia sempre muito interesse, por estes espectáculos e entusiasmo. Programas que chegavam a lançar artistas e canções.» Havia quase sempre euforia para ir ver os «Serões para Trabalhadores», já que os bilhetes eram oferecidos. «Ia-se ao Liceu Pedro Nunes ou ao Liceu Camões, ou onde o programa fosse. Havia sempre gente à porta a pedir um bilhete. (...) Quem tinha bilhete entrava, quem não tinha ia ver se

¹⁶⁷ Rádio Nacional, 18 de Junho de 1955, n.º 934, p. 1.

¹⁶⁸ Rádio Nacional, 19 de Fevereiro de 1955, n.º 917, p. 1.

¹⁶⁹ Rádio Nacional, 1 de Agosto de 1953, n.º 835, p. 1.

¹⁷⁰ Rádio Nacional, 10 de Maio de 1952, n.º 772, p. 1.

¹⁷¹ MAIA, Matos, *Telefonia*, Circulo de Leitores, Maio de 1995, p. 232.

¹⁷² Idem, *op. cit.*, p. 232.

alguém tinha um a mais para poder ir. E estava sempre cheio», recorda Hernâni Correia. Mateus Boaventura afirma mesmo que estes eram, a par do teatro e dos folhetins radiofónicos «programas verdadeiramente importantes» para a rádio da época.

O popular programa das décadas de quarenta e de cinquenta, era uma oportunidade única para o público assistir à Rádio feita ao vivo, tal como acontecia com «Os Companheiros da Alegria» ou até mesmo o «Ouvindo as Estrelas», referências indispensáveis na Rádio de cinquenta.

A caracterização feita por Fernando Dacosta da Rádio dessa época, é reveladora da sociedade e do próprio média: «O imaginário pequeno-burgês do Portugal de então foi moldado, alimentado por ela¹⁷³. Os valores da moral, da Pátria, da família, do trabalho eram-lhe alicerces de farfalhuda convicção, sob os quais corriam, no entanto, águas irreprimíveis, de brejeirice malandra. A grandiloquência anarquizante da fé, do império e do regime cruzava-se com o alarido do bairro, a picardia do revirinho, a cupidez dos interditos. Tudo com músicas populares em fundo, canções e marchas, fados e rapsódias, guitarra e acordeão, serões para trabalhadores e desgarradas para metedidos.»¹⁷⁴

O teatro radiofónico/folhetins radiofónicos

O teatro radiofónico constituiu desde o princípio da rádio uma forma de entretenimento que arrastou e cativou multidões. Referências à história do teatro radiofónico vão aparecendo nas páginas da Rádio Nacional: «Data de 1924 a primeira peça de teatro escrita para a Rádio. Foram seus autores Gabriel Germinet e Pierre Gusy e chamava-se «Maremoto» tendo ganho o primeiro prémio do primeiro concurso radiofónico realizado em França.»¹⁷⁵ «Nos primeiros

tempos da Rádio, a B.B.C. radiodifundiu peças que eram versões radiofónicas de êxitos do palco. Agora inverteram-se os termos e os produtores de teatro e cinema mantêm-se atentos às muitas peças transmitidas especialmente escritas para a rádio e televisão, procurando encontrar nelas possíveis produções para o teatro e cinema.»¹⁷⁶

Segundo Hernâni Correia, «houve pessoas, como a Berta Bivar, a mulher do Alves da Cunha, e depois o Gustavo de Matos Sequeira, que fizeram adaptações de peças de teatro transmitidas ainda durante os anos 40 e antes até. Mas depois, durante anos quem pontificou no teatro radiofónico foi a Virgínia Vitorino porque, para além das adaptações, interpretava. Ela já tinha feito os «Diálogos de Domingo» com o Olavo d'Eça Leal, com o pseudónimo de Maria João do Vale. Era uma pessoa que tinha uma capacidade histriónica extraordinária, voz, interpretação e tudo. Um talento. Fez teatro radiofónico até 51 ou 52, foram muitos anos. Depois disso foi o Francisco Mata que indicava as peças e traduzia, que se ocupou do teatro radiofónico. Mais tarde veio o Teatro das Comédias¹⁷⁷ com o Álvaro Benamor, normalmente acompanhado pela Carmen Dolores, que, como actriz radiofónica, era um espanto. E enquanto foi vivo, e durante muito tempo o Álvaro Benamor é que pontificou no Teatro das Comédias, portanto no teatro radiofónico da Emissora. Até que houve uma altura em que foi criada uma rubrica mensal que era a Noite de Teatro¹⁷⁸ que esteve a cargo de Edgar Marques. Depois essa rubrica passou a estar a cargo do António Manuel Couto Viana.»

Na história do Teatro Radiofónico em Portugal na década de 50 «As Pupilas do Senhor Reitor» foram o primeiro folhetim radiofónico diário e a «Força do

¹⁷⁶ Rádio Nacional, n.º 830, 20 de Junho de 1953, p. 1.

¹⁷⁷ Eram textos adaptados com a duração de cerca de 20 a 30 minutos e com uma forma mais leve. Poderiam ser textos teatrais mas também romances.

¹⁷⁸ Eram peças de teatro integrais que eram transmitidas na sua forma original.

¹⁷³ O autor refere-se à rádio.

¹⁷⁴ DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar*, Editorial Notícias, Setembro 1997, p. 140.

¹⁷⁵ Rádio Nacional, n.º 757, 26 de Janeiro de 1952, p. 5.

Destino» a primeira peça, para a Rádio, que alcançou uma popularidade sem precedentes.

Corriam os anos de 56/57, a Rádio Graça encena um dos folhetins de maior sucesso de sempre na história da Rádio. Um ano e quase trezentos episódios de a «Força do Destino», mais conhecido pelo nome de «A Coxinha do Tide». O nome, atribuído pelo povo, relaciona-se por o papel principal interpretado por Lily Santos, ser o da personagem Margarida, «uma jovem com muletas»¹⁷⁹ e por isso coxa; e porque o folhetim era patrocinado pelo detergente Tide. O êxito extravasou das personagens radiofónicas para a realidade social quotidiana. Mesmo quem não tinha tempo para escutar a «história de faca e alguidar, transmitida à hora do almoço» classificada assim por Mateus Boaventura, antigo quadro da E. N., poderia fazê-lo no caminho para outras tarefas como conta Hernâni Correia: «Uma ocasião por volta do almoço fui a pé de Campo de Ourique até Alcântara e das janelas que estavam abertas nos rés-do-chão vinha o rádio, o som, com as vozes conhecidas do Tide». «Durante quinze minutos, por becos e avenidas, em Alcântara ou no Areeiro, em Moura ou em Loulé, na residência apalaçada dos Vilhenas, como na parte de casa da D. Ermelinda, as dores eram gémeas, envolvendo os problemas da família Figueirola, cujo destino exigia muita força para ser cumprido.»¹⁸⁰ «(...) «A Força do Destino» emocionou o país, fez chorar centenas de pessoas, criou revolta e raiva noutras tantas.»¹⁸¹

Na rádio de cinquenta, o Teatro e o Folhetim Radiofónico fazem parte do universo da programação das estações, tal como as telenovelas na televisão de oitenta e de noventa. A continuidade dos primeiros folhetins diários não se perde. Neste aspecto particular a Emissora Nacional toma a dianteira e aproveita para ir anunciando as peças que vai «levando à cena». «Francisco Mata e Maria

Leonor, são respectivamente, o adaptador e uma das intérpretes da peça «Vida, Glória e Morte do Agente de Seguros mais Estúpido» (...). Francisco Mata que trouxe para a Rádio a sua juventude, o seu dinamismo, a sua cultura, é uma figura de prestígio no nosso meio radiofónico. Maria Leonor além de locutora revelou-se bem rápida e seguramente uma excelente intérprete do Teatro Radiofónico, onde com inteira justiça tem colhido a simpatia e o aplauso dos radiouvintes.»¹⁸²

«Acabava um, havia outro», recorda Hernâni Correia, «as pessoas habituavam-se a ouvir, acompanhavam a história». A Rádio Nacional, confirma as palavras de Hernâni, quando ao anunciar o folhetim «A Vida de Cristo», comenta que «afoitamente pode dizer-se que o nosso público radiouvinte habituou-se – e está cada vez mais interessado – na transmissão de folhetins radiofónicos. A técnica de montagem vem sendo mais perfeita. Os textos afirmam-se mais de acordo com uma linguagem que tem as suas exigências próprias. No programa da Emissora Nacional, que inserimos neste número é anunciado o novo folhetim «A Vida de Cristo» a ser transmitido na Quaresma.»¹⁸³

Carmen Dolores, uma das actrizes do teatro radiofónico de cinquenta, lembra as etapas técnicas da montagem das peças. «Primeiro eu comecei pelo directo, numa altura em que não havia gravação, não existia qualquer sistema de gravação, era tudo em directo e depois do directo passámos a gravar em disco de massa. Lembro-me de ter gravado, por exemplo, o Frei Luís de Sousa, em disco. Nós não nos podíamos sequer enganar senão estragava-se o disco. Depois passou a ser em fio magnético. Quando vieram as máquinas de fita de arrasto dizíamos “agora já nos podemos enganar”... Já não tinha o impacto do directo e já não tinha a responsabilidade do directo».

¹⁷⁹ MAIA, Matos, *Telefonia*, Circulo de Leitores, Maio de 1995, p. 204.

¹⁸⁰ Idem, *op. cit.*, p. 203.

¹⁸¹ Ibidem, *op. cit.*, p. 203.

¹⁸² Rádio Nacional, n.º 832, 4 de Julho de 1953, p. 1.

¹⁸³ Rádio Nacional, n.º 917, 19 de Fevereiro de 1955, p. 1.

Hernâni Correia lembra o trabalho nos textos. «Adaptação para folhetins de peças célebres, de livros, fez o Edgar Marques, de um romance do Camilo Castelo Branco «Veio o Mal», foi intérprete a Helena Felix. Havia a Odete Saint Maurice que adaptou muitos folhetins, inclusive a vida de S. João Bosco. A Alice Ogando também adaptou muitos, preparou muitos outros, escreveu-os e um deles foi o Conde de Monte Cristo.» Entretanto a Emissora Nacional iniciava a transmissão da obra de Alexandre Dumas «Conde de Monte Cristo», numa adaptação radiofónica da escritora Alice Ogando. Uma transmissão difundida às segundas, quartas e sextas às 21.30 horas, com repetição às terças, quintas e sábados às 13.30h...»¹⁸⁴

Os folhetins, recorda Carmen Dolores, «tinham um êxito enorme. Tenho a impressão que ainda tinham mais êxito que esse primeiro, porque o primeiro foi uma novidade, as pessoas não esperavam, ainda não tinham criado o hábito de ouvir o folhetim. Era um entusiasmo enorme e o público escrevia-nos imenso. As pessoas encontrava-nos na rua e falavam connosco, quando já conheciam as nossas caras de as ver na revista. (...) Falavam connosco como se nós fôssemos a personagem que estavam a ouvir interpretar.»

As grandes produções cinematográficas americanas tentam ser copiadas, na forma, para os folhetins, enriquecendo ambientes, colorindo a história, prendendo a atenção dos ouvintes. «A Emissora Nacional apresenta como seu próximo folhetim «A Ala dos Namorados», o romance de Campos Júnior, numa versão radiofónica de Artur Varatojo, conhecido como escritor e produtor policial que agora se revela como adaptador histórico. Parece tratar-se de um folhetim no género dos filmes de Cecile B. de Mille: «Milhares de figurantes, luxo e grandiosidade». O que é certo é que foram mobilizados todos os recursos para apresentar uma

obra grandiosa, estando presente o maior elenco da Emissora Nacional e do nosso teatro jamais reunidos num só folhetim: Jaime Santos, Manuel Lereno, Carmen Dolores, Rui Ferrão, Raul de Carvalho, Manuel Correia, António Palma, Álvaro Benamor, Aura Abranches, Vasco Santana, Constança Navarro, Elvira Velez, Rogério Paulo, Mariana Vilar, Isabel Wolmar, Brunilde Júdice, António Sarmento, Luís Santos, Rui de Carvalho, Maria Fernanda Soares, Fernando Moreira, Luís Costa, Armindo Gomes, Mário Sargedas, etc. A responsabilidade de ensaios e direcção artística está a cargo de Pedro Lemos, do Teatro Nacional. Cenas tomadas em exteriores, com gravação de multidão, efeitos especiais e montagens sob a direcção de Jorge Alves responsável por toda a assistência técnica. As montagens são também de Rui Ferrão tendo Joaquim Vieira a regência de produção. Enfim, pareceu ter-se mobilizado todos os recursos para apresentar uma obra grandiosa, aliás depois do público se ter habituado aos faustos ambientes dos filmes de cavalaria torna-se arriscado apresentar um boletim medieval da mesma categoria, baseado nas mais belas páginas da nossa história. Aguardamos por isso com expectativa os resultados, embora nos conste que o Dr. Artur Varatojo, Jorge Alves e Pedro Lemos não pouparam os esforços no sentido de dignificar a Rádio Nacional. O enredo mantém o público preso do primeiro ao último episódio; pois tem de tudo; amor, paixão, heroísmo, valentia e estoicismo. A Batalha de Aljubarrota e a de Valverde, grandes «clous» serão arrojadamente apresentadas em rádio, como um espectáculo cinematográfico para os ouvidos. Se aliarmos, portanto, a tudo isto uma interpretação a cargo do mais formidável conjunto de artistas reunidos num só folhetim da Emissora Nacional, somos levados a crer que «A Ala dos Namorados» vai ser um folhetim histórico... para fazer história na nossa rádio.¹⁸⁵ O folhetim era transmitido às 21.30,

¹⁸⁴ Rádio Nacional, n.º 948, 24 de Setembro de 1955, p. 1.

¹⁸⁵ Rádio Nacional, n.º 967, 4 de Fevereiro de 1956, p. 1.

às segundas, quartas e sextas, com repetições às terças, quintas e sábados.

Nos anos cinquenta as diversas formas de teatro radiofónico amenizaram o quotidiano colectivo português. Os momentos de distração e a identificação com as personagens coloriram e fizeram esquecer os problemas mais profundos.

Inquéritos radiofónicos

Desde cedo os responsáveis pela Emissora do Estado, perceberam a importância e a necessidade de saber concretamente para quem estavam a trabalhar. Era para isso necessário recorrer a métodos que permitissem obter a informação desejada. Não bastavam as esporádicas perguntas sobre os programas, publicadas na revista semanal Rádio Nacional, das quais se obtinham algumas indicações de fundo, sem, contudo, permitir um conhecimento objectivo dos tipos de ouvintes de rádio e das suas preferências quanto à programação ou mesmo às emissoras do seu gosto. Era necessário ir mais longe.

Um primeiro estudo, do qual não existe documentação, foi levado a cabo em Agosto de 1951. Sabe-se unicamente que se intitulava «Radiouvintes e Programas em Lisboa – Estudo Económico e Social – Salviano Cruz» e realizado por pesquisa directa a domicílios, sendo o estudo de carácter exclusivamente objectivo.¹⁸⁶

Era necessária mais informação. Dados que permitissem à Emissora Nacional «conhecer mais directamente as preferências dos ouvintes, de forma a orientar a organização dos programas, sem subordinação, mas no sentido de ajustar tanto quanto possível os interesses superiores de uma estação oficial de rádio com os interesses das várias camadas de auditores.»¹⁸⁷ É decidido então, de parceria com o Instituto Nacional de Estatística,

realizar em Lisboa, a partir de 20 de Novembro de 1953 e durante quatro semanas, «um inquérito radiofónico, que visa unicamente conhecer as reacções dos ouvintes perante os programas de rádio.»¹⁸⁸ Os resultados seriam publicados praticamente um ano depois «em volume ilustrado, com numerosos gráficos»¹⁸⁹.

O relatório começa por esclarecer os objectivos da sua execução. «Por um lado, a obtenção de determinados elementos acerca do comportamento da população de Lisboa no que se refere à audição de rádio; por outro lado, o fornecimento de indicações que permitissem orientar inquéritos futuros.»¹⁹⁰ Esclarece, entretanto, que pela ausência de elementos sobre a população, o resultado deverá ser analisado com cautela e ao mesmo tempo que o trabalho é enquadrado na classe dos «inquéritos chamados pilotos».¹⁹¹

As operações de preparação do «Inquérito» são descritas pormenorizadamente, assim como a metodologia e técnicas utilizadas para a recolha da informação e seu tratamento. Até a mobilização dos entrevistadores merece referência e explicação: «Pode afirmar-se que não existiam agentes especialmente treinados para tarefas como estas da realização de um inquérito radiofónico. Por esse motivo, convidaram-se alguns funcionários do Instituto Nacional de Estatística, que já tinham desempenhado funções de agentes visitantes num inquérito de outra natureza organizado pelo Instituto, e recrutou-se a maior parte dos restantes entre o pessoal da Emissora e do Instituto que, pelas informações que havia a seu respeito e por outras circunstâncias, mais garantias pareciam dar.»¹⁹²

¹⁸⁶ Idem, *op. cit.*, p. 1.

¹⁸⁷ Rádio Nacional, n.º 911, 8 de Janeiro de 1955, p. 9.

¹⁸⁸ Emissora Nacional de Radiodifusão, *Inquérito Radiofónico, Relatório*, Técnicos Estatísticos, Amaro D. Guerreiro, Joaquim José Paes Moraes, Comp. e Imp. na Sociedade Astória Lda., Lisboa, S. D. (Ref. à publicação no Rádio Nacional em Janeiro de 1955), p. 3.

¹⁸⁹ Idem, *op. cit.*, p. 3.

¹⁹⁰ Ibidem, *op. cit.*, p. 6.

¹⁸⁶ MAIA, Matos, *Telefonia*, Circulo de Leitores, Maio de 1995, p. 314.

¹⁸⁷ Rádio Nacional, n.º 851, 14 de Novembro de 1953, p. 1.

Durante os 28 dias de duração das entrevistas (de 20 de Novembro a 17 de Dezembro de 1953), a Lisboa de então, foi dividida em quatro zonas, a população em cinco classes sócio-económicas e os entrevistadores em dois grupos de cinquenta elementos, para que «durante os períodos de emissão da EN, houvesse sempre no campo 50 agentes.»¹⁹³

Merece ainda uma explicação a aplicação do método de amostragem, para se referir que «como no caso presente, se realiza um inquérito por amostragem e que da amostra colhida se obtêm medidas, estas diferem certamente conforme os elementos incluídos na amostra. De uma amostra não resulta uma medida rigorosa mas uma ideia aproximada. Eis por que se torna necessário associar uma medida obtida a partir de uma amostra de números que limitem o intervalo onde se encontra o verdadeiro valor. Os intervalos de confiança foram determinados de modo que, se pode praticamente garantir que contém o verdadeiro valor da variável a que se referem.»¹⁹⁴

As conclusões, que precedem os mapas com os resultados, começam por dar uma visão global de como a rádio é escutada ao longo dos dias da semana, sendo assente que é nos dias de Domingo que a rádio é mais escutada, «a supremacia da audição dominical sobre a dos dias úteis afirma-se não só na média geral (...), como também em todo o período matinal».¹⁹⁵ As notas saídas da análise aos resultados sucedem-se, concluindo-se que «na distribuição da audição por postos verifica-se que os mais escutados são: a EN1, o R.C.P., o RR e os R. Populares».¹⁹⁶ As cinco páginas dedicadas às conclusões são se prendem, no entanto, com considerações sobre os programas em particular, deixando essa mesma análise interpretativa aos utilizadores do relatório.

¹⁹³ *Ib ibidem, op. cit.*, p. 7.

¹⁹⁴ *Ib ibidem, op. cit.*, p. 16.

¹⁹⁵ *Ib ibidem, op. cit.*, p. 19.

¹⁹⁶ *Ib ibidem, op. cit.*, p. 20.

Os mapas indicativos das preferências dos ouvintes sobre os programas, são apresentados segundo as categorias encontradas para os programas, sendo inscritos os valores encontrados para cada programa ventilados pelas Classes Económicas, encontradas na sociedade lisboeta da altura. A coluna do total, subdividida, inscreve os totais absolutos e as percentagens, hierarquizando em cada categoria os programas que se destacaram. Acresce ainda «que se limitou o número de agrupamentos feitos tomando como condição, para que um programa fosse individualizado, que o mesmo fosse indicado um mínimo de 100 vezes entre as preferências. Em consequência, todos os programas que fossem indicados um número inferior a 100 estão englobados na rubrica «Outros», acrescentando-se, entre parêntesis, o número de programas englobados.»¹⁹⁷

Os programas da preferência dos lisboetas de 1953 foram os seguintes:

Preferências		Totais	
Categorias	Programas	Absolutos	Percentagem
<i>Programas de Variedades</i>	Ouvindo as Estrelas	5 832	5
<i>Teatro Radiofónico e Diálogos</i>	Teatro das Comédias	1 179	1
<i>Outros Programas</i>	Domingo Sonoro	2 240	1,9
<i>Programas Desportivos</i>	Relatos da E.N.	1 545	1,3
<i>Noticiários</i>	da E.N.	1 065	0,9
<i>Palestras</i>	Presença do Passado	488	0,4
<i>Programas da Manhã</i>	da E.N.	13 945	12
<i>Gêneros Musicais</i>	Música Portuguesa	10 459	9
<i>Discos pedidos pelos ouvintes</i>	Música na estrada	7 616	6,5
<i>Programas publicitários</i>	Companheiros da Alegria	6 827	5,9

Obs.: Foram inscritos nesta tabela unicamente os programas líderes, em termos de preferências, de cada uma das categorias consideradas.

Fonte: Mapa O, Emissora Nacional de Radiodifusão, *Inquérito Radiofónico, Relatório*, Técnicos Estatísticos, Amaro D. Guerreiro, Joaquim José Paes Moraes, Comp. e Imp. na Sociedade Astória Lda., Lisboa, S. D. (Ref. à publicação no Rádio Nacional em Jan. 1955), pp. 106-107.

¹⁹⁷ *Ib ibidem, op. cit.*, p. 15.

Este primeiro inquérito radiofónico permitiu ainda conhecer o número aproximado de aparelhos receptores existentes em Lisboa, que foram então calculados em 130 475.

A recomendação de continuidade dos inquéritos, com a prerrogativa da criação de um corpo de agentes entrevistadores, não seria, no entanto, seguida. Em Novembro de 1969, a Emissora Nacional leva a efeito um outro estudo, desta feita nacional, escrevendo-se então no capítulo referente aos antecedentes e objectivos que «durante dez anos usou-se este suporte¹⁹⁸ para a elaboração dos planos de programas da E. N., embora posteriormente, ao introduzirem-se alterações aos programas, se tivesse tornado habitual solicitar a colaboração dos ouvintes. Naturalmente que o escasso número de opiniões que se recolhiam (algumas centenas) não poderia ter qualquer valor estatístico, funcionando, antes, como indicador duma tendência de opiniões que exigia posterior estudo.

Em Outubro-Dezembro de 1965, a Emissora Nacional adquire o «Estudo Nacional de Base sobre cinco Meios Publicitários» levado a efeito pela «ECO LUSITANA, Centro de Investigação de Mercado, Lda». Foi o primeiro estudo nacional (metropolitano continental) de que a Emissora Nacional se serviu para a estruturação dos seus programas, tendo sido usado o método dos inquéritos anteriores, mas com uma orientação característica que lhe tirou grande parte do valor para o organismo oficial: era um estudo sobre meios publicitários. Como tal, a estratificação da amostra procurava detectar «compradores potenciais» de produtos e não ouvintes, o que, estando certo para os objectivos comerciais do inquérito, reduzia substancialmente o interesse para a E. N.»¹⁹⁹

Após cerca de dez anos de interregno, este seria o segundo grande estudo sobre audiência de rádio

¹⁹⁸ Refere-se ao Inquérito de 1953.

¹⁹⁹ Emissora Nacional de Radiodifusão, Inquérito de Rádio, Novembro de 1969, I Volume, Relatório e Gráficos, Serviço de Inspeção Análise de Programas, p. 3.

de que se encontram registos. Pelo caminho foram ficando Programas e os Homens que os fizeram para a memória de que os ouviu e serão sempre recordados como fazendo parte da História da Rádio em Portugal.

Referências Bibliográficas

- AAVV. *História Comparada, Portugal Europa e o Mundo, o Pós-Guerra (1946-1955)*, Ed. Círculo de Leitores, Navarra-Espanha, Nov.1996, Vol. II.
- BIVAR, Engº Manuel, *A Televisão em Portugal, A fase Inicial, Reflexos sobre o Futuro*, Ed. Casa do Pessoal da R.T.P., Lisboa, S.D.
- CONCEIÇÃO, Tenente-coronel Pereira da, *Histórias da Índia A Festa da Espiga em Taleigão*.
- DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Editorial Notícias, Setembro 1997.
- GEORGEL, Jacques, *O Salazarismo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1985.
- Inquérito Radiofónico – Relatório* Emissora Nacional de Radiodifusão, Comp. e Imp. a Sociedade Astória Lda., Lisboa, S.D.
- MAIA, Matos, *Telefonia*, Circulo de Leitores, Maio de 1995.
- MAUPERRIN, Maria José, «Aqui Lisboa Emissora Nacional», *Expresso Revista*, 5 de Agosto de 1995.
- NEVES, Moreira das, *Para a História da Rádio Renascença Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa*, Ed. Rádio Renascença, Maio de 1980.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Círculo de Leitores, Setembro de 1996, Vol.1.
- SILVA, Lopes da, e TEVES, Vasco Hogan, *Vamos Falar de Televisão*, Livros R. T. P., Biblioteca Básica Verbo n.º 29, Lisboa, 1971.
- TRINDADE, Ilídio in «*Rádio – Jornal Informativo da RDP*», Março 1994, n.º 37.

Periódicos

- Rádio Nacional, de 1950 a 1957.
- Rádio & Televisão a partir de 1957.
- Revista Nova Gente, n.º 1171, 24 de Fevereiro de 1999.
- Diffusion EBU, Special: The pioneering years. The EBU from 1950 to 1970, Getting ideias moving*, EBU – Genève, May 1997, p. 5.

Rádio – do marcelismo aos nossos dias (1968-1990)

Fernando Serejo*

Resumo

Neste texto, o autor, que foi ao longo de várias décadas quadro da RDP, analisa detalhadamente o quadro genealógico da estação de serviço público ao longo do período da chamada primavera marcelista, para depois se debruçar numa visão muito pessoal sobre os aspectos particulares do período do pós-25 de Abril. Um texto que é também um testemunho.

Abstract

In this article, the author (who himself belonged to the staff of RDP, the Portuguese public service radio station) starts by tracing the history of RDP back to the period of the so-called «primavera marcelista» in Portugal. He then presents his own approach to the period that followed the Revolution of 25th April 1974, thus turning this essay into a historical testimony.

Na noite de 26 de Setembro de 1968, muitos lisboetas preferiram ir ao teatro ou ao cinema, em vez de verem a televisão ou ouvirem a rádio. Era um tempo em que as salas de teatro e de cinema, mesmo as de maiores dimensões, ainda enchiam com milhares de pessoas em busca do sonho, da fantasia e, também da arte. E por essa altura até havia fortes motivos para o fazerem, pois estavam em exibição, em Lisboa, alguns filmes que fizeram história, como «Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras», no Tivoli, «O Grito», de Antonioni, no Mundial, «A Nave dos Loucos», no Politeama, «Até à Eternidade», no S. Luís e no Alvalade, ou ainda «A Ultrapassagem», no Condes, além de duas revistas, «Lisboa é Sempre Mulher», no Monumental, e «Grande Poeta é o Zé», no Maria Vitória. Quem assistiu a estes espectáculos, perdeu o anúncio em primeira mão de uma decisão política que punha um ponto final em quarenta anos de história do País. Com efeito, nessa noite, às vinte e uma e trinta, as estações de rádio e a televisão interromperam as suas emissões para transmitirem a comunicação do Presidente da República, almirante Américo Tomás, anunciando a sua decisão, após consulta do Conselho de Estado, de exonerar o prof. Oliveira Salazar, face ao agravamento irreversível do estado de saúde do até então Presidente do Conselho de

* Assessor da RDP e ex-Director da Antena 2.

Ministros, e de nomear para este cargo o prof. Marcelo Caetano.

Não se pode dizer que a notícia tivesse causado uma surpresa por aí além: há vários dias que constava com insistência que Salazar não teria condições físicas para recuperar do acidente ocorrido na sua residência de Verão. Já quanto ao seu sucessor, a questão não era assim tão evidente. Marcelo, após um período de afastamento, distanciamento mesmo, que não propriamente uma «travessia no deserto», o que se nos afigurava abusivo, era, sem dúvida, um dos candidatos mais bem posicionados na linha de partida. Não era, contudo, bem amado pela ala mais conservadora do regime, que certamente ficaria mais descansada com um candidato afecto aos seus princípios, por exemplo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, ou, pelo menos, os antigos governantes Adriano Moreira ou Antunes Varela.

Após as suas conhecidas indecisões e hesitações, e sem poder contar com o habitual tutor político, Américo Tomás viu-se obrigado a optar por Marcelo Caetano, dando-lhe, como se diria hoje, o benefício da dúvida. Isto, internamente, ao nível dos órgãos do poder, porque, para o exterior, para a generalidade dos portugueses importava dar-lhes uma imagem de total serenidade e de unidade do regime.

No dia seguinte, 27 de Setembro, na «*Nota do Dia*» que, como habitualmente, abria o noticiário das treze horas na Emissora Nacional, afirmava-se sem margem para dúvidas: «O respeito pela unidade e pela fidelidade aos princípios defendidos toda a vida por Salazar será, nesta hora suprema, um motivo de máxima meditação e a mais elevada homenagem a prestar ao grande português que tanto honrou e engrandeceu a Pátria comum. Foi constante o pensamento político de Salazar que os governos do Estado Novo eram sempre o mesmo Governo; só os homens mudam de vez em quando. Renovação na continuidade».¹

¹ PATRÍCIO, João, «Editoriais e Notas do Dia – Das Realidades aos Mitos», p. 34.

Logo no dia 28 de Setembro, e a propósito da posse, na véspera, de Marcelo Caetano, a «*Nota do Dia*» da E. N. sublinhava a referência, no discurso do novo chefe do governo, ao apelar à unidade nacional, à frase «já histórica» de Salazar de que «todos não seremos demais para continuar Portugal». Mas o autor da «*Nota*» apressava-se a indicar que Marcelo «adverte que, se se tornar necessário para isso uma recíproca tolerância nas ideias e um abater das dissidências, há que permanecer alerta contra o perigo mental do comunismo. A ordem e a paz públicas terão de ser firmemente mantidas, para que possamos defender a liberdade da ameaça das liberdades».² Havia nestas duas «*Notas do Dia*» palavras sem dúvida premonitórias – o tempo se encarregou de o demonstrar.

Mesmo correndo o risco, aliás natural em trabalhos deste género, de repetirmos nomes e acontecimentos já referidos noutros contextos, parece-nos oportuno recordar o cenário político nacional e internacional subjacente à decisão de Américo Tomás de substituir, na chefia do governo, o homem que dirigiu os destinos do País ao longo de quarenta anos consecutivos, com a firmeza, a obstinação e o autoritarismo de um chefe incontestado. Estava-se então nos finais de uma década plena de acontecimentos marcantes em múltiplos domínios, quer em Portugal, quer no estrangeiro, acontecimentos que se reflectiam, na justa medida em que o regime o permitia, nos noticiários, reportagens e programas das estações de rádio portuguesas.

No plano internacional, a descolonização foi uma das marcas mais salientes da década de sessenta: só no continente africano, foram trinta e dois os países que ascenderam à independência, num movimento imparável que viria a ter fortes repercussões na política de Portugal em África. Foi também o período de implantação vitoriosa em

² Idem, *ob. cit.*, p. 35.

Cuba da revolução comunista de Fidel Castro, provocando a crise dos mísseis naquela ilha, que confrontou o presidente norte-americano Kennedy com o Secretário-Geral do P.C. Soviético, Krushev, e deixou o Mundo à beira de um conflito nuclear. Afinal não houve guerra por causa de Cuba, mas sim no Vietname, onde os Estados Unidos se envolveram, durante anos, numa luta contra a guerrilha vietnamita. Na Europa, os confrontos foram de um outro tipo : a chamada «guerra fria» aqueceu ao rubro com a construção do muro que dividiu a cidade de Berlim; em França, as estruturas do governo do general De Gaulle foram fortemente abaladas pelo movimento de contestação estudantil conhecido por «Maio de 68», enquanto na Checoslováquia, a «Primavera de Praga», que tentara restabelecer as liberdades e os direitos humanos, era brutalmente esmagada pelos tanques soviéticos. Direitos e liberdades que também eram postos em causa noutras paragens com tradições muito mais democráticas, como nos Estados Unidos, onde o presidente John Kennedy e o seu irmão, senador Robert Kennedy, foram assassinados, o mesmo acontecendo com o rev^o Martin Luther King, Prémio Nobel da Paz e líder dos direitos cívicos da comunidade negra. Mas a década também deixou agradáveis recordações: o Concílio Ecuménico Vaticano II renovou a imagem da Igreja Católica e da sua mensagem universal; o homem lançou-se na conquista pacífica do Espaço que o levaria até à Lua, cumprindo um dos maiores sonhos da Humanidade; e cá na Terra, os anos sessenta assistiram ao nascimento de alguns fenómenos de popularidade no campo da música popular, como os Beatles ou os Rolling Stones, e também Paul Anka, Elvis Presley e Salvatore Adamo.

Para o governo de Salazar, o sexto decénio deste século não podia ter começado pior, com a fuga rocambolesca de Álvaro Cunhal e mais oito militantes comunistas, que se evadiram do Forte de Peniche onde estavam detidos. A imprensa, a rádio e a televisão internacionais deram destaque ao

assunto, denunciando o que já se sabia, ou seja, a existência de presos políticos em Portugal. Mas isto foi apenas o princípio de uma série de actos que marcariam a decadência irreversível do Estado Novo e o fim do império colonial português. Por ironia do destino, Salazar até tinha apostado forte, logo em 1960, nas Comemorações Henriquinas, apresentadas não como o reconhecimento histórico da gesta marítima dos portugueses, mas como uma espécie de certificado público da bondade da política colonial do regime. Os resultados, como é sabido, foram desastrosos para a imagem internacional do País: Henrique Galvão (tinha sido, recorde-se, o primeiro presidente da Emissora Nacional após a sua inauguração, e, como tal, era então um homem da confiança de Salazar) tomou o paquete «Santa Maria» e rebaptizou-o como «Santa Liberdade»; o líder indiano Nehru ocupou, à custa de um número mínimo de perdas de vidas, os territórios de Goa, Damão e Dio, liquidando o Império Português do Oriente; movimentos nacionalistas de libertação, tidos em Portugal como «terroristas», levantaram-se contra o Exército Português em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; a Assembleia-Geral e o Conselho de Segurança da ONU começaram por exortar Portugal a mudar de atitude, aceitando o princípio da autodeterminação das suas colónias em África e, depois, face à intransigência de Salazar, condenaram repetidamente, a política africana do Governo de Lisboa.

Internamente, e apesar do cada vez maior reforço das restrições à liberdade, impostas quer pela censura quer pela polícia política, tinha subido de tom a contestação ao regime, nomeadamente através de movimentações estudantis e de reivindicações laborais. Apresentaremos um exemplo de cada uma delas, que consideramos paradigmáticos do modo como as estações de rádio portuguesas – tal como a televisão e os jornais – tratavam, ou melhor, eram obrigadas a tratar este género de assuntos. Em 17 de Abril de 1969, ainda

Marcelo tinha pouco mais de meio ano de Governo, inaugurava-se, na Faculdade de Ciências de Coimbra, o edifício de Matemática, com a presença de Américo Tomás e outras figuras gradas do regime. Depois dos discursos oficiais e quando se esperava que Tomás produzisse mais um dos seus característicos «improvisos», o presidente da Associação Académica, Alberto Martins (ministro do PS e ex-deputado na Assembleia da República), pediu autorização para falar, alegando que um dos oradores da sessão tinha sido o Magnífico Reitor em representação da Universidade, pelo que ele se julgava com o mesmo direito em nome dos estudantes. A palavra foi-lhe, no entanto, recusada e Américo Tomás, muito incomodado com o incidente, deu por terminada a cerimónia e abandonou a sala sob uma enorme vaia dos estudantes, a qual se prolongou ainda por alguns minutos, até que a polícia política conseguiu evacuar as instalações e proceder a algumas prisões. Estava assim iniciada a «Crise Académica» de 1969, mas quem não assistiu aos acontecimentos, ficou numa santa ignorância, dado que as estações de rádio (tal como a televisão e os jornais) deram a reportagem ou a notícia da inauguração de edifício como se nada mais tivesse sucedido, para além dos discursos oficiais.

O outro exemplo ocorreu alguns meses antes, ainda Salazar era chefe do Governo, e terá sido uma das últimas vezes em que apareceu em público. Durante dias, os trabalhadores da Carris tinham feito greve de zelo, não cobrando bilhetes aos passageiros de autocarros e eléctricos, para conseguirem obter melhorias salariais. Nenhum órgão de comunicação aludiu a este surto grevista, mas quando a questão se resolveu, e um grupo de trabalhadores foi recebido por Salazar, todos – desde a E. N. ao R. C. P., R. R., jornais e T. V. – compareceram em peso em S. Bento e concederam invulgar relevo a todos os pormenores dessa audiência.

Embora de natureza diferente, já que dizia respeito a um assunto muito diverso dos

anteriormente apontados, afigura-se-nos também importante recordar o conteúdo da «*Nota do Dia*» transmitida pela E. N. em 26 de Novembro de 1970, sob o sugestivo título de «Data histórica para a economia nacional». Essa «data histórica» era precisamente o dia 24 de Novembro, que o autor da «*Nota*» considerava, nem mais, nem menos, como sendo «*O Cabo da Boa Esperança*» da economia portuguesa. E porquê? Porque nesse dia Portugal «abria em Bruxelas as portas das conversações directas para a sua eventual associação ao Mercado Comum.»³ Curiosamente, dois meses atrás, o mesmo articulista intitulava «A Demissão da Europa» o editorial lido aos microfones da Emissora, a propósito de uma entrevista de Marcelo Caetano ao jornal italiano «*Corriere Della Sera*», em que o chefe do Governo português afirmava que «a Europa perdeu os seus reflexos tradicionais».⁴ Passados apenas dois meses, garantia-se taxativamente que «Portugal crê no futuro da Europa e está pronto a colaborar com a sua quota-parte na obra ingente da construção desse futuro».⁵ Em tão curto lapso de tempo esta alteração quase radical de atitude em relação à Europa não deixa de ter um certo ar de mistério.

Programas radiofónicos do período marcelista

É talvez chegado o momento de esclarecer um ponto que se afigura importante e que se relaciona com o facto de se ter tornado um hábito classificar a Emissora Nacional – e só esta – como tendo sido a «voz do dono», isto é, o altifalante sonoro do antigo regime. Não se pretende negar aquilo que, genericamente e do ponto de vista da informação, até poderá ter sido verdade, com sinais de zelo excessivo, por vezes. O que não se deve aceitar é que a E. N. tenha sido, como há quem queira fazer

³ Ibidem, *ob. cit.*, p. 157.

⁴ Ib Ibidem, *ob. cit.*, p. 131.

⁵ Ib Ibidem, *ob. cit.*, p. 157.

crer, a única «voz do dono». E recorremos, mais uma vez a um exemplo: quando Salazar esteve internado no Hospital da Cruz Vermelha, o quinzenário «Antena», órgão do Rádio Clube Português, anunciava com todo o destaque, e vamos lá, com indisfarçado orgulho, que o R. C. P. estava a dedicar ao líder do Estado Novo «mil quatrocentos e quarenta minutos de atenção diária». ⁶ Para os nossos leitores mais distraídos ou menos rápidos a fazerem contas, sempre diremos que os tais mil quatrocentos e quarenta minutos diários correspondem a precisamente vinte a quatro horas, não constando que, nesses tempos, os dias fossem mais longos...

Na referida publicação do R. C. P., podia ainda ler-se: «Os 1440 minutos de cada dia foram multiplicados por uma equipa atenta e desejosa de fazer o melhor na sua missão informativa. (...) Uma autêntica rede humana foi montada com o objectivo de detectar toda e qualquer informação susceptível de interessar o ouvinte. (...) Uma vez mais, num momento difícil, Rádio Clube Português esteve presente para informar o melhor que podia, e o mais rápido que o deixavam, um país inteiro interessado na evolução da doença do Professor Salazar». ⁷

Sejamos, contudo, justos. Para além do «noticiário do regime» e daquele outro noticiário que o regime, na sua magnanimidade censória consentia, a rádio, quer a oficial, quer a particular, averbou a seu crédito alguns programas e reportagens do melhor nível. Se recuarmos um pouco no tempo, iremos encontrar, na segunda metade da década de sessenta, alguns acontecimentos que, de certa forma, atenuaram um pouco o progressivo afundamento do Estado Novo. E começamos até por evocar as celebrações, em 1966, do 40º aniversário do regime. Mobilizaram praticamente todos os profissionais e todos os meios técnicos das três estações principais da rádio, tal como sucedeu, alguns meses mais tarde, com a

brilhante prestação de Portugal no campeonato mundial de futebol, seguida quase de imediato pela inauguração da ponte sobre o Tejo, nessa altura crismada como Ponte Salazar. Em 1967, nova mobilização geral das rádios para registarem a vinda a Fátima do Papa Paulo VI, para assinalar o cinquentenário das Aparições. A doença, em 1968, e a morte, em 1970, de Salazar suscitaram os tais «mil quatrocentos e quarenta minutos de atenção diária», convenhamos que não apenas do R. C. P., mas também da E. N. e da R. R., para só falarmos destas emissoras. A cobertura radiofónica da aventura do Espaço foi outro marco a assinalar, e aqui cabe reconhecer que a E. N. efectuou as reportagens completas das várias missões «Apolo», com natural relevo para aquela que colocou na Lua o primeiro homem, Neil Armstrong. Todos os pormenores radiofónicos deste «pequeno passo para o homem, grande passo para a humanidade» estiveram a cargo de uma vasta equipa em que emergiam os nomes dos locutores Mário Meunier, Romeu Correia e Maria Luísa Pinho, dos técnicos Artur Silva, João Dias, Marques Maria, Moisés Coluna, e do especialista convidado, Eurico da Fonseca, sendo o som fornecido pela «Voz da América».

Marcelo Caetano preferia o R. C. P. à E. N.

Hoje parece um dado adquirido que Marcelo Caetano nunca terá tido um grande apreço pela Emissora Nacional, havendo quem veja nisso uma espécie de reacção à preferência que Salazar sempre manifestou pela estação oficial. Marcelo, pelo contrário, foi sócio do Rádio Clube Português e afirmou ter sido amigo dos fundadores do R. C. P., cujas «alegrias e preocupações» ⁸ disse ter partilhado. Marcelo Caetano fez estas revelações quando efectuou a sua única visita a uma estação de rádio na qualidade de Presidente do Conselho.

⁶ «Antena», Ano IV, n.º 86, 01.Set.68, p. 4.

⁷ Idem, *ob. cit.*, p. 4.

⁸ «Nova Antena», Ano II, n.º 66, 30.Jan.70, p. 29.

Foi precisamente ao Rádio Clube, no dia 24 de Janeiro de 1970, para inaugurar um novo emissor de Onda Média, no Centro Emissor do Porto Alto, tendo-se deslocado, depois, aos estúdios na Rua Sampaio e Pina, onde voltou a elogiar o R. C. P., considerando-o «um exemplo do que pode a iniciativa privada».⁹ O presidente do Rádio Clube, Jorge Botelho Moniz, não deixou de aproveitar a oportunidade para formular as suas reivindicações. «A cobertura do país pelo R. C. P. – disse – só pode trazer vantagens para o Governo e para a Nação. Se é sempre o R. C. P. que, nas alturas difíceis ou nos momentos críticos, serve o Governo, considero imerecidas todas as negativas que temos recebido dos competentes Serviços, para a instalação de emissores regionais. Deixem-nos progredir.»¹⁰ «Não tenho conhecimento dos obstáculos que se levantam ao progresso do Rádio Clube Português», respondeu Marcelo, acrescentando: «Prometo informar-me, assegurando que tudo o que for possível solucionar será solucionado».¹¹

Quanto à Emissora Nacional, Marcelo Caetano limitou-se a enviar para lá um dos seus homens de confiança, Carlos da Silva Gonçalves, alto funcionário do Ministério da Educação com valioso currículo, mas desprovido de qualquer experiência da actividade radiofónica, conforme o próprio reconhecia.

Em 18 de Dezembro de 1968 assumia as funções de Director de Programas, que exerceu até Março de 1970, deixando como principal marca da sua passagem pela E. N. o alargamento para vinte e quatro horas diárias da emissão para a Metrópole, que passou a ser, portanto, contínua em Lisboa 1, de acordo aliás, com o que já tinha sido preconizado pelo Secretário de Estado da Informação, César Moreira Baptista.

Na edição datada de 29 de Agosto de 1969, o semanário «Nova Antena», órgão da R. T. P., R. C. P.

e R. R., enunciava com o título «E. N. «no ar» 24 horas por dia», uma entrevista com Silva Gonçalves, na qual este, empossado oito meses atrás no cargo de director, conforme já foi referido, considerava que «burocracia e rádio são incompatíveis», embora, cautelosamente, acrescentasse que «não pode haver rádio sem disciplina e organização no trabalho»,¹² ou seja, precisamente, as duas vertentes que viriam a caracterizar a sua acção no Quêlhas. A título de mera curiosidade, julga-se oportuno recordar, a propósito, que Silva Gonçalves considerava um exclusivo seu a utilização de tinta ou esferográfica verde em todos os documentos da E. N., e que – para «evitar confusões» – procurou impedir que um funcionário da estação com nome idêntico ao seu a usasse ao nível da respectiva actividade profissional...

Há quem diga, no entanto, sem que haja, contudo, provas concretas, que a principal tarefa de que fora incumbido, teria sido a de provocar o afastamento do Presidente da Direcção, José Luciano Sollari Allegro, antigo secretário particular de Salazar. Se assim foi, pode-se dizer que teve pleno êxito, pois Sollari Allegro despediu-se da E. N. um mês depois de Silva Gonçalves, e dizemos despediu-se porque foi mesmo assim: os dois dirigentes da Emissora pediram escusa das suas funções e a tutela apressou-se a deferir, louvando, como convinha, os demissionários. Sollari Allegro tinha feito por merecer esse louvor: entre os actos mais relevantes do seu mandato contavam-se a aquisição de novos emissores de Ondas Curtas, a criação dos serviços médico-sociais da E. N. e, já no período marcelista, a fundação dos Emissores Regionais de S. Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau.

Para o lugar de Sollari Allegro foi nomeado Clemente Rogeiro, antigo director dos Serviços Administrativos e Financeiros da E. N. e que desempenhava então o cargo de Director-Geral da

⁹ Idem, *ob. cit.*, p. 29.

¹⁰ Ibidem, *ob. cit.*, pp. 30-31.

¹¹ Ib Ibidem, *ob. cit.*, pp. 30-31.

¹² Ib Ibidem, *ob. cit.*, p. 29.

Informação. Para substituir Silva Gonçalves foi escolhido Alberto Represas, que era Director dos Serviços de Informação, depois de ter começado na E. N., nos anos quarenta, como locutor. Ambos eram tidos como fiéis marcelistas, e Clemente Rogeiro era mesmo conotado com o chamado grupo da «Choupana», o restaurante de S. João do Estoril onde habitualmente, se reuniam os críticos do regime de Salazar, afectos a Marcelo Caetano.

Muitos dos profissionais que por essa altura trabalhavam nas estações de rádio tinham feito a sua formação inicial na Rádio Universidade, pertencente ao Centro Universitário da Mocidade Portuguesa, e que era, embora informalmente, uma verdadeira «escola de rádio» – todos os dias, a Emissora Nacional, através de Lisboa 2, cedia à volta de quarenta minutos de tempo de emissão para transmitir o programa produzido pela Rádio Universidade. Quando Marcelo assumiu funções, eram em número elevado os que trabalhavam como locutores, produtores, realizadores ou técnicos, nas várias estações, E. N. incluída, vindos da R. U. – recordamos, entre outros: Paulo Fernando, Fialho Gouveia, Carlos Cruz, Fernando Quinas, Manuel Bravo, Jorge Dias, João David Nunes, Rui Pedro, Adelino Gomes, José Nuno Martins, Vasco Félix, Maria Luísa Pinho, Sebastião Fernandes, Teles Gomes, Armando Correia, Eduardo Street, José Manuel Nunes, Maria Teresa Caldeira, Orlando Dias Agudo, Paulo Moraes. E ainda Marcelo contava poucos dias como Presidente do Conselho, e já o Rádio Clube Português e a Emissora Nacional eram distinguidos em Barcelona com os Prémios Ondas, patrocinados pela U. E. R. e que eram, e continuam a ser, como que uns pequenos «Óscares» para a radiodifusão sonora. O R. C. P. apresentou o programa «Lisboa e o Tejo», de Matos Maia, que mereceu o Prémio Especial do Júri, e a E. N. foi galardoada com o Prémio Ondas para o melhor programa dramático, com o folhetim radiofónico «O Apóstolo da Juventude», um trabalho de Odete Saint-Maurice sobre a vida de S. João Bosco.

Dessa época ficaram na memória alguns programas que conquistaram elevados índices de popularidade: o «PBX», com Carlos Cruz, Fialho Gouveia e Raúl Solnado; «Graça com Todos», dos Parodiantes de Lisboa; «Diário Rural», com Costa Macedo; as «Palestras de Língua Portuguesa», de Vasco Botelho do Amaral; e ainda a «Onda Desportiva», o «Clube das Donas de Casa», a «Onda do Optimismo», «Em Órbita» e «Talismã», todos transmitidos no Rádio Clube Português; «Enquanto for Bom-Dia», «23ª Hora», «Novos Emissores em Marcha» e «Página Um», na Rádio Renascença, além de «Quando o Telefone Toca», programa de discos pedidos transmitido quer no R. C. P., quer na R. R.

Ainda no Rádio Clube, os seus Serviços de Noticiários, liderados por Luís Filipe Costa, tinham alcançado justa reputação, apesar de enfrentarem a sujeição ao regime de censura, depois rebaptizado (tal como sucedeu com a polícia política) como Comissão de Leitura Prévia, o que, na prática, era o mesmo. Na E. N. fizeram-se também algumas experiências interessantes no domínio da informação, embora condicionadas, naturalmente, pelos limites impostos pela quase nula flexibilidade da política oficial. Mesmo assim, foi possível haver, na transição do salazarismo para o marcelismo, um «Jornal de Actualidades» que fugia aos cânones habituais da informação tradicional na E. N. e que contava, para o efeito, com uma equipa de luxo que reunia alguns dos melhores locutores e técnicos: Maria Leonor, Artur Agostinho, Fernando Frazão, Gil Montalverne, Fernando Correia, Marques Maria, Reis Simples, Vasco Fernandes, Elder Récio, etc. Depois, sob a direcção de Silva Gonçalves, surgiu o «Jornal da Manhã», a cargo de dois jornalistas contratados no exterior, Fialho de Oliveira e Fernando Pires, aliás pagos principescamente, quer em relação à época, quer, ainda mais, em relação à generalidade dos trabalhadores da E. N.. Finalmente, quando Alberto Represas assumiu a Direcção de Programas, surgiram, por sua iniciativa e com o seu apoio, dois programas informativos que pretendiam ser

inovadores, aproveitando a propalada «abertura» de Marcelo Caetano. Foram eles o «Momento 71», programa diário cujo estilo procurava combinar a chamada grande informação com os aspectos lúdicos próprios de um magazine radiofónico diversificado; e «Mesa Redonda Internacional», uma emissão semanal dedicada à análise da política internacional, com a participação dos correspondentes da E. N. em Madrid, Paris, Londres, Roma, Bona e Estocolmo. Ambos os programas eram da responsabilidade de Fernando Serejo (como já tinha sido o «Jornal de Actualidades») e contavam ainda com a colaboração de António Tadeu e Álvaro Martins Lopes (este só no «Momento 71»). A «Mesa Redonda Internacional» manteve-se na programação de Lisboa 1 até ao 25 de Abril, mas o «Momento 71», dentro da concepção «aberta» e «desinibida» que esteve na sua origem, teve uma existência limitada a alguns meses apenas, enquanto Alberto Represas conseguiu aguentar a pressão a que foi certamente sujeito – depois o projecto inicial foi abandonado e o programa, ou o que foi possível salvar dele, continuou só com António Tadeu, pois Álvaro Martins Lopes deixou a E.N. para se dedicar ao jornalismo escrito e Fernando Serejo foi nomeado para a chefia de um turno dos noticiários.

Nas emissoras privadas, a actuação do poder instituído manifestou-se de uma forma diferente – sempre que a emissão de um determinado programa fugia das estreitas margens consentidas da ortodoxia vigente, os seus responsáveis ou apresentadores iam de «férias forçadas», ou seja, o programa era suspenso temporariamente, com as pesadas consequências de natureza financeira que essa medida inevitavelmente acarretava. «Página 1» foi dos mais causticados com esta situação. O programa, emitido nas ondas da Rádio Renascença, acompanhou praticamente todo o período da governação marcelista. Acompanhou é uma maneira de dizer, pois foram várias as interrupções a que esteve sujeito ao longo dos anos, devido à pouca

ortodoxia da sua linha programática, isto na opinião dos censores do regime. Mas em relação ao «Página 1», é oportuno recordar duas situações paradigmáticas da actuação do Estado marcelista, em dissonância com a propalada «Primavera» sempre prometida e nunca cumprida. Numa dessas situações, ocorrida nas Caldas da Rainha, com um acampamento de jovens e a actuação de artistas, tudo promovido e transmitido pelo programa, a G. N. R. cercou o acampamento e fiscalizou tudo quanto por lá se passou, mas não tendo encontrado nada de «subversivo», instaurou um processo à equipa do «Página 1». Muito mais grave foi, contudo, o que sucedeu no Colégio Salesiano, no Estoril: o programa organizou um grande espectáculo musical, que tinha como fulcro o já extinto Conjunto 1111. A festa foi inopinadamente cortada pela Polícia de Choque, que, sem qualquer motivo aparente, começou a bater, indiscriminadamente, em todos os presentes. Entre estes contava-se um dos filhos do próprio Marcelo Caetano, vários jovens de famílias da zona e, até, turistas, idosos, crianças e mulheres grávidas. Os protestos foram muitos, como seria de prever, mas a única consequência visível desta violenta acção da Polícia de Choque foi a transferência do seu comandante. Entretanto, o principal responsável do programa, José Manuel Nunes, abandonou o país, fixou-se na Alemanha Ocidental, trabalhando na Deutsche Welle, e só regressou a Lisboa depois de restaurada a democracia.

Tal como estava a suceder em muitas outras actividades, e não apenas na rádio, este era mais um sinal de que a anunciada «Primavera Marcelista», mesmo sem ter havido tanques nas ruas, não passava de uma esperança abortada e que não bastava a força das palavras e das ideias para mudar a face monolítica de um regime prestes a desagregar-se – chegara a hora de as armas falarem mais alto e decidirem o futuro do País.

Uma madrugada libertadora

As estações de rádio foram alvos preferenciais da acção dos militares, logo nas primeiras horas da madrugada de 25 de Abril. Com objectivos, métodos de actuação e resultados práticos bem diferenciados em relação a cada uma das emissoras.

Referimo-nos, claro, apenas às principais: a Emissora Nacional de Radiodifusão, estação oficial do regime, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença, na qualidade das duas mais poderosas estações privadas. As instalações do Rádio Clube, em Lisboa, na Rua Sampaio e Pina, foram escolhidas para serem o posto onde os capitães revoltosos iriam comunicar com as outras unidades militares participantes no golpe, ao mesmo tempo que mantinham a população informada sobre a evolução das operações em curso. Matos Maia, na sua obra «Aqui Emissora da Liberdade», explica os motivos da escolha dos militares citando o depoimento prestado pelo próprio Otelo Saraiva de Carvalho: «Houve um factor psicológico em jogo»¹³, afirmou o então major, acrescentando: «A Emissora Nacional era do regime anterior, era a emissora do Governo. Ora, pretendia-se cortar, completamente, qualquer possibilidade de confusão por parte do povo. Ao ouvir-se a Emissora Nacional, poderiam pensar, nos primeiros momentos, que se tratava de uma viragem da extrema-direita. Quisemos abolir essa hipótese e decidimos então calar mesmo a Emissora. Era uma manifestação de força tomarmos a Emissora e tê-la calada. A partir daqui, pensámos na ocupação de uma emissora particular. O Rádio Clube, às horas certas, transmitia noticiários e era o que interessava para darmos os comunicados. Os noticiários eram em todos os emissores, o que, portanto, apanhava Portugal Continental. Assim, os nossos camaradas ficavam inteirados de tudo quanto se estava a passar.»¹⁴

¹³ MAIA, Matos, «Aqui Emissora da Liberdade», Rádio Clube Português, Jun. 75, p. 19.

¹⁴ Idem, *ob. cit.*, p. 19.

Nesse mês de Abril de 1974, João Paulo Dinis era locutor das Produções Alfabeta nos Emissores Associados de Lisboa e do programa «Carrocel» no Rádio Clube Português. Às 22 horas e 55 minutos do dia 24 desse mês, aos microfones dos Emissores Associados, anunciou Paulo de Carvalho na canção «E depois do Adeus», vencedora do Festival da Canção – era a primeira «senha» para os capitães de Abril. João Paulo Dinis disse precisamente: «Faltam cinco minutos para as vinte e três horas. O Paulo de Carvalho com o Eurofestival 74. “E Depois do Adeus”». Estava, assim, dado o sinal para pôr as unidades em movimento para os locais estratégicos pré-determinados. Evidentemente, este sinal destinava-se apenas às unidades onde os Emissores Associados chegavam em condições. Depois à meia-noite e vinte minutos, Leite Vasconcelos, no programa «Limite», transmitido na Rádio Renascença, punha «no ar» a segunda «senha» para os militares: anunciava «Grândola Vila Morena», antecedida da leitura da primeira quadra do poema:

Grândola Vila Morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade.

Inicialmente, o Movimento dos Capitães pretendia que o disco fosse «Venham Mais Cinco», de José Afonso, mas este estava proibido na Renascença. Optou-se, então, por «Grândola», disco que não existia no programa «Limite», pelo que foi requisitado à Discoteca da Renascença, onde também não se encontrava, por ter sido, entretanto, levantado por outro produtor da estação. Leite de Vasconcelos foi obrigado a adquirir o disco num estabelecimento da Baixa Lisboaeta.

Os contactos prévios com João Paulo Dinis tinham sido feitos pelo então capitão Costa Martins, por incumbência de Otelo Saraiva de Carvalho, que conhecia o locutor desde que este prestara serviço militar na Guiné sob as suas ordens. O contacto

com Leite de Vasconcelos foi feito por Carlos Albino, colaborador do programa «Limite» e jornalista do vespertino «República», onde era colega de Álvaro Guerra, por sua vez relacionado com Otelo.

Eram três horas e doze minutos da madrugada de 25 de Abril quando o M. F. A. tomou conta do Rádio Clube Português, em Lisboa. Oito oficiais – o tenente-coronel Sacramento Gomes, os majores Costa Neves e Delfim Moura, e os capitães Santos Ferreira, Correia Pombinho, Santos Coelho, Mendonça de Carvalho e Santos Silva – entraram nas instalações do R. C. P., na Rua Sampaio e Pina, cujo quartelão estava cercado por forças militares afectas ao Movimento. Nessa altura, encontravam-se no R. C. P. os seguintes trabalhadores: Alcino Leal, na portaria, Franklin Rodrigues e Fernando Humberto, operadores no controle das emissões em Onda Média e Frequência Modulada; António Pedro, na emissão do programa «A Noite é Nossa», com a colaboração do assistente António Barra; Fernando Meneses, que apresentava programas de F. M., Joaquim Furtado, na Redacção dos Noticiários, e Jaime da Silva Pinto, na Regência de Estúdios, já fora do seu horário de serviço.

Por indicação dos militares, foram preparados os circuitos para colocar em simultâneo todos os emissores do Rádio Clube: Onda Média de Lisboa e Porto e Rede de Modulação de Frequência. O capitão Santos Coelho enviava para o Posto de Comando do M. F. A. a confirmação, em código, da ocupação: «Aqui grupo dez. Informo: México conquistado sem incidentes.»¹⁵ Às quatro horas e vinte seis minutos, Joaquim Furtado lia, aos microfones, o primeiro comunicado do M. F. A.:

«Aqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas.

As Forças Armadas Portuguesas apelam a todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de

¹⁵ Idem, *ob. cit.*

recolherem a suas casas, nas quais se devem conservar com a máxima calma.

Esperando sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal, para o que apelamos para o bom senso do comando das forças militares no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas. Tal confronto, além de desnecessário, só poderá conduzir a sérios prejuízos individuais, que enlutariam e criariam divisões entre os portugueses, o que há que evitar a todo o custo.

Não obstante a expressa preocupação de não fazer correr a mínima gota de sangue de qualquer português, apelamos para o espírito cívico e profissional da classe médica, esperando a sua ocorrência aos hospitais, a fim de prestar a sua eventual colaboração, que se deseja sinceramente desnecessária.»¹⁶

O programa «A Noite é Nossa» tinha sido suspenso e, em sua substituição, eram transmitidas marchas militares. Pouco depois, era lido novo comunicado:

«A todos os elementos das forças militarizadas e policiais o comando do Movimento das Forças Armadas aconselha a máxima prudência, a fim de serem evitados quaisquer recontros perigosos. Não há intenção de fazer correr sangue desnecessário, mas tal acontecerá caso alguma provocação se venha a verificar.

Apelamos, portanto, para que regressem imediatamente aos seus quartéis, aguardando as ordens que lhes serão dadas pelo M. F. A.. Serão severamente responsabilizados todos os comandos que tentarem por qualquer forma conduzir os seus subordinados à luta com as Forças Armadas.»¹⁷

Pouco depois da leitura deste comunicado, deu-se a efectiva ocupação das instalações da Sampaio e Pina por um grupo de soldados que fazia parte do contingente que cercava a zona.

¹⁶ Ibidem, *ob. cit.*

¹⁷ Ib Ibidem, *ob. cit.*

A ocupação decorreu sem quaisquer incidentes, mesmo quando os militares detiveram alguns polícias que surgiram no local, ignorando o que se estava a passar. Entretanto, os emissores do Rádio Clube em Porto Alto só foram ocupados cerca das oito horas da manhã, por forças do Campo de Instrução de Santa Margarida. Pouco depois, o presidente da Direcção do Rádio Clube, Júlio Botelho Moniz, voltava a telefonar (já o fizera antes, por volta das seis e meia) e teria então dado ordem para ser cortada imediatamente a emissão, desligando os emissores em funcionamento, ordem que, no entanto, nunca chegou a ser cumprida. Houve, de facto, um corte de energia, supostamente ordenado pelo Governo de Marcelo Caetano e efectuado pela Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, que fornecia o Centro Emissor de Porto Alto, mas este continuou a laborar, graças à imediata entrada ao serviço da central eléctrica automática.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos, o Rádio Clube Português transmitia novo comunicado em que o Movimento das Forças Armadas informava dominar a situação em todo o país e pedia aos estabelecimentos comerciais de Lisboa que encerrassem as suas portas, sob pena de ser instaurado o recolher obrigatório. Finalmente, às vinte horas, era lida, aos microfones do Rádio Clube Português, a Proclamação do Movimento das Forças Armadas.

Confrontos ideológicos na E. N. e na R. R.

Ao contrário do Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, a Rádio Renascença e os Emissores Associados de Lisboa não tiveram qualquer protagonismo nos acontecimentos do 25 de Abril, exceptuando, como já foi referido, as duas «senhas» transmitidas aos microfones daquelas duas últimas estações. No entanto, pode-se dizer que a Emissora e a Renascença viveram os momentos mais dramáticos das suas existências no

período posterior ao Movimento dos Capitães, nomeadamente entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro de 1975, de tal modo foi agudo, persistente e mesmo brutal o confronto ideológico pelo controlo dessas estações, ambas com um passado e um prestígio que assentavam nos dois poderes de maior impacto na história do país: o político, expresso na Emissora, órgão oficial do regime, e o religioso, patente na estreita ligação da Renascença, «emissora católica», à Igreja portuguesa. Foi mais de ano e meio de permanente crise, em que os ideais de liberdade anunciados pela Revolução dos Cravos ameaçaram dissolver-se numa mera substituição de uma ditadura decadente por uma outra de sinal contrário, mas de contornos mais rígidos. Felizmente foi possível deter e, mesmo, inverter essa via, que em certos momentos, chegou a parecer irreversível, mas pelo caminho ficaram muitos e significativos destroços.

Na Rádio Renascença, o primeiro grande conflito surgiu logo no dia 30 de Abril, quando os dirigentes da estação proibiram a transmissão da chegada a Lisboa de antigos exilados políticos, entre os quais Álvaro Cunhal, Mário Soares, José Mário Branco e Luís Cília. Os trabalhadores entraram em greve contra este acto de censura e as emissões só recomeçaram depois da intervenção do delegado do M. F. A. e do acordo para que dois trabalhadores passassem a integrar a direcção da R. R..

Não foi, naturalmente, um acordo do agrado da hierarquia da Igreja, impedida de continuar a orientar, do ponto de vista doutrinário, a Emissora Católica. Em Setembro, desencadeia-se nova crise: nove trabalhadores receberam cartas de despedimento e o conflito agudiza-se, sucedendo-se as reuniões, ora no Ministério do Trabalho, ora no M. F. A., para tentar um acordo sustentável. As posições do Conselho de Gerência e do Episcopado, expressas em sucessivas notas e comunicados, são, no entanto, irredutíveis. Sem solução à vista, o conflito arrasta-se e em 9 de Fevereiro de 1975 inicia-se uma nova greve. Três

dias mais tarde, a Conferência Episcopal, reunida em Fátima, afirmava, em nota tornada pública, que a Rádio Renascença «não tem sido, nos últimos meses, a voz da Igreja, porque a ilegítima situação de força a tem impedido de exercer aí o seu múnus de orientação doutrinal.»¹⁸ A Conferência Episcopal denunciava, ainda, «uma situação, contrária à ordem jurídica e à liberdade e independência da informação»¹⁹ e garantia que «dentro das suas possibilidades e no âmbito das suas atribuições, não desistirá de empreender as medidas mais adequadas à reposição dos seus direitos.»²⁰ O que não irá acontecer tão cedo. Pelo contrário, os acontecimentos de 11 de Março vieram piorar tudo: Os trabalhadores da R. R. interromperam a greve e a emissora começou a transmitir, em simultâneo com o Rádio Clube Português, entrando também na emissão a Rádio Ribatejo, Rádio Alto Douro e Rádio Altitude. Poucos dias depois, mais precisamente em 22 de Março, novas achas para a fogueira, quando o Governo de Vasco Gonçalves nomeia uma Comissão Mista para gerir a Renascença, medida que é rejeitada pelo Episcopado. Perante esta recusa, o próprio primeiro ministro Vasco Gonçalves tenta a mediação do conflito, propondo uma plataforma de acordo entre os trabalhadores e o Patriarcado. Ao mesmo tempo, o Cardeal-Patriarca, em entrevista ao jornal francês «Le Figaro», considerava que o Governo «não controla o país».²¹ Os tempos subsequentes pareceram querer dar-lhe razão, pelo menos no que se refere à Rádio Renascença. Em 27 de Maio, os trabalhadores ocuparam os estúdios e o centro emissor na Buraca, onde substituíram a frase «Rádio Renascença, emissora católica portuguesa» por «Rádio Renascença ao serviço dos trabalhadores» e passaram a dirigir as emissões, obrigando a

retirarem-se os religiosos que ali prestavam serviço. A partir daqui, os acontecimentos parecem precipitar-se: em 18 de Junho, há uma manifestação e uma contra-manifestação junto do Patriarcado de Lisboa, no Campo de Santana e o Partido Socialista, através do seu porta-voz, Mário Sottomayor Cardia, dá a conhecer publicamente, o seu apoio à Igreja Católica. Seguiram-se decisões e contra-decisões numa sequência perfeitamente surrealista. Em 1 de Julho, o Governo decide devolver a Rádio Renascença à Igreja, nomeando, para o efeito, uma Comissão Administrativa. No dia seguinte, as Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa manifestam-se em peso para apoiarem os trabalhadores da Renascença e protestarem contra a intenção governamental de devolver a estação ao Patriarcado. No dia 3 é a vez do Conselho da Revolução intervir para inviabilizar a decisão do Governo e, pelo contrário, mandar nacionalizar a Rádio Renascença, o que provoca o pedido de demissão de Vasco Gonçalves, não aceite pelos seus pares. Aparentemente, a causa parece perdida para a Igreja, uma vez que a emissora católica ia continuar ocupada. E assim esteve até Outubro, quando o Governo, dirigido por Pinheiro de Azevedo, mandou desocupar as instalações da Buraca e selá-las. A reacção não se fez esperar: no dia 22 de Outubro, organizações esquerdistas tutelaram uma manifestação de protesto e, no final, desselaram o centro emissor. Esta sequência dramática de acontecimentos chegou ao fim, ou pareceu chegar, quando em 7 de Novembro, por ordem do Conselho da Revolução, uma força militar constituída por 60 homens do Batalhão Especial de Tropas Pára-quedistas entrou nas instalações da Buraca e destruiu, à bomba, o centro emissor.

A ocupação da Emissora Nacional no dia 25 de Abril e os acontecimentos que se lhe seguiram tiveram aspectos bem diferenciados em relação ao que se passou na Rádio Renascença (para já não referir o Rádio Clube Português), até porque em relação à estação oficial do regime deposto pelos

¹⁸ NEVES, Moreira das, *Para a História da Rádio Renascença* Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa, Ed. Rádio Renascença, Maio de 1980.

¹⁹ Idem, *ob. cit.*

²⁰ Ibidem, *ob. cit.*

²¹ Ib Ibidem, *ob. cit.*

militares não se pode falar, evidentemente, de um conflito entre trabalhadores e as autoridades religiosas, mas sim, como veremos, de uma verdadeira confrontação de cariz ideológico entre várias concepções políticas não raro opostas. Eram praticamente 4 horas da madrugada de 25 de Abril, quando forças militares transportadas em dois camiões, ocuparam as instalações da Emissora Nacional, na Rua do Quelhas, depois de aprisionarem dois guardas da P. S. P. que ali faziam serviço de segurança. Também aqui, a ocupação foi comunicada para o Posto de Comando em linguagem cifrada, por um dos comandantes da força, Frederico Moraes: «daqui maior de Lima. Dezoito. Informo. Ocupámos Tóquio sem qualquer incidente.» A emissão da madrugada não sofreu alterações e, às 7 horas, após a transmissão do Hino Nacional – habitualmente difundido a essa hora – foi lido, pela locutora de serviço, um boletim noticioso que não fazia qualquer referência ao movimento militar em curso. Depois, às 8 horas e 30, o então locutor Eduardo Fidalgo leu um comunicado do Movimento das Forças Armadas, antecedido, de novo, pelo Hino Nacional cantado, que foi repetido no final da leitura. Logo após, a emissão, quer em Lisboa 1, quer em Lisboa 2, foi cortada, e assim se manteve até final da tarde, enquanto, no exterior do Quelhas, o pessoal da E.N. que pretendia entrar de serviço era dissuadido de o fazer pelos militares. A emissão foi retomada às 21 horas, após o sinal horário e leitura da proclamação do Movimento das Forças Armadas, a que se seguiu a transmissão de música portuguesa e marchas militares. Isto no que se refere à programação para Portugal Continental, já que, quanto às emissões do Serviço Ultramarino, em Ondas Curtas, a partir das instalações na Rua de S. Marçal, que não foram ocupadas, de imediato, pelos militares, não houve, nesse dia 25 de Abril, qualquer alteração.

Curiosamente, a Emissora Nacional viveu os primeiros dias da Revolução num sistema de quase autogestão dos seus serviços. Com efeito, nos dias

26 e 27 de Abril, os directores mantinham-se teoricamente em serviço, embora na prática sem qualquer poder de decisão; os noticiários não estavam sujeitos, também em teoria, a qualquer espécie de censura e transmitiam todo o tipo de comunicados, com natural destaque para os que, em número crescente, manifestavam o seu apoio ao novo poder. Os militares só em 28 de Abril tomaram conta da E. N. – era uma comissão «ad-hoc» nomeada pela Junta de Salvação Nacional e constituída por três oficiais, entre os quais se destacava o major Delfim Moura, especialista em Engenharia Electrotécnica e que fora um dos oficiais que na madrugada de 25 de Abril ocupara as instalações do R. C. P. na Sampaio e Pina. Nessa comissão ad-hoc», o major Moura irá evidenciar-se, não como responsável pela gestão dos meios técnicos da E. N., como seria natural dada a sua formação específica, mas como estratega da área da programação, onde viria a traçar uma linha de orientação no mínimo polémica, e geradora dos numerosos conflitos profissionais e ideológicos que alastraram internamente.

A Comissão «ad-hoc» só em Ordens de Serviço e Determinações datadas de 30 de Abril suspendeu o presidente da Direcção, Clemente Rogeiro, ex-ministro da Saúde do Governo Caetano, e os directores dos Serviços Técnicos, Manuel Bivar, e de Programas, Alberto Represas. Com efeito, à mesma data, suspende a emissão em Lisboa 1, no período nocturno, entre as vinte e três e a uma da madrugada, de «A Voz do Ocidente», um programa de marca que já vinha da rádio salazarista.

Depois, com data de 1 de Maio, os militares anunciavam a entrada ao serviço de um grupo de fora da E. N., em que se contavam, ao lado de nomes com alguma experiência do meio rádio, outros que eram praticamente desconhecidos ou cujos méritos eram apenas notórios noutros meios de comunicação, como a imprensa escrita. Constituíam esse grupo, que ficou a trabalhar na directa dependência da comissão «ad-hoc»:

Álvaro Belo Marques, filho do maestro José Belo Marques, que se afirmou logo como líder do grupo; Jaime Gama, que passou a ser responsável pelos noticiários; e ainda José Júdice, João Paulo Guerra, Carlos Albino, Francisco Muñoz, Nuno Martins, Manuel Tomás, José Jorge Letria, Eduarda Ferreira e Fátima Mendonça.

A partir daqui, vai surgir uma verdadeira revoada de suspensões de trabalhadores antigos da E. N. e a sua posterior readmissão, sem que sejam apontados quaisquer motivos, quer para umas quer para outras, só que em muitos casos os suspensos tinham funções de chefias e, ao regressarem, já os seus lugares estavam ocupados, ficando eles em total inactividade. Noutros casos, chegou-se à situação de haver para certos cargos dois ou três titulares, como sucedeu com os lugares de direcção da E. N.: como presidente, estavam, por exemplo, ao mesmo tempo, o tenente-coronel Calvão Borges, nomeado pela Junta de Salvação, e Clemente Rogeiro, suspenso, mas de nomeação vitalícia; mais exótico ainda o cargo de Director de Programas, onde chegou a haver nada menos do que três titulares: Alberto Represas, vitalício, mas suspenso; Jaime Gama, nomeado pelo ministro da Comunicação Social, Raúl Rego; e o Major Moura, pela Junta de Salvação. O que não impedia – pelo contrário, talvez até facilitasse – que houvesse situações durante a emissão em que o apregoado pluralismo de opiniões e de programação fosse lançado às urtigas, como sucedeu, nomeadamente, com o «Programa da Manhã», onde se chegou a transmitir, numa mesma emissão, oito vezes a «Internacional», para além do «Avante, Camaradas» e outros temas do género, onde era patente a falta de isenção dos responsáveis do programa. Mas mais grave ainda foi o que sucedeu em consequência da publicação da Ordem de Serviço n.º 9/74, Série A, de 6 de Julho de 1974, que criou na E. N., a Comissão Interna de Saneamento e Reclassificação, no âmbito do Decreto-lei n.º 277/74, recém-publicado, sobre o saneamento na função

pública. Segundo essa Ordem de Serviço, seriam submetidos a processos de saneamento «todos os funcionários actualmente suspensos»²², na sequência da actuação empreendida pela Comissão «ad-hoc», que esteve em funções na E. N. até 28 de Maio de 1974. Seriam ainda sujeitos a idênticos processos «todos os servidores do Organismo»²³ com comprovada actuação na ex-Direcção Geral de Segurança» ou que «foram militantes com incontestável entusiasmo e activismo»²⁴ nas também extintas Legião Portuguesa ou Acção Nacional Popular. Era ainda «passível de propostas de saneamento todo o restante pessoal»,²⁵ incluindo não só os que já trabalhavam na E. N. antes do 25 de Abril, «como aqueles que entraram depois dessa data».²⁶ Estava, portanto, aberta, com a bênção da Direcção Militar da E. N., uma verdadeira «Caça às Bruxas», lançando trabalhadores uns contra os outros, através de simples denúncias transmitidas aos dirigentes do Organismo. As comissões de saneamento eram eleitas pelos trabalhadores, o que não deixava de ser algo incongruente, uma vez que, à partida, todos estes podiam ser suspeitos de conivência com o anterior regime, tal como se afirmava na Ordem de Serviço. De qualquer forma, a Direcção da E. N., «pela sua específica autoridade»²⁷, reservava-se o direito de «avocar exclusivamente a si a apreciação de determinados procedimentos para saneamento e reclassificação»²⁸, frisando que estes têm em vista «a defesa e a eficiência das instituições do Estado da Nova Democracia Portuguesa, a edificar dentro do espírito do Programa do Movimento das Forças Armadas.»²⁹

²² Ordem de Serviço n.º 9/74, Série A, de 6 de Julho de 1974

²³ N. A., Organismo, no texto da Ordem de Serviço, refere-se à Emissora Nacional.

²⁴ Idem, *ob. cit.*

²⁵ Ibidem, *ob. cit.*

²⁶ Ibidem, *ob. cit.*

²⁷ Ibidem, *ob. cit.*

²⁸ Ibidem, *ob. cit.*

²⁹ Ibidem, *ob. cit.*

○ Ao fim e ao cabo, foram muitas dezenas, centenas mesmo, de trabalhadores a quem foram levantados autos para saneamento, ao longo de vários meses, mantendo a E. N. num contínuo estado de agitação e de instabilidade profissional, ao sabor dos confrontos ideológicos que, quer interna, quer externamente, se iam desenrolando. Registe-se que, desses inúmeros processos, a quase totalidade teve como consequência o seu posterior arquivamento – os poucos que resultaram na demissão dos trabalhadores alvos de inquérito, viriam depois a ser reconsiderados, levando à readmissão dos supostos prevaricadores. Só não foram readmitidos os antigos presidente da Direcção, Clemente Rogeiro, e director de Programas, Alberto Represas, ambos sujeitos a aposentação compulsiva. Mas não deixa de ser curioso, no mínimo, o facto de entre as muitas dezenas de processos arquivados, haver três maneiras diferentes de o fazer: para uns, talvez a maioria, anunciou-se, em Ordens de Serviço, que os seus processos eram «arquivados», sem qualquer outra referência; para outros, acrescentava-se que o arquivamento era devido a «falta de provas»; finalmente, para uns quantos, os respectivos processos tinham sido individualizados e surgiam, nas Ordens de Serviço (uma Ordem de Serviço para cada uma), como «ilibados de culpa, não se lhe reconhecendo qualquer comportamento contrário ao espírito da ordem democrática estabelecida»; e, determinando a reintegração do trabalhador em causa na Estrutura a que pertencia, considerava-se ainda que «o seu labor, dedicação e capacidade contribuirão eficazmente para o bom funcionamento» da E. N..

Do 11 de Março ao 25 de Novembro

Nos acontecimentos de 11 de Março de 1975, a Emissora Nacional teve uma significativa actuação. A partir do meio-dia, formaram-se piquetes de

trabalhadores afectos ao Partido Comunista Português e a organizações de extrema-esquerda. Pelas treze horas, a estação declarou-se «a única voz autorizada» e passou a transmitir apenas informações imanadas da 5ª Divisão do Estado Maior, tendo o capitão Duran Clemente utilizado os microfones para apelar à mobilização popular «em defesa das conquistas da Revolução». Às catorze e quarenta e cinco, é divulgado o primeiro comunicado do Gabinete do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, garantindo que «a aliança entre o Povo e as Forças Armadas demonstrará, agora, como sempre, que a revolução é irreversível». Depois, pelas quinze e vinte e cinco, é a vez de Otelo Saraiva de Carvalho falar: «a situação está perfeitamente calma. Foi um exercício de fogos reais. Quanto aos responsáveis do sucedido, eles serão exemplarmente castigados».

O 11 de Março teve, naturalmente, reflexos sensíveis, com incidência especial nas relações laborais dentro da E. N., abalando definitivamente o já precário equilíbrio entre as várias facções políticas em presença. Elementos socialistas de tendências moderadas, como por exemplo, Jaime Gama e Manuel Alegre, abandonaram a Emissora, deixando o caminho aberto para o crescente domínio da esquerda radical. Com frequentes excessos de zelo revolucionário, alguns tão evidentes que a própria Direcção Militar da E. N. se viu forçada, por vezes a intervir para repor a legalidade. No entanto, e apesar da renúncia de Vasco Gonçalves e da nomeação de um novo Governo, chefiado por Pinheiro de Azevedo, e afecto à linha moderada e democrática do «Documento dos Nove», é essa frente de trabalhadores auto-denominados vanguardistas, que vai tentar, quando ocorre o 25 de Novembro, impor uma acção de força na defesa do que diziam ser «as conquistas da Revolução». Foi assim que, ignorando a Direcção, nomeada pelo VI Governo Provisório, de Pinheiro de Azevedo, tropas da Polícia Militar e do COPCON (Comando Operacional do Continente, de que era responsável Otelo Saraiva de Carvalho)

ocupam as instalações da Emissora Nacional, no Quelhas. Às vinte horas, na edição do «Jornal da Noite», eram feitos apelos à revolução, em nome de Otelo e do Poder Popular, ao mesmo tempo que nas comunicações via rádio da Polícia Militar se ouviam outros apelos não identificados, no sentido de serem enviados reforços militares para a E. N.. Enquanto isso, através da televisão, o capitão Duran Clemente, da Escola Prática de Administração Militar, incitava, com insistência, à mobilização popular junto dos quartéis e das estações de rádio e TV. Às vinte e quarenta e cinco, um grupo de profissionais moderados do Quelhas conseguiu passar a emissão da E. N. de Lisboa para o Porto, tendo surgido aos microfones do Emissor Regional do Norte a voz do locutor Nuno Brás a dizer «Boa Noite Portugal». As forças democráticas fiéis ao Governo de Pinheiro de Azevedo estavam prestes a vencer a tentativa totalitária encenada pela esquerda não democrática. Às vinte e uma horas e quinze minutos, o Presidente da República, Costa Gomes, tendo Otelo a seu lado, dirigia uma mensagem à Nação, através da rádio e TV, em que comunicava ter imposto o estado de sítio parcial na região abrangida pelo Governo Militar de Lisboa. Às vinte e duas horas e dez minutos, o Rádio Clube Português cessava as suas emissões. Pouco depois eram detidos os principais cabecilhas da intentona, e Otelo Saraiva de Carvalho e Carlos Fabião eram destituídos dos seus cargos de comandante do COPCON e chefe do Estado-Maior do Exército, respectivamente. Em consequência dos acontecimentos ocorridos nos estúdios do Quelhas, eram, entretanto, suspensos cerca de cinquenta trabalhadores da E. N. e dispensados os serviços de quase todos os colaboradores da estação, praticamente os mesmos que um ano antes, quando da crise da chamada «maioria silenciosa» em 28 de Setembro de 1974, tinham sido louvados pela sua «coragem» e «decisão».

O VI Governo Provisório anuncia a intenção de mandar nacionalizar todas as estações radiofónicas, incluindo a Rádio Renascença, que, desde

7 de Novembro, estava inactiva devido à destruição à bomba de seu centro emissor, na Buraca, conforme já foi referido. No dia 29 de Novembro, o ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, avistava-se com o Conselho de Gerência da Rádio Renascença e comunicava-lhe o propósito do Governo. No dia seguinte, o ministro recebia uma carta do Cardeal-Patriarca, D. António Ribeiro, carta que terá sido decisiva para a exclusão da Rádio Renascença do grupo de estações a nacionalizar, de acordo com o Decreto-lei n.º 674-C/75, datado de 2 de Dezembro de 1975. A partir de então, passava a existir em Portugal apenas uma grande estação de rádio privada – a Rádio Renascença; tudo o resto, apenas com duas excepções insignificantes, passava a estar nas mãos do Estado.

A criação da Radiodifusão Portuguesa

Assim nasceu a Radiodifusão Portuguesa, ou mais correctamente, a Empresa Pública de Radiodifusão – E. P. R., como então foi designada. Nos termos do Decreto-lei n.º 674-C/75, a E. P. R. era constituída pela Emissora Nacional de Radiodifusão e pelo que resultava da nacionalização das seguintes organizações ou empresas: Rádio Clube Português; Emissores Associados de Lisboa; J. Ferreira e Cª, Lda; Sociedade Portuguesa de Radiodifusão, Lda; Alfabeta – Rádio e Publicidade; Clube Radiofónico de Portugal; Rádio Graça; Rádio Peninsular e Rádio Voz de Lisboa. Isto, na prática, significava que, conforme já salientámos, tinham sido nacionalizadas todas as estações de rádio portuguesas, apenas com três excepções: a Rádio Renascença, atendendo ao que se disse serem «os termos da Concordata» em vigor entre o Estado Português e o Vaticano, e «o respeito e defesa dos valores religiosos» da maioria dos portugueses; e a Rádio Altitude e a Rádio Pólo Norte (depois designada Rádio Clube do Centro), por motivos que nem sequer chegaram a ser divulgados, mas que se

admite terem a ver com a quase nula representatividade destas duas emissoras no espectro radiofónico nacional.

A Empresa Pública de Radiodifusão surgiu, portanto, na natural sequência do movimento militar de 25 de Novembro, restaurador da via democrática na política portuguesa. O preâmbulo do Decreto-lei n.º 674-C/75 não podia ser mais claro ao afirmar que «...é manifesto que tem estado longe de exemplar o comportamento da generalidade das nossas estações emissoras. Apaixonadas e parciais, onde lhes competia que fossem serenas, objectivas e isentas, não raro panfletárias, têm por vezes chegado ao limite de convite à sedição. Indiferentes aos sentimentos, às apetências e às necessidades e interesses do povo português, pressupõem-no moldado ou moldável à rádio que praticam...».³⁰

Conforme já referimos, os acontecimentos do 25 de Novembro na Emissora Nacional foram o culminar do muito longo período de crise interna e de afrontamento ideológico que ali esteve patente desde o Movimento dos Capitães. Em ligação com os autores e o espírito do «Documento dos Nove», e sendo homens de confiança do então tenente-coronel Ramalho Eanes, estratega e coordenador das operações militares do 25 de Novembro, um grupo de oficiais tinha assumido, nos últimos meses de 1975, funções directivas na Emissora. Entre eles, contavam-se o major João Figueiredo, como presidente da Direcção, cargo em que foi confirmado logo após o 25 de Novembro, e o capitão José Dias, designado como director dos Serviços Administrativos e Financeiros, em substituição do também capitão Santa Clara Gomes, que transitou para a recém-criada Direcção de Pessoal. Na Direcção de Programas, mantinha-se o major António Coutinho, nomeado para o cargo nas vésperas do 25 de Novembro.

Em 23 de Fevereiro, pelo Decreto-lei n.º 153/76, a até então chamada Empresa Pública de

Radiodifusão – E. P. R. passava a designar-se Radiodifusão Portuguesa – Empresa Pública – RDP, EP. E um mês depois, mais precisamente em 12 de Abril, era publicado o Decreto-lei n.º 274/76, que aprovava o primeiro Estatuto da Empresa. Segundo o normativo deste diploma, a RDP tinha «por atributo fundamental prestar ao povo português o serviço público de radiodifusão», pelo que era uma pessoa colectiva de direito público, dotada da autonomia administrativa e financeira, com sede em Lisboa, delegações principais no Porto, Coimbra, Faro, Açores e Madeira, podendo ainda estabelecer outras delegações e instalações «que considere necessárias» em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro. Os órgãos da empresa eram o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho de Informação e a Assembleia de Radiodifusão. Estes dois últimos órgãos, eram ou pretendiam ser, as grandes novidades do diploma, pois, de acordo com o legislador, visavam velar pelo pluralismo ideológico da programação de serviço público, através de uma ampla representatividade dos utentes desse serviço. Ora, na prática, e durante toda a vigência do Estatuto, a Assembleia de Radiodifusão e o Conselho de Informação nunca foram implementados. Mas este não foi o único problema que a nova administração da RDP teve de enfrentar logo em 1976. Outras questões, algumas das quais tão ou mais importantes que aquela, estavam em aberto. Por exemplo: a nacionalização da Rádio fizera nascer uma mega-empresa, à escala portuguesa – a RDP era o resultado da junção legal, sob uma só designação, dos organismos de radiodifusão existentes, desde a Emissora Nacional, estação oficial, até às emissoras privadas de maior representatividade, com a já referida excepção da Rádio Renascença. Isto quer dizer que, de um momento para o outro, a RDP era a herdeira (e locatária) de qualquer coisa como, pelo menos, quinze edifícios e instalações diferentes, só na zona de Lisboa, incluindo um cinema – o Nimas – e uma empresa discográfica – a Imavox – pertencentes

³⁰ O preâmbulo do Decreto-lei n.º 674-C/75.

maioritariamente ao Rádio Clube e, como tal, também nacionalizadas, e tinha ao seu serviço, em todo o país, cerca de dois mil e seiscentos trabalhadores, parte dos quais, a maioria mesmo, tinha um estatuto laboral com vínculo à função pública – eram os provenientes da antiga Emissora Nacional – enquanto os restantes estavam abrangidos pelo regime do contrato individual de trabalho, aplicável à actividade privada. Esta dupla situação laboral afigurava-se, ao tempo, incontornável. Contudo, em 1976, acrescia um outro problema, que, aliás, tocava ainda de mais perto com a proveniência heterogénea dos trabalhadores, afectando-os de forma sensível e imediata. Referimo-nos às diferenças salariais existentes entre profissionais do mesmo nível e com responsabilidades e tarefas idênticas: por exemplo, um jornalista oriundo do antigo R. C. P. ganhava mensalmente, nessa altura, à volta de quatro mil escudos mais (diferença de modo algum desprezível para a época), do que o seu colega proveniente da ex-E. N., onde, aliás, não havia categoria de jornalista, só mais tarde reconhecida oficialmente, sendo as funções exercidas por assistentes literários ou redactores. E situações idênticas de disparidades salariais havia-as em todos os sectores da RDP, desde técnicos a locutores ou administrativos.

A questão das taxas de radiodifusão

Só em 27 de Maio, através do Decreto-lei n.º 418/76, e após ameaça de greve por parte dos trabalhadores, foi possível nivelar os vencimentos, mediante uma tabela salarial com vinte e cinco escalões, que iam desde os vinte e oito mil escudos mensais para o grau I, o mais elevado, até aos quatro mil escudos mensais para o grau XXV, o de menor expressão pecuniária. A relativa demora na solução deste problema esteve relacionada, segundo se afirmava num despacho do Ministério da Comunicação Social, com a «afixação do critério

de cobrança» das taxas de radiodifusão, que eram, nos termos do Estatuto da RDP, a fonte das principais receitas do Organismo, de importância fulcral para a desejada independência da empresa face aos poderes político e económico. O Ministério dizia fazer depender a aprovação da tabela salarial da prévia fixação da cobrança das taxas de radiodifusão, mas o certo é que tal não sucedeu, nem irá acontecer nos anos subsequentes, apesar da publicação do Decreto-lei n.º 389/76, destinado a implantar um novo sistema de taxas. Nos termos desse diploma, passava a haver uma taxa anual de radiodifusão, de valor variável conforme o consumo de electricidade, a cobrar em duodécimos pelas empresas de distribuição de energia eléctrica. Só que o sistema era de muito difícil e morosa implantação a nível nacional, dada a grande diversidade das empresas envolvidas, pelo que só a partir de 1979 foi possível iniciar a cobrança, mas apenas de uma ínfima parcela dos montantes globais previstos. Daí a contínua situação de crise financeira em que viveu a RDP durante os últimos anos da década de setenta. Tudo começou nos finais de 1975, quando o ministro da Comunicação Social, Almeida Santos, sem propor qualquer solução alternativa de imediata execução, decretou a suspensão da cobrança das taxas da Rádio, pondo termo a um sistema que vigorava na E. N. desde a data da sua fundação e que permitira, ao longo dos anos, uma gestão equilibrada das receitas e despesas. Se se analisarem as receitas e as despesas previstas para 1977 – trata-se apenas de um exemplo – é fácil verificar que, à partida, se admitia um saldo final do exercício negativo, de ordem global superior a quinhentos e cinquenta mil contos! A RDP previa cobrar cerca de quarenta e cinco mil contos de taxas, mas ... da televisão, pois esta era, na prática, a única actividade a cargo dos Serviços de Licenciamento da Radiodifusão. Aliás, quanto a receitas, as mais significativas – cerca de cinquenta e cinco mil contos – pertenciam ao Serviço de Publicidade Radiofónica. A situação era

de tal modo grave que a RDP se viu forçada, logo nesse ano de 1977, a recorrer a empréstimos e subsídios reembolsáveis, o que obrigava a restringir várias despesas, a adiar a liquidação de diversas dívidas, e a suspender «sine die» parte do plano de investimentos.

Saneamento económico e financeiro da RDP

Em finais de 1981, o passivo da Radiodifusão Portuguesa ascendia a três milhões e meio de contos, e, embora o seu activo atingisse os dois milhões e oitocentos mil contos, cerca de 42% deste último – ou seja, um milhão e duzentos mil contos – correspondiam a taxas a cobrar. Nesta altura, estavam prestes a completar-se três anos sobre a data em que a RDP tinha sido declarada empresa em situação económica difícil. Com efeito, essa declaração constava de uma Resolução do Conselho de Ministros datada de 28 de Fevereiro de 1979, em que se afirmava que a Radiodifusão Portuguesa, E. P. «tem vindo a debater-se (...) com uma profunda crise estrutural, que se reflecte em diversos planos e provocou uma situação empresarial de total degradação». Dando especial ênfase à «ausência de elementos contabilísticos» dos anos de 1977 e 1978 «por se encontrarem ainda por fechar as contas destes exercícios» e revelando os avultados passível exigível e défice de tesouraria, a Resolução considerava que a «sobrevivência da RDP-EP e o pagamento dos salários do seu pessoal» eram «inteiramente dependentes de subsídios do Estado», pelo que assim estariam reunidas todas as condições para a declaração de empresa em situação económica difícil. Além das consequências legais de tal declaração, esta estabelecia ainda a «possibilidade de desafectar a empresa de todos os órgãos marginais à produção radiofónica para cuja exploração não é vocacionada». A Resolução dava ainda o prazo máximo de um ano para validade da declaração,

mas em 23 de Fevereiro de 1980, esta era prorrogada por mais um ano, considerando que «nenhuma medida foi tomada, tendo-se mantido, e até agravado, as condições de deterioração económica e financeira».

Postas as coisas desta forma, a RDP parecia caminhar vertiginosamente para o abismo, sendo a data de 25 de Fevereiro de 1982 o ponto de viragem, já que nesse dia foi assinado entre o Estado e a Radiodifusão Portuguesa o Acordo de Saneamento Económico e Financeiro (ASEF), que visava pôr termo à «gravíssima» situação da empresa. O acordo obrigava a RDP a reger-se por um conjunto de princípios de gestão empresarial, a saber: obtenção do equilíbrio económico de exploração; promoção do serviço público de radiodifusão, através da melhoria concreta da sua programação e difusão; incremento da produtividade; aprovação do estatuto do pessoal, incluindo a redução dos efectivos, a par da formação profissional e da definição das carreiras; reorganização progressiva da empresa, com implementação de uma estrutura orgânica adequada aos objectivos a prosseguir. Como contrapartida, o Estado obrigava-se a rever anualmente os valores das taxas de radiodifusão, apoiando a sua progressiva extensão a todo o país; comprometia-se também a garantir o recurso a financiamentos externos para a realização de investimentos previamente aprovados; avalizava a consolidação do passivo da RDP, autorizando a empresa a emitir um empréstimo obrigacionista nos termos de um protocolo financeiro a celebrar com o sistema bancário; e instituía o regime de indemnizações compensatórias, destinadas a cobrir os encargos com o Serviço Internacional em Ondas Curtas e os défices com a exploração das orquestras e dos Centros Regionais da Madeira e dos Açores.

O ASEF foi assinado por dois membros do Governo de então, presidido por Francisco Pinto Balsemão: o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro para a Comunicação Social,

José Alfaia, e o secretário de Estado das Finanças, Robim de Andrade. Pela Radiodifusão Portuguesa assinou Manuel Magro, presidente da Comissão Administrativa, da qual faziam também parte como vogais mais três civis, António Martins Aguiar; Francisco Mascarenhas e Vicente Ferreira. Os militares haviam saído há muito da Administração da RDP. Aliás, a Comissão Administrativa nomeada por altura do 25 de Novembro, constituída apenas por militares, conforme já referimos oportunamente, foi a última do género na RDP, tendo-se mantido até finais de 1978. É de sublinhar, contudo, que os vários lugares de Direcção da empresa foram sendo assumidos por civis, quase todos trabalhadores da RDP, com grande experiência nos sectores que passavam a dirigir: em 1977, Francisco Igrejas Caeiro, locutor entrado para a E. N. nos anos quarenta, depois expulso por motivos políticos, da estação oficial, para continuar uma brilhante carreira na rádio privada e, também no teatro e cinema, readmitido na Emissora após o 25 de Abril, era o director de Programas; outro profissional experiente «da casa», o engº Vito de Oliveira, dirigia os Serviços Técnicos; dois outros profissionais, os drs. Américo Carvalho e Arlindo Carvalho, que começou como operador radiotécnico, ocuparam sucessivamente, a Direcção dos Serviços de Pessoal. Pelos motivos já anteriormente invocados, esta administração militar com uma direcção civil e vultuosos efectivos de pessoal oriundo de organizações diferentes, era como um grande barco obrigado a navegar com a costa à vista. De acordo com o seu Estatuto de Abril de 1976, a RDP devia organizar programas de informação e divulgação, de comentário e crítica, de pedagogia, de instrução, culturais, recreativos, desportivos e infantis. Para cumprir este objectivos, a RDP emitia diariamente, em Onda Média e Modulação de Frequência, os Programas 1, 2, 3, e 4, para o Continente, programas regionais na Madeira e nos Açores e, através da rede de emissores de Onda Curta, para as comunidades portuguesas em todo o Mundo. Os Programas 1 e 2 eram como um

prolongamento, uma continuação das «velhas» Lisboa 1 e Lisboa 2 da Emissora Nacional – uma emissão generalista, privilegiando a informação e a música ligeira, e uma emissão de características culturais, em que predominava a passagem de música erudita. Já o Programa 3 tinha como objectivo «dar voz» à programação regional proveniente das Delegações da RDP, enquanto o Programa 4 assentava nas emissões em estereofonia destinadas, prioritariamente, a um público mais jovem. Importa ainda referir que a Comissão Administrativa militar, tendo em vista tornar mais fácil a integração do pessoal proveniente de empresas diferentes, determinou que parte dos trabalhadores da ex-E. N., com local de trabalho habitual no Quelhas, se deslocasse para as instalações do antigo Rádio Clube Português, na Sampaio e Pina, trocando com os colegas desta estação – assim, o Departamento de Informação saiu do casarão da Rua do Quelhas e foi instalar-se no «submarino» (era assim chamado na gíria radiofónica) da Sampaio e Pina, trocando com os trabalhadores do Programa 3, que se mudaram para o antigo convento do bairro da Madragoa. Esta situação durou cerca de dois anos e coincidiu mais ou menos com o período de gestão da RDP pelos militares. Conforme já foi dito, estes deixaram a Radiodifusão Portuguesa nos finais de 1978. Sejam mais concretos: o major João Figueiredo pediu e obteve a exoneração de presidente da Comissão Administrativa em 25 de Outubro, mas deixava o cargo, interinamente, ao seu colega major Vasco Durão. Por pouco tempo, pois logo em 15 de Novembro, este último passava o testemunho ao major José Dias. Por essa altura, já havia, na Comissão Administrativa, os dois primeiros civis, Nuno Rodrigo Santos Pereira e Nelson Ribeiro este último 2º oficial dos Serviços Administrativos e Financeiros, os quais, no entanto, na prática nunca chegaram a exercer funções. Foi exactamente este esvaziamento da Administração e a sua consequente inoperacionalidade que motivaram fortes críticas do

director de Programas, Igrejas Caeiro, de imediato exonerado do cargo por se ter intrometido em assuntos da exclusiva competência da Comissão Administrativa. O despacho da exoneração foi assinado pelo major José Dias, tendo sido o último deste oficial na qualidade de presidente interino da RDP. Alguns meses depois, Igrejas Caeiro ganhou o recurso interposto, em última instância, no Supremo Tribunal Administrativo, mas não voltou a ocupar o cargo, preferindo aposentar-se e continuar a exercer as funções de deputado na Assembleia da República. Em 12 de Janeiro de 1979, tinha sido, entretanto, nomeado presidente da RDP o eng^o Humberto Lopes, que tinha como vogais na Administração os drs. António Martins de Aguiar, Rui Amorim da Ressureição e Luís Veloso de Sampaio e o major José Dias, que transitava assim da anterior equipa de dirigentes militares. Hoje, a uma distância de quase duas décadas, é possível afirmar que esta Administração e a que se lhe seguiu, presidida pelo eng^o Amílcar Martins, com um intervalo de apenas alguns meses, foram duas gerências de mera transição, ditadas pelas circunstâncias do momento político que então se vivia, quando o Presidente da República, Ramalho Eanes, ao considerar esgotadas as hipóteses parlamentares de um Governo de maioria, após sucessivos fracassos de um gabinete socialista minoritário e de uma coligação PS/CDS, optou pela formação de Governos da sua iniciativa, dirigidos por personalidades independentes.

Serviço Público e Rádio Comercial

Assim, com a constituição do Governo presidido pelo prof. Mota Pinto, surgiu, na RDP, a administração do eng^o Humberto Lopes; quando este Governo, ao fim de alguns meses, caiu e foi substituído por outro chefiado pela eng^a Maria de Lurdes Pintassilgo, era nomeada para a Radiodifusão a Comissão Administrativa liderada pelo eng^o Amílcar Martins, tendo como vogais os

eng^o José Manuel Protes da Fonseca e Rui Rocha Santos. No espaço de um ano houve, portanto, na RDP, duas Comissões Administrativas: a de Humberto Lopes, iniciada em 12 de Janeiro, e a de Amílcar Martins a partir de 19 de Setembro – a primeira propôs uma reestruturação da empresa que, na prática não chegou a entrar em vigor, porque a segunda a anulou e avançou com outra, que também não foi por diante, inviabilizada por uma terceira administração, que tomou posse em Fevereiro de 1980, presidida pelo dr. João Barreiros Cardoso, com os vogais drs. António Martins Aguiar e Arlindo de Carvalho e jornalista José Manuel Pereira da Costa. Esta nova direcção irá pôr, finalmente, em marcha, com alguns ajustamentos, a proposta de reestruturação da RD da administração Humberto Lopes. Surgem assim, devidamente caracterizados, os dois grandes sectores da programação nacional – o Centro de Programas Não Comerciais e o Centro de Programas Comerciais – o primeiro constituído pela Antena 1 (nova designação do antigo Programa 1) e Programa 2, e o segundo resultante da concentração numa única unidade dos anteriores Programas 3 e 4 e que viria a dar origem à Rádio Comercial. Por seu turno, a Informação era autonomizada dos programas e passava a constituir uma Direcção de Serviços, com local próprio de instalação, num antigo palacete da Rua do Quelhas, n^o 10. João Oliveira Pires e João David Nunes, nomeados anteriormente pela Administração Humberto Lopes, eram agora confirmados como responsáveis, com a categoria de directores dos Programas não Comerciais e Programas Comerciais, respectivamente. Oliveira Pires tinha como principais colaboradores na chefia da Antena 1, Maria Leonor (substituída por Fernando Serejo quando adoeceu com a enfermidade que viria a vitimá-la), do Programa 2, Nuno Barreiros, e dos Programas Internacionais, Moreira da Câmara. Por seu turno, João David Nunes era coadjuvado na produção dos programas comerciais por Pedro Castelo (Onda Média), Jaime Fernandes

(FM Estéreo), Matos Maia (Regionais) e António Videira (Departamento Comercial). Na Informação, o jornalista Arnaldo Fonseca Bastos assumia a Direcção, e na Exploração, que também se tornara autónoma dos Serviços Técnicos, o principal responsável era Fernando Conde, um dos mais antigos e experientes profissionais da ex-E. N. A Administração Barreiros Cardoso esteve em funções até Agosto de 1981, altura em que foi nomeada uma nova Comissão Administrativa presidida pelo dr. Manuel Magro, que tinha sido, dois anos antes, o primeiro director de Informação da RDP. Como administradores, foram também designados o dr. Martins Aguiar, «reincidente» nessas funções, e dois quadros da Empresa, o eng^o Francisco Mascarenhas, pertencente à Direcção dos Serviços Técnicos, e o dr. Vicente Ferreira, da área da Direcção de Pessoal. Foi esta Administração, ou, mais propriamente, o seu presidente Manuel Magro, que assinou com o Governo, tal como referimos, o Acordo de Saneamento Económico e Financeiro – ASEF, rubricado em 25 de Fevereiro de 1982. Em termos de programação, o Acordo obrigava a Radiodifusão Portuguesa a ter três programas de âmbito nacional: a Antena 1, em Onda Média e Modulação de Frequência, com características de serviço público; o Programa 2, em F.M. e em estereofonia «tanto quanto possível», de características culturais; e a Rádio Comercial, em O.M. e F.M., com características recreativas, formativas e informativas, «mas eminentemente comercial», isto é, com uma estratégia própria da rádio privada, assente na publicidade radiofónica. No imediato, o ASEF só teve repercussão significativa ao nível da gestão financeira da RDP, uma vez que desencadeou os mecanismos necessários à recuperação económica da empresa, permitindo o reequilíbrio das suas receitas e despesas. Bastará referir que, logo em 1983, houve um saldo positivo da ordem dos vinte e sete mil contos, o que sucedeu pela primeira vez desde 1976. No que diz respeito à produção radiofónica, o

Acordo limitou-se, na prática, a confirmar, em linhas gerais, a macroestrutura da RDP lançada em 1980. Mantinha-se, contudo, uma questão fulcral: a da real e efectiva independência da Empresa em relação ao poder político. É certo que, com o ASEF, a RDP ia deixar de mendigar, anualmente, os subsídios estatais indispensáveis à sua sobrevivência, mas, na realidade, a tutela governamental continuava a ter um peso decisivo, digamos mesmo absoluto, na nomeação dos administradores e consequente sujeição dos actos destes à aprovação ministerial. Já vimos que a Assembleia de Radiodifusão e o Conselho de Informação nunca chegaram a ser implantados e o Estatuto da RDP, datado de 1979, que os previa, foi mesmo revogado pelo Conselho de Ministros, em 1979, tendo a Assembleia da República recusado ratificar essa revogação. A partir daí, a Radiodifusão Portuguesa viveu sem estatuto próprio, regendo-se apenas pela legislação geral aplicável às empresas públicas, o que era manifestamente insuficiente para o seu tipo de actividade. Assim, em 22 de Maio de 1984, era publicado o Decreto-lei n.º 167/84, que aprovava o novo Estatuto da RDP. Estava-se em pleno Governo do chamado Bloco Central PS/PSD e na Radiodifusão já havia, desde 12 de Dezembro de 1983, uma nova Administração presidida pelo dr. Bráulio Barbosa, que tinha como vogais os drs. Martins Aguiar, Carlos Adrião Rodrigues, Fausto Correia e Vicente Ferreira (que viria a deixar o cargo, sendo substituído pelo dr. Arlindo de Carvalho). Mais uma vez, este novo Estatuto garantia a autonomia administrativa e patrimonial da RDP e assegurava a sua independência face ao poder político, ao mesmo tempo que prometia a não ingerência em matéria de programação, «não se indo além de directivas genéricas, ditadas por preocupações de defesa do interesse nacional». E sublinhava-se ainda, no preâmbulo do diploma, que «a tutela é perspectivada como última garantia de prossecução dos fins da empresa, com inteiro repúdio de uma tutela entendida como simples

exercício de poder, que não teria lugar num Estado de direito democrático». Para atingir estes excelentes propósitos, a RDP era dotada com três órgãos: o Conselho Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Fiscalização – tinham sido, portanto, abandonadas as propostas de criação da Assembleia de Radiodifusão e do Conselho de Informação, constantes do primeiro Estatuto da empresa. O Conselho Geral, cuja competência se limitava a dar pareceres, nomeadamente, sobre o orçamento, os planos de actividades, o balanço e as contas do exercício, era constituído por dez membros, seis dos quais designados pelo Conselho de Ministros e outros dois pelos Governos Regionais dos Açores e Madeira – dos dois que restavam, um era designado pelo presidente da RTP e o outro pelos trabalhadores da RDP. Quanto ao Conselho de Administração – que substituiu a antiga Comissão Administrativa – passava a ser composto por um presidente e cinco vogais, um dos quais eleito pelos trabalhadores (na prática, este vogal nunca chegou a existir), sendo todos os outros nomeados pela tutela. Era também a tutela que dava posse, quer ao Conselho de Administração, quer ao Conselho Geral. Portanto, só com uma grande dose de boa vontade é que se podia afirmar que o estatuto garantia a independência da Radiodifusão Portuguesa face ao poder político. Tal independência só terá sido possível atingir com a passagem da RDP a Sociedade Anónima, em Janeiro de 1994, e com a aprovação dos respectivos estatutos. Mas trata-se de uma mera presunção e só o tempo dirá se de facto houve reais progressos nessa matéria.

Audiências da Rádio: R. R. supera RDP

O Estatuto de 1984 continha ainda mais algumas inovações, além das já referidas: conferia à RDP o poder de decidir sobre o conteúdo da sua programação; dava maior ênfase à emissão de programas em Ondas Curtas, dirigidos às

comunidades portuguesas fixadas no estrangeiro e aos países de língua oficial portuguesa; e estabelecia que a estrutura interna da empresa compreendia, obrigatoriamente, os cargos de Director de Informação e Director de Programação, responsáveis perante o Conselho de Administração pelas políticas informativa e de programas da RDP. Por esta altura, tinham-se registado algumas alterações nas estruturas das Direcções de Informação e de Programas. Para a primeira tinha sido nomeado director João Marques de Almeida, e na segunda José Manuel Nunes sucedera a Oliveira Pires como director, havendo, pela primeira vez, três directores-adjuntos: Maria Estrela Serrano, na Antena 1, José Atalaia, no Programa 2, e Fernando Serejo, na RDP/Internacional. Estava-se, então, numa fase de renovação de processos de trabalho, numa relação rigorosa entre cada acção e o respectivo custo, consequência directa da aplicação do Acordo de Saneamento Económico e Financeiro, que também provocara uma primeira grande hemorragia dos quadros de pessoal da empresa, ao incentivar as reformas antecipadas. Em termos globais, a Radiodifusão Portuguesa enfrentava a crescente progressão dos níveis de audiência da Rádio Renascença. Esta estação como que renascera das cinzas, depois da destruição dos seus emissores na Buraca, em Novembro de 1975, conforme já dissemos. Em 28 de Dezembro desse ano, o Estado restituiu à Igreja as instalações dos edifícios em Lisboa, bem como o edifício da Buraca, e as emissões recomeçaram logo em 1 de Janeiro seguinte. Os fundos necessários ao seu funcionamento provinham das receitas de publicidade e das ofertas da Liga de Amigos da Rádio Renascença – L. A. R., já que a Igreja Católica não participava com qualquer verba, embora detivesse o poder de nomear os três membros do Conselho de Gerência da estação. Segundo afirmou um dos administradores, Torgal Ferreira, «a presença da Igreja manifesta-se nos critérios de selecção do pessoal e no tratamento especial feito

em conformidade com critérios gerais de respeito pela verdade das notícias. Existe uma grande preocupação de ser imparcial – um grande esforço no sentido de fazer a distinção entre notícia e comentário. O público considera que a informação veiculada pela Rádio Renascença é muito mais independente que a fornecida pelas emissoras estatizadas, sobretudo por causa da influência dos partidos políticos, através deste ou daquele jornalista, sobre as referidas estações, influência essa que é função das mudanças no Executivo». Este depoimento tocava, de perto, um aspecto sem dúvida importante da rádio portuguesa nesses primeiros anos da década de oitenta. A RDP debatia-se com uma imagem muito desfocada e uma credibilidade duvidosa junto do público radiouvinte, a que não era de modo algum alheia a sua manifesta dependência do poder político, de que era exemplo a já mencionada sucessão, no lapso de um ano, entre Janeiro de 1979 e Fevereiro de 1980, de três Administrações diferentes, nomeadas por outros tantos Governos que igualmente sucederam uns aos outros. E já antes tivemos também oportunidade de aludir à exoneração de Igrejas Caeiro, por ter criticado a continuada e inoperante presença de militares na gestão da RDP. Durante décadas, os radiófilos portugueses tinham-se habituado a ouvir, com maior ou menor benevolência, os programas da Emissora Nacional, do Rádio Clube, dos Emissores Associados de Lisboa ou dos Emissores do Norte Reunidos, só para falar destes; depois, com o 25 de Novembro, perderam estas companhias do seu dia-a-dia e passaram a ter, em troca, a Empresa Pública de Radiodifusão, designação com o seu quê de estranheza, de arrevezada, deixando supor algo de pesado e burocrático para uma realidade que se pretendia que tivesse a sustentável leveza da música e da palavra simples e directa. Os ouvintes tinham dificuldade em assimilar essa Empresa, depois designada Radiodifusão Portuguesa, não encontrando motivos para a associar e, muito

menos, para a considerar herdeira e continuadora daquelas antigas estações. Pelo contrário, a Rádio Renascença, passado o período dramático que decorreu entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, pareceu – justificando o seu nome – renascer das próprias cinzas, e lutou por restabelecer a ponte entre os tempos antigos e a fase pós-revolucionária, mobilizando esforços e boas vontades em prol da sua causa. Os ouvintes que sempre tinham escutado a Renascença voltaram a ter ao seu serviço a mesma estação, com o mesmo nome e objectivos idênticos. Quer dizer, ao fim de cinquenta anos, a Rádio Renascença continuava a ser... a Rádio Renascença, enquanto a E. N., o R. C. P., os Associados tinham desaparecido do mapa radiofónico para darem lugar a uma mastodôntica RDP, que era desconhecida dos ouvintes. Desconhecimento que, ao fim de doze anos de existência, se mantinha, quando um estudo de audiência efectuado pelo CEMASE – Centro de Estudos de Mercado e Análise Socio-Económica – chegava à conclusão, indiscutível face aos dados recolhidos, de que cerca de um terço dos inquiridos não associava a sigla RDP à Radiodifusão Portuguesa, enquanto, por outro lado, a grande maioria dos entrevistados considerava que, em matéria de programação, a RDP não detinha qualquer tipo de perfil de imagem. Acresce que o programa com maior preferência, de acordo com o mesmo estudo, era, com apreciável vantagem, o «Despertar», da Rádio Renascença, com o mais popular dos apresentadores, António Sala, ou seja, o mesmo locutor que, em 1977, abandonou a RDP, onde assinava o «Programa da Manhã», para ir trabalhar na rádio da Igreja.

O lançamento da RDP-Rádio Comercial, ainda em 1979, mas com carácter definitivo em 1980, foi uma tentativa para dar novo fôlego às emissões da Radiodifusão, procurando captar um público mais jovem. E nos anos seguintes, a aposta parecia ganha: logo em 1981, a Rádio Comercial apresentava um lucro de vinte mil contos, resultado

sem dúvida sensacional numa empresa em que os saldos negativos de muitos milhares de contos eram a regra geral. Além disso, os seus níveis de audiência ultrapassavam os da Antena 1, apesar da maior área de cobertura desta última, e aproximavam-se bastante dos resultados obtidos pela Rádio Renascença. Os dados de audiência disponíveis em relação a 1984 revelam mesmo que a Comercial ultrapassou nesse ano, a Renascença nas áreas urbanas (21,9% contra 17,2% nas localidades com mais de dez mil habitantes) e nos auditórios mais jovens (31,5% contra 17,1% nos ouvintes com idades compreendidas entre os quinze e os vinte e quatro anos). Na audiência diária, ao nível do país, a vantagem era ainda da Comercial, embora muito escassa (18,8% contra 18,4% da Renascença). Nesse ano, a Antena 1 não ultrapassava os 6,4% e o Programa 2 ficava-se pelos 0,8%, resultado que até era satisfatório, atendendo às características específicas da sua programação. Na Comercial participavam nomes consagrados do meio radiofónico, alguns dos quais tinham ganho experiência ainda aos microfones do Rádio Clube, como Matos Maia, Silva Pinto, António Miguel, Costa Macedo, Júlio Isidro, Marques Vidal, a que se juntou um grupo mais jovem, onde se destacavam João David Nunes, director da estação, Jaime Fernandes, Jorge Dias, Maria José Mauperrin, Dias Agudo, entre outros. A Antena 1 também tinha, no seu quadro, profissionais experimentados, embora com uma leitura diferente da programação radiofónica, mas enfrentava o seu crónico dilema não resistindo à ambiguidade de se querer afirmar como uma rádio de serviço público, sem contudo, resistir à tentação de entrar em concorrência com as estações comerciais. Contava, no entanto, com programas e protagonistas que fizeram história, como, por exemplo: «Um Lugar ao Sul», de Rafael Correia, um painel riquíssimo de figuras populares das regiões meridionais do país; ou «Onda Verde», que começou em 1981, sob o impulso de Fernando Serejo, com Gabriel Alves na sua condução, passou depois para

Carlos Ventura e Armando Carvalheda, para, em 1984, ser da responsabilidade de Mendes Callais, e que foi o primeiro programa da rádio portuguesa exclusivamente dedicado aos problemas do trânsito; ou ainda «Toda a Gente é Pessoa», programa do Pê. António Rego, um jovem eclesiástico com enorme vocação para o audiovisual e que alia à sua formação religiosa uma sólida cultura humanística. Por seu turno, no Programa 2, mandava a tradição de excelentes autores com programas de antologia para um público específico: João de Freitas Branco já tinha terminado, ao fim de cerca de vinte cinco anos de permanente emissão, a sua mítica série de programas «O Gosto pela Música», nas vozes inconfundíveis de Maria Leonor, de João da Câmara, substituído, quando morreu, por Igrejas Caeiro. Ficaram, no entanto, outros autores de renome: António Cartaxo, talvez o homem da rádio mais premiado, quer nacional, quer internacionalmente, com as suas «Histórias da Música ... e Outras»; Maria Helena de Freitas, falando sobre «O Canto e os Seus Intérpretes», o que então já sucedia há mais de vinte anos; Gil Montalverne, expondo com o conveniente tom dramático, as questões do ambiente, no programa «Terra Viva, Planeta Azul». Estes são alguns exemplos que nos ocorrem e, sem querermos idealizar o panorama da rádio em Portugal, ainda faltaria citar uma outra tradição, que era a elevada qualidade técnica desses e doutros programas transmitidos nos canais que outrora tinham sido da Emissora Nacional, onde se constituíra, embora sem carácter formal, uma verdadeira escola de profissionais operadores de radiodifusão. Claro que, e felizmente, também os havia na Renascença e na Comercial, e o público radiouvinte em geral parecia preferir os programas destas emissoras, segundo revelavam os estudos de audiência. Esta questão – a das audiências do Meio Rádio – foi, aliás, uma das mais debatidas no Colóquio que, nos dias 23 e 24 de Maio de 1985, assinalou os Sessenta Anos da Rádio em Portugal. Organizado pela Radiodifusão Portuguesa, o

Colóquio decorreu em Lisboa, no Forum Picoas, e, pela presença de individualidades de renome, grande número de profissionais, jornalistas e estudantes de Comunicação Social, e pela diversidade e variedade dos temas tratados, assumiu-se como uma reunião magna, uma espécie de «Estados Gerais» da Rádio.

Os promotores do evento quiseram recordar, além do 60º aniversário da rádio em Portugal (início das emissões regulares em Outubro de 1925, com Abílio Nunes dos Santos Jr.), os dez anos da Radiodifusão Portuguesa (fundada em 2 de Dezembro de 1975), e os cinquenta anos da Orquestra Sinfónica Nacional, o que nem sequer correspondia à verdade, pois esta tinha sido fundada em 1934 e completava, portanto, cinquenta e um anos. Curiosamente, talvez por esquecimento, ou simples lapso, ou então algum complexo disto ou daquilo, talvez ainda qualquer outra razão misteriosa, nunca foi assumido, oficialmente, o verdadeiro motivo das celebrações, ou seja, o cinquentenário – este, sim, correcto – da inauguração da Emissora Nacional. Sublinhe-se ainda que este «lapso» voltou a repetir-se em 1995, quando se celebraram os sessenta anos da «Rádio Nacional», entidade fantasma que nunca existiu (com essa designação só houve um semanário sobre a rádio, mas não foram certamente dedicadas a ele que as comemorações se efectuaram...). Voltamos, no entanto, ao colóquio dos 60 Anos da Rádio, em Maio de 1985. Durante os dois dias de reunião, foram apresentadas cerca de 30 comunicações, versando os mais diversos temas: Publicidade Radiofónica, Pesquisas de Audiência, a Regionalização da Rádio, Recrutamento e Formação Pessoal, Teatro Radiofónico, a Informação na Rádio, Gestão Financeira, as Emissões em Ondas Curtas, Planeamento e Difusão de Programas, etc.

O congressista convidado para a sessão inaugural – Prof. Adriano Duarte Rodrigues – falou sobre «A Rádio, Medium do Nosso Tempo». Justificando o tema na sua intervenção, marcada por

uma retórica de índole eminentemente teorizadora, sublinhou que «a rádio é o médium por excelência do nosso tempo, nesta altura em que a palavra do poder deu lugar ao poder da palavra. Ela é a palavra feita acção reversível, contingente, de um discurso irreversível. (...) Ao substituir-se à palavra do poder, no sentido pleno do discurso, – acrescentou ainda – o discurso da rádio, perdominantemente lúdico e encantatório, faz sentido por si.»³¹

Na parte final da sua comunicação, Adriano Duarte Rodrigues quis «recordar com admiração quantos têm conseguido, de maneira por vezes modesta mas sempre com o risco do silenciamento, fazer da rádio um espaço permanente de palavra diferente. Não se convertendo em angariadores de votos nem em vendilhões dos tempos de antena, a eles, ao fim e ao cabo, somos todos devedores de uma palavra gratuita, livre e digna, única razão de ser da existência colectiva.»³²

No encerramento do Colóquio foi apresentada a síntese dos conceitos e ideias-chave extraídas das várias comunicações, afigurando-se conveniente reproduzir alguns desses dados finais da reunião, com a devida salvaguarda da época em que os mesmos surgiram e das expectativas e dos meios técnicos e tecnologias então disponíveis. Assim:

– O discurso sobre a rádio é um discurso demasiado ético, que privilegia as suas funções sociais e políticas, esquecendo que o seu princípio é fundamentalmente estético;

– O uso que se faz da rádio não é o mais adequado, nem o discurso político que a enquadra é o mais ajustado ao seu funcionamento e à natureza da sua estrutura quer tecnológica, quer expressiva;

– O debate sobre a rádio está demasiado polarizado em torno dos conteúdos, das mensagens;

³¹ Vários Autores, *60 Anos de Rádio em Portugal – 1925-1985*, Vega, Lda., RDP – Radiodifusão Portuguesa, E.P., Lisboa, 1986, p. 26.

³² Idem, *ob. cit.*, p. 27.

- O poder dizer, na rádio, sobrepõe-se ao significado daquilo que é dito;
- A nacionalização da Rádio em Portugal não gerou a rádio nova; misturou as rádios velhas;
- As emissões em Ondas Curtas são uma questão de Estado, devendo enquadrar-se numa definição global da imagem do País no estrangeiro;
- A audiência da Rádio representa os destinatários a quem são dirigidos os programas, constituindo a razão de ser da existência desses programas;
- A utilização média diária do Meio Rádio, não sofreu ao longo de mais de dez anos, alterações significativas, podendo afirmar-se que apenas 4 em cada 10 portugueses com mais de 15 anos, utilizam em média, por dia, o Meio Rádio;
- Portugal foi no ano de 1983, em 17 países da Europa, aquele cuja população teve o mais baixo grau de exposição à Comunicação Social.»³³

As rádios locais

A questão da regionalização da Rádio que suscitou o maior interesse durante o Colóquio no Forum Picoas, foi tema de várias comunicações e provocou vivo debate.

«Temos a plena consciência de que é nas rádios locais que estará assegurado o futuro da Rádio em Portugal e, mesmo, passe o que poderá parecer exagero, a sobrevivência da Antena 1, da Rádio Comercial e até da Rádio Renascença» – foi a afirmação perentória do autor de uma das comunicações, o jornalista da RDP Virgílio Varela Soares.³⁴ E outro jornalista, Fernando Sales Lopes, na altura responsável pela RDP/Sul, assegurou tratar-se de um «processo imparável», acrescentando: «O tempo urge. Embora a discussão interna seja importante e profícua, é bom que se tenha em conta a velocidade que a concorrência

imprime ao seu próprio processo de regionalização.»³⁵

De facto, o problema das rádios locais estava, por essa altura, em plena ebulição, com o crescente número de pequenas estações que iam surgindo, como cogumelos, por todo o país. Eram as chamadas «rádios livres» ou «piratas», dado que ainda não existia legislação que lhes fosse aplicável. A Radiodifusão Portuguesa e, de certo modo, também a Rádio Renascença, preparavam-se para jogar na antecipação, tomando medidas que, na sua óptica, seriam necessárias para resistir ao impacto do que se afigurava inevitável a muito curto prazo, isto é, a legalização dessas emissoras mediante a Lei do Licenciamento das Estações de Radiodifusão Sonora. Surgiram, assim, no âmbito da RDP e ligadas às Delegações desta no Porto, Coimbra e Faro, as emissoras locais: Rádio Algarve, Rádio Alto Douro, Rádio Nordeste, Rádio Coimbra, Rádio Elvas, Rádio Guarda, Rádio Viseu, Rádio Porto e Rádio Santarém. Foi um projecto que concitou um genuíno entusiasmo, mas que acabou por ter uma existência efémera. Com efeito, no início dos anos noventa, a progressiva regularização das antigas rádios livres, combinada com a retracção do mercado publicitário, que constituía o principal, para não dizermos o único, suporte financeiro das estações locais da RDP, provocou o encerramento destas.

Extinção das orquestras da RDP

Apesar de, com uma certa estranheza, a questão não ter merecido especial atenção no Colóquio dos 60 Anos da Rádio, o certo é que a situação das Orquestras da RDP – as duas Sinfónicas, de Lisboa e do Porto e a Ligeira – constituía, em 1985, um dos principais e mais difíceis problemas da Radiodifusão Portuguesa, apesar de manterem, com pesados sacrifícios, uma actividade anual regular, não

³³ Ibidem, ob. cit., pp. 233 e segs.

³⁴ Ib Ibidem, ob. cit., p. 74.

³⁵ Ib Ibidem, ob. cit., p. 79.

obstante a contínua degradação dos seus quadros de instrumentistas, cada vez mais carenciados de renovação. Longe dos seus tempos áureos, das noites de glória no São Carlos, dos concertos memoráveis na Estufa Fria, no Pavilhão dos Desportos, Coliseu, Fundação Gulbenkian e Tivoli, das temporadas de ópera no Trindade, a Orquestra Sinfónica de Lisboa ainda mostrou os seus méritos no período pós-revolucionário dos últimos anos da década de setenta, através das Quinzenas Musicais promovidas pela RDP e dedicadas à música de diversos países. Ao mesmo tempo, a Sinfónica do Porto também estava activa com muitos concertos para jovens no Rivoli, Auditório Nacional Carlos Alberto e Cine-Teatro S. João. A partir de 1980, a decadência das duas orquestras era bem visível, com numerosas vagas nos vários naipes de instrumentos – a Sinfónica da RDP/Lisboa chegou a ter apenas metade do número total de violinistas, o que significava que cada concerto obrigava a elevados custos extra com a contratação de reforços por forma a manter o mínimo de dignidade artística que o historial da orquestra impunha. Mesmo assim, eram contínuos os protestos da organização sindical dos músicos, denunciando o que dizia ser a «fraudulenta» execução de determinadas obras sem o número de instrumentistas exigido pelos respectivos autores. Não terá sucedido assim, pelo menos, no concerto coral-sinfónico realizado no Coliseu dos Recreios, em 25 de Maio de 1985, e repetido no dia 8 de Junho seguinte, no Porto, para assinalar os sessenta anos da Rádio. Pela primeira vez, reuniram-se as Orquestras Sinfónicas da RDP/Lisboa e Porto, sob a direcção do maestro Silva Pereira, para proporcionarem a primeira audição no nosso país da Oratória «Israel no Egipto», de Händel, cujo terceiro centenário do nascimento foi também comemorado na mesma altura. Participaram também no concerto, que incluiu igualmente a «Música Aquática» do mesmo compositor, os cantores Elsa Saque, Helena Vieira, Manuela Castani, Carlos Guilherme, José Oliveira Lopes e José Aguiar, e o

Coro da Sé Catedral do Porto, dirigido pelo Cónego dr. Ferreira dos Santos. Nesse mesmo ano de 1985, as Orquestras Sinfónicas de Lisboa e do Porto davam uma série de concertos em vários pontos do país, nomeadamente em Vila Real, Bragança, Braga, Viseu, Viana do Castelo, Setúbal, Aveiro, Guarda, Santarém, Portalegre, Beja, Évora e Castelo Branco. Por seu turno, a Orquestra Ligeira da RDP, um pouco mais «nova» do que a Sinfónica – só em 1986 iria completar quarenta anos – dava um espectáculo no Coliseu dos Recreios e participava na série «Som da Malta – Antena 1 ao Vivo», que se apresentou, durante três meses, em várias localidades, sob a direcção do maestro Pedro Osório, apresentação de Armando Caralheda e a colaboração de artistas como Pedro Barroso, Dina, Samuel e Carlos Alberto Moniz, entre outros.

Mantinha-se, contudo, em aberto a questão da sobrevivência das orquestras, dado que ficara num impasse a decisão avançada pelo antigo ministro da Cultura, António Coimbra Martins, de transferir a responsabilidade pela gestão daqueles agrupamentos para uma «Régie» Cooperativa que deveria ser criada para o efeito. Assim as duas Sinfónicas e a Ligeira iam continuar integradas na RDP e, apesar de todas as dificuldades e carências, foi possível organizar, nos anos subsequentes, concertos e espectáculos, em especial nos meses de Verão, nas Ruínas do Carmo, com grande adesão popular, designadamente a partir de 1987, nos chamados «Concertos dos Laureados» do Prémio Jovens Músicos, a mais recente e mais importante iniciativa da RDP no apoio aos solistas musicais em início de carreira. Uma das últimas intervenções da Orquestra Sinfónica da RDP/Lisboa ocorreu num concerto em directo do Teatro Municipal de S. Luís, durante a emissão especial em simultâneo do Programa 2 com a sua congénere francesa France-Musique, na véspera de Natal de 1988. Ao longo de dezassete horas seguidas foi proporcionado aos ouvintes habituais do Programa 2, em Portugal, e da France-Musique, em

França, uma panorâmica tanto quanto possível completa da música portuguesa antiga e moderna, nas suas várias vertentes, incluindo até, a fechar essa maratona, a transmissão directa de uma sessão de fados castiços de Lisboa, o que foi inédito em termos da programação característica de cada um dos canais.

Concretizada, finalmente, a criação da «Régie Cooperativa Sinfonia», o ano de 1989 registou a última temporada de concertos das Orquestras Sinfónicas. Em Lisboa, nas Ruínas do Carmo, no final do concerto do Prémio Jovens Músicos, maestro e instrumentistas despediram-se do público com a muito significativa «Sinfonia do Adeus», de Haydn – tal como sucedera dois séculos antes, era uma forma de protesto dos músicos contra a decisão da sua entidade patronal.

A música e a rádio oficial

Importa referir, neste momento, ao fechar-se um ciclo da História da Rádio em Portugal, o papel decisivo exercido pela Emissora Nacional e, depois, pela Radiodifusão Portuguesa, através dos seus serviços de música, ao longo de mais de meio século, cinquenta e cinco anos para sermos mais precisos. Alguns analistas, talvez demasiado apressados, pois nem sequer admitimos a hipótese de serem ignorantes no assunto, têm escamoteado ou, mesmo, deliberadamente omitido o que foi e o que representou essa actividade. Julgamos ser esta a altura própria para repor as coisas no seu lugar, quanto mais não seja por amor à verdade. E a verdade é afirmarmos, sem receio de desmentido, que a Emissora Nacional foi, desde 1935 e durante várias décadas, o motor da música em Portugal, através de dois processos que se completaram mutuamente: a criação do Gabinete de Estudos Musicais, para o qual produziram obras, por sua encomenda ou por iniciativa dos próprios autores, quase todos os compositores portugueses, talvez

com a única excepção de Fernando Lopes Graça, apenas por vontade deste; a fundação da Orquestra Sinfónica da E. N., que viria a dar as primeiras audições dessas obras, incluindo mesmo as de Lopes Graça, antes destas terem sido proibidas na Emissora, para além da execução de praticamente a totalidade das estreias em Portugal de grandes peças musicais estrangeiras. E a Orquestra Sinfónica da E. N. teve à sua frente os melhores maestros portugueses, desde o seu fundador Pedro de Freitas Branco, regente com enorme prestígio internacional, passando por Frederico de Freitas, Venceslau Pinto, Pedro Blanch, Joly Braga Santos, Álvaro Salazar, Álvaro Cassuto, até chegar a Joaquim da Silva Pereira, o seu último director. Por outro lado, seria quase interminável a lista dos maestros de fama mundial que a dirigiram – praticamente seria mais fácil referir que apenas dois desses maestros não estiveram na sua estante de regência: Arturo Toscanini, porque nunca veio reger a Lisboa, e Herbert von Karajan, porque veio, mas com a «sua», ao tempo, Filarmónica de Viena. Quanto aos outros, e mesmo correndo o risco de esquecermos muitos, sempre ousaremos recordar os nomes de Malcom Sargent, John Barbirolli, Charles Munch, Antonino Votto, Oliviero de Fabritiis, Fritz Rieger, Georges Prêtre, Raphael Kubelik, Ernest Ansermet, e tantos outros, entre os quais alguns compositores célebres, como Alfredo Casela, Heitor Villa-Lobos, Igor Stravinski, Francis Poulenc e Arthur Honneger. E os solistas que a Orquestra acompanhou contam-se entre os maiores de todos os tempos: um Fritz Kreisler, ou um Jacques Thibaud, David Oistrach, Yehudi Menuhin, Jascha Heifetz, Wilhelm Kempf, e ainda cantores como Beniamino Gigli, Tito Schippa, Maria Callas, Gino Bechi, Maria Caniglia, Ebe Stignani, Tito Gobbi, Renata Tebaldi, sem esquecer artistas portugueses como Viana da Mota, Guilhermina Suggia, Tomás Alcaide, Sequeira Costa, Maria João Pires, que arrancou definitivamente para a sua notável carreira internacional quando conquistou, em 1970, o Prémio

Beethoven, da U.E.R., em representação da E. N.. Esquecer tudo isto seria, no mínimo, uma intolerável injustiça.

O museu da Rádio

Mas voltemos ainda, de novo, e para finalizar este trabalho sobre a Rádio em Portugal, às comemorações de 1985. Estas não ficariam completas sem uma referência à exposição de material e equipamentos radiofónicos que também esteve patente no Forum Picoas e que suscitou igualmente a atenção e curiosidade gerais, como viria a suceder quando foi levada às cidades brasileiras de S. Paulo e Rio de Janeiro. Alguns órgãos da Comunicação Social, talvez com uma euforia exagerada, chegaram a proclamar que já estava a funcionar o Museu da Rádio, enquanto outros, mais prudentes, se limitavam a anunciar para «muito breve» a sua inauguração. Afinal estavam todos errados, pois o Museu só viria a ser aberto alguns anos mais tarde. Tratava-se de uma ideia, de um propósito, nascido nos finais dos anos sessenta, no Rádio Clube Português, por via do entusiasmo de um dos seus pioneiros, José do Nascimento, que, com o apoio da Direcção do R. C. P., iniciou a recolha e selecção de muito material histórico. O primeiro Estatuto da RDP pareceu integrar o projecto, considerando-o um dos objectivos a atingir em prazo razoável e, em consequência, José do Nascimento chegou mesmo a ser nomeado responsável pela sua execução. Mas não houve mais nada de concreto, e o material recolhido na Sampaio e Pina, onde parte se perdeu em consequência dos acontecimentos posteriores ao 25 de Abril, foi transferido para as antigas instalações do R. C. P. na Parede. Só a partir de 1981, o processo passou a ter outra dinâmica, com a integração do projecto do Museu na recém criada Secretaria Geral da RDP. Depois das exposições em Lisboa, S. Paulo e Rio de Janeiro, o futuro Museu

entrou na sua fase de instalação, com o apoio dos Conselhos de Administração da RDP e do então Secretário-Geral Júlio César Pereira. Contando com o entusiasmo e dedicação de Jacinto Leal, antigo quadro da Direcção de Exploração, que trocou a sua carreira pela responsabilidade de mandar montar e organizar o Museu, este foi instalado num antigo palacete na Rua do Quelhas, e inaugurado em 14 de Maio de 1992. Lá estão patentes milhares de peças históricas, que tinham pertencido à Emissora Nacional, ao Rádio Clube e, até a particulares e que constituem um recheio valiosíssimo de equipamentos de emissão, de áudio e de registo de som. É lá que está a história da Rádio ao vivo, a história dos pioneiros, a história dos que sofreram e exultaram com os mistérios desta maravilhosa invenção.

Fontes

Rádiodifusão Portuguesa, S.A.

- Centro de Documentação;
- Arquivo Histórico;
- Museu da Rádio.

«Informação Rádio» (Boletim Interno da RDP), edição do Gabinete de Relações Públicas da RDP, Dezembro 1984 – Agosto 1992;
Jornal «Diário de Notícias», 1974-1990;
Jornal «O Século», 1960-1974;
Revista «Nova Antena», Março 1968 – Outubro 1970;
Revista «Rádio e Televisão», 1968.

Bibliografia

- AGEE, Warren K. e TRAQUINA, Nelson, *O quarto Poder Frustrado – Os Meios de Comunicação Social no Portugal Pós-Revolucionário*, Vega, Lda., Col. Comunicação & Linguagens, Lisboa, s/d.
- ALVES, P^o. José da Felicidade, *Católicos e Política – De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, Ed. do P^o. José da Felicidade, s.l., s/d.
- CAETANO, Marcelo, *Em defesa da Liberdade (discurso pronunciado no encerramento do I Congresso da ANP, Tomar,*

- 6 de Maio de 1973), Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973.
- CAETANO, Marcelo, *Renovação na Continuidade*, Verbo, Lisboa, 1971.
- MAIA, Matos, *Aqui Emissora da Liberdade*, Rádio Clube Português, 1975.
- MAIA, Matos, *Telefonia*, Círculo de Leitores, 1995.
- MARQUES, A.H. Oliveira, *História de Portugal*, Palas Editores, Vol.II, Lisboa, 1973.
- MATTOSO, José (direcção de), *História de Portugal*, Círculo de Leitores, Vol.VII, s.l., s.d..
- NEVES, Moreira das, *Para a História da Rádio Renascença – Mons. Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa – Subsídios e Comentários*, ed. Rádio Renascença, Lisboa, Maio 1980.
- PATRÍCIO, João, *Editoriais e Notas do Dia – Das Realidades aos Mitos*, Emissora Nacional de Radiodifusão, 1968.
- PATRÍCIO, João, *Notas do Dia – Renovação na Continuidade*, Emissora Nacional, 1969 – 1970.
- REIS, António (coordenação de), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores.
- RODRIGUES, António Augusto Simões (direcção de), *História Comparada – Portugal, Europa e o Mundo (Uma Visão Cronológica)*, Círculo de Leitores, o.l., s.d.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, CRUZEIRO, Maria Manuela e COIMBRA, Maria Natércia, *O Pulsar da Revolução – Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973 – 1976)*, Edições Afrontamento, Lda., Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, 1997.
- SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro – Análise da Conjuntura Nacional*, Editora Arcádia, 2ª Edição, s.l., s.d., (1974).
- SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor – Contributo para a História de uma Revolução*, Editorial Scire, s.l., 1978.
- VÁRIOS Autores, *Os Grandes Acontecimentos do Século XX*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1979.
- VÁRIOS Autores, *60 Anos de Rádio em Portugal – 1925-1985*, Vega, Lda., RDP – Radiodifusão Portuguesa, E. P., Lisboa, 1986.

Momentos marcantes na história da Rádio Renascença (1937-1987)

Nelson Ribeiro*

Resumo

Também na área da comunicação social a Igreja sempre teve uma voz activa em Portugal. Como neste ensaio se refere, pertencem à Igreja alguns dos primeiros pioneiros da história da Rádio em Portugal, sendo também por isso fundadores de uma presença estratégica dos mass media católicos na sociedade portuguesa.

Abstract

From centuries, the Church has played an active role in mass communications amongst many areas of society. This article refers to the history of radio in Portugal and to some of its pioneers, who belonged to the Church hierarchy and thus have contributed to the strategic role of the catholic mass media among the Portuguese society.

Do sonho à realidade

A ideia de criar uma emissora católica em Portugal teve como precursores os padres Magalhães Costa e Domingos Bastos¹. Grandes entusiastas da rádio acompanhavam atentamente os passos que este novo meio de comunicação estava a dar em todo o mundo e também em Portugal, com a criação de diversos postos particulares, essencialmente a partir da segunda metade da década de 20.

Os dois sacerdotes tinham consciência do poder da telefonia sem fios e dos benefícios que desta poderiam advir se utilizada no campo da evangelização. Foi com o objectivo de chamar a atenção para este facto que publicaram, em 1931 e 1932, alguns artigos no *Diário do Minho*, onde tentaram demonstrar a importância da Igreja Católica possuir um veículo capaz de levar a sua voz a milhares de portugueses em simultâneo.²

No imediato, as ideias destes dois sacerdotes acabaram por não ter acolhimento, pelo que o projecto de construção de uma estação de

¹ O Padre Domingos Bastos escrevia sob o pseudónimo de Santa Cruz.

² Cf. Magalhães Costa, «Alerta! – A Radiofonia e os Católicos em Portugal – Protestantismo em acção», in *Diário do Minho*, 29 Março, 1931, p. 1.

* Docente da Universidade Católica Portuguesa (Ciências da Comunicação)

radiodifusão da Igreja parecia colocado de parte, apesar da confiança que os colaboradores do *Diário do Minho* colocavam no futuro da rádio como forma de apostolado: «Esta nova forma de apostolado vai amanhã substituir, em parte, a imprensa, porque é mais barata, mais rápida, serve mesmo para os que não sabem ler, dispensa o trabalho da leitura, tem o entusiasmo da palavra falada que tanto melhora o discurso e chega a casa nas horas próprias do repouso diário [...]».³

Foi já no ano de 1933, a 1 de Fevereiro, que surgiu um novo artigo advogando a criação de uma emissora católica. Desta vez, o texto da autoria de Zuzuarte de Mendonça foi publicado, com destaque de primeira página, na revista *Renascença*. Neste artigo de opinião, o autor esclarecia ter-se sentido indignado, como leigo, pelo facto dos católicos não dominarem o que designava de «propaganda»,⁴ ao contrário de outros grupos sociais, nomeadamente a maçonaria.⁵ Na sua opinião, os católicos necessitavam de um veículo de transmissão para fazerem ouvir a sua voz: «O nosso posto – chamemos-lhe, por exemplo, a «Rádio-Renascença»... – não só irradiaria a nossa música, a nossa literatura, o nosso teatro, como também faria ouvir os nossos oradores e conferencistas.»⁶

³ Magalhães Costa, «Aí, Valentes Católicos! "T.S.F."», in *Diário do Minho*, 19 Fevereiro 1932, p. 1.

⁴ É preciso levar em linha de conta que, no início da década de 1930, a rádio era considerada como um meio poderoso e até mesmo perigoso, dada a sua universalidade, capaz de fazer chegar as suas mensagens a todas as classes sociais, incluindo à população analfabeta: «A voz da rádio vai a toda a parte, penetra em todos os ouvidos, vence todos os obstáculos. [...] O seu eco atinge os altos mais elevados das montanhas e as profundezas dos vales mais escondidos, atinge os continentes e abraça os mares. Nada escapa à sua influência. [...] A radiofonia pode servir, portanto, também para se fazer ouvir a voz do Evangelho» («Radiofonia», in *Boletim da Acção Católica Portuguesa*, Junho-Julho 1936, pp. 59-60).

⁵ A indignação de Zuzuarte de Mendonça surgiu em sequência da radiodifusão de um concerto organizado pela direcção de um asilo lisbonense de fundação maçónica.

⁶ Zuzuarte de Mendonça, «T.S.F. – Para um posto emissor ao serviço dos católicos – "Rádio Renascença"?», in *Renascença*, 1 de Fevereiro de 1933, p. 2.

O artigo de Zuzuarte de Mendonça deu origem a uma série de reacções e ajudou a fomentar a ideia de criação de uma emissora ao serviço dos católicos, dentro de um espírito evangelizador.

No mês de Maio surgiu, também na *Renascença*, o primeiro artigo do Pe. Lopes da Cruz, que, a partir desta data, e durante seis anos, assumiu a responsabilidade de redigir uma página da revista, onde, todas as quinzenas, publicava artigos com o objectivo de tornar possível o nascimento de uma emissora da Igreja. Não tardou muito até começar a receber as primeiras ofertas provenientes de leitores da revista,⁷ incluindo de membros da Hierarquia da Igreja: «Ainda há pouco, alguns dos senhores Bispos falaram da esperança que depositaram na «Rádio-Renascença» e na necessidade que existe de que ela seja um facto dentro de muito pouco tempo. Devo mesmo acrescentar, embora corra o risco de inconfidência, que nas iniciais com que têm sido registados alguns donativos se escondem por vezes os Prelados de Portugal».⁸

O empenho da Igreja na construção da sua emissora era indiscutível, tanto a nível eclesiástico como do laicado. O Cardeal Patriarca D. Manuel Cerejeira deu o seu apoio à campanha de recolha de donativos, entretanto em curso, considerando a criação de uma emissora católica como uma das necessidades modernas do apostolado: «Abençoamos gratamente os esforços para dotar Portugal com uma estação emissora de radiotelefonía que possa competir em perfeição técnica com qualquer outra, e bastar às necessidades modernas do apostolado católico. É uma necessidade urgente do nosso tempo, e maior amanhã, em que a propaganda pela radiotelefonía será não só a mais extensa, mas ainda mais activa.»⁹

⁷ Na sua página habitual na *Renascença*, na edição de 1 de Setembro, o Pe. Lopes da Cruz transcreveu uma missiva remetida por um pároco, em que este apelava a todas as paróquias para contribuírem com 100\$00 para a campanha de lançamento da Rádio Renascença.

⁸ Lopes da Cruz, «Rádio Renascença – está tudo a postos? Vamos para diante!», in *Renascença*, 01 Novembro 1933, p. 6.

De Norte a Sul do país, os donativos foram chegando às mãos do Pe. Lopes da Cruz. Não restavam quaisquer dúvidas do envolvimento dos católicos no projecto da Rádio Renascença (RR). Prova disso foi também o elevado número de pessoas que, a partir de 1936, aderiram a uma sociedade a que deviam pertencer – na opinião do arquitecto da RR – todos os católicos que pudessem sustentar a estação com uma quota mensal de 2\$50. Esta sociedade deu origem, dois anos mais tarde, à Liga dos Amigos da Rádio Renascença.

Desde o início do projecto, o Pe. Lopes da Cruz deixou claro que a estação não se limitaria a transmitir programas religiosos: «A Emissora Católica não se destina apenas a transmitir longos sermões. Faremos também o que as outras fazem, embora sempre com critério e sentido católicos. ... Com o andar do tempo e o crescer das possibilidades esperamos fornecer aos auditores da Rádio Renascença o que houver de melhor nos campos artístico, científico e literário». ¹⁰ O que havia de distinguir a Emissora Católica das restantes estações seriam os critérios, como escreveu, no jornal *Notícias dos Arcos*, Artur Bivar, que se transformou num dos maiores colaboradores da estação, realizando, durante largos anos, palestras e cursos de línguas: «Claro que este pôsto Rádio-Renascença não surge para fazer sermões continuamente! Tem radiado e radiará música excelente, fina e popular, mas não a cançoneta torpe que inesperadamente golfa das fontainhas de luz uniforme dos aparelhos, inacessíveis à coloração do pudor, lama e corrupção no seio das famílias». ¹¹

⁹ Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca, «Palavras do Cardeal Patriarca de Lisboa aquando da campanha a favor da Rádio Renascença, em 1934», in *LAR – Boletim Mensal dos Amigos da Rádio Renascença*, Junho 1978, p. 4.

¹⁰ Citado por Moreira das Neves, *Para a História da Rádio Renascença – Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa – Subsídios e Comentários*, pp. 37-38.

¹¹ Citado por Lopes da Cruz, «Rádio Renascença – Um posto de rádio é púlpito, é cátedra, é tribuna...», in *Renascença*, 1 de Novembro de 1936, p. 20.

O ano de 1936 ficou marcado por uma série de reuniões de estudo realizadas em Roma pela Comissão Internacional de Radiodifusão. Apesar de convidada, a RR não participou devido a dificuldades económicas e de deslocação, em sequência da guerra civil de Espanha. De qualquer forma, chegaram ao nosso país os ecos destes encontros, nomeadamente as palavras de Pio XI que considerou a radiodifusão como «um campo clássico, magnífico para a Acção Católica», ¹² cuja missão era a de auxiliar os sacerdotes na sua missão de recristianizar a sociedade.

Os primeiros anos

As emissões diárias da Rádio Renascença tiveram início a 1 de Janeiro de 1937, em Onda Média, para a região de Lisboa, e em Onda Curta para parte dos continentes europeu e africano. ¹³ Emitindo apenas uma hora e quarenta e cinco minutos por dia, excepto às Quintas-feiras e aos Domingos – dias em que o período de emissão era ligeiramente dilatado ¹⁴ – a transmissão da Missa Dominical para os doentes foi uma das principais preocupações desde o início, e passou a acontecer logo que tal foi possível do ponto de vista técnico.

Outra novidade introduzida na rádio pela Emissora Católica foram os cursos de línguas que obtiveram um grande sucesso, tendo sido alvo de largos elogios

¹² «Rádio-Renascença – O Papa exorta vivamente os católicos a que se interessem a valer pela radiodifusão – Pontos de importância, para os quais se pede atenção», in *Renascença*, 1 de Janeiro de 1937, p. 18.

¹³ Em Janeiro de 1937, a emissão em Onda Curta chegava, em condições bastante razoáveis, a Inglaterra, Itália, Holanda e Guiné-Bissau. (Cf. Lopes da Cruz, «As Senhoras da Acção Católica e o Apostolado pela Rádio – Extraordinário alcance das palavras de Sua Santidade Pio XI», in *Renascença*, 15 de Janeiro de 1937, p. 15).

¹⁴ A partir de 1 de Janeiro de 1936 a Rádio Renascença emitia diariamente entre as 20.15 e as 22.00. Às Quintas-feiras e aos Domingos era também transmitida uma hora de emissão entre as 12.00 e as 13.00. Alguns meses mais tarde nasceu um novo espaço de emissão ao Domingo para transmissão da Missa Dominical.

na imprensa da época. A iniciativa teve início em Agosto de 1937 e abrangeu as línguas inglesa, francesa, alemã e italiana. Outro programa alvo de críticas altamente positivas foi «O Papagaio», espaço infantil transmitido aos Sábados: «*É das emissões de maior projecção no País. [...] As emissões de «O Papagaio» criaram tradição, ambiente, simpatias e têm garantido o seu futuro... Procuram ensinar, divertindo ou divertir, ensinando.*»¹⁵

A ligação da RR à Acção Católica era visível a inúmeros níveis. Em primeiro lugar, foram vários os grupos deste organismo que tomaram a dianteira na angariação de fundos para a estação. Por outro lado, a presença da Acção Católica aos microfones da emissora era bastante visível, como testemunha um artigo publicado no *Bureau Catholique International de Radiodifusion*: «No que se refere ao carácter dos programas, é evidente que eles têm o cunho da acção católica no sentido mais amplo das palavras. A estação funcionará antes de tudo para fins do apostolado, de propagação das verdades cristãs, da defesa dos direitos sagrados de Deus e da Igreja.»¹⁶

A nível de integração na estrutura eclesiástica, a oficialização da Rádio Renascença, como organismo da Acção Católica, ocorreu a 10 de Abril de 1938,¹⁷ cerca de um mês depois de ter sido criado o Secretariado do Cinema e da Rádio, em que a estação foi integrada. Aliás, este secretariado teve como primeiro director o próprio Pe. Lopes da Cruz. Não restavam assim dúvidas da vocação missionária da Emissora Católica. A sua integração na Acção Católica era prova inequívoca disso mesmo.

Na segunda quinzena de Junho, a par do alargamento do período de emissão,¹⁸ nasceu o primeiro programa de variedades da Emissora Católica, da responsabilidade de José Castelo, transmitido às Terças-feiras, às 22 horas: «Trata-se dum género difícil, sobretudo numa emissora com o carácter e as responsabilidades da nossa, em que não podem entrar coisas de que outros usam e abusam.»¹⁹

Nos meses seguintes as novidades não pararam de surgir, principalmente ao nível de rubricas, nomeadamente «Tradições e Artes Populares», «Crónica de Livros Estrangeiros», «Crónica de Espectáculos» e «Crónica de Teatro e Cinema Estrangeiro». O objectivo destes espaços era o de oferecer aos ouvintes o que de melhor existia em termos culturais. Por outro lado, ao longo do ano foram transmitidos diversos recitais de poesia católica pelo actor Azevedo Moreira, e já no decorrer de 1939, a RR passou a incluir na sua programação normal a transmissão dos concertos da Banda da Guarda Nacional Republicana, aos sábados, a partir do Quartel do Carmo, em Lisboa.²⁰

Até ao final da IIª Guerra Mundial, a Emissora Católica, tal como a sociedade portuguesa em geral, atravessou um período de graves dificuldades financeiras. Mesmo assim, e mais uma vez graças à generosidade dos católicos de todo o país, foi possível colocar em funcionamento o emissor de Onda Média do Porto, que começou a emitir a 23 de Julho de 1940. A instalação deste emissor permitiu a criação da estação emissora do Porto que passou a ser uma realidade a 17 de Maio

¹⁵ Palavras do Pe. Lopes da Cruz citadas em «A Emissora Católica Portuguesa – A actividade da Rádio Renascença e quais os seus planos futuros segundo o Padre Lopes da Cruz», in *Rádio-Semana*, 24 Dezembro 1938, p. 5.

¹⁶ Lopes da Cruz, «Rádio-Renascença – «L'Osservatore Romano» fala da Emissora Católica Portuguesa», in *Renascença*, 15 de Janeiro de 1938, p. 15.

¹⁷ Nesta data as emissões da Rádio Renascença eram difundidas, diariamente, entre as 20.30 e as 22.30. Fora deste período, às Quintas-feiras e aos Domingos era transmitida uma hora de emissão entre as 12.00 e as 13.00. Além disso, a Missa dominical era geralmente transmitida às 9.30.

¹⁸ Na segunda quinzena de Junho o período de emissão foi alargado, passando a ter início às 20 horas e a encerrar às 23. Mantiveram-se os espaços ao almoço à Quinta-feira e ao Domingo, bem como a transmissão da Missa Dominical às 9.30.

¹⁹ «Rádio Renascença – Programas da Emissora Católica na segunda quinzena de Julho», in *Renascença*, 15 de Julho de 1938, p. 16.

²⁰ Cf. Pe. Lopes da Cruz, «Rádio Renascença. A ampliação dos programas da Emissora Católica Portuguesa. Problemas que vão surgindo e que é necessário resolver», in *Renascença*, 15 de Dezembro de 1938, p. 15.

de 1941, emitindo algumas horas de programação autónoma.

Entretanto, em Lisboa, havia que proceder à mudança das antenas situadas na Charneca, o que se tornou ainda mais urgente com a entrada em funcionamento do aeroporto da Portela em 1942.²¹ Neste mesmo ano, em que se assinalaram os vinte e cinco anos das aparições de Fátima, a Emissora Católica transmitiu para Portugal, pela primeira vez na História, uma mensagem pontifícia durante a qual Pio XII consagrou a humanidade ao Coração Imaculado de Maria,²² o que se traduziu num momento marcante para a Igreja portuguesa.

Demoraria, contudo, quatro anos para que a RR passasse a transmitir as cerimónias do Santuário de Fátima. Tal sucedeu pela primeira vez em 1946, ano da Coroação de Nossa Senhora como Rainha de Portugal. As cerimónias de 12 e 13 de Maio foram transmitidas a partir de Fátima, e, apesar do mesmo não ter sucedido no ano seguinte, a partir de 1948 a transmissão das cerimónias evocativas da aparição de Maio passou a ser regular.²³

Com o objectivo de catequizar os adultos, entre Dezembro de 1947 e Março de 1948, foi emitido o espaço «Catecismo Radiofónico», que captou o interesse de um grande número de católicos, aos Domingos, entre as 19.30 e as 19.50.

Apesar de ter oferecido alguns conteúdos de programação inovadores, nos primeiros anos da sua existência a RR não deixava de ser uma estação de recursos limitados, o que se espelhava no número reduzido de horas de programação. No ano de 1950 a Emissora Católica continuava apenas a iniciar as suas emissões ao final da tarde (18 horas no Porto e 19.30 em Lisboa), enquanto o Rádio Clube

Português (RCP) oferecia programação contínua a partir das 12 horas. Por seu lado, a Emissora Nacional (EN) contava com três períodos de programação distintos: de manhã, entre as 8.30 e as 10 horas; à hora de almoço, entre as 12 e as 14 horas; e à noite, entre as 18.30 e a meia-noite.

O florescer de uma rádio socialmente activa

Os primeiros anos da década de 1950 ficaram marcados por um alargamento do período de emissão, continuando os espaços de programação a ser ocupados essencialmente por música de orquestra, palestras e música ligeira portuguesa. No ano de 1953 a grande novidade foi o início, a 9 de Abril, da transmissão da recitação do Terço e da Benção, de Domingo a Sábado, às 18.30, a partir da Basílica dos Mártires. Dois anos mais tarde, a RR participou como accionista na fundação da Radiotevisão Portuguesa, na qual desempenhou um papel de relevo através do seu fundador que ocupou o cargo de administrador.

A rádio em geral vivia um período de algum cinzentismo, oferecendo produtos de conteúdo pouco inovador. Não sendo uma excepção, a Rádio Renascença agitou o meio da rádio, no final da década de 50, com a transmissão de «A Invasão dos Marcianos» e o aparecimento de dois programas inovadores: «23ª Hora» e «Diário do Ar».

Ao final da tarde de 25 de Junho de 1958, a emissão normal da estação foi interrompida por um espaço de ficção que versava sobre a invasão da Terra por criaturas oriundas de Marte. Tratava-se de um programa inspirado no que Orson Wells havia realizado há vinte anos atrás nos Estados Unidos. Muitos ouvintes acreditaram tratar-se de uma notícia real até porque na rádio portuguesa já todos se haviam habituado a uma emissão pouco surpreendente e sem grandes novidades, o que não impediu que o RCP tivesse lançado alguns programas bastante populares na época,

²¹ Palavras do Pe. Lopes da Cruz em entrevista a J. M. A., «O Problema da rádio», in *Renascença*, 1 de Novembro de 1942, p. 1.

²² Cf. «A Rádio-Mensagem de S. Santidade Pio XII aos portugueses», in *Renascença*, 15 de Novembro de 1942, pp. 3, 6.

²³ A partir de 1949 as transmissões da Cova de Iria passaram a ter periodicidade mensal, entre Maio e Outubro, inicialmente apenas nos dias 13 e posteriormente também nos dias 12.

nomeadamente os espaços produzidos pelos Parodiantes de Lisboa. De qualquer forma, «A Invasão dos Marcianos» não era comparável a nada que já tivesse sido realizado na rádio portuguesa, o que alarmou muitos dos que sintonizavam a RR. A transmissão foi suspensa pela PSP,²⁴ tendo o realizador do programa, Matos Maia, prestado esclarecimentos nos serviços da PIDE.

A rádio estava pois a iniciar uma fase de mudança, que se torna mais visível à medida que o regime se vai desgastando e vai encontrando precisamente na rádio um dos motivos de desgaste, principalmente no período nocturno com o aparecimento de programas como a «23ª Hora». Transmitido a partir de Novembro de 1959, entre as 23 e as 2 horas, tratava-se de um programa que rompeu com a formalidade que até então imperava no meio, apresentando novas tendências musicais e debatendo temas de interesse social. Fundada por Joaquim Pedro, Matos Maia e João Pedro Baptista, a «23ª Hora» teve também como realizadores Curado Ribeiro, João Martins, Armando Marques Ferreira, Fernando Pires e Carlos Cruz.

No Verão deste mesmo ano a Emissora Católica lançou um outro programa inovador produzido por Paulo Cardoso. Tratava-se do «Diário do Ar», que se notabilizou pelo facto de sair do estúdio levando a rádio para a rua e garantindo a cobertura de diversos acontecimentos sobre os quais, até então, só era possível obter informação através da imprensa.²⁵

Já na década de 60, o Concílio Vaticano II, dada a sua influência fundamental em todos os sectores da Igreja, teve também um papel de destaque na vida da emissora, não só pelos programas que a ele foram dedicados, mas também pela importância que o Concílio atribuiu aos meios de comunicação social. Retomando a óptica de Pio XI, o decreto *Inter*

Mirifica voltou a chamar a atenção de toda a Igreja para a necessidade desta utilizar os meios ao seu dispor de forma a poder cumprir a sua missão apostólica: «Procurem, de comum acordo, todos os filhos da Igreja que os meios de comunicação social se utilizem, sem demora e com o máximo empenho nas mais variadas formas de apostolado».²⁶ A filosofia que havia estado na génese da Rádio Renascença era, assim, mais uma vez, defendida pela Igreja, agora num momento de renovação.

Entretanto, em sequência dos pedidos apresentados pela RR, a 23 de Agosto de 1964,²⁷ o governo autorizou a Emissora Católica a efectuar a cobertura geral do país em Modulação por Frequência (FM). A montagem dos emissores teve início em Outubro desse mesmo ano, tendo, a 7 de Fevereiro de 1965, entrado em funcionamento o primeiro emissor de Monsanto, em Lisboa, a que se seguiram cerca de duas dezenas, espalhados um pouco por todo o país.

A Emissora Católica estava lançada numa fase de melhoria técnica que foi acompanhada pelo aparecimento de novidades em termos de programação. Na verdade, à medida que se aproximava o fim do consulado de Oliveira Salazar à frente dos destinos do país, nasciam na RR espaços de programação bastante vanguardistas e críticos para com a situação vigente. Foi o caso de «Página Um» realizado por José Manuel Nunes, Moreno Pinto, Fernando Sousa e Amaral Marques. Desde o início das suas emissões, em Janeiro de 1968, o programa destacou-se pelas suas preocupações político-sociais e pela transmissão de músicas de cantores como José Afonso, Adriano Correia de

²⁶ Concílio Vaticano II, *Inter Mirifica*, n.º 13.

²⁷ A existência de frequências disponíveis prende-se com o Plano de Estocolmo, assinado em 1961 por delegados de trinta e sete países pertencentes à zona europeia de radiodifusão. O Plano previa a utilização das frequências compreendidas entre os 87,5 e os 100 megaciclos para a radiodifusão sonora em ondas métricas. Assim, foram atribuídas quatro redes nacionais de Modulação por Frequência à radiodifusão portuguesa: duas foram utilizadas pela Emissora Nacional, uma pelo RCP e outra pela RR.

²⁴ Cf. «Um programa radiofónico perturbou a tranquilidade de muitos lares portugueses», in *Diário de Notícias*, 26 de Junho de 1958, p. 1.

²⁵ Alguns meses após o seu aparecimento, «Diário do Ar» transitou da RR para o RCP.

Oliveira e Fausto. Na opinião de José Manuel Nunes a rádio era responsável pela educação das pessoas pelo que interessava, não apenas dar notícias, mas veicular informação que levasse os indivíduos a realizarem uma reflexão que fosse válida para a sua vida.²⁸

Estávamos, pois, perante uma rádio cada vez mais activa e consciente do seu papel na sociedade. Outros programas da RR nascidos nesta época denotam bem esta filosofia. É o caso de «Verdade e Vida», espaço de programação religiosa, iniciado por Alberto Campinho e João Faria. Após alguns meses de interregno, a partir de Novembro de 1968 este espaço semanal, dedicado aos jovens, regressou à Emissora Católica realizado pelo Pe. António Rego com a colaboração de um grupo de jovens da Acção Católica. Rapidamente se transformou num programa inovador pela forma como abordava um leque de temas diversificado de âmbito social com o objectivo de levar os ouvintes à reflexão:

«O interesse principal não está nas conclusões que possam surgir, mas em que a vida que nos domina todos os dias ... seja objecto de reflexão. Sabemos que não mudamos instantaneamente a face da terra, mas isso não nos interessa.»²⁹

As relações difíceis com o regime de Marcello Caetano

Durante o governo marcelista, a Rádio Renascença foi bastante vigiada, não só pelos programas bastante contestatários que transmitia, mas também pelos textos do Concílio Vaticano II que eram comentados nos espaços religiosos: «A R.R., apesar do seu «tradicionalismo», era vigiada de perto, reprimida pela censura, suspeita de subversão

por causa dos textos do Concílio Vaticano II que comentava, dos noticiários e discos que, apesar da rede oficial de malha apertada, cativavam grande público.»³⁰ De resto, na imprensa, o regime chegou a censurar textos do Concílio que a Emissora Católica abordava a par de outros temas pouco gratos ao regime de Marcello Caetano.³¹

Os problemas mais graves entre a RR e o regime surgiram pouco depois da morte de Monsenhor Lopes da Cruz, falecido a 9 de Junho de 1969. O fundador da Emissora Católica sempre conseguira evitar uma grande interferência da censura no interior da estação. Contudo, no mês de Novembro os serviços de censura suspenderam o programa «Verdade e Vida». A última emissão, a 8 de Novembro, foi dedicada à educação. O debate não agradou aos censores, que o consideraram ofensivo para com o Ministério da Educação, exigindo a sua suspensão.³²

Entretanto, com o desaparecimento do fundador da RR, após uma fase transitória, o Conselho de Administração passou a ser presidido por Monsenhor Sezinando Rosa, estando a direcção da emissora entregue a Tomás Andrade Rocha. Apesar desta alteração na liderança do projecto, e apesar do intensificar do controlo por parte da censura, a 30 de Março de 1970 foi lançado o novo horário de vinte e quatro horas de emissão contínua com o programa «Tempo Zip» da responsabilidade de Carlos Cruz, Joaquim Furtado, Fialho Gouveia, Nuno Martins, Raul Solnado e João Paulo Guerra. O lançamento deste novo espaço de programação, entre a meia-noite e as 3 horas, foi realizado a bordo de um avião da TAP, numa iniciativa que se revestiu

³⁰ Urbano Duarte, «O Calvário da Emissora Católica Rádio Renascença», in *Correio de Coimbra*, 12 de Junho de 1975.

³¹ Cf. Depoimentos de José Videira, em 12 de Junho de 1999; e João Alferes Gonçalves, em 18 de Junho de 1999.

³² Depoimento do Pe. António Pereira Rego, 15 de Dezembro de 1999:

«O programa foi suspenso logo a seguir à morte de Monsenhor Lopes da Cruz. A estação estava a ser gerida por uma administração transitória, que precedeu a equipa liderada pelo Monsenhor Sezinando. O programa foi suspenso e nem pudemos mencionar que tinha sido cortado.»

²⁸ Cf. Entrevista de José Manuel Nunes a António Rego, «Somos Responsáveis pela educação do gosto das pessoas», in *Nova Antena*, 27 de Fevereiro de 1970, pp. 16-17.

²⁹ «Um Programa na «Renascença» – «Verdade e Vida»... onde os jovens discutem problemas da juventude!», in *Nova Antena*, 18 de Julho de 1969, p. 48.

de enorme sucesso.³³ A RR foi, contudo, a última das três grandes estações de radiodifusão a lançar a sua programação ininterrupta, tendo o RCP sido pioneiro nesta matéria.

À medida que o regime se sentia cada vez mais inseguro, o controlo sob a Emissora Católica ganhava contornos cada vez mais visíveis. Assim, em Setembro de 1972 foram suspensos os programas «Página Um» e «Tempo Zip». O organismo estatal responsável pela censura exigiu que a RR suspendesse estes espaços depois de Adelino Gomes e João Paulo Guerra terem lido um comentário sobre o assassinato de atletas israelitas que participavam nos jogos olímpicos de Munique, levado a cabo por um comando palestino.³⁴

Mais tarde, o programa «Página Um» regressou sem Adelino Gomes, tendo-se mantido até 1974. Quanto a «Tempo Zip», não voltou a ser emitido já que a equipa se recusou a continuar o programa sem João Paulo Guerra, cujo afastamento havia sido exigido pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo.

Em Outubro de 1972 nasceu o serviço de noticiários da RR, composto por nove profissionais, chefiados por Carlos Cruz. Até então os espaços informativos eram baseados nas notícias da imprensa, o que deixava a Emissora Católica sem grandes condições para competir com a EN e principalmente com o RCP, que desde a década de 60 se havia distinguido na cobertura informativa, apostando bastante em exteriores.

Para poder suportar esta nova despesa passaram a ser comercializados os sinais horários e os próprios noticiários. Foi então criada uma empresa para comercializar os anúncios colocados nestas duas posições horárias, nascendo assim a Intervoz, empresa independente da Rádio

Renascença com a qual foi estabelecido um protocolo de serviços.³⁵

Com a criação do seu próprio serviço de informação a estação atraiu ainda mais a atenção do regime. Os espaços que mereciam maior atenção por parte das entidades oficiais, devido ao seu conteúdo, eram: o noticiário alargado das 19 horas e os programas «Página Um» e «Limite». Este último, nascido em 1973, estava essencialmente atento à realidade nacional, tentando chamar a atenção dos ouvintes para os problemas de carácter económico, político e social que Portugal enfrentava. A equipa era constituída por Leite de Vasconcelos, Carlos Albuquerque, Manuel Tomás e Costa Martins.

Apesar do controlo apertado, foi somente nos últimos dias de vida do regime de Marcello Caetano que foi nomeada uma equipa de dois censores para a Emissora Católica.³⁶ A gota de água para a nomeação desta comissão de censura foi a transmissão de uma notícia sobre a nacionalização das companhias de petróleo no Kuwait. A informação chegou de madrugada e foi divulgada antes da chegada de um telex dos serviços de censura proibindo a sua difusão. Tratando-se de uma nacionalização, e tendo em conta que a Fundação Calouste Gulbenkian possuía interesses nas companhias petrolíferas em questão, o governo considerou vital apertar o cerco à RR. Embora não estivessem vinte e quatro horas na emissora, os censores controlavam parte dos noticiários.³⁷

³⁵ Até então toda a publicidade colocada fora dos programas produzidos por produtores externos era explorada directamente pela estação.

³⁶ A data exacta da entrada ao serviço desta comissão de censura é por nós desconhecida, embora Leite de Vasconcelos, colaborador do programa «Limite», avance o dia 22 de Abril: «Três dias antes do 25 de Abril, tinha entrado para a Rádio Renascença uma comissão de censura oficial que, até aí, não tinha existido. Era composta por um tenente-coronel, um professor e não sei mais quem.» (Citado por Matos Maia, *Aqui Emissora da Liberdade – Rádio Clube Português*, p. 34).

³⁷ Cf. Depoimentos de Albérico Fernandes, em 14 de Abril de 1999; e João Alferes Gonçalves, em 18 Junho 1999.

³³ A nova grelha de programação incluía os programas «Tempo Zip», entre a meia noite e as 3 horas, e «Estamos Consigo de Madrugada», entre as 3 e as 7.

³⁴ Cf. Depoimentos de Albérico Fernandes, em 12 de Maio de 1999; José Videira, em 12 Junho 1999; e João Alferes Gonçalves, em 18 de Junho de 1999.

O período revolucionário – a RR como bandeira política

Foi exactamente num dos programas mais vigiados pela censura que foi emitida a senha para o início da revolução de 25 de Abril. O significado da senha era totalmente desconhecido pelos responsáveis da Emissora Católica.³⁸ Além dos militares, apenas alguns elementos do programa «Limite» sabiam o que estava para acontecer.

A gravação da senha foi preparada por Carlos Albino e Manuel Tomás, ambos da equipa do «Limite». O alinhamento incluía a leitura da primeira quadra de «Grândola, Vila Morena», a transmissão da canção na íntegra, novamente a leitura da primeira quadra, poema «Geografia», poema «Revolução Solar» e a canção «Coro da Primavera». Os dois poemas tinham como temas os rios portugueses e as galáxias e os planetas, respectivamente. Desta forma, os textos foram aprovados pelo censor e também pela direcção da RR, cuja revisão dos textos era «relativamente tolerante e até em certos momentos pactuante».³⁹ O alinhamento foi gravado a meio da tarde do dia 24 por Leite de Vasconcelos, tendo sido emitido vinte minutos depois da meia-noite.

O dia da revolução propriamente dito foi de uma certa normalidade na RR. Enquanto a EN e o RCP foram ocupados por militares fiéis ao MFA, a RR continuou com as suas emissões normais, acompanhando com reportagem diversas movimentações que tiveram lugar, nomeadamente no Largo do Carmo e na sede da PIDE-DGS.⁴⁰

³⁸ Sobre a importância da primeira senha, transmitida pelos Emissores Associados de Lisboa, existem diversas versões contraditórias: umas exaltando, outras relativizando a sua importância. De qualquer forma, é certo que *E Depois do Adeus*, transmitido por João Paulo Diniz, às 22.55, só pôde ser escutado na região de Lisboa dada ser essa a área de cobertura dos Emissores Associados. Por esta razão, a senha transmitida pela RR foi a única escutada por todas as forças que estavam mobilizadas no país prontas a desencadear a revolução.

³⁹ Cf. Carlos Albino, «Que Vasta Galeria de Falsos Heróis», in *Diário de Notícias*, 24 de Abril de 1999, pp. 6-7.

Esta «normalidade», vivida no dia da revolução e nos seguintes, foi interrompida a 30 de Abril quando se iniciou a primeira greve dos funcionários dos serviços de informação, em sequência de uma profunda divergência entre os noticiaristas e o Conselho de Gerência, a propósito da cobertura das chegadas a Lisboa de Mário Soares e Álvaro Cunhal.⁴¹

Iniciada a paralisação, os noticiaristas, a quem se haviam juntado os operadores,⁴² ocuparam o espaço da redacção, exigindo o cumprimento de três exigências: assinatura pela gerência de um documento onde fosse assegurada a não existência de censura interna na estação; constituição de um conselho de programas com funções deliberativas, composto por profissionais da estação; entrega da direcção dos serviços de noticiário a João Alferes Gonçalves.⁴³

Durante o período em que vigorou a paralisação a Gerência abandonou a estação, o que levou o MFA a entrar em contacto com os trabalhadores, pedindo-lhes para reporem a emissão no ar de forma a evitar atitudes alarmistas por parte da população. Os representantes do MFA sugeriram mesmo a eleição de dois delegados com funções administrativas, o que levou os funcionários dos estúdios de Lisboa a reunirem-se em Assembleia Geral, na qual o Pe. António Rego (regente de estúdios) e Joaquim Pedro (locutor) foram eleitos

⁴⁰ Cf. Depoimento de Albérico Fernandes, em 14 de Abril de 1999.

⁴¹ Os depoimentos por nós recolhidos são divergentes no que se refere às verdadeiras motivações da greve. Algumas fontes indicam que a Gerência não havia autorizado a transmissão de qualquer reportagem sobre a chegada dos dois líderes políticos. No entanto, há também quem considere que o Conselho de Gerência apenas proibiu a transmissão de reportagem em directo da chegada de Álvaro Cunhal, alegando que a peça informativa deveria ser remetida para os espaços de noticiário habituais.

⁴² De acordo com José Alferes Gonçalves, a adesão dos operadores foi instantânea dada a insatisfação destes face à sua situação salarial. (Depoimento recolhido em 18 de Junho de 1999).

⁴³ Cf. «Renascença: o primeiro grito de alarme da rádio independente», in *Cinéfilo*, 4 de Maio de 1974.

como delegados dos trabalhadores. Foi também decidido entrar num período de autogestão, cabendo a administração da emissora aos trabalhadores representados por uma comissão com funções deliberativas, composta por uma dezena de profissionais da estação. No período em que vigorou a auto-gestão foi decidida a suspensão de diversos chefes de serviço.

A 21 de Maio, um grupo de funcionários dos estúdios de Lisboa propôs ao Patriarca de Lisboa um protocolo que previa a divisão da Rádio Renascença, Lda. em duas entidades: Estação Emissora Rádio Renascença – responsável pela gestão da actividade radiofónica – e Sociedade Rádio Renascença Limitada – responsável pela gestão financeira e do património da estação. De acordo com o texto do protocolo, a primeira entidade seria gerida pelos trabalhadores e a segunda funcionaria num modelo de co-gestão.⁴⁴

O texto deste protocolo não agradou, contudo, a todos os funcionários, havendo um segundo grupo, liderado pelo então suspenso Coordenador de Produção Albérico Fernandes, que propôs a D. António Ribeiro um texto alternativo, que previa a manutenção da Rádio Renascença, Lda. como uma só empresa. Para tal era proposto um modelo de co-gestão cuja aplicação seria garantida por quatro gerentes, dois nomeados pela entidade patronal e os outros dois pela Assembleia dos Trabalhadores.⁴⁵

A resposta do Patriarcado a estes dois protocolos não foi imediata e logo começaram as pressões para que D. António Ribeiro aceitasse o primeiro texto. No dia 24 de Maio teve início mais um protesto dos trabalhadores da actividade radiofónica. Durante as conversações com os representantes dos trabalhadores, adeptos do primeiro protocolo, o Patriarcado acabou por aceitar o texto, tendo nomeado um Conselho de Gerência para a RR, no decorrer do mês de Julho, composta pelo Cónego

Gonçalves Pedro (presidente), Fernando Magalhães Crespo e Luís Torgal Ferreira. Após esta nomeação, a emissora viveu um curto período de estabilidade, graças a um espírito de colaboração entre o Conselho de Gestão dos trabalhadores e a Gerência.⁴⁶ Numa reunião ordinária entre estes dois órgãos, o Conselho de Gestão justificou a necessidade de serem rapidamente admitidos mais noticiaristas e técnicos, de forma a permitir à RR competir com a EN e o RCP em termos de cobertura informativa. A proposta foi aceite pelos gerentes que colocaram como única exigência a existência de um processo de selecção com testes psicotécnicos e entrevistas, bem como a realização de um estágio.

Algumas semanas após a admissão de seis noticiaristas e dois técnicos em regime experimental, estes recusaram-se a realizar os testes psicotécnicos, o que foi considerado inaceitável pela Gerência. Surgiu assim a primeira grande divergência entre os representantes dos trabalhadores e os gerentes, num conflito que se arrastou durante diversos meses, tendo motivado inclusive diversas reuniões no Ministério do Trabalho, que se revelaram sempre inconclusivas.

No final de Setembro o Conselho Permanente do Episcopado emitiu uma nota sobre o impasse em que haviam caído as negociações. Reforçando uma tomada de posição anterior do Patriarcado de Lisboa,⁴⁷ os bispos sublinharam o carácter peculiar da RR como emissora católica, defendendo que a estação deveria ter uma programação em consonância com o espírito da mensagem cristã. Considerando que a RR devia ser independente de todas as correntes políticas, os prelados reafirmaram, nesta nota, que a Igreja não podia «renunciar ao direito e ao dever de assegurar a

⁴⁴ «Protocolo», documento dactilografado, 21 de Maio de 1974.

⁴⁵ Carta endereçada a D. António Ribeiro, documento dactilografado, 22 de Maio de 1974.

⁴⁶ A provar esta postura de boa convivência, neste período todas as resoluções foram tomadas por unanimidade e o Conselho de Gerência aceitou na íntegra a «proposta de aumento dos vencimentos formulada pelo Conselho de Gestão». («Comunicado do Conselho de Gerência», in *A Situação na Rádio Renascença*, 30 de Setembro de 1974, p. 8).

⁴⁷ Cf. «Comunicado do Patriarcado de Lisboa», 23 de Setembro de 1974, documento dactilografado.

orientação católica de toda a programação e de ter a última palavra na admissão do pessoal»⁴⁸.

Esta tomada de posição por parte do Episcopado não agradou em nada ao Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, que acusou os Bispos de se estarem a intrometer num campo que não lhes dizia directamente respeito⁴⁹.

O conflito, inicialmente de carácter laboral, acabou por se transformar numa luta política pelo controlo da Emissora Católica. Tal situação passou a ser visível em Fevereiro de 1975, quando os trabalhadores do sector radiofónico encetaram uma nova paralisação com o apoio de diversos partidos políticos de extrema-esquerda e organizações sindicais. Contra esta greve manifestaram-se os trabalhadores administrativos de Lisboa da RR, que analisaram os pontos em que se fundamentava a declaração de greve, concluindo não existir motivo para a sua existência. Por outro lado, estes funcionários afirmaram não reconhecer a existência da Comissão Coordenadora dos Trabalhadores, alegando que a mesma não havia sido eleita em reunião geral dos três sectores da estação emissora.⁵⁰ Posição idêntica assumiram os funcionários das oficinas gráficas da RR.

A divisão interna entre os trabalhadores começava então a ser nítida. A partir deste momento os profissionais do sector radiofónico de Lisboa vão começar a ficar, progressivamente, isolados. A maioria dos trabalhadores começa a não concordar com os métodos de luta utilizados, mas a situação vai arrastar-se até Maio, data em que um

grupo minoritário de trabalhadores ocupou as instalações da emissora na Rua Capelo e o Centro Emissor da Buraca, emitindo uma programação de conteúdo extremista e anticlerical. Este episódio marcou o isolamento definitivo dos funcionários do sector radiofónico da capital, uma vez que os trabalhadores de todos os restantes sectores passaram a apoiar a posição da Gerência. Os profissionais dos estúdios do Porto estavam também ao lado dos gerentes e a partir desta altura passaram a emitir uma programação autónoma para o Norte do país.

A partir do momento em que a cisão entre os trabalhadores se tornou irreversível assistiu-se a uma progressiva radicalização que culminaria numa manifestação, frente ao Patriarcado, promovida pelos sindicatos da radiodifusão e pela UDP, em colaboração com outros sectores de extrema esquerda, para quem a RR passou a funcionar como bandeira.

A esta manifestação, convocada para 18 de Junho, a Igreja procurou responder com uma contramanifestação. Ao final da tarde as forças desequilibraram-se e assistiu-se ao arremesso de pedras, o que levou cerca de um milhar de católicos,⁵¹ incluindo algumas dezenas de feridos, a refugiarem-se no interior do Patriarcado, de onde saíram após um longo processo de negociação com o COPCON, liderado pelo próprio D. António Ribeiro.

Este episódio ocorrido no Campo de Santana levou o PS e todos os partidos à sua direita a defenderem a posição da Igreja. No entanto, a consequência mais visível deste acontecimento foi o facto de ter desencadeado uma onda de manifestações, em diversas dioceses do Centro e do Norte do país, a favor da RR e da Igreja Católica

⁴⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, *Documentos Pastorais* – 1967-1977, p. 336.

⁴⁹ «Não desejamos que em Portugal se desenvolva uma campanha anticlerical, a exemplo daquilo que fizeram os pequenos burgueses liberais de 1910. Religião é uma coisa, política é outra. A Igreja tem de compreender isso. [...] A Igreja tem de convencer-se que é muito mais importante colaborar na transformação positiva das nossas instituições, cultura e mentalidade.» (Vasco Gonçalves, *Livro Verde da Revolução* – Citações de Vasco Gonçalves, p. 95).

⁵⁰ Cf. «Acta da Reunião dos Profissionais de Escritório de Rádio Renascença, Lda. em 27 de Fevereiro de 1975», 27 de Fevereiro de 1975, documento dactilografado.

⁵¹ Num comunicado do Serviço de Informação do Patriarcado, distribuído à comunicação social no dia 20 de Junho, é quantificado em mil o número de católicos que se refugiaram nas instalações do Paço Episcopal. O jornal *Tempo* refere cerca de oitocentos, enquanto que o *Diário Popular* cita o Major Repolho, do COPCON, segundo o qual se cifrava em novecentos o número de pessoas que haviam procurado refúgio no interior do Patriarcado.

e contra o rumo político que o país estava a tomar a caminho de um modelo socialista. O caso da RR foi a gota de água que fez transbordar o copo, provocando uma onda de indignação antiextremista e anticomunista, o que custou um preço bastante elevado ao PCP e aos partidos que se situavam à esquerda deste. O caso da Emissora Católica acabou assim por ter efeitos decisivos no rejeitar do modelo socialista e no desencadear do 25 de Novembro.

O recomeço e a expansão

Tal como havia sucedido durante os governos liderados por Vasco Gonçalves, após o 25 de Novembro surgiu novamente o espectro de nacionalização de todas as estações de radiodifusão. Em relação a este projecto a Igreja manifestou sempre a sua oposição, considerando não ser aceitável que os católicos fossem privados do direito de exprimir livremente as suas opiniões. Desta forma, e após um breve período de negociações com o Conselho de Gerência da emissora, o decreto de nacionalização incluiu todas as estações de radiodifusão de maior potência «com a só excepção, de entre essas, da Rádio Renascença, justificada pelo respeito devido aos vínculos dimanantes da Concordata com a Santa Sé e aos sentimentos religiosos do povo português.»⁵²

A 1 de Janeiro de 1976, a Emissora Católica recomeçou as suas emissões a partir dos estúdios de Lisboa. Fernando de Almeida, António Sérgio e Raúl Feio foram dos primeiros locutores a ser convidados para a nova equipa. No entanto, nos primeiros dias, as transmissões eram em horários reduzidos, já que os noventa e quatro funcionários da estação eram na sua maioria das áreas técnica e administrativa. De qualquer forma, logo no primeiro dia de emissão foram repostos os noticiários,

⁵² «Decreto-Lei n.º 674-C/75, in *Diário da República*, I Série, 2 de Dezembro de 1975.

redigidos por Adriano Pereira Caldas e Paulo Azevedo de Oliveira. Eram essencialmente notícias recortadas da imprensa, na medida em que demorou alguns meses até os serviços de informação voltarem ao seu funcionamento normal.

Um dos novos espaços criado em 1976 foi a «Nota de Abertura», emitida de Segunda a Sábado nos noticiários das 19.30 e da meia-noite. Tratava-se de um editorial em que a estação exprimia o seu posicionamento em relação aos diversos acontecimentos políticos e sociais predominantemente nacionais, mas não esquecendo também o que se passava no resto do mundo. Da responsabilidade do Conselho de Gerência e do Assistente Religioso, a «Nota de Abertura» permaneceu diária até ao final da década de 80, passando depois a ter uma periodicidade irregular.

A primeira «Nota de Abertura», datada de 1 de Fevereiro, definia o significado e os objectivos da Emissora Católica Portuguesa. Esses objectivos passavam por servir todos os portugueses e transmitir aos ouvintes informação o mais objectiva possível, procurando aproximar-se da verdade, apesar desta ser inalcançável, tal como reconhecia o próprio editorial da autoria do Assistente Eclesiástico, Pe. Luís Rocha e Melo, SJ.⁵³

A nível de programação, o Coordenador de Produção, Albérico Fernandes, convidou Fernando de Almeida para realizar o programa da manhã, que passou a apresentar conjuntamente com Arlete Pereira. Logo em 1976 o nome escolhido para o espaço da manhã foi «Despertar», que se veio a transformar no programa de rádio mais ouvido em Portugal durante mais de duas décadas.

A RR havia voltado praticamente à situação que vivia antes da revolução, ou seja, grande parte da emissão era assegurada por produtores independentes, que respeitavam os princípios da emissora, mas possuíam liberdade total na realização dos seus programas. Pagavam uma renda pelo aluguer do

⁵³ Cf. «Nota de Abertura», 1 de Fevereiro de 1975, documento dactilografado.

espaço de emissão e em troca vendiam a publicidade dos seus programas. Os programas da RR propriamente ditos viviam entre estas produções independentes, cujo tempo de antena foi sendo progressivamente reduzido até à sua extinção.

Foi a partir de 1978 que a Emissora Católica se lançou numa nova fase de expansão, com o objectivo de cobrir o país em ondas médias e de emitir para o estrangeiro em ondas curtas. Já em 1955, Monsenhor Lopes da Cruz havia solicitado autorização para instalar um potente emissor de Onda Média no Ribatejo, que cobrisse grande parte do país. A resposta do governo foi negativa, pelo que em 1977 a RR, apesar de cobrir todo o país em FM, apenas possuía dois emissores em OM: um em Lisboa e outro no Porto. Esta situação levava a que a Emissora Católica não chegasse a um largo grupo de pessoas que viviam com maiores dificuldades, e que não possuíam receptores de FM.

Para fazer face às despesas de investimento foi lançada, a 1 de Fevereiro, a «Campanha dos Novos Emissores», para a qual contribuíram milhares de católicos de Norte a Sul do país. Uma iniciativa que provocou grande mobilização em redor da Emissora Católica foi os convívios organizados pela Liga dos Amigos, em diversos pontos do país, incluindo em pequenas aldeias do interior. Geralmente estas iniciativas incluíam a celebração da Eucaristia, transmitida em directo pela Rádio Renascença: «Por vezes os técnicos tinham de estender um quilómetro de cabo porque em algumas aldeias não havia telefone. É claro que as pessoas ficavam entusiasmadíssimas. Era uma festa para aquelas terras que se sentiam orgulhosas.»⁵⁴

A mobilização em redor da RR foi verdadeiramente impressionante, tendo a campanha contado com o apoio da Conferência Episcopal Portuguesa e da Santa Sé. O Cardeal Villot, em nome do Papa Paulo VI, dirigiu uma carta ao Cardeal Patriarca de Lisboa com um donativo de 10 000 dólares.

⁵⁴ Depoimento de Máximo Marques, 12 de Janeiro de 2000.

No ofício era recordada a importância dos meios de comunicação social no anúncio da mensagem da Salvação.⁵⁵

No ano de 1978 foram também assinalados os quarenta anos da oficialização da RR. Na homilia da Missa comemorativa desta efeméride, D. António Ribeiro definiu as linhas de orientação da Emissora Católica para o futuro: «abordar todos os temas para os quais tenha competência, com a preocupação de, sempre e em tudo, revelar e propor critérios evangélicos de pensamento e de conduta.»⁵⁶ Esta vocação evangelizadora da RR foi novamente sublinhada pelo Cardeal Patriarca aquando da benção da primeira pedra do Centro Emissor de Muge, em Julho de 1979: «A causa da Igreja, porque a Rádio Renascença existe para ajudar a realizar a missão da Igreja... que é uma missão de evangelização».⁵⁷

Neste mesmo ano, a Emissora Católica passou a ser a estação com maior audiência em Portugal. No mês de Novembro, o «Estudo de Meios» da NORMA apresentava a RR com 34% de audiência total, o que correspondia a cerca de 2 milhões e 300 mil ouvintes.⁵⁸ Tratou-se de uma subida surpreendente, se tivermos em conta que dois anos antes o mesmo estudo estimava a audiência da RR em pouco mais de 570 mil ouvintes. Para esta subida contribuiu uma larga credibilidade que a estação adquiriu junto do público, assumindo-se como a voz de uma larga maioria que rejeitava a hipótese do país seguir o modelo socialista. Além disso, com a «Campanha dos Novos Emissores» um grande número de benfeitores passou a considerar a estação como sendo também sua.

⁵⁵ Cf. «O Papa Paulo VI associa-se às comemorações do 40.º aniversário da Rádio Renascença», in *LAR – Boletim Mensal dos Amigos da Rádio Renascença*, Junho de 1978, p. 1.

⁵⁶ Citado em «No 40.º aniversário de Rádio Renascença e da sua Liga de Amigos», in *LAR – Boletim Mensal dos Amigos da Rádio Renascença*, Abril-Maio de 1978, p. 2.

⁵⁷ Citado em «Benção da Primeira Pedra do Novo Centro Emissor de Muge», in *LAR – Boletim Mensal dos Amigos da Rádio Renascença*, Julho-Setembro de 1979, p. 1.

⁵⁸ A liderança da RR nas audiências de rádio mantém-se ininterrupta desde 1978 até ao momento presente.

O ano de 1980 foi baptizado pela RR como «O Ano dos Novos Emissores». As campanhas de recolha de fundos continuavam de Norte a Sul do país e foi em Agosto de 1981 que os primeiros frutos se tornaram visíveis com a inauguração das emissões em Onda Curta para o Brasil.⁵⁹ Dois meses depois tiveram início as emissões experimentais do novo emissor de OM de Muge. A cerimónia de arranque desta nova fase da vida da RR foi presidida por D. António Ribeiro que sublinhou o facto da extensão da Onda Média permitir que os mais desfavorecidos, residentes nas zonas rurais, tomassem contacto com a Emissora Católica.⁶⁰

Levada a bom termo a «Campanha dos Novos Emissores», a Emissora Católica não demorou muito a lançar-se numa nova fase de expansão, com o intuito de chegar a um número cada vez maior de ouvintes. A nível de audiências, apesar da RR manter a liderança, estava-se a verificar uma subida progressiva e significativa da Rádio Comercial, que atraía os ouvintes mais jovens graças à sua programação de FM essencialmente musical. Assim, para combater o envelhecimento da audiência que então se estava a verificar, teve início, em Novembro de 1981, um desdobramento regular das redes de OM e FM. Na prática, durante seis horas diárias, a RR oferecia duas programações distintas, com mais conversa em OM e mais música em FM.

No ano de 1984 foram atribuídas a Portugal três novas redes de Frequência Modulada. Isso mesmo contemplou o Plano de Genebra, que não passou despercebido à Emissora Católica, que solicitou a atribuição de uma das três novas redes de FM com o objectivo de melhorar a cobertura nacional. No entanto, é óbvio que o pedido de uma nova rede nacional tinha também o intuito de lançar a RR na criação de um segundo canal, que estava

já em embrião com a separação das redes de OM e FM.

A partir de 15 de Outubro de 1984, o período de desdobramento foi novamente alargado, com a transmissão de duas programações distintas, entre as 13 e as 2 horas, de Segunda a Sábado; e entre as 20 e as 2 horas ao Domingo. O FM da RR passou a especializar-se, cada vez mais, num público jovem, com uma programação assumidamente musical.⁶¹

Entretanto, a partir de 1985, a RR, a pedido de diversas dioceses, procedeu à criação de estúdios regionais. A «Voz do Alentejo» e a «Voz do Minho» foram pioneiras, tendo como objectivo abordar os problemas das populações que não podiam ser tratados numa emissão nacional, apesar da RR possuir um jornal das regiões com informação local.

A segunda rede de FM – a polémica que opôs Mário Soares ao PS e Ramalho Eanes ao PRD

Também no decorrer de 1985, e face aos pedidos da Emissora Católica, o governo do Bloco Central, chefiado por Mário Soares, acabou por prometer que uma das três novas redes de FM seria entregue à RR, logo após as eleições legislativas de Outubro. No entanto, o Conselho de Gerência não aceitou esperar pelo acto eleitoral, dado o receio que o PS saísse derrotado, o que de facto se confirmou. Assim, dada a insistência, a 3 de Outubro, três dias antes das eleições, foi lavrado um despacho, atribuindo uma rede de FM à RR e outra à RDP. A terceira foi reservada para uma futura concessão.

Este documento governamental viria a dar origem, logo a seguir às eleições, a um mau estar no interior do PS, tendo também provocado momentos de tensão no interior do PRD e nas relações entre o Parlamento e o governo minoritário, chefiado por Aníbal Cavaco Silva. O caso chegou à

⁵⁹ Dois anos depois, em 1983, tiveram início as emissões de Sábado à tarde dirigidas aos emigrantes portugueses residentes no continente europeu.

⁶⁰ Cf. «Extensão da rede de Onda Média da Rádio Renascença», in *LAR – Boletim Mensal dos Amigos da Rádio Renascença*, Abril-Dezembro de 1981, pp. 1-2.

⁶¹ A partir de Janeiro de 1985 o desdobramento em OM e FM passou a ser realizado entre as 10 e as 2 horas.

Assembleia da República em Maio de 1986, aquando da aprovação dos projectos-lei para a nova lei da rádio, destinada a regular o caos existente nas ondas hertzianas, com a proliferação de rádios piratas.⁶² No final de Dezembro, o Parlamento, com os votos favoráveis do PS, PRD, PCP e MDP, aprovou a «Lei dos Licenciamentos das Estações Emissoras de Radiodifusão». O diploma previa o regresso ao domínio público das redes atribuídas à RR e à RDP, o que teria consequências desastrosas para a Emissora Católica, não só devido aos investimentos já realizados, mas porque haviam sido optimizadas duas redes nacionais, misturando as novas frequências e as já detidas pela estação desde os anos 60. Na prática, a devolução das frequências atribuídas em Outubro de 1985 teria como consequência que diversas zonas do país pura e simplesmente deixariam de ouvir a Rádio Renascença.

A aprovação da lei motivou protestos do próprio governo, bem como da RR, RDP e do Conselho Permanente do Episcopado. O documento acabaria por ser vetado pelo Presidente da República, Mário Soares, que, numa declaração ao país, em Janeiro de 1986, apelou aos deputados para reapreciarem a lei que haviam votado porventura «sem uma completa avaliação dos seus efeitos e bem assim dos legítimos interesses e expectativas criados.»⁶³

Já no mês de Fevereiro, a lei regressou ao Parlamento, tendo sido novamente aprovada, pelas mesmas forças políticas que haviam dado o seu aval ao texto, aquando da primeira votação. A questão foi analisada numa reunião do Conselho Permanente da Conferência Episcopal, que decorreu a 18 de Fevereiro, em Fátima. No final, foi tornado público um comunicado em que os bispos acusavam os

deputados da maioria de esquerda de ignorarem a vontade manifestada pelos portugueses – em estudos de opinião – e os pareceres dos mais notáveis juristas na matéria: «Assim se confirmou uma injustiça que só encontra plena explicação em desprestigiamentos jogos políticos e interesses particulares, ética e socialmente inaceitáveis, com o risco de progressiva degradação de um órgão de soberania que deveria merecer de forma mais adequada o respeito que institucionalmente lhe pertence.»⁶⁴

Todos estes meses de discussão, que abriram brechas em vários quadrantes políticos, tiveram, na prática, um efeito nulo. É que, após a promulgação pelo Presidente da República, a lei foi referendada pelo Primeiro-Ministro, mas não foi regulamentada pelo governo até à queda deste.

Após as eleições de 19 de Julho de 1987, o governo maioritário do PSD apresentou uma nova proposta de lei que acabou por ser aprovada no Parlamento em Maio do ano seguinte. No artigo segundo, o diploma estabelecia que a actividade de radiodifusão podia ser exercida por entidades públicas, privadas ou cooperativas, de acordo com o «regime de licenciamento a definir por decreto-lei, salvaguardados os direitos já adquiridos pelos operadores devidamente autorizados.»⁶⁵ Foi esta a forma encontrada pela maioria social-democrata para defender os interesses da RDP e da RR, adquiridos em Outubro de 1985.

Durante todo este processo a Emissora Católica não deixou de desenvolver o seu projecto para a segunda rede de FM e a 1 de Janeiro de 1987 lançou o seu segundo canal – a RFM – destinado a um público jovem e essencialmente urbano. Chegava ao fim uma longa fase de expansão.

⁶² O número de rádios locais «piratas» existente no país foi estimado, pelo governo, em 389.

⁶³ Citado em «Presidente veta Lei das Rádios por achar que prejudica interesses da Renascença – Soares explicou razões do veto à lei das rádios», in *O Diário*, 23 de Janeiro de 1987, p. 28.

⁶⁴ Citado em «O Episcopado e a Lei da Rádio – Pretende-se silenciar a Igreja em Portugal», in *O Dia*, 19 de Fevereiro de 1987, p. 5.

⁶⁵ «Lei da Rádio» in *Diário da República*, I Série, 30 de Julho de 1980.

Referências Bibliográficas

- AA.VV., *60 Anos de Rádio em Portugal – 1925–1985*, RDP/Veja, Lisboa, 1988.
- AA.VV., *Igreja e Política*, Editorial Promoção, Porto, 1975.
- AFONSO, Aniceto, «A Revolução dos Cravos», in Medina, João (org.), *História de Portugal – Dos tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIX, Clube Internacional do Livro, Amadora, 1995, pp. 35-74.
- AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941–1975)*, Bertrand/Nomen, Venda Nova, 1995.
- ANTUNES, José, *O Segredo do 25 de Novembro*, Europa-América, Mem Martins, 1980.
- AVILLEZ, Maria João, *Soares – Ditadura e Revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- AVILLEZ, Maria João, *Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.
- CABRAL, Roque (coord.), *Socialismos – Textos Cristãos*, A.I., Porto, 1974.
- CALADO, Luís F., «Empresas geridas por trabalhadores: Que futuro?», in *Economia e Socialismo*, Nov.-Dez. 1978, pp. 3-20.
- CALDAS, Adriano Pereira, *Para a História da Rádio Renascença (1974–1975)*, Grifo, Lisboa, 1999.
- Comissão Pontifícia dos Meios de Comunicação Social, «Communio et Progressio», in *Os Meios de Comunicação Social na Visão da Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado/Apostolado de Oração, Braga, 1984.
- Concílio Vaticano II, «Inter Mirifica», in *Os Meios de Comunicação Social na Visão da Igreja*, Secretariado Geral do Episcopado/Apostolado de Oração, Braga, 1984.
- Conferência Episcopal Portuguesa, *Documentos Pastorais 1967–1977*, União Gráfica, Lisboa, 1978.
- Conselho de Imprensa, *A Imprensa Escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1976)*, Conselho de Imprensa, Lisboa, 1979.
- CRUZ, Manuel Braga da, «A informação popular anti-salazarista: da cripto-informação à contra-informação», in *Economia e Socialismo*, n.º 32-33, pp. 53-63.
- CRUZ, Manuel Braga da, «Resistência e dissidência populares à informação salazarista», in *Economia e Socialismo*, n.º 30, pp. 44-51.
- CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa – O Passado e o Futuro*, Avante, Lisboa, 1976.
- FERREIRA, José Medeiros e Rezola, Maria Inácia, «Igreja, Política e Religião», in Mattoso, José (org.), *História de Portugal*, Vol. VIII, Estampa, Lisboa, 1994, pp. 260-271.
- GOMES, Costa, *Sobre Portugal – Diálogos com Alexandre Manuel*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1979.
- GONÇALVES, Vasco, *Livro Verde da Revolução*, Fronteira, Amadora, 1976.
- GUERRA, João Paulo, *Dossier Comunicação*, Avante, Lisboa, 1981.
- JÚDICE, José Miguel Alarcão, *Do Voluntarismo na Revolução Portuguesa*, Edição do autor, Coimbra, 1976.
- Liga dos Amigos da Rádio Renascença, *Estatutos*, s.n., Lisboa, 1938.
- MAIA, Matos, *Telefonia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.
- MAIA, Matos, *Aqui Emissora da Liberdade*, Caminho, Lisboa, 1999.
- MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Presença, Lisboa, 1998.
- MEDITSCH, Eduardo, *A Rádio na Era da Informação*, Minerva, Coimbra, 1999.
- MESQUITA, Mário, *A Regra da Instabilidade*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1987.
- MESQUITA, Mário, «O Caso República ou o símbolo destruído», in *Cadernos de Imprensa*, n.º 1, Julho de 1987.
- MESQUITA, Mário, «Os Meios de Comunicação Social», in *Portugal – 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.
- MIGUEL, Aura, *Rádio Renascença: os Trabalhos e os Dias (1933–1948)*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1992.
- MOTA, José Gomes, *Subsídios para o Estudo da Crise Político-Militar do Verão de 1975*, Edições Jornal Expresso, Lisboa, 1976.
- NEVES, Moreira das, *Cardeal Cerejeira – O Homem e a Obra*, Rei dos Livros, Lisboa, 1988.
- NEVES, Moreira das, *Para a História da Rádio Renascença – Monsenhor Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa*, Rádio Renascença, Lisboa, 1980.
- OLIVEIRA, José Manuel Paquete de, «A Integração Europeia e os Meios de Comunicação Social», in *Análise Social*, n.º 18-19, 1992, pp. 995-1024.
- PINHEIRO, Vaza, 579 – *Quinhentos e Setenta e Nove Dias de Revolução*, Campo das Letras, Porto, 1999.
- RODRIGUES, Avelino et al., *Portugal depois de Abril*, (s.n.), Lisboa, 1976.
- ROSS, Susannah, «Que irá acontecer ao vinho do Porto?», in Mesquita, Mário e Rebelo, José (org.), *O 25 de Abril nos Meios Internacionais*, Afrontamento, Porto, 1994, pp. 205-211.
- SANTOS, José António e Saavedra, Ricardo de, *António Ribeiro – Patriarca de Lisboa*, Editorial Notícias, Lisboa, 1996.
- SOARES, Mário, *Portugal: Que Revolução? – Diálogo com Dominique Pouchin*, Perspectiva & Realidades, Lisboa, 1976.
- SPÍNOLA, António de, *Ao Serviço de Portugal*, Ática/Bertrand, Lisboa, 1976.
- SPÍNOLA, António de, *País Sem Rumo*, SCIRE, (s.i.), 1978.
- TRINDADE, Manuel de Almeida, *Memórias de um Bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.

As rádios locais no pós-25 de Abril

Ana Paula Azevedo*

Resumo

No contexto da evolução da Rádio em Portugal no pós-25 de Abril, designadamente no que concerne à emergência das chamadas «rádios livres» ou «rádios-pirata», faz-se neste texto uma primeira síntese do fenómeno, enquadrando-o face à legislação da época.

Abstract

On the context of the radio's evolution in Portugal after the 25th April revolution, this text presents a first synthesis of the phenomenon, namely concerning to the appearance of the so called «free radio» in view of that period's legislation.

Introdução

O fenómeno das rádios locais tardou a surgir em Portugal, mas num quadro histórico compreensível.

Até aos anos 70, Portugal não fugiu ao tradicional modelo europeu de monopólio do Estado nos audiovisuais, agravado com a vivência de uma ditadura que se arrastou por 48 anos. E, enquanto a Europa já rompera com esse monopólio nos anos 60, em Portugal, quando finalmente surgiu a Democracia, na Revolução de Abril de 1974, assistiu-se a um autêntico regresso ao ponto zero, com a estatização da maioria dos órgãos de Comunicação Social. Vingou então o princípio revolucionário de que o Estado devia possuir e controlar os principais meios de comunicação: os privados eram indesejáveis, numa época de exacerbado combate político e em que o agitar do passado lembrava os efeitos do domínio da informação por poderosos grupos económicos.

A história das rádios locais tornou-se, assim, indissociável do processo de evolução e consolidação da democracia portuguesa. Ao longo dessa história, verificou-se, do lado dos impulsionadores da rádio local, a utilização de uma política de facto consumado (seguindo o princípio de que uma rádio só existe porque se ouve) e, por

* Jornalista do Expresso. Licenciada em Ciências da Comunicação (FCSH-UNL).

outro lado, uma complacência por parte das autoridades, depressa ultrapassadas pelo movimento de apoio da opinião pública em geral e das forças sociais e políticas locais.

A conjuntura

A publicação de uma lei da radiodifusão, já prometida no programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), em 1974, levou quase 15 anos a ser cumprida.

O quadro saído da Revolução era uma situação de duopólio, com a Radiodifusão Portuguesa (RDP), do Estado, e a Rádio Renascença, da Igreja Católica, a explorarem o serviço de radiodifusão. Rapidamente, porém, este modelo entrou em crise, por razões sócio-políticas (o despertar e as aspirações de grupos sociais, políticos e regionalistas) e tecnológicas (o progresso, traduzido em maior acessibilidade tecnológica e financeira).

Assistiu-se então ao eclodir das rádios locais (também chamadas «rádios-pirata»), primeiro como obra de entusiastas amadores, regra geral jovens. Numa segunda fase, surgem o poder local, as colectividades de cultura e recreio, as associações industriais, comerciais e sindicais, e mesmo interesses empresariais e políticos, determinados a investir nas rádios locais, já com algumas infra-estruturas técnicas e alguns profissionais. Finalmente, pode falar-se de uma terceira vaga de rádios, com projectos bem estruturados, tecnicamente bem apetrechados, com profissionais qualificados e uma base empresarial, que aproveitam uma conjuntura económica favorável (efeito da adesão de Portugal à CEE, que favorece o mercado publicitário e o aparecimento de novos projectos de comunicação).

No fundo, foram três «gerações» com um objectivo e uma filosofia comuns: assumirem-se como rádios alternativas e autónomas, com a participação efectiva das populações. Apesar de

muitas não terem passado de projectos pessoais e incaracterísticos, como adiante se referirá, em todas se encontrou a essência do conceito de rádio livre: uma rádio de expressão democrática, de resposta à necessidade de descentralização, livre de toda a dependência institucional e que constitua uma alternativa aos modelos de programação nacionais.

Um processo inevitável

Datam de 1976 os primeiros registos de pedidos de licenciamento de novas emissoras – mas nenhum foi deferido. Não havia ainda um quadro jurídico adequado, verificando-se apenas a manutenção de legislação herdada do antigo regime (Dec.-Lei n.º 22783 de 29/6/33; Dec. regulamentar n.º 22784 de 29/6/33; Dec.-Lei n.º 28508 de 3/3/38; e Dec.-Lei n.º 49272 de 1969, referentes à possibilidade de concessão de licenças, pelo Ministro da tutela das comunicações, taxas a pagar e características técnicas mínimas). Assim e num quadro de estatização dos principais sectores da economia (incluindo a Rádio, através do Dec. Lei n.º 674-C de 2 de Dezembro de 1975), seguia-se o princípio da proibição geral, com o exercício de um poder arbitrário que permitiu algumas excepções.

Formada a RDP (integrando a Rádio Comercial, ex-Rádio Clube Português) e mantendo-se a RR, resistiram algumas rádios locais: a Estação Rádio Madeira e o Posto Emissor do Funchal, o Rádio Clube Asas do Atlântico e o Rádio Clube de Angra do Heroísmo (nos Açores), o Rádio Clube do Centro (Caramulo) e a Rádio Altitude (Guarda).

A Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT foi aplicando a Portugal os acordos internacionais que entretanto se estabeleceram. Desde a década de 50, não foram autorizadas novas estações de radiodifusão em modulação de amplitude (OM), excepto as concedidas à Rádio Renascença (RR). Já no que diz respeito a estações de radiodifusão de modulação de frequência (FM) e seguindo o Plano

de Estocolmo de 1961, foram concedidas na década de 60 quatro coberturas nacionais: uma ao Rádio Clube Português, duas à Emissora Nacional e uma à RR.

Em 1975, o plano de Genebra de cobertura para a Região 1 atribuiu a Portugal quatro coberturas gerais de OM (três foram para a RDP e uma para a RR) – deixando em aberto a possibilidade ainda de instalação de novas emissoras, mas com potências até 1 ou até 10 kwatt, apenas em funcionamento diurno e sempre condicionadas à coordenação internacional.

Em FM, a situação era diferente. Em 1979, a Conferência Administrativa Mundial das Radiocomunicações (CAMR 79) reviu o quadro de atribuições de frequências e estendeu a faixa de 87,5-100 Mhz em FM até aos 108 Mhz, o que permitiu mais 89 canais, com um espaçamento de 100 Khz. entre si.

A primeira tentativa política para estabelecer um novo quadro de radiodifusão em Portugal aconteceu precisamente em 1979. A 10/8/79, o Diário da Assembleia da República publicou o Decreto 248/I, que estabelecia uma Lei de Radiodifusão, após aprovação do diploma na AR. O diploma estava, porém, ferido de inconstitucionalidade formal, por não ter sido feita a obrigatória consulta aos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, o que determinou o veto do Presidente da República. O decreto tinha resultado de uma proposta do Governo, baseada no trabalho de um grupo técnico-jurídico nomeado pelo então secretário de Estado da Comunicação Social, Roque Lino, e visava estabelecer ordem no sector.

Entretanto, a realidade começou a ultrapassar a lei e as experiências de emissões-pirata multiplicaram-se. Os primeiros anos da década de 80 ficaram marcados pela abertura, encerramento e reabertura de muitas estações, ainda obra de entusiastas amadores, num jogo de gato e rato com os serviços de fiscalização dos CTT.

As primeiras estações (1977 a 1983)

Rádio Juventude e Rádio Imprevisto (Lisboa)

As emissões da Rádio Juventude (de Heitor Gonçalves), na região de Lisboa são usualmente consideradas as primeiras emissões clandestinas. Mas outras experiências houve, um pouco por todo o país, das quais não ficou porém qualquer registo. Em 1979, surgiu a Rádio Imprevisto (José João Farinha), de Odivelas, partilhando alternadamente a mesma frequência, fazendo emissões irregulares a partir de um automóvel que andava às voltas na zona, para que as emissões não fossem detectadas pelos serviços de fiscalização. O material da Rádio Imprevisto foi custeado e feito pelos próprios, não passando de um projecto familiar e para os amigos. Finalmente, os «estúdios» seriam improvisados num sótão de uma casa na zona de Odivelas. Até que os serviços dos CTT lhes apreenderam o material, em 1981.

Rádio Caos (Porto)

A Rádio Caos (de Bernardino Guimarães) nasceu em 1981, no Porto. Definia-se como uma rádio alternativa, jovem e livre, contra-cultura e contra-corrente, sem preocupações de índole regionalista, procurando ser um espaço de criatividade e cultura. Começou com emissões irregulares, sem um esquema rígido.

Em 1984, sofreu uma cisão interna que levou à saída de alguns elementos que foram fundar a Rádio Delírio, também no Porto.

Rádio Antena Livre (Abrantes)

A RAL inaugurou em 21 de Janeiro de 1982 as suas emissões. Foi apontada como o paradigma da regionalização, por ter programas de informação

local e de entretenimento, envolvendo as gentes e as tradições da terra. A estação rapidamente se tornou um sucesso, com apoio popular e honras de notícia na Imprensa nacional (que, aliás, desempenhou um papel significativo na divulgação do fenómeno das rádios locais, encarado com simpatia). A RAL vivia do dinheiro dos próprios elementos da rádio, de donativos e de peditórios. Contava com o apoio da autarquia – publicamente assumido –, ao nível de meios técnicos. As emissões eram feitas dos mais variados lugares (moinhos, caves de prédios e até conventos) e o emissor era mudado de lugar em todas as transmissões, para despistar a fiscalização. A certa altura, a rádio viu apreendido o emissor, sendo então apoiada publicamente pela autarquia, com uma moção de louvor aprovada pela Assembleia Municipal de Abrantes.

A RAL assumiu-se como projecto regionalista de informação, notabilizou-se pelas entrevistas que então realizou a figuras e personalidades da vida política e que causaram escândalo, por terem acedido a falar a uma «rádio pirata». Foi o caso de António Ramalho Eanes (em Setembro de 1985) e Augusto Seabra (ministro da Educação, em Outubro de 1984). Em 6 de Outubro de 1985, a RAL chegou a fazer a cobertura das eleições legislativas, numa emissão em simultâneo com o Rádio Clube Português de Paris.

Rádio Livre Internacional

A RLI fez a primeira emissão em 25 de Abril de 1983, na região de Lisboa, tendo como principais impulsionadores Américo Mascarenhas e Luis Cardoso, dois animadores de rádio que faziam um programa sobre Portugal na Rádio Livre (uma das mais antigas rádios livres francesas), em Paris. Apoiada e financiada pela Rádio Nova-Livre, de Paris, pela revista francesa «Actuel» e pela Associação Internacional para a Libertação das Ondas (ALO),

a estação prestava especial atenção a problemas culturais, dos jovens e da emigração.

A RLI possuía um emissor potente e outro material sofisticado que permitia aos seus animadores detectar os carros da fiscalização a dois quilómetros de distância e parar as emissões. Ao fim de um mês, a RLI decidiu sair de Lisboa e fixou-se em Coimbra, passando a emitir a partir do circuito das repúblicas, com um programa de 4 a 5 horas diárias. Uma acção fiscalizadora deixou-a sem emissor, o que provocou um movimento de estudantes que ocuparam a reitoria da Universidade. O reitor intercedeu, bem como a Associação Académica de Coimbra e, após um período de silêncio, a estação voltou a emitir e as autoridades encerraram o processo.

O associativismo

O movimento das rádios locais cresceu e procurou organizar-se. A título de exemplo, refira-se que, em 1984, os serviços de fiscalização detectaram 18 rádios a emitirem ao mesmo tempo em Lisboa.

Rapidamente os «piratas» da rádio aperceberam-se da sua força na opinião pública. À política do facto consumado faltava, porém, alguma organização: era preciso que as rádios se unissem, numa plataforma de pressão, para chamar a atenção do poder político e obrigá-lo a tomar uma atitude, ou seja, discutir e abrir a radiodifusão ao licenciamento de estações privadas. O isolamento, a vulnerabilidade face à acção dos CTT e o desejo de trocar experiências e ideias forçaram o encontro de esforços das rádios ilegais.

Foi com este objectivo, «de actividades conjuntas e coordenação de esforços», que se reuniram, em 29 de Maio de 1983, no Porto, os representantes de quatro rádios da zona norte do país: Rádio Caos, Rádio Universo, Rádio Nova e Rádio Escolar.

«Depois de analisadas as diferentes experiências de cada uma das emissoras», afirmava-se na acta da reunião, definiu-se o «propósito comum de reivindicar a legalização e regulamentação da RÁDIO LIVRE em Portugal, como proposta alternativa ao actual contexto radiofónico e informativo português». Nesse sentido, as quatro rádios deliberaram realizar no mês seguinte «um encontro nacional de rádios livres portuguesas».

O I Encontro Nacional das Rádios Livres Portuguesas realizou-se no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Canelas (Vila Nova de Gaia, sede da Rádio Universo), em 18 de Junho de 1983. Como emissoras credenciadas no encontro, estiveram a RAL, a Rádio Caos, o Centro Experimental de Rádio da Associação Académica de Coimbra, a Rádio Livre Internacional, a Rádio Nova e a Rádio Universo. Aí se debateu «a vocação sócio-cultural das Rádios Livres», «a sua integração numa dinâmica descentralizadora e regionalista», o problema dos financiamentos, a «ligação aos movimentos sociais e associativos», destacando-se «o papel que essas emissoras podem assumir como porta-vozes de sectores sociais marginalizados».

Nas conclusões do encontro, as rádios sublinharam «a necessidade urgente de um trabalho concertado, que vise objectivamente a legalização e regulamentação das Rádios livres». Assim, foi eleita uma Comissão Coordenadora das Rádios Livres Portuguesas, integrando representantes de todas as emissoras credenciadas, e que teria como função «coordenar os esforços dirigidos à satisfação das reivindicações mais sentidas pelo movimento».

Era preciso mostrar que o processo era irreversível. Definiu-se, por isso, uma estratégia de sensibilização dos poderes públicos, através da realização de contactos com a tutela governamental da Comunicação Social, de abaixo-assinados nacionais, da realização de emissões colectivas e da recolha de depoimentos de figuras públicas apoiantes do movimento das rádios livres. A coordenadora nacional iniciou então uma série de

encontros de reflexão, com a participação de figuras políticas e da Comunicação Social.

Se no início a Fiscalização Radioelétrica apreendia indiscriminadamente e encerrava os emissores considerados clandestinos, com o «boom» das estações e a pressão da opinião pública a actuação mudou. Por determinação da tutela governamental, a sua acção passou a ser a de localizar, mas não actuar – sendo cada caso remetido à Secretaria de Estado da Comunicação Social, solicitando orientação quanto à decisão a tomar. Regra geral, esta apenas mandava actuar e apreender o material no caso de as estações detectadas provocarem interferências noutros serviços.

A Regionalização da RDP

Confrontadas com a amplitude que o movimento das rádios tinha atingido, a rádio estatal e a emissora da Igreja decidiram usar também a bandeira da descentralização. Assistiu-se então a uma espécie de regionalização da rádio legal: criaram-se emissores regionais que, nas suas áreas, ocupavam durante algumas horas a emissão nacional. Esses emissores estavam estrategicamente localizados em zonas onde se sabia existirem com sucesso popular rádios locais pirata.

As motivações e os objectivos da emissora pública foram concretizados na Ordem de Serviço Série A Nº. 5/85, sob o título «Descentralização, Regionalização e Localização da RDP». A nova estratégia era assim justificada: «A descentralização da RDP em sentido amplo é justificada pelo imperativo de a empresa responder à necessidade sentida pelas comunidades locais de verem tratados os assuntos que directamente lhes dizem respeito e de verem ser dada voz aos representantes que escolheram». Pretendia-se, portanto, que estas «estações locais» constituíssem «pólos de dinamização cultural que deverão desempenhar,

neste campo, papel semelhante ao desempenhado por associações culturais, porém com a amplificação e o desenvolvimento que os meios existentes permitem».

O documento definia ainda que a descentralização se operaria pela manutenção das delegações, pela criação de rádios locais descentralizadas (nomeadamente, a Rádio Comercial e a Antena 1/Lisboa) e pelo apoio a prestar a rádios autónomas locais particulares, através de protocolos. As delegações e as rádios locais da RDP teriam programação própria, complementar da nacional, com publicidade, e deveriam «privilegiar os interesses e as necessidades culturais, sociais e educacionais das populações, constituindo-se em reflexo das comunidades» em que se inseriam.

Esta regionalização da RDP fez-se, geralmente, através de protocolos com as câmaras municipais. Assim, a 10 de Setembro de 1984, a RDP avançou com a sua regionalização em Viseu. A 27 de Fevereiro de 1985, foi celebrado um protocolo com a Câmara da Guarda, em 25 de Março outro com a Câmara de Santarém e em 11 de Maio iniciaram-se as emissões da Rádio Algarve, com 6 horas diárias, a partir de Faro. Surgiram ainda a Rádio Elvas, a Rádio Coimbra, a Rádio Alto Douro e a Rádio Bragança.

A RR não ficou atrás e a regionalização avançou também nas ondas católicas, surgindo a Voz do Alentejo e a Voz do Porto.

A legislação

Os primeiros projectos (1983 a 1985)

A revisão da Constituição em 1982 tornou imprescindível a aprovação de uma lei de radiodifusão. No art.º 38º, n.º 8, a Lei Fundamental determinava que «as estações emissoras de radiodifusão só podem funcionar mediante licença a conferir nos termos da lei».

Por outro lado, a CAMR de 1979 previa já a necessidade de planificar a faixa então acrescida para os 108 Mhz. Em 1982, definiram-se os princípios, os parâmetros técnicos e os métodos de planificação de novas estações, prevendo-se para Portugal mais 3 coberturas gerais de FM, na faixa 100 a 108 Mhz, e ainda condições técnicas que permitiriam estações locais.

Estes factos, por um lado, e a pressão do «boom» das «rádios pirata», cujo número aumentava todos os dias, tornavam premente um quadro jurídico adequado.

O projecto do PCP

A primeira proposta (Projecto de Lei da Radiodifusão, nº 79/III de 23 de Junho de 1983, no seguimento de uma outra, Projecto de lei 169/II de 1981) foi apresentada pelo PCP, subscrita pelos deputados Jorge Lemos, Veiga de Oliveira, Carlos Carvalhas, Odete Santos, Lino Lima e João Amaral.

A proposta era muito restritiva. Aí se definia a radiodifusão como «um serviço público», atribuído à RDP. O exercício da actividade de radiodifusão por parte de «empresas não pertencentes ao sector público» era permitido «mediante licença em condições que salvaguardem os princípios da não discriminação e da igualdade de acesso e assegurem a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião». A radiodifusão tinha por fins «contribuir para a formação do povo português», «contribuir para a promoção do progresso social e da independência nacional». A fiscalização era prevista a vários níveis: pela Assembleia da República (que determinaria as normas relativas ao funcionamento das estações, definiria os termos em que se desenvolveria a fiscalização e elegeria os membros do Conselho de Comunicação Social e do Conselho de Imprensa); pelo Governo (a quem competiria zelar pela fiscalização técnica, em termos a definir por lei).

própria); pelos tribunais (que apreciariam as infracções de Imprensa); pelo Conselho de Comunicação Social (que asseguraria a independência da RDP perante o Governo e a Administração Pública e garantiria uma orientação geral da emissora, segundo a Constituição); e pelo Conselho de Imprensa (que salvaguardaria a liberdade de expressão do pensamento nas estações não pertencentes ao Estado).

Além disso, o projecto do PCP previa 10 minutos de publicidade por hora e a obrigatoriedade, para a RDP e para as privadas, de transmissão gratuita, na íntegra e com o devido relevo, de todas as mensagens, notas, comunicados ou avisos vindos do Presidente da República, da AR e do Primeiro-Ministro. Regulava-se ainda os tempos de antena e salvaguardava-se o direito de réplica política para partidos da oposição. Finalmente, criava-se um Museu Nacional da Rádio e a de uma Fonoteca Nacional.

O projecto PS/PSD

O segundo projecto (Projecto de Lei nº 252/III, de 26 de Novembro de 1983) foi subscrito pelos deputados Diniz Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD). Estes deputados justificavam a proposta como uma resposta à necessidade de regulamentar um sector onde os impedimentos técnicos ao licenciamento de novas estações acabavam de desaparecer, além de invocarem a necessidade de legalização das «rádios locais». A utilização desta expressão suscitou de imediato polémica, pois «rádio local» não era o mesmo que «rádio livre» – e se, por um lado, as novas estações desejavam a legalidade, por outro temiam as limitações que uma lei implicaria.

O projecto PS/PSD tomou por base a designação de «serviços locais de radiodifusão sonora» (SLRS) que, esperava-se, «constituirão uma resposta às necessidades de camadas do público ouvinte insatisfeitas com a programação das rádios

convencionais de âmbito nacional». «O consumidor de rádio em Portugal», concretizava-se, «perderá o seu papel de ouvinte passivo, para dispor de um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país». Acrescentavam-se razões de fundo, de cariz político-ideológico, ao afirmar-se que os serviços locais de radiodifusão sonora seriam um contributo para a «regionalização do país».

O preâmbulo do projecto não dava, porém, grandes margens para ilusões: «O espírito que presidiu à elaboração deste projecto de lei radica na concepção dos serviços locais de radiodifusão sonora como um serviço de interesse público e alcance marcadamente social». Assim, a radiodifusão era encarada como um serviço público da exclusiva responsabilidade do Estado, mas que «pode ser objecto de concessão a serviços locais de radiodifusão».

A concessão, segundo o projecto, seria muito condicionada: as licenças (intransmissíveis e a atribuir por um futuro Instituto das Comunicações de Portugal) só seriam concedidas a cooperativas ou associações sem fins lucrativos, unicamente para a difusão sonora de programas e mensagens. Nenhuma associação ou cooperativa poderia ter mais de um SLRS (fixando-se em 25 por cento o limite de capital para as autarquias ou colectividades) e seria obrigatória a apresentação de um relatório declarando a origem dos fundos necessários ao funcionamento da estação, bem como um relatório de Balanço e Contas de exploração junto do Tribunal de Contas. E acabava por fechar completamente as portas à exploração comercial e empresarial das rádios, ao estipular-se um máximo de oito minutos de publicidade por hora e ao obrigar-se que os lucros obtidos fossem reinvestidos.

O projecto previa que passassem a existir os «objectivos da radiodifusão local»: contribuir para o enriquecimento cultural da população, para o fortalecimento do respeito pelas instituições e leis da

República; promover o mais fácil acesso aos programas radiofónicos por parte das colectividades locais de recreio, filantrópicas e outras; promover os valores culturais da região e implementar as relações de convívio e boa vizinhança entre as populações abrangidas pela emissão. Os SLRS ficavam ainda obrigados a transmitir os comunicados e notas do PR, AR e Primeiro-Ministro, além dos governos civis, assembleias e câmaras municipais. Finalmente, era atribuída aos serviços do Estado o controlo das rádios «nos seus aspectos culturais, artísticos, legais, comerciais e administrativos» – o que foi considerado inaceitável pelos defensores do movimento das rádios locais.

O anteprojecto de Lei da Radiodifusão (Governo PS/PSD)

Ambos os projectos foram sucessivamente protelados. Entretanto, realizou-se a sessão de 1984 da Conferência Administrativa Mundial das Radiocomunicações (CAMR). Nesta sessão, foi elaborado um novo plano de estações de radiodifusão sonora, que substituiu em parte o Plano de Estocolmo de 1961 (para a Europa) e o Plano de Genebra de 1963 (para a África). Neste Plano de Genebra de 1984 prevêem-se para Portugal, em modulação de frequência, mais três coberturas gerais e ainda a instalação de 389 estações emissoras locais, decorrentes do já previsto alargamento da faixa de FM para os 108 Mhz (a entrada em vigor deste Plano de Genebra, só entraria porém em vigor em Julho de 1987).

Mais de um ano depois (Março de 1985), o Governo do Bloco Central, pela mão do ministro da tutela, António Almeida Santos, apresentou um anteprojecto de Lei da Radiodifusão. Nele se estabelecia que o serviço de radiodifusão fosse prestado por uma ou mais empresas públicas,

podendo também ser prestado por operadores privados – mas, mais uma vez, remetia-se para uma lei especial o regime de licenciamento. No entanto, no artigo 4º, estabeleciam-se desde logo alguns requisitos: os privados deveriam «possuir normas estatutárias enunciativas dos fins» que se propunham e os operadores que eventualmente viessem a obter uma frequência de cobertura geral seriam «obrigados à apresentação de programas informativos». Noutros artigos, estabelecia-se que os programas, o conteúdo e a finalidade social do serviço dos privados, a identificação dos seus programas e o respectivo registo, com vista aos direitos de autor, eram comuns aos das empresas públicas.

O anteprojecto foi fortemente criticado, nomeadamente pelo Conselho de Imprensa, que o considerou «um inquietante retrocesso», comparado com a Lei de Imprensa, por «limitar o direito à Informação, reduzir os direitos dos jornalistas e evidenciar um objectivo de controlo governamental sobre a Radiodifusão». Os três projectos (Governo, PCP e PS/PSD) acabam por ser discutidos na Assembleia da República em 26 de Março de 1985, onde foram aprovados na generalidade. Mas a dissolução da AR e a convocação de novas eleições legislativas (para 6 de Outubro de 1985) suspendeu novamente o processo legislativo.

Entretanto, duas das frequências de cobertura geral foram atribuídas à RDP (passando a ser utilizada pelas estações regionais dessa emissora) e à RR (destinada à melhor cobertura do país, vindo a suportar as emissões da RFM).

É neste contexto que a RDP e a RR alcançaram, a título provisório, a concessão de novas frequências FM, assim como as forças da Nato («Armed Forces Radio», em Oeiras), em 1984. Este facto acabou por agravar a polémica na discussão da legalização do movimento das rádios livres, numa altura em que se sabia que havia já centenas de pedidos de licenciamento pendentes.

Finalmente, a legalização

A libertação do espaço de 87,5 Mhz a 108, paralelamente às notícias de que os serviços radioelétricos tinham adoptado uma posição de maior flexibilidade, incentivaram uma segunda fase no crescimento das rádios locais. Em Março de 1984, a Imprensa referia a confirmação de 350 pedidos de licenciamento na Direcção-Geral da Comunicação Social; em 1987, a mesma Imprensa referia a existência de 419 estações, cujas emissões podiam ser detectadas.

Entre o processo da legalização e o cada vez maior número de emissoras, o movimento associativo das rádios cresceu e ensaiou-se então a criação de uma federação. Apesar de a Coordenadora Nacional se ter saldado por um relativo insucesso, iniciaram-se, por iniciativa da RAL, diversos encontros de reflexão sobre os caminhos das rádios.

Assim, em 2 Março de 1985, no âmbito das jornadas de reflexão «Os desafios da Rádio local», realizadas em Abrantes, e em que estiveram presentes 22 rádios, deram-se os primeiros passos para a criação de uma possível «Federação Nacional das Rádios Livres e Locais». Nas jornadas estiveram presentes representantes dos grupos parlamentares do PS, PSD e PCP.

A 5 de Abril de 1986, nas terceiras Jornadas de reflexão e convívio (sob o lema «Em Abril Rádios Mil»), realizadas em Abrantes, foi aprovada por unanimidade a deliberação de iniciar o processo com vista à criação da Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR). Isto, tendo em conta então a «inexistência de uma estrutura organizativa do movimento das rádios locais, que a um tempo as represente perante as diversas instâncias do poder, bem como perante a opinião pública e igualmente se assuma como factor de unidade entre elas». Ao mesmo tempo, solicitava-se «com a máxima celeridade» a aprovação de uma Lei da Rádio e nela um Conselho da Rádio, «dotado de parecer

vinculativo», constituído por representantes do Governo, da APR, partidos políticos e proprietários de emissoras de radiodifusão, como «forma de salvaguardar um processo de democraticidade e clareza de intenções na atribuição de frequências».

Os anos de 1984 a 1988 corresponderam a uma nova fase do fenómeno das rádios: o da profissionalização e aprofundamento dos projectos. Continuavam a surgir estações um pouco por todo o lado, mas os projectos já não tinham nada a ver com o amadorismo anterior. Verificou-se a entrada da publicidade no mercado e até a medição de audiências por parte de empresas de sondagens. A legalização parecia algo cada vez mais complexo, mas a expectativa era a de que surgiria mais tarde ou mais cedo. Surgem então projectos que não se confinavam já ao âmbito local e que manifestavam aspirações de virem a constituir rádios regionais ou mesmo nacionais – entre estas, a TSF, a Correio da Manhã Rádio, Radiogeste e a Rádio Cidade, todas na área de Lisboa, a Rádio Nova, no Porto, e a Rádio Azul, em Setúbal.

Nesta fase, dois tipos de factores importantes há a reter. Por um lado, o crescimento do mercado publicitário e o relativo abaixamento do custo dos equipamentos (ainda mais significativo, se comparado com os investimentos necessários à criação de uma estação de televisão ou de um jornal, por exemplo). Por outro lado, verificou-se a súbita disponibilidade de profissionais das rádios nacionais (da RDP, da Rádio Comercial e mesmo da RR): uns que saíram das suas empresas cansados das alterações políticas e das consequências ao nível das respectivas chefias, outros que decidiram experimentar espaços de maior criatividade, vendo nas novas estações uma oportunidade única.

Em termos de publicidade, as novas estações acabaram por captar o pequeno investimento do comércio e indústria que, atraídos pelos baixos preços das respectivas tabelas, fazem anunciar os seus produtos pela primeira vez num meio até aí relativamente pouco acessível. Quanto ao

equipamento, tome-se por exemplo os preços referidos então pela Imprensa: sete mil a 200 mil escudos para as antenas, 250 a 500 contos para as antenas, 230 a 6 mil contos para os amplificadores, 300 a 1500 contos para uma mesa de mistura, 25 a 100 contos para os gira-discos, 300 a 400 contos para os gravadores e cinco mil a 100 mil escudos para os microfones.

A importância das novas estações assumiu tais proporções na opinião pública que rapidamente estas passaram a integrar os painéis de medições de audiência. Em Novembro de 1986, uma sondagem da empresa Norma, efectuada junto de dois mil entrevistados, concluiu que 31% dos portugueses costumava ouvir as estações locais (uma proporção que ainda aumentava no Interior Sul, na grande Lisboa e no Litoral) e que a audiência destas rádios chegava aos 50%, na população dos 15 aos 24 anos.

Em Janeiro de 1988, a Assembleia da República iniciou finalmente a discussão da Lei da Rádio.

A 31 de Maio, o PSD – e a respectiva maioria parlamentar – fez aprovar o seu projecto, apesar das fortes críticas dos partidos da oposição e dos protestos dos responsáveis das rádios locais. A lei impôs que as rádios que quisessem candidatar-se tinham de suspender as suas emissões, até ao dia 24 de Dezembro desse ano, só podendo retomá-las após a concessão dos alvarás.

Em 15 de Outubro, o Governo fez publicar em Diário da República o mapa das 402 frequências de rádio disponíveis no espaço nacional. O processo só ficou concluído em 24 de Março de 1989, com o anúncio da concessão de 79 alvarás de rádio em concelhos do continente. Cerca de um ano depois (a 22 de Fevereiro de 1990), foi aberto concurso para a concessão de duas licenças de rádio de âmbito regional (uma para o Norte, que foi ganha pela Rádio Press, e outra para o Sul, atribuída à Correio da Manhã Rádio). Finalmente, em 30 de Novembro de 1991 – e porque confrontado

novamente com uma nova forma ilegal de emissões, as chamadas «cadeias de rádio» – o Governo autorizou e regulou o funcionamento de cadeias de rádios locais.

Internet gatekeeping: reguladores e guardiões. Contributos para uma regulação da Internet

Gustavo Cardoso*

Resumo

Um novo sistema dos media despontou a nível global durante a última década do século xx. Colocam-se interrogações sobre se os agentes reguladores devem continuar a ser os mesmos, ou se devem continuar a existir. Se a regulação é ainda necessária num espaço de convergência de tecnologias e se é aplicável ao actual sistema tecnológico. Partindo do pressuposto que existem diferentes dimensões da regulação na Internet e que a actual regulação de conteúdos actua sobre os guardiões do sistema dos media (televisão, rádio e imprensa escrita), questiona-se quem são hoje os guardiões da Internet e qual a sua importância para a estruturação do novo sistema dos media.

Abstract

A new media system has risen up at a global level during the last decade of the XX century. Issues are raised on whether the regulation agents should continue to be the same ones or even continue to exist; If the regulation is still necessary in a space of convergence of technologies and if it is applicable to the current technological system. Assuming that there are different dimensions in what concerns Internet regulation and that the actual contents regulation acts on the keepers of the media system (television, radio and press), the author questions who are today the Internet keepers and their importance in structuring the new media system.

* Docente do ISCTE.

O novo sistema dos media

Dos antigos mitos da criação, ou associados a locais sagrados, até aos mitos de futuros imaginados pela ficção científica deparamos recorrentemente com o surgimento de guardiões e reguladores. Cabendo aos primeiros guardar e seleccionar as «entradas» e aos segundos regulá-los por forma a garantir a continuidade do futuro e as suas múltiplas hipóteses.

Da regulação através do sagrado até à defesa do consumidor a nossa história tem assistido a uma sucessão de criação de regras de vivência em sociedade. As regras são uma constante de todas as sociedades, mesmo quando a regra é recusar as regras.

Da difusão da rádio e telefone à massificação da televisão tivemos, ao longo do século xx, a possibilidade de assistir a um constante inovar tecnológico o qual foi igualmente acompanhado por uma necessidade de regular o sistema dos media.

Foram criadas entidades directamente dependentes ou independentes do Estado que asseguravam quer a gestão de conteúdos (no caso da televisão, rádio e jornais) quer a gestão das comunicações e do seu mercado (telefones, telemóveis, satélite, etc).

Nas últimas décadas do século xx assistimos à desregulação de um conjunto de mercados de produtos e serviços a nível global, o que veio igualmente influenciar a discussão sobre a regulação quer do sector de comunicações quer do de difusão de conteúdos.

Mas a mudança das últimas décadas não foi apenas ao nível da regulação do sistema dos media, pois, aparentemente, ela é mais extensa.

Um novo sistema dos media parece ter lentamente vindo a estabelecer-se ao longo da última década. No entender de Peppino Ortoleva,¹ não se trata meramente de uma alteração conjuntural no sistema dos media de massa produzida pelo surgimento de um media como a Internet, o qual promove a descentralização da produção de conteúdos e novos sujeitos produtores/ consumidores. Ainda segundo Ortoleva, sinal dessa transformação é o facto de o objecto da atenção se ter descentrado dos conteúdos para abraçar também as dimensões económicas, tecnológicas e jurídicas.

Este novo sistema dos media, cuja fase de consolidação teria ocorrido entre 1990 e 2001, seria caracterizado por um conjunto de tendências globais.

Sendo a primeira o surgimento de tendências contraditórias. Ou seja, assistimos ao aumento da atenção dada ao sistema no seu conjunto mas continuamos a saber muito pouco sobre aspectos essenciais como sejam, a sua evolução, vida social e institucional

A denominada *grande convergência* é igualmente uma das características base da década de 90 no sistema dos media. Dadas as alterações legislativo-jurídicas quebraram-se uma série de barreiras à constituição de grandes conglomerados que agregaram em entidades únicas a anterior divisão do sistema dos media (Editoras, Fornecedores de Acesso, *Broadcasters*, Indústria do hardware comunicativo e de acesso à informação).

¹ ORTOLEVA, Peppino (2001), *Il Nuovo Sistema dei Media, 1990-2001*, Apresentação Mestrado ISCTE Abril de 2001.

Outra dimensão referida por Peppino Ortoleva é a denominada «aventura do conteúdo». Sem dúvida que a circulação de um mesmo conteúdo sobre vários suportes é uma grande possibilidade de optimização de lucro para as indústrias dos media, como por exemplo a do cinema. Mas porventura, o que caracteriza o sistema dos media dos anos 90 em torno das questões do conteúdo, é mais a noção de um terreno de batalha para conflitos sociais e culturais do que fonte de receitas.

Por último, surge o que Ortoleva denomina de papel central atribuído ao software e que consiste, na opinião do autor, o verdadeiro sector em crescimento dentro do sistema dos media. O programa ou aplicação que não é classificável como *suporte*. Isto é, aquele que define e condiciona em profundidade todos os conteúdos que venham a ser produzidos, mas que não é ainda conteúdo pois a sua função é preliminar à elaboração da informação.

Regulação e novo sistema dos media

Ortoleva salienta, na sua análise, que após um período de relativa estabilidade a regulação se tornou de novo um objecto de discussão dentro do sistema dos media. Mas diz-nos igualmente que a discussão se tem vindo a centrar maioritariamente nas dimensões económicas associadas ao copyright (música, software, vídeo) e no tipo de liberdade concorrencial que a liberalização do sector da comunicação e telecomunicações estará ou não a promover.

A importância do contributo de Ortoleva para esta discussão sobre a regulação é o de nos fazer aperceber que, se o sistema dos media está a mudar, então poderá dar-se o caso de também surgirem novos actores para os quais poderá surgir também a necessidade de redefinir processos de regulação.

Em primeiro lugar, abordemos as continuidades que no novo sistema dos media poderemos

continuar a entrever. Na obra «*A Sociedade da Informação*», Ortoleva já havia abordado, numa perspectiva histórica, a continuidade na evolução da regulação nas democracias Europeias e Norte-Americanas. Traçando a evolução desde a preponderância da utilização da ideia de «escândalo moral»² (i.e. «aquilo que é considerado capaz de corromper pelo próprio facto de ser visto ou conhecido») até ao estabelecimento de um cada vez maior consenso em torno do que é considerado como um conteúdo lícito. O contributo de Ortoleva é fundamental para nos apercebermos de duas tendências constantes na evolução do sistema dos media. A primeira é a de que cada vez que existe inovação tecnológica existe igualmente resistência e que esta tem sempre a tendência para assumir o receio das tendências eventualmente corruptoras do novo media (basta lembrar as polémicas iniciais sobre os conteúdos nocivos disponibilizados através da Internet). A segunda tem a ver com a esfera da infância. A par da difusão da ideia de que o Estado não tem o direito de interferir nas escolhas morais dos indivíduos adultos surgia igualmente a ideia de que as crianças, de idade inferior à puberdade, vivem uma condição de particular necessidade de protecção no plano moral e psicológico. A condição de *infância* torna-se assim, desde o século XIX até aos nossos dias, na motivação para as campanhas contra o funcionamento do sistema dos media. Como refere Ortoleva «dá-se o caso de cada geração defender o sistema dos media com o qual nasceu e cresceu contra aquele que numa dada altura desponta.

Este conjunto de tendências recorrentes no sistema dos media deu origem a uma solução de compromisso nos países democráticos, onde apenas as tendências mais fundamentalistas, religiosas ou políticas, defendem ainda a pura censura de conteúdos. Essa solução de compromisso é assim baseada mais na estrutura

² ORTOLEVA, Peppino (1995), *La Società Dell'Informazione*, Milano, Edizione Anicia.

dos mercados do que na partilha de uma ética comum. Assim, os bens considerados escandalosos por uma parte considerável da população são vedados aos menores e são direccionados para um mercado paralelo, um mercado mais segmentado, onde a máxima será «a cada um o seu próprio (verdadeiro ou presumido) vício».

James Slevin, na sua obra «*The Internet and Society*» dá-nos igualmente um contributo interessante sobre o porquê da assunção por parte do Estado do contínuo interesse dado à regulação do sistema dos media e como a regulação da Internet é herdeira dessas visões.

Segundo Slevin, o uso das modernas tecnologias de informação tem sido sempre olhado por parte dos Estados-Nação como sendo de prioridade para os seus interesses e, como tal, pede algum tipo de regulação. Pois, no entender do Estado-Nação «(...) as tecnologias que podem ser utilizadas para transmitir algum tipo de mensagens para audiências relativamente alargadas (...) possuem uma profunda significância como factor de influência dos valores e *standards* morais das sociedades modernas».

No entanto, a Internet representa também um desafio para os Estados-Nação pois continua a constituir uma certa incerteza sobre qual a melhor maneira de regular aquele media e como conciliar a regulação e os interesses dos seus cidadãos.

Como salienta James Slevin, na tentativa de dotar a Internet de um sistema regulatório que defenda ao mesmo tempo os interesses do Estado e dos cidadãos, temos assistido ao longo da última década ao debate entre dois modelos. Os governos tendem a defender uma abordagem da Internet enquanto uma tecnologia que facilita a difusão pública de material, e assim é próxima do sistema de *broadcasting* – uma actividade para a qual foram ao longo das últimas décadas desenvolvidos sistemas de regulação de conteúdos. Por outro lado, os indivíduos e organizações da sociedade civil têm primado por defender uma abordagem da Internet enquanto tecnologia derivada do sistema telefónico

– o qual foi desde sempre caracterizado por um sistema de regulação bastante ténue dos seus conteúdos. Também aqui Slevin nos faz pensar que a nossa abordagem da regulação da Internet tende a colocar-nos na dimensão das continuidades, procurando sempre analogias entre diferentes media (já conhecidos e novos) e os sistemas de regulação já implantados.

Depois de termos apresentado os contributos de James Slevin e Peppino Ortoleva para a leitura da regulação do novo sistema dos media, do qual a Internet faz parte, importa introduzir uma análise complementar.

Normalmente, os debates sobre a regulação da Internet têm vindo a ser desencadeados com base na detecção da existência de um problema prévio que assume uma mediatização alargada, o que por sua vez, implica a actuação das entidades públicas que fazem saber do desencadear de um processo regulador para o sistema. O debate que se segue tende a tomar lugar ou entre especialistas, que debatem argumentos nos media tradicionais, ou entre grupos parlamentares. Alargando-se por vezes o debate a associações representativas da sociedade civil quando se julga estarem em causa direitos, liberdades ou garantias conferidas constitucionalmente aos cidadãos. No entanto, os cidadãos não são normalmente inquiridos directamente quanto às suas posições e como as mesmas poderão contribuir para a solução dos problemas detectados.

Com os dados a seguir apresentados pretende-se discutir, por um lado, qual a posição dos cidadãos sobre a regulação da Internet e, a par disso, tentar identificar quais os novos tipos de actores sociais, guardiões ou reguladores, que poderão estar a despontar e que poderão condicionar as nossas escolhas sobre o que deverá ser um sistema de regulação para a Internet.

Utilizadores da Internet e a regulação

Os dados que a seguir se apresentam são fruto da análise de cerca de 3000 inquéritos realizados aos utilizadores da Internet em Portugal durante o ano 2000 pelo Projecto Ciberfaces³.

A avaliação de vantagens e problemas associados à Internet é um indicador significativo da forma como os utilizadores vêem este novo meio de comunicação. Como já foi referido, as posições sobre a regulação da Internet tendem a ser, por vezes, simplificadas, colocando o Estado como defensor da existência de regulação e os cidadãos como arautos da auto-regulação.

Com o objectivo de analisar a possível veracidade deste tipo de opiniões procurámos inquirir os respondentes ao questionário sobre quais as vantagens e desvantagens que associavam à utilização da Internet. É o resultado destas questões que a seguir é apresentado e debatido.

Em termos gerais, confirma-se uma perspectiva optimista quanto às potencialidades associadas à Internet e à utilização das novas tecnologias, matizada por receios quanto à privacidade e segurança.

Principais Vantagens da Internet

Quantidade/diversidade da informação disponível	26,3%
Rapidez de comunicação	20,5%
Facilidade de contacto com outros	18,2%
Possibilidade de debate e troca de opinião	14,7%
Convivência entre pessoas de países e culturas diferentes	13,8%
Ausência de regulação	5,7%
Outras vantagens	0,8%
Total	100,0%

Constata-se uma manifesta apetência destes utilizadores pela quantidade, diversidade e acessibilidade a conteúdos internacionais disponibilizados «à distância de um clic». A rapidez da comunicação e a facilidade nos contactos

³ PAQUETE DE OLIVEIRA, J. M.; BARREIROS, J. J., (Coords.), (2000), *Ciberfaces – A Sociedade da Informação em Análise: Internet, Interfaces do Social*, Relatório de Pesquisa para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa, ISCTE.

interpessoais também parecem seduzir estes públicos.

As questões mais problemáticas que a *Internet* enfrenta são, para estes inquiridos, a privacidade dos dados, a segurança dos pagamentos online, a desorganização e dispersão dos conteúdos e a censura a alguns desses conteúdos. Sublinha-se igualmente o facto de a preocupação com a privacidade dos dados pessoais preceder os, frequentemente apontados, problemas de segurança nos pagamentos.

Principais Problemas da Internet

Privacidade dos dados	29,5%
Segurança nos pagamentos online	24,5%
Desorganização e dispersão da informação	14,7%
Censura de determinados conteúdos	10,9%
Ausência de regulação	9,8%
Predomínio de línguas e culturas estrangeiras	5,3%
Reforço do controlo de cidadãos, insts., empresas	5,2%
Total	100,0%

A análise das respostas dadas num contexto de regulação da Internet apresenta algumas surpresas. Nomeadamente, o facto de a ausência de regulação ser apenas encarada como uma vantagem por 5,7% dos respondentes e de a percentagem daqueles que consideram a falta de regulação como problema ser quase o dobro dos seus apologistas.

Também poderemos salientar o facto de entre a atenção dada à desorganização e dispersão de conteúdos e a censura dos mesmos, ser dada maior atenção à primeira (14,7%) em relação à segunda (10,9%).

Quando analisadas as respostas à luz da variável sexo, as preocupações masculinas e femininas revelam-se distintas. O público masculino refere mais como problema a segurança dos pagamentos online, a censura de certos conteúdos, o predomínio de línguas estrangeiras e a desorganização da informação. O público feminino destaca mais a privacidade dos dados e ausência de regulação como os principais problemas da *Internet*. No quadro da atenção dada à regulação entre diferentes sexos, devemos pois salientar que encontramos, entre o

público feminino, o dobro da percentagem que considera a falta de regulação como um problema.

Principais Problemas da Internet Segundo o Sexo

	Feminino	Masculino	Total
Segurança nos pagamentos online	55,3%	66,3%	24,5%
Privacidade dos dados	79,3%	76,6%	29,5%
Censura de determinados conteúdos	18,2%	31,4%	10,9%
Predomínio de línguas e culturas estrangeiras	11,7%	14,4%	5,3%
Ausência de regulação	41,1%	21,4%	9,8%
Reforço do controlo de cidadãos, insts. empresas	9,8%	14,7%	5,2%
Desorganização e dispersão da informação	37,4%	38,8%	14,7%

Em termos etários, junto dos mais jovens (20-29 anos) sobressai a preocupação com a privacidade, a censura de conteúdos (o mais relevante problema para o escalão 10-19 anos) e a ausência de regulação. Nos grupos etários mais elevados (a partir dos 40 anos) nota-se um reforço da preocupação com a segurança dos pagamentos, a censura de conteúdos, a barreira linguística e a ausência de regulação.

Principais Problemas da Internet segundo a Idade

	10-19	20-29	30-39	40-49	50 ou+	Total
Segurança nos pagamentos online	56,2%	63,1%	66,3%	66,7%	64,6%	24,5%
Privacidade dos dados	73,7%	79,0%	76,9%	73,5%	76,8%	29,5%
Censura de determinados conteúdos	34,3%	29,8%	23,1%	29,1%	29,3%	10,9%
Predomínio de línguas e culturas estrangeiras	10,9%	9,2%	15,1%	22,2%	30,5%	5,3%
Ausência de regulação	18,2%	25,9%	26,3%	26,1%	31,7%	9,8%
Reforço do controlo de cidadãos, insts., empresas	10,2%	12,3%	10,9%	23,1%	17,1%	5,2%
Desorganização e dispersão da informação	34,3%	38,3%	40,7%	41,0%	31,7%	14,7%

Registe-se igualmente que a preocupação com a ausência de regulação na Internet tende a aumentar à medida que o nível etário aumenta.

Outra das dimensões de análise que o inquérito procurou analisar foi a das opiniões sobre o meio Internet. Nomeadamente, procurámos aprofundar o nosso conhecimento sobre algumas dimensões da regulação, como sejam os direitos de autor e a gratuidade; os assuntos a restringir ou eliminar na Internet; e a quem deve caber a regulação da Internet.

Opinião sobre o meio Internet

	Concordam	Discordam	Total
A Internet é uma fonte indispensável de informação	91,2%	8,8%	100%
A informação disponibilizada na Internet deve ser gratuita	91,4%	8,6%	100%
Os direitos de autor devem ser respeitados na Internet	83,5%	16,5%	100%
Na Internet prefiro a informação aprofundada à resumida	62,0%	38,0%	100%
O mais interessante da Internet é conhecer pessoas novas	21,3%	78,7%	100%
A Internet é frustrante e confusa	30,1%	69,9%	100%
Tenho plena confiança na informação que encontro na Internet	32,3%	67,7%	100%

Numa primeira abordagem sobressaem: a forte valorização da Internet como fonte de informação, a disponibilizar gratuitamente, em respeito dos direitos de autor; a consciência dos riscos deste meio (em termos da confiança que é possível ter na informação disponível) mas sem que a maioria o considere frustrante e confuso.

Sublinhem-se, ainda em termos gerais: a discordância, maioritária nesta população, da consideração da Internet como meio interessante para conhecer novas pessoas; o aparente paradoxo na defesa, em simultâneo, do acesso gratuito à informação e da defesa dos direitos de autor. Indicando, talvez, uma pista apontando para a necessidade de procurar soluções que compatibilizem dois pólos de interesses normalmente considerados opostos, indústria dos media e consumidores.

Concorda com a ideia de que alguns assuntos deveriam ser restringidos ou eliminados da Internet ?

Concordo totalmente	14.5%
Concordo em parte	27.4%
Não concordo nem discordo	6.8%
Discordo em parte	12.3%
Discordo totalmente	38.1%
NS/NR	0.9%

No que respeita às opiniões dos respondentes sobre os assuntos a restringir ou eliminar na Internet, os respondentes ao Inquérito Online Ciberfaces que discordam da censura a conteúdos (50.4%) são em maior número do que os que a admitem (41.9%), o que parece indicar uma perspectiva que privilegia a liberdade na colocação e acesso à informação. No entanto, o facto de um tão elevado número de utilizadores contrariar a análise atrás apresentada por Peppino Ortoleva, quando referia que a censura como método de regulação do sistema dos media se encontra datada historicamente sendo apenas mantida nos locais onde imperam fundamentalismos políticos ou religiosos, levou-nos a pretender aprofundar a análise.

Por graves que sejam considerados os problemas de conteúdos a censura é entendida como uma medida extrema. Quisemos por isso questionar os respondentes sobre em que situações aceitariam censura total ou parcial de conteúdos na Internet.

Assuntos a Restringir ou Eliminar na Internet

	Acesso livre para todos	Restrito só a menores	Restrito a Menores e Adultos	Ns/Nr	Total
Material bélico	9,1%	38,1%	45,8%	7,0%	100,0%
Incitação à violência	3,4%	26,2%	67,2%	3,3%	100,0%
Pornografia	6,4%	73,5%	17,3%	2,9%	100,0%
Pedofilia e prostituição infantil	3,5%	12,6%	80,5%	3,5%	100,0%
Intolerância (racismo, fascismo, etc)	15,1%	20,3%	59,7%	5,0%	100,0%
Outro tipo de conteúdo	13,9%	2,5%	6,6%	77,0%	100,0%

Na globalidade, os assuntos a censurar que maior consenso reúnem entre os inquiridos dizem respeito a conteúdos socialmente condenáveis, como a pedofilia e a prostituição infantil, a intolerância, a incitação à violência e a pornografia.

No caso dos assuntos relacionados com material bélico há uma percentagem significativa de inquiridos que os considera menos nocivos, restringindo o seu acesso sobretudo a menores. Relativamente à pornografia, a maioria dos utilizadores tende a ser bastante tolerante, uma vez que condiciona ou veda o seu acesso apenas a menores.

Assuntos a Restringir ou Eliminar na Internet segundo o Sexo

	Feminino	Masculino	Total
Sobre material bélico (armas, explosivos, etc...)			
Acesso livre a todos	6,7%	10,1%	9,1%
Restrito só a menores	38,0%	38,1%	38,1%
Restrito a menores e adultos	48,7%	44,6%	45,8%
Sobre incitação à violência			
Acesso livre a todos	2,7%	3,7%	3,4%
Restrito só a menores	19,7%	28,7%	26,2%
Restrito a menores e adultos	73,3%	64,8%	67,2%
Sobre pornografia			
Acesso livre a todos	5,0%	6,9%	6,4%
Restrito só a menores	63,0%	77,5%	73,5%
Restrito a menores e adultos	28,0%	13,1%	17,3%
Sobre pedofilia e prostituição infantil			
Acesso livre a todos	4,7%	3,0%	3,5%
Restrito só a menores	14,3%	11,9%	12,6%
Restrito a menores e adultos	77,3%	81,7%	80,5%
Intolerância (racismo, fascismo, etc...)			
Acesso livre a todos	19,7%	13,3%	15,1%
Restrito só a menores	21,0%	20,0%	20,3%
Restrito a menores e adultos	54,0%	61,9%	59,7%

Apesar destes assuntos se apresentarem transversalmente referidos como os que mais preocupam os inquiridos, a intensidade desta preocupação apresenta diferenciações quando cruzada com alguns factores sociográficos.

Uma primeira nota para registar que não existem diferenças importantes relacionadas com a variável sexo, o que significa que esta preocupação é extensível a ambos os sexos. Podemos apenas constatar uma ligeira diferenciação no grau de restrição considerado.

A população masculina tende a ser mais tolerante relativamente a assuntos respeitantes a material bélico, que incitem à violência e à pornografia, e mais restritiva em relação à pedofilia/prostituição infantil e à intolerância. Inversamente, na população feminina verifica-se um maior peso relativo da concordância com um mais severo grau de restrição a conteúdos relacionados com material bélico, violência e pornografia, bem como uma ligeira tendência para uma menor severidade na restrição a conteúdos sobre pedofilia e prostituição infantil e intolerância.

Assuntos a Restringir ou Eliminar na Internet segundo a Idade

	10-19	20-29	30-39	40-49	50 ou +	Total
Sobre material bélico (armas, explosivos, etc...)						
Acesso livre a todos	14,1%	10,2%	6,6%	7,0%	5,2%	8,9%
Restrito só a menores	42,4%	43,9%	33,7%	26,8%	31,0%	38,2%
Restrito a menores e adultos	35,9%	38,9%	50,2%	63,1%	56,9%	45,8%
Sobre incitação à violência						
Acesso livre a todos	2,2%	4,3%	2,1%	3,2%	—	3,2%
Restrito só a menores	35,9%	30,1%	19,8%	22,9%	13,8%	26,3%
Restrito a menores e adultos	60,9%	61,9%	74,5%	70,7%	84,5%	67,2%
Sobre pornografia						
Acesso livre a todos	13,0%	7,2%	3,3%	5,1%	1,7%	6,2%
Restrito só a menores	72,8%	75,4%	74,5%	68,2%	70,7%	73,6%
Restrito a menores e adultos	10,9%	14,6%	18,9%	24,2%	24,1%	17,2%
Sobre pedofilia e prostituição infantil						
Acesso livre a todos	8,7%	4,1%	0,4%	3,8%	—	3,4%
Restrito só a menores	15,2%	11,3%	12,3%	14,6%	15,5%	12,6%
Restrito a menores e adultos	72,8%	81,3%	83,5%	77,7%	81,0%	80,5%
Intolerância (racismo, fascismo, etc...)						
Acesso livre a todos	21,7%	15,0%	14,0%	12,7%	13,8%	15,0%
Restrito só a menores	16,3%	21,5%	23,0%	15,9%	17,2%	20,3%
Restrito a menores e adultos	58,7%	58,2%	58,0%	65,6%	65,5%	59,7%

Quando cruzamos o tipo de assuntos a restringir com a idade, verificamos que à medida que se avança no escalão etário, vai aumentando o grau de preocupação relativamente à possibilidade de acesso a determinado tipo de conteúdos na Internet.

Com efeito, verifica-se nos escalões mais novos (10-29 anos) uma maior incidência de inquiridos a

concordar com opções menos restritivas. Estes inquiridos tendem também a desvalorizar os conteúdos relativos a material bélico bem como a pornografia, vedando o seu acesso apenas a menores.

O escalão intermédio (30-39 anos), tende a manifestar maior preocupação relativamente ao material bélico, incitação à violência, pedofilia e prostituição infantil, concordando com a sua restrição a menores e adultos. Uma larga maioria, 3/4 dos respondentes deste escalão etário, considera que a pornografia deve ser restrita só a menores.

Os mais velhos consideram que o material bélico, a incitação à violência, pedofilia e prostituição infantil e intolerância devem ser restritos a menores e adultos. Sublinhe-se a perspectiva tolerante face à pornografia, que a maioria considera apenas dever ser restrita a menores, apesar de um menor índice de concordância nos escalões etários mais elevados.

Depois de analisados os dados referentes às opções restritivas face a certo tipo de conteúdos tentámos compreender qual a opinião dos inquiridos sobre a regulação enquanto conceito aplicável à Internet.

A quem deve caber a regulação da Internet?

Utilizadores	33%
Entidades Independentes	24%
Instituições Públicas, Empresas e Utilizadores	24%
Governo	9%
Empresas do Sector (Telecomunicações e ISP)	5%
Não se deve regular	2%
Outros	2%
Total	100%

Uma primeira análise faz-nos salientar que apenas 2% manifestam posições radicais quanto à inexistência de qualquer tipo de regulação. Os adeptos da auto-regulação (33%), apesar de constituírem a categoria mais referida, encontram-se em clara minoria quando comparados com os

restantes (63%) que referem preferirem uma entidade reguladora. Entidade essa, que no entender dos respondentes, deveria excluir quer o Governo quer as empresas do sector. Ambas as categorias são vistas como pouco credíveis para assegurar o equilíbrio necessário entre o interesse privado e público que os utilizadores conferem ao espaço Internet. Embora esta escolha possa parecer algo surpreendente, ela ficará a dever-se ao facto de os utilizadores conferirem ao regulador a noção de entidade sem «interesse directo» no espaço em questão. Assim, a recusa do Governo ficará a dever-se às questões do foro da privacidade e liberdade individual face ao Estado e a ainda maior contenção no que respeita às empresas privadas do sector poderá, porventura, estar relacionada quer com questões de privacidade, pois exercem um controlo tecnológico directo sobre as actividades dos utilizadores, quer com o facto de aquelas terem interesses financeiros directos na utilização da Internet.

A quem deve caber a regulação da Internet segundo o Sexo ?

	Feminino	Masculino	Total
Utilizadores	21,1%	33,3%	33%
Entidades Independentes	19,5%	23,2%	24%
Instituições Públicas, Empresas e Utilizadores	27,6%	20,4%	24%
Governo	12,2%	7,5%	9%
Empresas do Sector (Telecomunicações e ISP)	5,7%	4,7%	5%
Não se deve regular	10%	90%	2%
Outros	5,1%	6,6%	2%
Total			100%

Analisando as opiniões à luz da variável sexo verificamos também a existência de algumas particularidades. Assim, são os utilizadores do sexo masculino que mais defendem a auto-regulação e os do sexo feminino que promovem as soluções de maior abrangência de participantes.

A quem deve caber a regulação da Internet segundo a idade ?

	10-19	20-29	30-39	40-49	50 ou +	Total
Utilizadores	44,1%	29,5%	29,4%	29,8%	22,8%	33%
Entidades Independentes	6,2%	24,2%	26%	21%	21,1%	24%
Instituições Públicas, Empresas e Utilizadores	18,6%	22,1%	20,3%	22,3%	33,3%	24%
Governo	8,3%	8%	8,8%	12,2%	3,5%	9%
Empresas do Sector (Telecomunicações e ISP)	9%	4,7%	4,8%	4,2%	1,8%	5%
Não se deve regular	4,1%	2,9%	2,4%	2,5%	5,2%	2%
Outros						2%
Total						100%

Quando cruzamos o tipo de soluções a implementar com as idades dos respondentes, verificamos que são os utilizadores mais novos (10-19 anos) que mais defendem a auto-regulação e também os que, a par dos de mais de 50 anos, salientam a recusa de qualquer tipo de regulação. Quanto às opções de regulação mais referidas pelos utilizadores, são os indivíduos com mais de 50 anos os que mais optam pela hipótese instituições públicas, empresas e utilizadores, e os entre os 30 e 39 que optam mais pelas entidades independentes.

As escolhas recaem, assim, ou sobre entidades independentes ou numa combinação de interesses públicos, privados e individuais. Trata-se, assim, de modelos próximos daqueles que a legislação portuguesa, a par de outras a nível europeu, privilegia nas áreas de actuação das tecnologias mais tradicionais no sistema dos media.

Esta manifestação de opiniões não pode deixar de merecer a nossa atenção. Pois, embora a Internet se trate de uma nova tecnologia e portanto associada nos discursos à mudança, as escolhas aparentam ser de índole conservadora.

Assim, embora os utilizadores caracterizem a Internet como tecnologia inovadora e facilitadora de transformações nos mais variados domínios parecem no entanto promover a adopção de modelos já conhecidos e que deram já provas ao

lidar com questões similares, como os conteúdos.

Interessa assim referir que, tal como em outras dimensões, também no campo da regulação somos levados a concordar com as posições, anteriormente expostas, de Slevin e Ortoleva sobre a continuidade no sistema dos media.

Internet: Regular quem e o quê?

O que quer então dizer «regular a Internet» para o Estado Português e para a União Europeia? A atenção dada à regulação da Internet tende a referir-se, quase sempre, à preocupação manifestada pelas entidades públicas, de tutela dos sectores da comunicação, em proteger o público de eventuais ameaças directas aos indivíduos ou à sociedade no seu conjunto ou a erradicação de conteúdos considerados como nocivos ou atentatórios dos valores partilhados por uma dada sociedade.

A iniciativa *e-europe2002*, promovida pela EU, é um exemplo a reter, pois define, num quadro de 15 países, quais as preocupações comuns quanto à regulação da Internet. A qual, no seu entender, surge essencialmente direccionada para a criação de mecanismos de penalização face aos ataques a *sites* (*denial of service* e *Hacking*), violação de direitos de autor online, difusão de material ofensivo (pedofilia, racismo e xenofobia) ou da promoção da colaboração entre polícias e entidades similares no combate ao crime na Internet.

Se, por um momento, realizarmos um exercício de simulação, esquecendo a complexidade do Media Internet, e a considerarmos como um qualquer outro media, tal como a Televisão ou a Imprensa, onde encontraremos as diferenças de abordagem entre a regulação escolhida para a Internet e as praticadas ao longo das últimas décadas para os «velhos» media?

A resposta é ao mesmo tempo complexa e simples e passa igualmente por questionar que tipo

de media é a Internet? Quem deve implementar a regulação? E quais as entidades públicas e privadas que estão envolvidas directa ou indirectamente na gestão e construção do novo sistema dos media?

Propondo uma metodologia para esta análise, julgo que, primeiro temos de destrinçar os alvos da regulação. No anterior sistema, o qual passaremos por comodidade a designar por *broadcasting*, a regulação incide essencialmente sobre o difusor, lateralmente sobre o produtor e quase nunca sobre o consumidor final (a menos que se trate de conteúdos considerados como ilegais à luz da legislação). Normalmente, a regulação ocorre por via de legislação que concede a entidades independentes a regulação dos conteúdos a difundir e a implementação das sanções. Os destinatários da regulação são em número reduzido e facilmente identificável (os Guardiões, i.e., as editoras, canais de rádio e televisão, jornais, etc). Existe um sistema de coimas e sanções passíveis de aplicar mas, muitas vezes, essa aplicação é também terreno de luta entre poderes simbólicos, entre quem tem os poderes de cumprimento da lei do seu lado (os reguladores) e quem comunica com as populações e contribui para a construção da realidade (as empresas de comunicação e informação: os Guardiões).

No sistema de regulação de *broadcast*, o produtor não é alvo de regulação por parte das entidades independentes porque não pode emitir. Em última análise, a regulação face ao produtor terá um carácter informal, pois desde que o distribuidor ou difusor recuse dar visibilidade a esses conteúdos os mesmos não chegarão, quase nunca, à percepção do grande público.

Na Internet o produtor pode emitir e é essa mudança que tem vindo a dominar a agenda de discussão sobre como efectuar a regulação. Em princípio como todos podem ser emissores e produtores a regulação terá de atingir todos pois todos são permeáveis aos conteúdos e todos podem, em princípio, por em causa o bem comum.

A escala da capacidade de difusão alterou-se, generalizando os pequenos *broadcasters*. Como tal, o raciocínio que parece dominar a acção dos Estados é o seguinte: se regulavam o *broadcast* de largo espectro então igualmente se deverá promover algum tipo de regulação na Internet.

É a partir deste ponto que se colocam três tipos de limitações à actuação do Estado na regulação da Internet: A definição do limite entre o que são conteúdos aceitáveis e não aceitáveis; a capacidade tecnológica e financeira de aplicar a regulação e por último a capacidade política de cooperação internacional face a uma tecnologia global.

Não possuindo a capacidade tecnológica, os Estados optaram numa primeira fase, por dotar as entidades mais similares aos «grandes *broadcasters*» no novo sistema dos media, os Internet Service Providers (ISP's), do papel de filtragem de conteúdos com base nas legislações nacionais que definiam qual o tipo aceitável de conteúdos. Trata-se de lidar com os mecanismos à disposição do Estado-Nação com uma tecnologia de carácter global. No entanto, o resultado tem sido muito pouco encorajador. Isto, porque os sistemas de filtragem ainda não se encontram numa fase tecnologicamente evoluída e porque as empresas tendem a recusar esse papel por receio de perdas financeiras e de relacionamento com os seus clientes. Por este conjunto de razões, a tendência tem sido a de optar por não penalizar os ISP's concedendo-lhes a analogia não do difusor (*broadcaster*) mas sim a do fornecedor de serviço. Ou seja, optou-se por considerar os ISP's à imagem dos correios ou do sistema telefónico e não da televisão ou da rádio.

No entanto, nada nos assegura que esta não seja uma abordagem definitiva. A evolução tecnológica e as tendências mais recentes face à Internet parecem indicar que se está a evoluir para a criação, ou redefinição de papel, de agências especializadas no controlo da informação e na criminalização de actividades daqueles que colocam online certos

tipos de conteúdos ou realizam acções de carácter socialmente desviante.

Mas será que estaremos a discutir a escolha entre a adopção de um modelo de vigilância e repressão e um modelo de regulação dos media? Colocar a questão deste modo é enganador, mas como verificámos, pela discussão exposta no início deste artigo, tem sido assim que a mesma tem muitas vezes sido colocada. Salientando-se os antagonismos como se existisse uma única opção em discussão: entre aqueles que afirmam «defender a liberdade de expressão» e os que entendem ser necessário «vigiar para poder prevenir» por forma a proteger a liberdade dos cidadãos.

Reafirmar a extensão da criminalização da difusão e consumo de certos conteúdos dos media tradicionais à Internet é apenas uma face da moeda da regulação.

O problema que o novo sistema dos media coloca à regulação será porventura outro, o de sabermos colocar as questões correctas quanto ao quê e a quem deve efectivamente ser regulado e quem deve realizar essa regulação.

A Internet é um espaço de múltiplas apropriações. É um espaço de comunicação; de disponibilização de conteúdos (desde os que para aí migraram a partir das cadeias tradicionais de difusão de informação e de entretenimento até às páginas pessoais do mais incógnito cidadão) e de interface para a acção (da compra às guerras electrónicas).

Para cada uma dessas áreas existe a necessidade de conceber a regulação de modo diverso ao mesmo tempo que se assegura a dimensão da protecção da privacidade, a qual é talvez a única dimensão de regulação totalmente transversal à totalidade dos espaços de interacção da Internet.

Como foi salientado pela leitura dos quadros síntese das respostas dos inquiridos no Projecto Ciberfaces, muito do que nós consideramos regulação pode efectivamente ser realizado com instrumentos, modos de actuação e entidades

similares àquelas que já actuavam no sistema dos media antes do surgimento da Internet.

Assim, no que respeita ao espaço da comunicação, nomeadamente à troca de mensagens, a analogia da regulação com o que ocorre no sistema postal ou telefónico pode ser mantida pelas mesmas entidades reguladoras.

Na de interface para a acção, ou seja quando uma determinada acção ou comportamento é desencadeado e é considerado ilegal, como um uso fraudulento de cartão de crédito ou o ataque a um site por parte de um grupo terrorista. Aqui, como fora da Internet, são também as autoridades policiais e judiciais que possuem uma esfera de actuação e controle.

Por último, resta-nos abordar a esfera da regulação da disponibilização de conteúdos, isto é, a produção, a distribuição e acesso à informação e entretenimento.

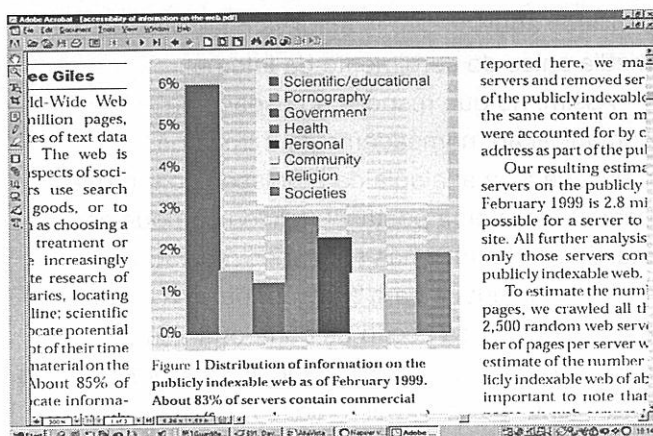
Mas, antes de proceder à discussão sobre que modelos de regulação, quem deverão ser os alvos e quem os deve implementar importa ter presente qual é o actual quadro do acesso e disponibilização de conteúdos na Internet.

Pesquisa e selecção de conteúdos na Internet

Num estudo realizado para a NEC, Lawrence e Giles⁴ estimaram que a Internet albergasse em 1999 cerca de 800 milhões de páginas distribuídas por 3 milhões de servidores, acessíveis a partir dos cerca de 4.3 Biliões⁵ de endereços Internet existentes. Lawrence e Giles estimam igualmente que cerca de 88% da informação disponível seja de carácter «comercial» seguido de 6% de informação educativa/científica e de cerca de 2% de informação pornográfica.

⁴ LAWRENCE ET GILES, *Acessibility of information on the web*, Nature, Vol 40, 8 Julho 1999.

⁵ Uma vez que existem alguns IP's não assignados ou não utilizados, o número total de IP's não corresponde às utilizações.



LAWRENCE ET GILES, *Acessibility of information on the web*, Nature, Vol 40, 8 Julho 1999

A passagem de um universo de meios finito, o dos mass media, para um de possibilidades alargadas de criação de novos meios, coloca questões quanto a como nos orientarmos num espaço que se assemelha mais à Biblioteca de Babel⁶ de Jorge Luís Borges do que a qualquer uma das bibliotecas municipais ou universitárias a que tenhamos acesso.

Como procurar então informação na Internet e como nos orientarmos face ao extenso leque de opções disponíveis? Estudos realizados a nível internacional, como o GVU, e nacional, Ciberfaces, indicam um crescente papel atribuído a motores de pesquisa e directórios de assuntos, os embriões daquilo a que hoje designamos como Portais.

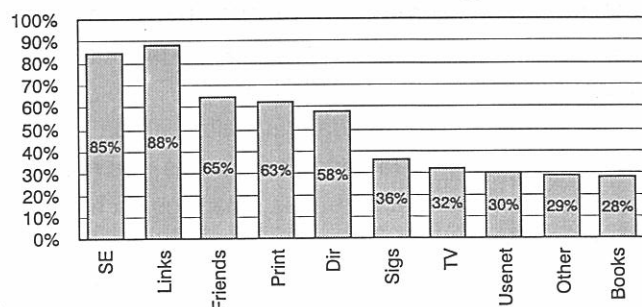
Projecto Ciberfaces Como se informa sobre endereços Web

Motores de pesquisa e directórios de informação	25,8%
Pesquisa pessoal (através de outros endereços ou links)	22,1%
Outros media (TV, Rádio, jornais)	16,3%
Publicidade online	9,2%
Publicidade offline/tradicional	6,2%
Indicação de outra pessoa	18,9%
Outras formas	1,3%
Total	100,0%

⁶ BORGES, Jorge Luís, *Ficções*, Teorema, Lisboa, 1998.

A importância destes motores de pesquisa e directórios de informação é reforçada pelos utilizadores na tabela de frequências abaixo indicada. Nesse sentido, acentua-se a importância do papel atribuído a estes directórios ou «Portais», como vulgarmente se denominam, na sua função de *gatekeeping*, filtrando, organizando e conferindo relevância à informação a ser consumida pelos públicos da Internet.

How Do You Find New Web Pages/Sites?



SE: Internet search engines (e.g., Alta Vista, Lycos, etc.);

Links: Follow hyperlinks from other Web pages;

Friends: Friends;

Print: Magazines/newspapers;

Dir: Internet directories (e.g., Yahoo, McKinley, etc.);

Sigs: Signatures at end of email messages;

TV: Television advertisements;

Usenet: Usenet newsgroups;

Other: Other Sources;

Books: Books; GVU WWW User Surveys Oct. 10 – Dec. 15, 1998

Importa, pois, ter presente que estes motores actuam como *gatekeepers*. Não na perspectiva tradicional de utilização do termo na asserção de Mauro Wolf⁷, mais referenciada face à imprensa e à construção da notícia, mas como filtros quer positivos quer negativos, ou seja, a pesquisa realizada por estes é feita com base em opções de valorização ou desvalorização de ocorrências. Isto é, por um lado como salientam Lawrence e Giles⁸ os

⁷ WOLF, Mauro, (1987), *Teorie Delle Comunicazioni di Massa*, Milano, Strumenti Bompiani.

⁸ LAWRENCE ET GILES, *Acessibility of information on the web*, Nature, Vol 40, 8 Julho 1999.

seis maiores motores de pesquisa⁹ conjugados apenas referenciam cerca de 60% do total da informação disponível na parte pública da web (i.e. todas aquelas páginas que não estejam protegidas por códigos de acesso ou por outro tipo de mecanismos de selecção). À percepção de que 40% da informação pública produzida não é passível de ser indexada, por opção ou limitação tecnológica dos motores, vem juntar-se a forte correlação existente entre páginas Web que possuem referências entre si e a probabilidade de as mesmas serem indexadas. Ou seja, quanto maior número de *links* existir a apontar para uma determinada página, maiores as probabilidades de a mesma surgir referenciada num motor de busca.

Por último, importa igualmente referir que muitos dos próprios motores de pesquisa reajustam os seus resultados hierarquicamente em função das opções mais escolhidas nas utilizações anteriores. Como salientam Lawrence e Giles, a utilização de classificações de ranking de popularidade para escolha de resultados a apresentar em buscas tende a tornar as páginas já populares em mais populares e as menos populares cada vez menos visíveis.

Assiste-se, assim, a par do crescimento da informação disponível também à necessidade de encontrar meios de chegar até ela e daí a necessidade do surgimento de mecanismos que possam facilitar esse acesso.

Tentando ilustrar o grau de diversidade de acesso à informação disponível ao utilizador na Internet procurámos realizar uma análise comparativa dos resultados de motores de pesquisa acedidos através de ISP's nacionais. Para tal utilizamos um tema da actualidade internacional o EZLN (Exercito Zapatista de Libertação Nacional) do SubComandante Marcos que actua em Chiapas (México) e que desde 1994 tem vindo a protagonizar uma campanha insurreccional assente na mediatização das suas acções através da Internet.

⁹ Motores de pesquisa referidos são: Alta Vista; Excite; Hotbot; Infoseek; Lycos; Northern Light.

Análise comparativa de Motores de Busca em ISP's Portugueses (pesquisa Nacional)

ISP	Easynet	Netc	Terraviva	Sapo	lo!	Clix
Motor	Vários	altavista	Não indica	google	google	netindex
Ocorrência1	Jornal Público	Jornal Avante nº1416	7 Mensagens (Página Pessoal)	O Estado de S. Paulo	N.d.	Jornal Público
Ocorrência2	Carta Aberta (Página Pessoal)	Kosovo (Página Pessoal)	EZLN ORG (Página Oficial)	Portal IG	N.d.	Carta Aberta (Página Pessoal)
Ocorrência3	Ultima Hora Jornal Público	Fazedores de Letras (AEFL)	Jornal Cruzeiro do Sul	O Estado de S. Paulo	N.d.	Ultima Hora Jornal Público
Nº Total	N.d.	28	2711	1740	N.d.	153

No campo da busca de endereços em português (ou nacional para o domínio .pt) salienta-se uma maior diversidade de motores de busca quando comparado com a situação de pesquisa internacional. Mas apenas um dos ISP's utiliza um motor nacional (Clix), todos os restantes recorrem ou a acordos internacionais com os motores de busca (como o google ou altavista) ou então utilizam metamotores (software de busca simultâneo em vários motores). No entanto, das 15 notícias seleccionadas 6 são repetidas.

Quanto aos conteúdos apresentados a situação é igualmente indutora de considerações. Podemos constatar que a maioria dos motores possui mais ocorrências relacionadas com órgãos de comunicação (9 em 15) do que referências a páginas pessoais (4 em 15).

A análise comparativa de Motores de Busca em ISP's Portugueses na pesquisa Internacional apresenta igualmente algumas peculiaridades. O número de repetições de ocorrências é muito superior (11 em 18) sendo que a primeira ocorrência em 5 dos 6 Portais é idêntica. Tratam-se em maior número de páginas pessoais (12 em 18) do que de órgãos de comunicação social (1 em 18). E as páginas oficiais estão mais presentes do que na busca nacional (4 em 18).

Análise comparativa de Motores de Busca em ISP's Portugueses (pesquisa Internacional)

isp	Easynet	Netc	Terraviva	Sapo	lol	Clix
Motor	Vários	altavista	Não indica	google	google	google
Ocorrência1	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)	BBC News	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)
Ocorrência2	Introduction Mexico and zapatistas (Página Pessoal)	Excite España Portal	EZLN-Ya Basta (Página Oficial)	EZLN-Ya Basta (Página Oficial)	EZLN-Ya Basta (Página Oficial)	The Zapatistas (Página Pessoal)
Ocorrência3	Mujeres zapatistas (Página Pessoal)	Zapatistas Cyber-space (Página Pessoal)	Zapatistas a rough guide (Página Pessoal)	About the Zapistas (Página Pessoal)	About the Zapistas (Página Pessoal)	EZLN-Ya Basta (Página Oficial)
Nº Total	N.d.	26071	43740	161000	161000	161000

Embora esta análise constitua apenas um pequeno teste exemplificativo do papel de filtragem dos motores de busca, levanta questões fundamentais como o acesso à diversidade de informação e às posições dos diversos intervenientes, o equilíbrio entre a informação produzida por indivíduos e aquela apresentada pelos órgãos de comunicação presentes online.

O surgimento dos portais não pode, também, ser dissociado de outras tendências caracterizadoras do novo sistema dos media. Como refere Ortoleva¹¹ a convergência traduziu-se, ao longo dos anos 90, também no surgimento de fusões entre empresas com o intuito de rentabilizar áreas de negócio na Internet. Muitas vezes, os Portais foram utilizados como justificação para a aquisição de dada empresa de forma a engrandecer a lista de conteúdos e meios de acesso a novos públicos. Outras vezes, representaram o modelo de negócio mais difundido no quadro da Nova Economia. A estratégia empresarial de todos os grandes intervenientes no quadro da nova

economia no final do anos 90 passou pela utilização de um Portal e a par deste a compra ou criação de alianças para a utilização de um motor de busca ou acesso a directórios.

Portugal não constitui excepção nesta estratégia de grande convergência, como é designada por Peppino Ortoleva, todas as grandes empresas de telecomunicações e da área da comunicação social criaram, adquiriram ou aliaram-se a quem possuía Portais e motores de busca. Assistimos, assim, a uma concentração financeira em grandes grupos de comunicação a par da concentração da posse dos portais centrais desenvolvidos pelos ISP's nacionais. Ou seja, na nova economia, o modelo de negócio impeliu as empresas de telecomunicações a se aliarem com empresas fornecedoras de conteúdos de forma a poderem fornecer acesso à Internet, acesso a conteúdos para desenvolvimento de novas aplicações e acesso aos conteúdos nacionais e mundiais através de motores de pesquisa ou serviços análogos.

Segundo dados do OBERCOM (Observatório da Comunicação) em 1999 o «Grupo Portugal Telecom (disponibilizador de acessos) que, através da compra do Grupo Lusomundo (fornecedor de conteúdos), totaliza um volume de negócios superior a 700 milhões de contos, cerca de 43% do volume de negócios do sector da comunicação e cerca de 77% do volume de negócios dos grupos de comunicação portugueses.»

Volume de Negócios da Comunicação em 1999 (mEsc.)

Grupos de Comunicação	
Cofina/BPI	2.477.671
Impala	7.451.000
Impresa	64.466.300
Investec	5.364.228
Lusomundo	56.157.301
Media Capital	17.475.835
Portugal Global	55.705.219
Grupo Portugal Telecom	645.941.108
Sonae.com	51.184.300
Total	906.222.962

¹¹ ORTOLEVA, Peppino (2001), *Il Nuovo Sistema dei Media, 1990-2001*, Apresentação Mestrado ISCTE Abril de 2001.

A maior parte dos grupos de comunicação portugueses possui, assim, Portais na Internet e em alguns casos oferecem igualmente acesso à Internet por via das suas participações ou controlo accionista em ISP's oferecendo em todos os casos acesso a motores de pesquisa nacionais ou internacionais.

Projecto Ciberfaces
Motores de pesquisa e directórios de informação

Sapo	21,5%
Yahoo	20,8%
Altavista	20,4%
AEIOU	10,9%
Cusco	5,3%
Lycos	4,5%
Excite	3,4%
Infoseek	3,3%
Hotbot	2,8%
Cadê	1,2%
Webcrawler	1,1%
Outros	4,8%
Total	100,0%

Dados do GVV e do projecto Ciberfaces indicam que embora exista uma procura dos motores nacionais, existe igualmente uma tendência, por parte dos utilizadores, em apostar na pesquisa utilizando os motores e directórios globais, normalmente de origem Norte-Americana. Tal opção fica a dever-se ao facto de os motores de pesquisa a nível global oferecem uma maior cobertura do universo Internet e portanto melhores resultado na pesquisa aos utilizadores.

Toda a exposição até aqui desenvolvida sobre a dimensão da informação e a sua contextualização no quadro das tendências económicas, sociais e culturais do novo sistema dos media coloca-nos a necessidade de assumir os Portais e seus motores de pesquisa enquanto actores sociais relevantes no quadro da Internet.

Como tal, é fundamental assegurar que o seu funcionamento e as opções de organização, algoritmos de pesquisa e metodologias de classificação são realizadas tendo presente o interesse dos cidadãos e da sociedade.

Devem os Portais ser alvo de regulação específica? Se sim, como deverá tal ser feito? E deverá a regulação recorrer a novas entidades ou aquelas que actuam já no sistema de *broadcast* e de telecomunicações?

Contributos para uma regulação da Internet

A regulação do modelo tradicional do sistema dos media na sua dimensão da Informação cabe em Portugal a entidades tão diversas como o ICP (Instituto de Comunicações de Portugal), o ICS (Instituto da Comunicação Social), AACS (Alta Autoridade para a Comunicação Social), CNPD (Comissão Nacional para a Protecção de Dados Pessoais) e o Instituto do Consumidor (Comércio Electrónico). Todos estes organismos, e alguns outros mais, tendem a exercer alguma forma de regulação face aos conteúdos em diversos media como a rádio, televisão, jornais, telecomunicações.

Uma posição possível poderia ser a de que existindo convergência tecnológica também deveria existir convergência entre as diversas entidades dando origem a uma entidade reguladora única. Ora, como Ortoleva e Livingstone¹² demonstram na sua análise, a convergência tem sido, em muitas dimensões, uma ilusão ou porque as opções não tem sido apropriadas pelos utilizadores ou porque simplesmente uma das características tecnológicas se sobrepõe às restantes nos processos de apropriação. Assim, também este artigo defende que importa discutir se existe para os cidadãos, ou para o sistema dos media, uma real vantagem numa eventual convergência entre entidades reguladoras.

Como Umberto Eco salientava numa entrevista à RAI¹³, a Internet é um Mass Media e ao mesmo tempo um meio de comunicação interpessoal, as duas dinâmicas encontram-se presentes em

¹² LIVINGSTONE, Sonia, (1999) «New Media, New Audiences?», in *New Media & Society*, 1.

¹³ <http://www.educational.rai.it/mat/ram/eco1.ram>.

simultâneo. Como base tecnológica, a Internet, serve aquelas duas dimensões. Mas, a regulação deve ser também fruto de uma análise das apropriações realizadas pelos utilizadores e as interações e actores presentes no sistema dos media e não meramente assente na tecnologia.

Tendo identificado os Portais e a sua dimensão de Motores de Pesquisa/Directórios enquanto sujeito social que desempenha um papel central na utilização da Internet importa estar atento às eventuais distorções que uma excessiva concentração empresarial de empresas detentoras de Portais poderia desencadear quando as mesmas dominassem de larga forma a filtragem de conteúdos.

No caso português, tendo presente as análises e dados expostos, uma proposta de discussão poderá passar por, na dimensão da regulação da informação/conteúdos, se assistir a uma actuação mais conjugada e articulada entre as entidades mais direccionadas para a gestão do acesso e disponibilização conteúdos (AACS) a par do controlo da dimensão económica e empresarial da prestação de serviços (ICP) e uma presença transversal da preocupação para com a quebra de privacidade e exercício da vigilância (CNPd).

Neste ponto da análise recordamos James Slevin e a sua abordagem das características da Internet. A par da explicitação da importância da Internet para os modernos Estados-Nação, Slevin chama também a nossa atenção para o facto de que dadas as características da Internet a regulação daquela deve ocorrer a nível nacional, regional e Mundial.

Aqui podemos começar a entrever um dos primeiros desafios que o novo sistema dos media estará a colocar às entidades que tradicionalmente asseguram a regulação: uma tecnologia global que impele a passagem da regulação da esfera do Estado-Nação para a esfera Global.

Embora a regulação dos Portais possa ser realizada a partir do nível nacional, o seu real alcance só será possível quando atingir uma esfera regional e seguidamente global.

Polly Toynbee¹⁴ fala no seu «Who's afraid of global culture?» da necessidade de introduzir quatro propostas reguladoras da actividade na esfera informativa/conteúdos:

1. Criação na U.E. de um limite à posse por qualquer companhia ou indivíduo no quadro geográfico europeu;
2. Banir na U.E. a posse de televisões ou jornais europeus por nacionais não Europeus;
3. Estabelecer um código de conduta da U.E. para proprietários, com o objectivo de funcionar em paralelo a um código de conduta europeu para jornalistas;
4. Estabelecer regras que relevem para a liberdade de imprensa em todos os países a par de regras de privacidade, uma vez que nem a informação nem a privacidade podem ser garantidas no espaço das fronteiras de um dado país.

Só assim, na opinião de Toynbee, se poderão manter *standard's* para os órgãos de comunicação e garantir uma protecção contra entidades globais que pretendem dominar os mercados globais de conteúdos e informação.

Se tivermos presentes as propostas de Toynbee e as extendermos ao universo Internet, certamente nos questionaremos sobre se não deveremos aplicar iguais limites para a posse conjunta de acesso à Internet, gestão e selecção da informação online.

Este artigo, não pretende propor modelos de regulação, o que ele prefigura é a necessidade de tornar mais transparentes as relações existentes na utilização da Internet, na presença dos actores económicos e políticos e nas opções tecnológicas. Os motores de motores de busca e a sua gestão no que respeita aos critérios de selecção constituem um exemplo desta necessidade de aprofundamento e debate.

¹⁴ TOYNBEE, Polly (2001), "Who's afraid of global culture?" in *On the Edge*, Giddens, A. (ed). NY, Vintage.

O nosso objectivo face aos conteúdos na Internet, é também o de zelar pela inexistência de censura visível ou oculta e promover o que Slevin descreve como o princípio do pluralismo regulado: «Primeiro, o governo deve assegurar as condições para que exista uma desconcentração de recursos.(...) isto quer dizer, diminuir o poder de grandes conglomerados e outras entidades igualmente poderosas de forma a que o pluralismo não seja minado pela concentração de poder económico ou simbólico.(...) Segundo, a política do governo deve assegurar condições que permitam uma clara separação entre as instituições dos media e o exercício do poder do Estado.(...)».

A Internet possui a regulação que necessita para lidar com os conteúdos considerados ilegais, mantendo-se presente o problema de como proceder à sua aplicação, resta-nos agora assegurar que o acesso à pluralidade de expressões possa também efectivamente ocorrer.

Num media, onde a produção de informação não é apenas realizada por jornalistas, onde o acesso à informação envolve novas lógicas de filtragem e o desenvolvimento de novas competências de validação de informação e recepção por parte dos utilizadores finais é urgente discutir quem são os actuais gatekeepers dos conteúdos e o que é o Gatekeeping aplicado à Internet, ou Internet Gatekeeping.

Os actuais *gatekeepers* da Internet, poderão não ser já as entidades públicas nem os próprios actores individuais e estarem a surgir sobre a forma de portais e de sistemas de *rating* e hierarquização proprietários escapando quer à lógica de auto-regulação dos utilizadores quer à dos legisladores públicos.

Esta é uma discussão fundamental. Pois, se pretendermos dar ao maior número possível de cidadãos acesso a este Media, não nos podemos esquecer que tal como nos tradicionais Mass Media, também aqui os valores da pluralidade não estão dependentes só da tecnologia, são igualmente

produto das escolhas económicas e políticas.

Termino este artigo fazendo referência a uma entrevista de Denis Mcquail à Revista do Diário de Notícias em que aquele referia que «A imprensa não pode ter os dias contados porque a Internet não responde às mesmas necessidades que os jornais, têm vocações distintas. Tão simples quanto isso. Considero contudo que temos de estar atentos ao crescimento desses novos meios e conceber formas de os regular. Nesse sentido sou defensor de um serviço público de Internet (...) porque não tenhamos ilusões: a informação na Internet também já está a ficar dominada pelo «mainstream» da informação.»

gustavo.cardoso@isc.te.pt

Dragão – guardião Severo. É o guardião dos tesouros escondidos e, como tal, o adversário que tem de ser vencido para se ter acesso aos mesmos. Na China, num conto Tang, é o guardião da Pérola. No Ocidente é o Guardião do Tosão de Ouro e do Jardim das Hespérides. A lenda de Siegfried confirma que o «tesouro» guardado pelo Dragão é a Imortalidade. O Monstro, dragão ou serpente, existe num local para provocar o esforço, o domínio do medo, o heroísmo. É igualmente sinal do sagrado, raros são os locais sagrados onde não se encontre um monstro: dragão, serpente, grifo, etc.

Adaptação do dicionário de símbolos de Jean Chevalier.

Bibliografia e referências

- BETTETINI, Gianfranco, COLOMBO, Fausto (1993), *Le Nuove Tecnologie della Comunicazione*, Milano, strumenti Bompiani
- BORGES, Jorge Luís, (1999), *Atlas*, Barcelona, Lumen.
- BOUGNOUX, Daniel, (1998), *Introduction aux Sciences de la Communication*, Paris, La Decouverte.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1999), *Desafios dos novos media – a nova ordem política e comunicacional*, Coleção Media & Sociedade, Lisboa, Editorial Notícias
- CARDOSO, Gustavo (1998), *Para uma Sociologia do Ciberespaço*, Oeiras, Celta Editora
- CARDOSO, Gustavo, (1999), *As causas das questões ou o Estado à Beira da Sociedade de Informação*, Sociologia Problemas e Práticas, nº 30, Lisboa.

- CASTELLS, M., (2000) *The Information Age: Economy, Society and Culture*, London, Blackwell
- CASTELLS, Manuel (1997), *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume II – The Power of Identity*, Oxford, Blackwell
- CASTELLS, Manuel (2000), *The Information Age: Economy, Society and Culture, Volume III – End of Millenium*, Oxford, Blackwell
- CHEVALIER Jean, *Dictionnaire des symboles : mythes, rêves, coutumes, gestes, formes, figures, couleurs, nombres*, Paris, Robert Laffont
- COLOMBO, Fausto, (2000), «Uma Memória Para a Tecnologia», *Sociologia Problemas e Práticas*, nº32, Lisboa, CIES/ISCTE.
- COPPOCK, Patrick (Fev. 1995), «A Conversation on Information», Entrevista com Umberto Eco, (28 Fev. 1999)
- FIRMINO DA COSTA, António, VIEGAS, José Manuel Leite (org), (1998), *Portugal que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony, (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony, (2000), *On the Edge*, London, Routledge.
- GIDDENS, Anthony, (2000), *Runaway World: How Globalisation Is Reshaping Our Lives*, London, Routledge.
- HAMELINK, Cees J., (1994), *The Politics of World Communication*, London, Sage
- LAWRENCE ET GILES, *Acessibility of information on the web*, Nature, Vol 40, 8 Julho 1999.
- LIVINGSTONE, Sonia, (1999) «New Media, New Audiences?», in *New Media & Society*, 1, pp.
- LOADER, Brian, Dutton, William, et al., PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Os Cidadãos e a Sociedade de Informação*, (2000), Coleção Debates, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MATTELART, Armand, MATTELART, Michèle (1998), *Theories of Communication – A Short Introduction*, London, Sage, (1ª edição francesa 1995).
- Mezieres et Christin, 2000, *Valerian agent spatio-temporel*, Les Mauvais Rêves, Dargaud, Paris
- ORTOLEVA, Peppino (1995), *LA Società Dell'Informazione*, Milano, Edizione Anicia.
- ORTOLEVA, Peppino (1997), *Mediastoria – Comunicazione e cambiamento sociale nem mondo contemporaneo*, Milano, Pratiche Editrice.
- ORTOLEVA, Peppino (2001), *Il Nuovo Sitema dei Media*, 1990-2001, Apresentação Mestrado ISCTE Abril de 2001.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, J. M.; BARREIROS, J. J., (Coords.), (2000), *Ciberfaces – A Sociedade da Informação em Análise: Internet, Interfaces do Social*, Relatório de Pesquisa para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Lisboa, ISCTE.
- PAQUETE DE OLIVEIRA, J. M.; BARREIROS, J. J.; CARDOSO, Gustavo; *A Internet na construção de uma cidadania participada*, Conference The global public arena, the media and the information society – UNESCO, 15-19 November, 2000, at SANTIAGO de COMPOSTELA, Departamento de Sociologia e DCTI do ISCTE, Lisboa.
- REBELO, José, (2000), *Sur le Double Usage de L'Internet*, paper apresentado em Milão a 16 de Dezembro de 2000, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa.
- RODOTÀ, Stefano, (2000), *Para uma cidadania electrónica: a democracia e as novas tecnologias de informação*, Coleção Debates Presidência da República, INCM, Lisboa.
- SILVERSTONE, Roger (1999), *Why Study the Media?*, London, Sage.
- SILVERSTONE, Roger, (1999), «What's new about new media», in *New Media & Society*, pp. 10-12.
- SLEVIN, James, (2000), *The Internet and Society*, Cambridge, Polity Press.
- TEHRANIAN, Majid (1999), *Global Communication and World Politics – Domination, Development, and Discourse*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- THOMPSON, John B. (1995), *The Media and Modernity – A Social Theory of the Media*, Stanford, Stanford University Press.
- TOYNBEE, Polly, (2001), «Who's afraid of global culture?» in *On the Edge*, Giddens Anthony ed., New York, Vintage.
- UNCTAD (2000), *Bulding Confidence: Electronic Commerce and Development*, UN.
- WOLF, Mauro, (1987), *Teorie Delle Comunicazioni di Massa*, Milano, Strumenti Bompiani.
- WOLTON, Dominique (1999), *Internet et après? – Une theorie critique des nouveaux médias*, Flammarion.

observatório n.º 1 – Maio 2000

OS MEDIA NA ERA DIGITAL

José Manuel Nunes <u>Digital Audio Broadcasting (DAB) – A rádio do ano 2000</u>	9	Fernando Magalhães Crespo <u>Situação actual e perspectivas de evolução da rádio em Portugal</u>	85
Francisco Pinto Balsemão <u>De que falamos quando falamos em televisão digital terrestre?</u>	15	Paulo Faustino <u>A imprensa regional em Portugal: estado da arte e práticas de gestão</u>	89
Pedro Jorge Braumann <u>A televisão digital: tendências e perspectivas</u>	21	André Lange <u>Diversidade e divergências no financiamento dos organismos de radiotelevisão de serviço público na União Europeia</u>	97
Francisco Rui Cádima <u>A televisão digital (DVB-T) e as políticas do audiovisual no contexto da Sociedade da Informação</u>	27	CINEMA, MULTIMÉDIA E SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO	
Enrique Bustamante / J.M. Alvarez Monzocillo <u>Espanha: a produção audiovisual no limiar do digital</u>	35	Gustavo Cardoso <u>Os jogos multimédia como meta-sistema de entretenimento</u>	105
Valério Cruz Brittos <u>Os 50 anos da TV brasileira e o fuso da multiplicidade da oferta</u>	47	Pedro Behran da Costa <u>Cinema e audiovisual: balanço 1996/1999</u>	125
Helder Bastos <u>A Internet no jornalismo</u>	61	José Dias Coelho <u>Sociedade da Informação: o desafio do século XXI</u>	131
Maria João Taborda <u>O espaço público da telefonia sem fios. A rádio, de Brecht à Internet</u>	69	CRÓNICAS	
		Luís Penha e Costa, Américo Guerreiro e João Loureiro	135

observatório n.º 2 – Novembro 2000

OS MEDIA NAS REGIÕES

Manuel Chaparro Escudero <u>Perspectivas da rádio local em Espanha. Alternativas à globalização</u>	9	Isabel Albuquerque <u>Novos rumos da TV pública no Brasil</u>	95
Francisco Vacas Aguilar <u>A televisão local em Espanha</u>	27	CINEMA	
Pedro Coelho <u>A Europa da proximidade</u>	35	José María Álvarez Monzocillo e Javier López Villanueva <u>Os filmes e livros do cinema espanhol</u>	103
Francisco Rui Cádima <u>Os media regionais face à TV local</u>	49	José Filipe Costa <u>A revolução de 24 pela imagem: entre o cinema e a televisão</u>	113
TELEVISÃO		RÁDIO	
Luís Bonixie <u>O Combustível na televisão. Uma estratégia de credibilidade</u>	55	Rogério Santos <u>Nos 25 anos de emissões regulares de rádio - Histórias de pioneiros</u>	125
Mónica Miranda <u>Dragon Ball, Pokémon e as crianças-nóvices</u>	65	ESTATÍSTICA	
Giuseppe Richeri <u>As plataformas digitais e a evolução da indústria audiovisual</u>	83	José António Santos <u>Concepção de indicadores estatísticos para uma base de dados do sector da comunicação em Portugal</u>	135
		RECENSÕES	151

observatório n.º 3 – Maio 2001

A REGULAÇÃO DA CONVERGÊNCIA

Teresa Ribeiro <u>A regulação de conteúdos</u>	9	J. Pegado Liz <u>Acção dos limites reais e imaginários à regulação do audiovisual em ambiente digital</u>	79
Mário Freitas <u>Para além do telefone, da televisão e do computador</u>	13	Nuno Cintra Torres <u>Tempo analógico e plamento electrónico</u>	99
Laurent Cohen-Tanugui <u>Que regulação na Europa, para a era da convergência?</u>	25	DIGITAL	
George Yarrow <u>Regulação da concorrência</u>	31	Maria Alexandra Figueiredo / Maria João Taborda <u>www.hqster.com/ factos_questões_argumentos.soc</u>	103
Francisco Rui Cádima <u>Para uma genealogia da regulação dos conteúdos</u>	59	Giuseppe Richeri <u>O cinema rumo ao digital</u>	119
Margarida Almeida Rocha <u>A especificidade cultural e a regulação dos media em tempo de convergência</u>	69	TELECERIMÓNIAS	
		Mário Mesquita <u>Legitimação política e acontecimentos cerimoniais</u>	125

Proposta de Assinatura

Se deseja assinar observatório, recorte este talão e envie-o, devidamente preenchido, para
OBERCOM – Observatório da Comunicação, Palácio Foz, Praça dos Restauradores – 1250-187 Lisboa



Assino a revista observatório (números 5 e 6 de Maio e Novembro de 2002). Junto envio:

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Telef.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Contribuinte _____

Banco _____ Cheque n.º _____

Cópia de ordem de pagamento bancário no valor de _____

sobre o banco _____

Preços da assinatura anual

- Normal: 17,50 Euros (3500\$00)
- Estudantes: 16 Euros (3200\$00) (Juntar fotocópia de cartão identificativo)
- Pagamentos em moeda estrangeira: US\$

Os preços indicados incluem IVA à taxa de 5%. Portes, no território nacional, a cargo do OBERCOM.

Guia para propostas de originais

A observatório aceita artigos inéditos da área da Comunicação, entendida esta no seu sentido mais amplo e multidisciplinar. As propostas para publicação serão analisadas pela Direcção da revista e pelo Conselho Técnico-Científico, sempre que tal se justifique, não sendo devolvidos os originais que não sejam publicados.

Solicita-se que os originais sejam enviados já devidamente revistos, em diskette (word para PC), tenham como limite máximo 20 mil caracteres (cerca de 16 páginas) e sejam acompanhados da respectiva cópia impressa e de um resumo com cerca de 400 caracteres, em português e inglês. Em alternativa, podem ser enviados por e-mail para inform@obercom.pt.

Os autores devem vir referenciados com a instituição, empresa ou universidade a que pertencem e respectiva função ou cargo.

As notas e referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do texto, de acordo com o seguinte critério:

Livro: Apelido, Nome próprio, *Título do livro*, Editor, Local de edição, ano (e página, quando se tratar de citação).

Artigo de revista: Apelido, Nome próprio, «Título do artigo», Nome da revista, número, data, Local de edição e páginas.

Texto de colectânea: Apelido, Nome próprio, «Título do texto», in Apelido, Nome próprio (org.)/(ed.), *Título da colectânea*, Editor, Local de edição, ano, páginas.

As citações devem abrir e fechar com aspas, sendo assinaladas por nota final, de acordo com os critérios acima expostos. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

A observatório aceita também propostas de resenhas de livros publicados recentemente no mercado nacional e internacional. A dimensão neste caso não deve exceder os 2000 caracteres.

Próximo número da observatório (n.º 5, Maio 2002)

Entre outros temas:

Televisão e Qualidade; Os média em tempo de guerra

A observatório aceita propostas de artigos sobre este ou outros temas na área da Comunicação.

observatório

revista do **obercom**
observatório da
comunicação

Palácio Foz
Praça dos Restauradores
1250-187 Lisboa
Tel: 21 322 13 19
Fax: 21 322 13 20
Email: inform@obercom.pt
<http://www.obercom.pt>